

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“A propaganda deles é boa, e é enganosa: Vida, Saúde e trabalho de famílias agricultoras do fumo no Sul do Brasil”

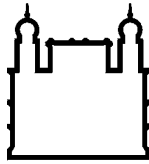
por

Deise Lisbôa Riquinho

Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elida Azevedo Hennington

Rio de Janeiro, março de 2013.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta tese, intitulada

“A propaganda deles é boa, e é enganosa: Vida, Saúde e trabalho de famílias agricultoras do fumo no Sul do Brasil”

apresentada por

Deise Lisbôa Riquinho

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Raquel Maria Rigotto

Prof.^a Dr.^a Valeska Carvalho Figueiredo

Prof. Dr. Carlos Minayo Gómez

Prof.^a Dr.^a Silvana Rubano Barretto Turci

Prof.^a Dr.^a Elida Azevedo Hennington – Orientadora

*Dedico esta tese a Antônio (Kiko)
companheiro de todas as horas,
de projetos de vida e de sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais uma etapa de minha vida acadêmica reconheço que tive a felicidade de conhecer e conviver com pessoas imensamente generosas e por quem nutro a mais sincera gratidão. Incluo nestes agradecimentos instituições que me oportunizaram experiências que enriqueceram minha trajetória acadêmica e pessoal. Expresso gratidão à:

- meus pais Faustino (*in memorian*) e Faustina pela vida. As minhas irmãs e irmãos Regina, Rejane (*in memorian*), Laci, Irio, Itamar e Neimar pelo amor e ensinamentos.
- família do meu companheiro a qual me sinto fortemente ligada por laços de amizade;
- orientadora e amiga Élide Azevedo Hennington que me oportunizou crescimento acadêmico e profissional. Nessa parceria, minha admiração cresceu a cada dia, por sua maneira responsável e comprometida de fazer ciência;
- professores Jorge Romano e Carlos Minayo por suas contribuições desde a qualificação do projeto de tese. À Silvana Turci por me apresentar os detalhes do trabalho e suas implicações à saúde dos agricultores do tabaco. À Raquel Rigotto por suas instigantes e inspiradoras palavras em encontros acadêmicos;
- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca pela qualidade do ensino. Aos professores e demais servidores pela acolhida e ensinamentos. Ao CNPq pelo custeio da minha bolsa de estudo. A CAPES pela bolsa de doutorado sanduíche. À Universidade de Coimbra e o Centro de Estudos Sociais por oportunizarem encontros e diálogos estimulantes;
- amigas e amigos do doutorado, Cláudia, Ângela, Adriano, Mônica e Naldo, com os quais partilhei anseios e descobertas deste período e pelos laços de amizade que construímos;
- amigas e amigos que encontrei além mar, Liliane, Anna Karynne, Roberta, Leonor, Álamo, Júlio César, Eliane e Luciana;
- amigas e parceiras de pesquisa Tatiana Gerhardt, Eliziane, Juliana, Vilma e Andréia com quem dividi inquietações e esperança de um saber comprometido com o bem comum;
- agricultores e agricultoras que comigo compartilharam seus conhecimentos, alegrias, dores e dúvidas do trabalho rural. Aos informantes chave do Estado, da sociedade civil

organizada e da indústria, que por meio de seus depoimentos forneceram elementos para entender a relação trabalho e saúde dos agricultores que cultivam tabaco.

Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo aborda o cotidiano de trabalho das famílias envolvidas no cultivo do tabaco na perspectiva destes e de informantes-chave ligados aos setores da saúde, educação, agricultura, sociedade civil e indústria. O objetivo geral foi o de caracterizar e compreender as condições de vida, trabalho e saúde das famílias que produzem tabaco na localidade rural de Rincão dos Maia, no município de Canguçu, RS. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo etnográfico. A produção dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os sujeitos de pesquisa foram 39 agricultores e 24 informantes-chave, num total de 63 entrevistas. A análise do material produzido ocorreu pela categorização temática e a perspectiva ergológica de Yves Schwartz foi o principal referencial utilizado. Os resultados indicaram que para os agricultores do tabaco o significado de tal cultivo é permeado de ambiguidades. Dentre outras questões, destacam-se as expectativas dos trabalhadores em relação à obtenção de lucros com o cultivo, alimentadas pela indústria, que nem sempre se cumpriram. Além disto, ao longo do tempo observou-se redução da policultura e da agricultura de subsistência na localidade e também diminuíram os momentos de convivência do grupo e as reuniões sociais. O sistema integrado imposto pela indústria à maioria dos agricultores da localidade reforça relações de exploração e de cerceamento da liberdade de comercialização do produto e de diminuição da autonomia da força de trabalho. Muitas vezes, os agricultores (re)normalizam a atividade e a própria relação com o provedor dos insumos, neste caso a indústria, plantando além da margem do seguro e comercializando o excedente com atravessadores no intuito de manter a reprodução das famílias. O processo de trabalho relaciona-se claramente com problemas de saúde humana e ambiental, principalmente durante a colheita do tabaco, com o relato de acidentes, doenças musculoesqueléticas, intoxicação por agrotóxicos e doença da folha verde do tabaco. Apesar disso, não foram identificadas ações específicas por parte do Estado, em particular, da área de vigilância em saúde. No setor agrário notou-se que as iniciativas de diversificação agrícola e oportunidades de crédito não atingem os agricultores do tabaco desta localidade. Em relação à sociedade civil organizada houve diferentes posicionamentos: de um lado o entendimento da vantagem do cultivo do tabaco pelos aspectos econômicos em detrimento da saúde do agricultor e, de outro, a convicção de que os benefícios econômicos seriam tanto maiores se houvesse mais

investimento na agricultura familiar, policultura e produção para subsistência das famílias. Por sua vez os representantes da indústria do tabaco estão muito atentos aos movimentos do Estado e da sociedade, entendendo que há “ventos que sopram” a favor da redução do cultivo, tais como a Convenção Quadro. Conclui-se, que o que oprime e subordina os trabalhadores também os fragiliza. Numa relação de poder tão desigual, entre agricultor e indústria, é mister que o Estado, de maneira intersetorial e em parceria com a sociedade civil organizada, atue ao lado dos trabalhadores rurais, desenvolvendo políticas públicas e empoderando-os a partir de ações e práticas pautadas na participação da comunidade, no respeito ao saber construído pelos próprios agricultores através de diferentes trajetórias de vida e na possibilidade de um redirecionamento produtivo nesta localidade, voltado para uma agricultura sustentável visando a preservação da saúde do trabalhador e do ambiente.

Descritores: Tabaco; Saúde da População Rural; Saúde Pública; Agricultura Sustentável; Pesquisa Qualitativa.

ABSTRACT

This study discusses the everyday work of families involved in the cultivation of tobacco based on their own perspective and of some key informants linked to the sectors of health, education, agriculture, civil society and industry. The overall objective was to characterize and understand the living, working and health conditions of families that produce tobacco in the rural locality of Rincão dos Maia, in the municipality of Canguçu-RS, Brazil. The subjects of the research were 39 farmers and 24 key informants, a total of 63 interviews. The analysis of the material produced was done by thematic categorization, and the ergological perspective proposed by Yves Schwartz was the main reference used. The results indicated that for tobacco farmers the meaning of such cultivation is permeated with ambiguity. Among other issues, the expectations of workers in relation to obtaining profits from the cultivation, propagated by the industry, are not always fulfilled. Furthermore, over time there has been a reduction of polyculture and subsistence farming in the mentioned locality and the moments of conviviality and social meetings have also decreased. The integrated system imposed by the industry to most farmers from the region reinforces relations of exploitation and repression of freedom in trading the product and in the autonomy of the work force. Often, farmers (re)normalize the activity and the relationship with the inputs' provider, in this case the industry, planting besides the insurance margin and selling the surplus to middlemen in order to keep the reproduction of the families involved. The working process is clearly related to human and environmental health problems, particularly during tobacco harvest, with the reporting of accidents, musculoskeletal diseases, pesticide poisoning and green tobacco sickness. Despite this fact, specific actions on the part of the State, in particular, in the area of health surveillance were not identified. In the agrarian sector, it was observed that the initiatives of agricultural diversification and credit opportunities do not reach tobacco farmers. In relation to the organized civil society there were different positions: on one hand, the understanding of the advantage of tobacco cultivation by its economic aspect at the expense of the farmer's health; and on the other hand, the conviction that the economic benefits would be much greater if there was more investment in smallholder agriculture, polyculture and production for the subsistence of the families. In turn, tobacco industry representatives are very attentive to the movements of the State and the society such as the Framework

Convention understanding that there are “blowing winds” for the reduction of such cultivation. It is, therefore, concluded that what overwhelms and subordinates workers is also what weakens them. In a relationship of such an uneven power between farmers and the industry it is extremely important that the State, in an intersectoral manner and in partnership with the civil society, acts in favor of rural workers. The State should develop public policies and empower workers with actions and practices based on the participation of the community, with respect to the knowledge built by the farmers through different life trajectories and the possibility of a productive redirection of the area, aiming at a sustainable agriculture in order to preserve workers’ and environmental health.

Descriptor: Tobacco; Rural Health; Sustainable Agriculture; Qualitative Research

RESUMEM

Este estudio aborda el cotidiano de trabajo de las familias involucradas en el cultivo del tabaco en la perspectiva de estos y de informantes-clave conectados a los sectores de la salud, educación, agricultura, sociedad civil e industria. El objetivo general fue el de caracterizar y comprender las condiciones de vida, trabajo y salud de las familias que producen tabaco en la localidad rural de *Rincão dos Maia*, en el departamento de Canguçu, RS. Se trata de un estudio cualitativo del tipo etnográfico. La producción de los datos fue realizada por medio de entrevistas semi-estructuradas y observación participante. Los sujetos de pesquisa fueron 39 agricultores y 24 informantes-clave, en un total de 63 entrevistas. El análisis del material producido ocurrió por la categorización temática y la perspectiva ergológica de Yves Schwartz fue el principal referencial utilizado. Los resultados indicaron que para los agricultores del tabaco el significado de tal cultivo es permeado de ambigüedades. De entre otras cuestiones, se destacan las expectativas de los trabajadores en relación a la obtención de ganancias con el cultivo, propagada por la industria, que ni siempre se cumplieron. Además de esto, a lo largo del tiempo hubo reducción de la policultura y de la agricultura de subsistencia en la localidad y también disminuyeron los momentos de convivencia del grupo y de reuniones sociales. El sistema integrado impuesto por la industria a la mayoría de los agricultores de la localidad refuerza relaciones de exploración y de cercenamiento de la libertad de comercialización do producto y de autonomía de la fuerza de trabajo. Muchas veces, los agricultores (re)normalizan la actividad y la propia relación con el proveedor de los insumos, en este caso la industria, plantando más allá de la margen del seguro y comercializando el excedente con atravesadores en el intuito de mantener la reproducción de las familias. El proceso de trabajo se relaciona claramente con problemas de salud humana y ambiental, principalmente durante la cosecha del tabaco, con el relato de accidentes, enfermedades musculoesqueléticas, intoxicación por agrotóxicos y enfermedad de la hoja verde del tabaco. A pesar de eso, no fueron identificadas acciones específicas por parte del Estado, en particular, del área de vigilancia en salud. En el sector agrario se notó que las iniciativas de diversificación agrícola y oportunidades de crédito no atingen los agricultores del tabaco. En relación a la sociedad civil organizada hubo diferentes posicionamientos: de un lado el entendimiento de ventaja del cultivo del tabaco por los aspectos económicos en detrimento de la salud del agricultor y, de otro, la convicción de que los beneficios

económicos serían tanto mayores se hubieran más inversiones en la agricultura familiar, policultura y producción para subsistencia de las familias. Por su vez los representantes de la industria del tabaco están muy atentos a los movimientos del Estado y de la sociedad, entendiendo que hay “vientos que soplan” a favor de la reducción del cultivo, tales como la Convención Cuadro. Se concluye, que lo que oprime y subordinan los trabajadores también los fragiliza. En una relación de poder tan desigual, entre agricultor e industria, es menester que el Estado, de manera intersectorial y en sociedad con la sociedad civil organizada, actúe al lado de los trabajadores rurales, desarrollando políticas públicas y dándoles poder a partir de acciones y prácticas pautadas en la participación de la comunidad, en el respeto al saber construido por los propios agricultores a través de diferentes trayectorias de vida y en la posibilidad de un nuevo rumbo productivo en esta localidad, volviendo para una agricultura sostenible pretendiendo la preservación de la salud del trabajador y del ambiente

Descriptores: Tabaco; Salud rural; Salud Pública; Agricultura Sostenible; Investigación Cualitativa

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA	30
Figura 1. Localização dos municípios da “metade sul” do RS, de Canguçu e da localidade Rincão dos Maia.....	33
Quadro 1 – Caracterização dos informantes-chave entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.....	36
Quadro 2 – A relação entre categorias analíticas teóricas e empíricas.....	41
O DIÁRIO DE CAMPO: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, SURPRESAS, DIFICULDADES E O COMPARTILHAR	43
Figura 2: Casa rodeada de plantação de fumo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	47
Figura 3: Cultivo de fumo, batata e cebola lado-a-lado, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	50
Figura 4: Lenhas de eucalipto em frente as estufas de fumo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	51
Figura 5: Folhas de fumo após a cura, secagem nas estufas de fumo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	55
Figura 6: Trabalho no interior da estufa de fumo, costurando as folhas, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	59
Figura 7: Paisagem dos cultivos da localidade, fumo, pêssigo e mata nativa, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	61
Figura 8: Broto de fumo e o agricultor diluindo agrotóxico, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	61
Figura 9: Aberturas superiores da estufa que auxiliam no controle da umidade, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	61
Figura 10: Classificação das folhas de fumo conforme tamanho e coloração, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	72
Figura 11: Agricultora manocando fumo, fazendo pequenos molhos que comporão um fardo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	72
Figura 12: Cultivo de uvas e recuperação de plantas nativas, Rincão dos Maia, Canguçu, RS, 2011.....	75
ARTIGO 1	82
Figure 1. Literature review: search strategy, period 1979-2010.....	85

Table 1. Type of article, thematic axis, and country where the study was carried out, period 1979-2010.....	87
Table 2. Summary of the characteristics of tobacco production and of the workforce involved in tobacco growing according to a review of the literature, 1979–2010.....	92
Table 3. Summary of the main health issues associated with tobacco production and Brazilian public policy strategies for facing these issues, according to a review of the literature, 1979–2010.....	94
ARTIGO 2	109
Quadro 1 – Caracterização dos atores entrevistados: sociedade civil e indústria.....	112
ARTIGO 3	134
Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.....	138
ARTIGO 4	157
Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.....	161
ARTIGO 5	178
Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.....	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT: Aliança de Controle do Tabagismo

AFUBRA: Associação de Fumicultores Brasileiros

BAT: British American Tobacco

CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

COP: Conferência das Partes

CQCT: Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

CDSS: Comissão dos Determinantes Sociais de Saúde

CEP/ENSP: Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

CEREST: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CQCT: Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

DESER: Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rural

DFVT: Doença da Folha Verde do Tabaco

EMATER/RS: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI: Equipamento de Proteção Individual

EUA: Estados Unidos da América

GTS: Green Tobacco Sickness

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS: Instituto Nacional de Seguro Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FCTC: Framework Convention on Tobacco Control

LC: Líder Comunitário

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

OMS: Organização Mundial de Saúde

PFL-PI: Partido da Frente Liberal – Piauí

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RENAST: Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

RM: Rincão dos Maia

RS: Rio Grande do Sul

SISVAN: Sistema de Informação da Vigilância Nutricional e Alimentar

SMS: Secretaria Municipal de Saúde

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDESUL: Desenvolvimento de Comunidade pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

SUS: Sistema Único de Saúde

UAC: União das Associações Comunitárias

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

WHO: World Health Organization

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	18
2. INTRODUÇÃO	18
3 OBJETIVOS	29
3.1 Objetivo Geral	29
3.2 Objetivos Específicos	29
4 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA	30
4.1 Tipo de estudo	30
4.2 Lócus de pesquisa	32
4.3 Sujeitos de pesquisa.....	34
4.4 Produção dos dados.....	38
4.5 Análise do material produzido.....	40
5 CONSIDERAÇÕES BIOÉTICAS	42
6 O DIÁRIO DE CAMPO: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, SURPRESAS, DIFICULDADES E O COMPARTILHAR	43
7 RESULTADOS	80
7.1 Health, environment and working conditions in tobacco cultivation: a review of the literature.....	82
7.2 Força de trabalho e relações sociais: processo de trabalho no cultivo do tabaco em localidade	109
7.3 Cultivo do cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde.....	134
7.4 Vida e produção agrícola: Histórias de agricultores que não aderiram ao sistema integrado do tabaco.....	157
7.5 Diversificação agrícola em áreas de cultivo do tabaco: potencialidades e fragilidades na percepção de diferentes atores.....	178
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
9 REFERÊNCIAS	207

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO CEP – ENSP.....	214
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AGRICULTORES.....	215
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS DE INFORMANTES CHAVE.....	217
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	218
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (AGRICULTORES).....	219
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (INFORMANTES CHAVE).....	220

1 APRESENTAÇÃO

Esta tese de doutorado será apresentada em formato de artigos científicos, antecedidos pela introdução e contextualização do problema de pesquisa, objetivos e perspectiva teórico-metodológica. Foram elaborados cinco artigos, sendo descritos sucintamente a seguir:

- O primeiro artigo aborda uma revisão de literatura científica sobre condições de trabalho e problemas para a saúde humana e meio ambiente relacionados à produção de tabaco, em especial, analisando o contexto brasileiro. Publicado na Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 17, número 6, páginas 1587-1600, publicação realizada em 2012.

- Para o segundo artigo procurou-se analisar o processo de trabalho no cultivo do tabaco e aspectos da cadeia produtiva, e os significados do trabalho para agricultores, representantes da sociedade civil e da indústria em localidade rural no estado do RS. Será posteriormente submetida à revista indexada para publicação.

- O terceiro explora a presença de doenças e outros agravos bem como seus significados para os agricultores do tabaco dessa localidade, representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria, assim como as estratégias de enfrentamento. Submetido para publicação à Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação, estando no momento em processo de avaliação.

- No quarto artigo focou-se na compreensão das concepções dos agricultores que resistiram ou desistiram do cultivo do tabaco sobre os motivos da não-adesão ou de desistência do cultivo, e a visão de representantes da sociedade civil e da própria indústria sobre o tema. Será posteriormente submetida à revista indexada para publicação.

- E, no quinto buscou-se evidenciar e discutir as dificuldades e potencialidades à diversificação agrícola e substituição do cultivo do tabaco para trabalhadores, representantes do Estado, da sociedade civil e da própria indústria. Será posteriormente submetida à revista indexada para publicação.

A síntese teórica, a articulação dos resultados apresentados nos artigos, confrontando os objetivos da tese e as proposições direcionadas ao enfrentamento dos problemas relacionados ao cultivo do tabaco na localidade estudada estão contempladas nas Considerações Finais.

2 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como tema central a relação entre trabalho e saúde de produtores rurais do tabaco residentes na localidade de Rincão dos Maia, no município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul (RS). A pesquisa abordou o cotidiano de trabalho das famílias envolvidas no cultivo do tabaco, com enfoque no processo sociocultural e histórico associado à introdução deste cultivo na localidade. Buscou-se ainda, compreender as motivações dos agricultores que iniciaram essa prática agrícola, daqueles que se mantiveram, resistiram ou desistiram da atividade, os problemas de saúde humana e ambiental decorrentes do cultivo e as estratégias de enfrentamento aos mesmos. No intuito de melhor entender o contexto, as escolhas e atitudes dos agricultores e outros aspectos macrosociais, representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria do tabaco também fizeram parte do estudo.

O interesse pelo tema advém da realização de minha dissertação de mestrado nessa localidade rural no interior do estado do RS, trabalhando com Determinantes Sociais de Saúde, por meio do estudo das condições de vida, concepções e práticas de saúde e doença. Os resultados da pesquisa evidenciaram diferentes condições de vida dessa população rural, mas certa coesão das concepções de saúde e doença e sua relação com o trabalho, demonstrando a centralidade dessa categoria na sociabilidade dessas famílias e sua decisiva contribuição na construção de identidades individuais e coletivas. Neste caso, de forma ambivalente, o trabalho significava uma afirmação da saúde mas também causador de doenças, seja pela exposição às alterações climáticas, pela sobrecarga laboral ou pelas preocupações com perdas agrícolas e endividamento (RIQUINHO, 2009; RIQUINHO; GERHARDT, 2010).

O estudo que resultou na dissertação de mestrado também revelou concepções contraditórias em relação às consequências da atividade agrícola do tabaco; enquanto algumas pessoas referiam que este plantio contribuiu para um melhoramento econômico e desenvolvimento da localidade do Rincão dos Maia e mesmo do município de Canguçu, outros alegavam que essa atividade “escraviza” o agricultor. Segundo as palavras de um produtor: “não se pode dormir mais de quatro horas por noite, e os cuidados a este cultivo demanda uma vigilância constante, especialmente no processo de cura (secagem) do tabaco” (RIQUINHO, 2009). Embora o trabalho não fosse o foco da pesquisa de mestrado, não foi possível passar despercebido o fato de que o trabalho –

representado pelo cultivo do tabaco – surgiu como categoria central na vida das pessoas, revelando tanto aspectos associados à saúde quanto à doença.

Sabe-se que a indústria do fumo se organiza mundialmente sob a forma de oligopólio; são poucas e grandes empresas transnacionais que organizam todo o complexo agroindustrial do tabaco composto basicamente pela produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados (BRASIL, 2004a). O sistema denominado de *integrado* representa o compromisso de compra e venda entre fumicultores e a indústria do tabaco. A indústria do tabaco responde pela dinâmica e inovação da produção agrícola e detém direitos exclusivos na venda de suprimentos, assim como o direito da compra do produto final (BRASIL, 2004b; VARGAS; BONATO, 2007).

A produção do fumo mantém características de conexão transnacional à medida que as indústrias têm sede nos países desenvolvidos, como é o caso da *Philip Morris*, nos Estados Unidos da América (EUA) e da Souza Cruz, subsidiária da *British American Tobacco*, no Reino Unido, e migraram suas produções para os países em desenvolvimento. Este processo teve por objetivo obter maiores lucros a custos de produção cada vez menores: os países produtores enviam os lucros às suas matrizes e os países produtores permanecem com o ônus do adoecimento dos trabalhadores e degradação ambiental devido à exposição à folha do tabaco e aos agrotóxicos utilizados no cultivo (BRASIL, 2004b).

A migração do cultivo do fumo dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento como o Brasil é um fenômeno que tem sido favorecido pela diminuição do subsídio do governo daqueles países, pelo aumento das ações de controle do tabagismo e consequente aumento nos custos de produção e declínio na lucratividade (KINGSOLVER, 2007). As mais significativas quedas na produção ocorreram nos EUA, cuja participação na produção mundial de tabaco caiu de 20% para 8%, entre 1970 e 2000, e na União Européia, cuja participação foi de 14% para 7%; processo semelhante aconteceu no Japão cuja produção também caiu pela metade no mesmo período (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2003).

No processo de migração do cultivo do tabaco dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento revela-se a busca da força de trabalho de menor custo, leis trabalhistas mais flexíveis e, conseqüentemente, maiores lucros. Segundo Antunes (2003), no contexto do capitalismo mundializado, operacionalizado pela

transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, as relações de trabalho tornam-se cada vez mais transnacionais. Há assim uma reconfiguração do espaço e do tempo de produção, novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, com maior frequência, no mercado mundial. Para o autor as consequências desse processo de mundialização produtiva forjaram uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional; da mesma forma que o capital se *transnacionalizou*, os limites no interior do mundo do trabalho sofreram um complexo processo de ampliação e precarização (ANTUNES, 2003).

Na chamada era da globalização, observa-se uma “homogeneização” das relações sociais, de produção e/ou da cultura à medida que as fronteiras tornaram-se permeáveis e, são transpostas, o efeito das ações coletivas e políticas em nível local diminuem (OFFE, 2001). Segundo o mesmo autor as fronteiras estão perdendo não apenas as características de limite, como também sua característica protetora, e assim a capacidade de respostas independentes e autônomas. A organização das relações de trabalho, no sistema capitalista, especialmente no capitalismo industrial, desenvolve-se na busca de uma homogeneização das relações de produção, ultrapassando os limites nacionais e regionais da cultura dos trabalhadores. É essencial, para o próprio capitalismo, que estes adquiram uma consciência de si cada vez mais distanciada das representações coletivas e de suas culturas (SEGABINAZZI, 2007; OFFE, 2001).

No cenário mundial, na safra de 2009/2010, a China foi o maior produtor de tabaco, produzindo 34,7% do tabaco no mundo. A seguir, a Índia respondeu por 11,3% e em terceiro lugar o Brasil com 10,7% da produção mundial (AFUBRA, 2012). Em relação à exportação, o Brasil é o primeiro exportador mundial de tabaco; exporta 70% da sua produção (AFUBRA, 2012). A produção brasileira do tabaco se concentra na região Sul, responsável por cerca de 92,7% e a região Nordeste contribui com 7,3%. Dos estados da região Sul, o Rio Grande do Sul responde pela maior parte da produção de fumo e o município de Canguçu destaca-se nessa produção ao lado de Candelária, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, São Lourenço e Camaquã (DESER, 2005; VARGAS; BONATO, 2007).

Em comum esses municípios apresentam uma população predominantemente rural e concentram pequenas propriedades (VARGAS; BONATO, 2007). O tamanho médio das propriedades associadas às atividades de cultivo do fumo no sul do Brasil em 2010/2011 era de 16,4 hectares; 25% das famílias não são proprietárias e trabalham em

regime de parceria, 35,5% dispõem de propriedades que variam de 1 a 10 hectares, 25,0% de 11 a 20 hectares e 1,1% com 50 ou mais hectares de terra (AFUBRA, 2012a).

As atividades agrícolas vinculadas ao fumo são realizadas predominantemente por pequenos produtores rurais em regime de agricultura familiar, utilizando prioritariamente a força de trabalho familiar (AFUBRA, 2009; ORR, 2000). Cerca de 90% do total de trabalhadores envolvidos nas atividades de cultivo provém da própria família e os 10% restantes são formados por trabalhadores temporários. Um fator em comum nos países produtores de tabaco onde a atividade agrícola se desenvolve no âmbito familiar é a presença do trabalho infantil, em que a criança colabora em turnos inversos à escola ou ainda em tempo integral, como um trabalhador ativo em todo o processo do cultivo (BRASIL, 2004b; MCKNIGHT; SPILLER, 2005).

Além da produção, o consumo de tabaco também se concentra nos países em desenvolvimento. Estima-se que, atualmente, existem no mundo 1,3 bilhões de fumantes. Destes, 84% vivem em países em desenvolvimento e, estima-se que esta proporção aumente para 88% em 2025 (BRASIL, 2004a; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004a). Em relação às consequências do tabagismo para a saúde humana, há muito tempo já está comprovado que os usuários de tabaco têm maior risco de adoecer e morrer prematuramente de cânceres, ataque cardíaco e doenças respiratórias, além dos problemas decorrentes da privação das famílias de recursos necessários a subsistência e da imposição de custos adicionais aos sistemas de saúde (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b; PINTO; UGÁ, 2010).

Na tentativa de enfrentamento da epidemia global do tabagismo e tendo em vista a preocupação do mundo inteiro com as consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo consumo e exposição ao tabaco, foi adotado por unanimidade na 56ª Assembléia Mundial de Saúde, em maio de 2003, o primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). No ano de 2005 a CQCT entrou em vigor, quando no mês de fevereiro 40 países ratificaram o tratado e, desde então 173 dos 192 países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) ratificaram sua adesão (BRASIL, 2012). O propósito da Convenção-Quadro é unir os países para a adoção de um conjunto de medidas visando deter a expansão global do consumo e produção de tabaco, criando padrões internacionais para seu controle com providências relacionadas à propaganda e patrocínio, à política de impostos e preços, à etiquetagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo e a políticas de incentivo a diversificação agrícola, dentre outras

medidas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004b; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b).

O texto final da CQCT é constituído por 38 artigos e, dois deles se referem especificamente aos agricultores e trabalhadores do tabaco: o artigo 17 da CQCT recomenda que organizações intergovernamentais, internacionais e regionais em cooperação promovam alternativas economicamente viáveis para a substituição do cultivo; o artigo 18 diz respeito à proteção do meio ambiente e a saúde das pessoas envolvidas com ao cultivo e a fabricação de produtos do tabaco em seus respectivos territórios (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004b).

O governo brasileiro foi líder na negociação internacional da Convenção-Quadro. E sua liderança foi fruto da experiência no Programa Nacional de Controle do Tabagismo desenvolvido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 1989 e organizado em uma rede descentralizada de assistência à saúde, permitindo assim, múltiplas ações para o controle do tabagismo. Tal programa foi o primeiro nacional de controle do uso do tabaco a ser estudado em projeto-piloto da OMS (BRASIL, 2005; SOGOCIO,2008).

O destaque no cenário internacional levou, na época, a então Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República – Dilma Rousseff a enviar carta de esclarecimento e apoio à Convenção-Quadro ao Senador Federal Heráclito Fortes (PFL-PI), relator da Comissão de Agricultura (BRASIL, 2005). A carta contextualizava os propósitos e objetivos do tratado e informava ainda que o Brasil foi o segundo país a assinar a promulgação da Convenção-Quadro em junho de 2003, sinalizando seu firme propósito de ratificar o documento e continuar cooperando nos esforços globais para deter a epidemia do tabagismo. Até aquele momento, outubro de 2005, 89 países entre eles sete dos dez principais países consumidores do tabaco brasileiro já haviam ratificado a Convenção (Alemanha, África do Sul, Filipinas, Japão, Países Baixos, Reino Unido e China). Além disso, havia o risco de perda do direito de participar da Conferência das Partes (COP) como país membro, perdendo assim o poder de deliberar e exercer influência na consolidação do tratado (BRASIL, 2005, p. 2):

Se isso ocorrer, não apenas perderemos nossa posição de liderança mundial nas políticas de combate ao fumo, mas também passaremos por uma situação constrangedora no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU frente aos países que confiaram a presidência do processo de negociação do texto em vigor ao Brasil.

Sogocio (2008) em sua dissertação de mestrado estudou o processo decisório brasileiro para a ratificação da CQCT, buscando compreender em que contexto a decisão foi tomada e como agiram os atores influentes na tomada de decisão. A autora documentou que o relator da Comissão de Agricultura divulgou o parecer favorável à Convenção dez dias antes do prazo final para o Brasil participar da primeira COP da Convenção-Quadro, em fevereiro de 2006 em Genebra.

Em seu estudo Sogocio (2008) apontou a participação de representantes do Estado, da sociedade civil organizada e da indústria como influentes no processo que culminou com a ratificação da Convenção-Quadro:

- Estado: a OMS interessou-se para que o Brasil aprovasse e ratificasse a Convenção-Quadro, pois o País que liderou as negociações do tratado não poderia não acatá-lo internamente. O Ministério da Saúde brasileiro foi considerado pela autora o maior impulsionador da ratificação ao lado dos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e da Casa Civil.

- Sociedade civil organizada: mostrou-se presente durante o processo decisório, por meio da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), em especial pela presença da Diretora Executiva Paula Johns; de representantes das Sociedades de Oncologia e Pneumologia; da Igreja Católica, pela Diocese de Santa Maria-RS e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul).

- Indústria: A Afubra constitui o grupo de interesse contrário à ratificação, representando interesses e ações em nome da indústria durante o processo de negociação à ratificação do Tratado. A participação direta da indústria no processo ocorreu pelas Audiências Públicas em Brasília e nas cidades produtoras de fumo.

Diante desse cenário torna-se imprescindível pensar as relações que se estabelecem entre trabalhadores, Estado, sociedade civil e mercado e as repercussões nas condições de vida e trabalho dos agricultores do tabaco. Para Offe (2001) o Estado, a sociedade e o mercado influenciam os modos pelos quais as pessoas vivem e interagem, representando mecanismos de coordenação dos indivíduos e de suas ações. Cada um desses três elementos se baseia de certa forma em uma das três capacidades coletivamente relevantes pelas quais os seres humanos podem intervir no mundo social: razão, paixão e interesse (OFFE, 2001).

O Estado intervém no mundo social a partir de sua organização política, articulando e integrando um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações que combinam características estatais, não-estatais, nacionais e globais (SANTOS, 1998).

Compete ao Estado coordenar diferentes organizações e interesses que emergem do seu papel de regulador social, sendo por vezes, interesses divergentes ou até contraditórios aos da sociedade.

No entanto, o que se pode observar em relação ao papel do Estado na Convenção-Quadro foi um Estado defensor do “novo”, da saúde em detrimento do capital, em não conformidade com a permanência dos “velhos interesses”, quando o Estado costumeiramente representava ativamente o mercado. Um processo contrário ao que Santos (2008) descreveu em seu livro Espaço e Método, em que os interesses do mercado seriam governados pelo novo e pelo externo, mas realizando-se em grande parte por meio do velho e do interno, através de políticas do Estado. Internalizar o externo, renovar o antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado (SANTOS, 2008). Os mecanismos de mercado mostravam-se triunfantes, trazendo o novo e conservando o velho em função das regras da produção, impondo o externo ao interno nos setores onde isso lhes convinha e conduzindo o Estado para a esfera dos interesses privados. Em relação à Convenção Quadro, pode-se dizer que a atitude do Estado brasileiro foi inovadora, contrariando os interesses do mercado, cerceando aquele – o mercado – que com “vestes do novo”, de novo nada não tem, pois historicamente se revela em busca de lucros e vantagens a qualquer preço.

A sociedade, por sua vez, apresenta estruturas diferentes, conforme a distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficaz nos espaços sociais (BOURDIEU, 2005). Sua ação desenvolvida em conjunto, organizada e coesa, em relação aos interesses e finalidades comuns, dispõe de elementos que a habilita para a negociação no campo de disputa entre o Estado e o mercado. O reconhecimento da pluralidade de lógicas entre esses diferentes atores, Estado, sociedade e mercado, legitima os representantes da sociedade ao exercício da democracia nos espaços públicos, enquanto espaços de conflito, imbuindo-se da argumentação, negociação, produção de alianças e consensos possíveis (DAGNINO, 2002).

Ao mercado interessa aumentar lucros individuais e de grupos econômicos e para isto constituem *cartéis* e monopólios, corrompendo assim, o ideal da “liberdade de escolha”, premissa pela qual são frequentemente defendidos. Os mercados são conhecidos por sua surdez e cegueira: são surdos às externalidades negativas por eles causadas, como por exemplo, a degradação ambiental e o adoecimento humano, bem

como cego às consequências de longo prazo que as transações de mercado podem causar aos envolvidos (OFFE, 2001).

A busca da regulamentação do mercado pelo Estado é uma das esferas de ação da sociedade; se o Estado deve regular o mercado, a sociedade precisa estar presente influenciando essas decisões. Esse aparente equilíbrio é necessário para manter a função desses diferentes atores: não há mercado sem regras, economia sem sociedade e sociedade sem Estado (POLANYI, 2000). A articulação da sociedade em instâncias organizadas e participativas em prol de um objetivo comum parece ser a forma de intervenção possível no Estado e deste no mercado.

A proposta desta pesquisa também é refletir sobre essas relações - Estado, sociedade civil e mercado - por meio da imersão no cotidiano dos agricultores plantadores de tabaco e da aproximação de atores importantes para compreender esse contexto, representantes dos três seguimentos sociais, representados por agentes públicos, representantes da sociedade civil organizadas e por integrantes da indústria do tabaco em interação num micro espaço, uma localidade rural produtora de tabaco. Cotidiano este entendido na perspectiva apresentada por Heller (2009) como lócus de vivências concretas, de compromisso pessoal e moral dos atores envolvidos, fazendo parte desse cotidiano o trabalho, a vida privada, o lazer, o descanso e as atividades sociais. Para Santos (2010) o cotidiano faz parte do mundo vivido e nele as pessoas ocupam-se com os objetos, a técnica, o tempo e, especialmente, as ações. Portanto, as escolhas realizadas pelas pessoas decorrem dessas vivências e destes compromissos marcados por processos transitórios vividos diariamente e pelas transformações complexas das relações sociais.

Segundo Machado (2011), os processos econômicos que atraem populações, organizam espaços de moradia, de circulação e de serviços, também impõem padrões de consumo e desgaste relacionados aos modos de vida e trabalho. Invariavelmente, o contexto do processo produtivo em dado território necessita de um olhar histórico ao processo de desenvolvimento local e de sua relação com a saúde. A construção do território cotidiano, para além de estabelecer a organização dos processos de produção e de reprodução, influencia a saúde e adoecimento, impactando nas transformações sociais (MACHADO, 2011).

O interesse da saúde em esquadrihar territórios por meio de um processo sistemático de coleta de dados demográficos, socioeconômicos, político-culturais, epidemiológicos e sanitários decorre do fato de que a promoção da saúde coletiva

analisa, como uma de suas questões centrais, os condicionamentos ou determinantes históricos e sociais dos fenômenos de saúde em populações e lugares concretos (MONKEN; BARCELLOS; PORTO, 2011). Porém a identificação de problemas de saúde no território passa pela compreensão das vulnerabilidades e seus determinantes, ao invés de simplesmente listar a presença de agravos prevalentes. As vulnerabilidades de saúde são originais das interações de grupos humanos em determinados espaços geográficos e sua identificação e localização dependem do conhecimento das dinâmicas sociais, hábitos e costumes da população (MONKEN; BARCELLOS; PORTO, 2011).

Nessa perspectiva a construção dos objetivos desta pesquisa fundamentaram-se na relação das condições de vida e trabalho e a saúde, identificada a partir do cotidiano das famílias que produzem fumo e da visão de diferentes atores envolvidos no cultivo do tabaco. Portanto, as questões norteadoras da pesquisa podem ser assim sintetizadas: Como as famílias se organizam e desenvolvem o processo de trabalho no cultivo do tabaco? Quais são os problemas relacionados ao ambiente e de saúde sentidos e expressos no cotidiano? Seriam eles percebidos como decorrentes do processo de trabalho? Como os trabalhadores entendem sua inserção na cadeia produtiva do tabaco? Quais são as estratégias de resistência ou (re)normalização dos diferentes atores envolvidos em decorrência de suas distintas inserções nessa cadeia produtiva? Pode-se falar em “escolha” dos agricultores do tabaco por esse cultivo ou seria apenas uma estratégia de sobrevivência no meio rural? Quais seriam as possíveis formas de resistência dos trabalhadores ao sistema integrado de produção de tabaco, as estratégias de substituição do cultivo e de enfrentamento dos problemas à saúde humana e ambiental?

Partiu-se do pressuposto de que o entendimento das relações sociais e de trabalho no meio rural incluindo a propriedade da terra, o estabelecimento de vínculo empregatício, o contrato de trabalho com a indústria do tabaco, a comercialização do produto, e também das condições de trabalho (processo de trabalho, ambiente e organização do trabalho), complementado pela visão de representantes do Estado, da sociedade civil organizada e da indústria, podem tornar possível desvelar o processo produtivo e compreender melhor a lógica do mercado e as diferentes formas de poder que circulam nesse contexto. Acredita-se que por meio dessas diversas visões de mundo, são enfatizadas articulações, formas de resistência e de subordinação ao capital, bem como a partir do conhecimento das maneiras de viver e reproduzir bens materiais e simbólicos (MINAYO, 2004; WEBER, 2009). A visão de mundo é apresentada por

Geertz (2008) como uma perspectiva pela qual as pessoas elaboram os fatos na realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.

Acredito que focar a relação trabalho, saúde e ambiente na perspectiva dos trabalhadores agrícolas do tabaco seja importante para desvelar as relações culturais, sociais e históricas do cultivo desse produto na localidade do Rincão dos Maia, Canguçu – RS. A identificação e análise de questões macro econômicas envolvidas e das micro-gestões no cotidiano de submissão e resistência ao capital e às normas do trabalho e o conhecimento das situações de adoecimento relacionadas a esta atividade, assim como das estratégias utilizadas para atenuá-las, oferecerão subsídios importantes que podem contribuir para o processo social e político de transformação dessa realidade e a proposição de políticas públicas para o controle do tabaco, em especial, aquelas voltadas à defesa da saúde dos trabalhadores rurais.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Caracterizar e compreender as condições de vida, trabalho e saúde das famílias que produzem tabaco na localidade rural de Rincão dos Maia no município de Canguçu, RS.

3.2 Objetivos Específicos

- Conhecer os modos de viver das famílias e o processo sociocultural e histórico do cultivo de tabaco na localidade e os movimentos de resistência ou aderência ao cultivo;
- Descrever e analisar o processo, as relações e as condições de trabalho das famílias que cultivam tabaco e os mecanismos de adaptação e/ou superação das dificuldades decorrentes do cultivo;
- Identificar problemas ambientais e de saúde associados à fumicultura e as estratégias de enfrentamento a estes problemas;
- Compreender as concepções em relação ao sistema integrado de produção do tabaco bem como alternativas ao cultivo de tabaco e propostas de diversificação em áreas cultivadas.

4 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo pretendeu-se apresentar aspectos teórico-metodológicos da aproximação empírica e analítica do universo vivido pelos produtores de tabaco na localidade rural do Rincão dos Maia, Canguçu, RS. Esta aproximação baseou-se em dois principais aportes teórico-metodológicos: o método etnográfico e a perspectiva ergológica de Yves Schwartz.

4.1 Tipo de Estudo

Para atingir os objetivos propostos foi desenvolvido um estudo qualitativo do tipo etnográfico. Pela característica de imersão do pesquisador no meio pesquisado, as diferentes visões são reconstituídas, permitindo o cruzamento de diversos pontos de vista sobre o objeto, tornando mais clara a complexidade das práticas e revelando sua densidade (BEAUD; WEBER, 2007).

Como afirma (GEERTZ, 2001, p. 26):

Para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que o estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado em meio aos quais elas levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma idéia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente.

No sentido de aproximação desses significados no cotidiano dos agricultores de tabaco, propus utilizar as ferramentas da etnografia “como uma lente” visando compreender as relações entre os atores sociais e suas estratégias de trabalho e saúde. Esta escolha não vem do desejo de mudar minha identidade profissional de enfermeira, mas combinar o conhecimento da área da Saúde ao das Ciências Sociais. A apropriação dos recursos metodológicos da etnografia em trabalhos da área da saúde tem adquirido relevância em pesquisas empreendidas pela enfermagem, medicina e psicologia, por exemplo, evidenciando a compreensão do encontro etnográfico como encontro intersubjetivo de interlocutores situados em posições simétricas, nas questões de saúde doença (COSTA, 2002; RAYNAUT, 2006).

Uma das importâncias da contribuição da antropologia para a saúde pública está no sentido de ampliar os significados dos fenômenos da saúde e da doença, indo além de situações específicas. Estes significados constituem características centrais para compreensão da visão de mundo das diferentes populações e as relações entre esses

indivíduos e a sociedade (MINAYO, 2006). A autora enfoca que as questões de saúde doença e trabalho precisam ser contextualizadas nos processos histórico-culturais com abordagem de classe, de gênero, de idade e de etnias, atualmente consideradas como categorias imprescindíveis para entender as diferenciações sociais. Para além destas especificidades, esses fenômenos se vinculam com os modos de produção, as desigualdades sociais e as redes sociais de apoio dos indivíduos e grupos (MINAYO, 2006).

A ergologia de Yves Schwartz foi utilizada como perspectiva analítica na compreensão do cotidiano de trabalho dos plantadores de tabaco. Os conceitos de trabalho/atividade para Schwartz (2006) são engendrados num construto teórico-prático de valoração do encontro dos diversos saberes acionados no dia-a-dia do trabalho, entre o que é instituído, formalizado – polo epistêmico – e a re-normalização por meio do saber-fazer – polo do saber dos trabalhadores, articulados pelo polo ético-epistemológico.

A perspectiva ergológica pressupõe a aproximação do trabalho real por sua riqueza de operacionalização que implica não apenas a execução das normas estabelecidas, mas uma permanente negociação entre estas, numa tendência à (re)normalização resultante da singularização das pessoas em relação ao coletivo (SCHWARTZ, 2006). Assim, o trabalho real é o resultado da (re)normalização e não a estrita aplicação e execução das normas (SCHWARTZ, 2006). O trabalho não se resume apenas na execução, repetição de movimentos ou operações previstas antecipadamente; ele convoca um universo de micro transgressões, sendo ambiente propício para questionar o prescrito e o exercício de poder (HENNINGTON, 2008).

Nesse sentido, nossa opção foi a de produzir conhecimento *junto* aos agricultores do tabaco *e com* eles, buscando compreender seu saber-fazer no cotidiano de trabalho, a (re)normalização e as estratégias de resistência de vida e saúde. De certa forma, os informantes chave tiveram um papel de compreensão e articulação entre aspectos micro e macrossociais, bem como entre o local e o global do mundo do trabalho, em especial, aqueles relativos ao cultivo do tabaco.

O trabalho segundo Schwartz (2003) traz consigo marcas de debates da história das sociedades humanas, por meio dos conhecimentos acionados, dos sistemas produtivos, das tecnologias utilizadas, nas formas de organização, nos procedimentos escolhidos e nos valores de uso selecionados. As relações sociais que se entrelaçam também opõem as pessoas entre si, cristalizando produtos da história anterior da

humanidade e dos povos. Assim, sempre há ‘dramáticas’ iminentes ao trabalho humano, nas dialéticas do micro e do macro, nas circulações mutuamente reestruturantes entre valores sociais, valores humanos e construção passo a passo dos atos industriais, do trabalho e de suas transformações (SCHWARTZ, 2004).

4.2 Lócus de pesquisa

O município de Canguçu situa-se na “metade sul” do estado do Rio Grande do Sul (Figura1), na Serra do Sudeste. A população total é de 53.259 habitantes; destes 63% residem nas áreas rurais, as quais dividem-se em cinco distritos e 120 localidades (IBGE, 2012).

Rincão dos Maia localiza-se no primeiro distrito do Município, distante aproximadamente 12 km da sede. Nessa localidade concentra-se o maior número de pequenos estabelecimentos familiares do Município (a área total está entre 7 e 10 hectares, em média). As famílias de agricultores dedicam-se ao cultivo da matéria-prima direcionada à indústria de doces e conservas ou às empresas de tabaco (RIQUINHO; GERHARDT, 2010). A localidade dispõe de uma escola municipal de ensino fundamental completo, posto de saúde, igreja católica e evangélica e uma sede comunitária, infraestrutura conquistada com o esforço da sociedade local e do auxílio do poder público (FIALHO, 2005).

Figura 1. Localização dos municípios da “metade sul” do RS, de Canguçu e da localidade Rincão dos Maia.



Fonte: Gerhardt et al, 2012

A condição de vida no Rincão dos Maia no passado era precária, com famílias numerosas, atividade agrícola incipiente e presença de casas de pau a pique, de chão batido (terra) e cobertas com capim-santa-fé (palha) ou telhas sem forro; a cada chuva eram novamente rebocadas de barro. A pobreza era generalizada. As pessoas eram reconhecidas facilmente pelos moradores da cidade ou de outras localidades pelo tipo físico (subnutridos), pela forma de vestir, pelos gestos e pela fala; tidos como violentos e brigões, a localidade tinha o apelido de Rincão do Pulguedo (Fialho, 2005).

No fim da década de 1970 e início da de 1980, houve a aplicação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), que após diagnóstico da Universidade Católica de Pelotas evidenciou as precárias condições de vida e restrições econômicas e sociais das famílias dessa localidade. As intervenções tinham como foco modificações no plantio e conservação do solo, por meio da diversificação, fertilização, diminuição das queimadas, aquisição de equipamentos agrícolas e melhoria do saneamento, construindo fossas sanitárias (Fialho, 2005). No entanto, as estratégias de desenvolvimento não

atingiram todos os moradores e as condições de moradia e a atividade produtiva pouco mudaram no decorrer dos anos.

Atualmente a população é estimada em 300 famílias. Destas, 241 fizeram parte do estudo que resultou na dissertação de Riquinho (2009), perfazendo um total de 814 pessoas, apresentando as seguintes características sociodemográficas: 51,2% são do sexo masculino, 48,0% pertencem ao grupo etário de 25-59 anos de idade, 42,6% possuem escolaridade de 1 a 4 anos de estudo, 82,0% eram agricultores, destes 17% eram aposentados, 48,5% das famílias tinham composição nuclear. Em relação à morbidade, 63,6% referiram pressão alta e 59,6% depressão. Quanto aos fatores socioeconômicos, 91,2% das habitações são de alvenaria e 56,0% sem piso e/ou forro; 65,0% dispõem de sanitário; 52,7% plantam para comercialização e subsistência e 71,8% utilizam como transporte ônibus ou moto.

4.3 Sujeitos de pesquisa

Os sujeitos de pesquisa foram 23 agricultores que cultivavam fumo; 16 que não o cultivavam; 11 representantes do Estado, entre saúde, educação e agricultura; 10 representantes da sociedade civil organizada e três representantes da indústria do tabaco; perfazendo um total de 63 entrevistas.

Inicialmente a amostra estudada dos agricultores foi aleatória, baseada no banco de dados construída pela autora durante o mestrado, em que constavam informações sobre o tipo de família, filhos menores de 18 anos e produção rural dentre outras informações. Realizei sorteio conforme esta tipologia. No entanto, muitos dos agricultores já não plantavam mais tabaco e outros passaram a plantar, ou então haviam mudado da localidade. Assim, a fim de atualizar as informações, passei a consultar Ana (senhora que me hospedou durante a produção dos dados) e Lourdes (líder religiosa da Igreja Deus é Amor). Nesta amostra intencional mantiveram-se as características da heterogeneidade social da comunidade pesquisada: diferentes arranjos familiares - família extensa ou nuclear; apenas o casal e monoparental (GERHARDT, 2000), assim como, famílias que tinham entre seus membros crianças em idade escolar. Das famílias monoparentais duas eram viúvas e, com a morte do marido respondiam pelos contratos com a indústria. Também foram contempladas diferentes etnias (descendentes de

alemães ou pomeranos, e brasileiros^{*}), distintos credos (católicos, luteranos e neopentecostais) e famílias com vínculo direto ou indireto com a indústria do tabaco. Havia famílias vinculadas à indústria pelo sistema integrado, famílias que compravam todos os insumos em lojas agropecuárias e comercializavam para diferentes firmas e atravessadores e ainda famílias com e sem dívida acumulada com a indústria.

Durante as entrevistas com os agricultores as famílias estavam reunidas, sendo possível o diálogo com todos os integrantes, mesmo os filhos menores de 18 anos. A duração das entrevistas foi de 20 a 40 minutos. Já com os representantes do Estado, sociedade civil e indústria, as entrevistas foram agendadas e realizadas individualmente em seus locais de trabalho, exceto no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) onde a entrevista se deu com os dois entrevistados concomitantemente. E, a duração das entrevistas foi de 15 a 20 minutos.

Entre as famílias entrevistadas que produziam tabaco, o principal arranjo foi nuclear, formado pelo casal e filhos seguido por apenas a presença do casal. A maioria se identificava como “brasileiro” e a seguir como “pomerano”. A religião mais referida foi católica ou luterana. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 28 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. A média de integrantes das famílias foi de 3,4 pessoas. O tamanho das propriedades variou entre 3 a 20 hectares e uma família com 50, sendo que a média ficou em 14 hectares de terra. A maioria dos pais possuía o ensino fundamental incompleto e os filhos em idade escolar frequentavam a escola, exigência da indústria do tabaco. O tempo de trabalho no cultivo do fumo variou entre 2 a 17 anos, com uma média de 7,7 anos, havendo dois casos de mais de 30 anos de cultivo.

Naquelas que não produziam tabaco o principal arranjo familiar foi também nuclear. Quase a totalidade se identificava como “brasileiro”, apenas uma como “pomerano”. Para a religião referida houve certo equilíbrio entre ser católico e protestante. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 30 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. Metade das famílias tinha entre seus membros pessoas aposentadas. A média de integrantes das famílias foi de 3,7 pessoas. A estrutura fundiária era de 0,5 a 12 hectares e duas famílias com 23 e 50 hectares respectivamente; a média ficou em 8 hectares de terra. A maioria dos pais possuía o ensino fundamental

^{*} Ao perguntar sobre a origem étnica apenas os descendentes de alemães ou pomeranos afirmavam sua origem. Os demais se reconheciam como “brasileiros”: sendo estes brancos ou negros. As famílias afrodescendentes são minoria na localidade, três foram entrevistadas, duas plantavam fumo e uma não. No entanto, não há particularidade para estas famílias quando comparados às demais brancas.

incompleto e os filhos em idade escolar frequentavam a escola. Em suma, as famílias apresentavam características muito semelhantes com diferenças em relação ao tamanho das propriedades, número de pessoas na família e presença de indivíduos aposentados. No caso das famílias que não produziam tabaco as propriedades eram menores, o número de integrantes da família era um pouco maior, assim como havia maior presença de aposentados na família.

Foram também entrevistados informantes-chave que atuavam na comunidade e que detinham conhecimento sobre o objeto de estudo. Primeiramente selecionou-se serviço ou órgão que tinham relação com o tema pesquisado e, a seguir pessoalmente procurei as pessoas identificadas. As entrevistas foram realizadas com estas pessoas ou com quem eles indicavam. Na secretaria de saúde do município apesar de cinco visitas, telefonema e contato via e-mail não foi possível agendar entrevista com a secretária municipal de saúde. Os informantes-chaves são caracterizados a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos informantes-chave entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.

Representantes do Estado – Setor Saúde			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST Regional	Enfermeira	Presta cuidados de enfermagem no Cerest há nove anos.	36
Secretaria Municipal da Saúde – Vigilância em Saúde (SMS-VS)	Economia doméstica	Coordenadora da VS há nove anos.	50
SMS	Médico1	Trabalha há 16 anos no município atendendo nas localidades rurais, quinzenalmente.	50
SMS	Médica2	Trabalha há sete anos no pronto atendimento municipal.	46
Hospital Regional Filantrópico	Médico3	Coordenador e plantonista do Pronto Socorro do Hospital Filantrópico Regional	53
Representantes do Estado – Setor Educação			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Secretaria Municipal da Educação (SME)	Professora	Diretora da Escola Local	30
SME	Professora	Orientadora educacional da Escola Local	28

Representantes do Estado – Setor Agricultura			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Secretaria Municipal da Agricultura (SMA)	Assistente social	Técnica agrícola, extensão rural	54
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS)	Técnico agrícola	Extensionista Rural1	39
Emater/RS	Agrônomo	Extensionista Rural2	53
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Agrônomo	Pesquisas para a agricultura familiar	52
Representantes da Sociedade			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	Agricultor	Participa do programa do crédito fundiário	49
STR	Agricultor	Participa do programa do crédito fundiário	59
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Agricultor	Fundador e ativista do movimento	36
Associação Comunitária Local (ACL)	Agricultor	Presidente da associação	36
Associação de Agricultores e Apicultores (AAA)	Padre	Fundador e ativista	76
Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL)	Agricultor	Membro da associação	46
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)	Técnico em enfermagem	Desenvolve ações de educação e saúde junto aos agricultores	46
União das Associações Comunitárias (UAC)	Técnico agrícola	Estimula a produção agroecológica e o cooperativismo	31
Líder Comunitário (LC)	Professor aposentado	Líder religioso e membro da associação local	54
(LC)2	Agricultor Aposentado	Membro da associação local	90
Representantes da indústria			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Indústria 1	Técnico em contabilidade	Instrutor da indústria1. Responsável pela captação dos agricultores no início do	31

		plantio e acompanhamento da atividade, como pedidos de insumos e a comercialização.	
Indústria 2	Técnico agrícola	Instrutor da indústria2. Idem ao primeiro.	30
Indústria 3	Técnico agrícola	Instrutor da indústria3. Idem ao primeiro	50

Fonte: Riquinho & Hennington, 2012

4.4 Produção dos dados

Na Antropologia tudo é fundado em alteridade: existe a descrição etnográfica porque há um “nativo” transformado em informante e, só há dados quando há um processo de empatia entre ambos (MATTA, 1978). A produção de dados ocorreu em duas etapas: na primeira foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) a partir de roteiro composto de duas partes. A primeira constou de dados de identificação do(a) entrevistado(o) e de sua família, sendo coletados os dados sociodemográficos; na segunda parte foram perguntas abertas sobre a situação fundiária, histórico da produção agrícola da localidade, atividades produtivas atuais e problemas de saúde decorrentes destas práticas. No caso dos informantes-chave também foram entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) com dados de identificação do(a) entrevistado(o) e de sua atuação/inserção no tema pesquisado. A produção dos dados foi realizada pela pesquisadora e foram gravadas em Mp3 Player e após transcritas para análise.

A entrevista semiestruturada parte de questionamentos prévios, conforme as questões de pesquisa e permite que a partir das respostas do informante criem-se novas indagações, ocorrendo o enriquecimento das informações (TRIVIÑOS, 1987). A entrevista etnográfica feita em profundidade procura conhecer significados, explorar nuances, capturar as áreas obscuras que podem escapar às questões de múltipla escolha que meramente se aproximam da superfície de um problema (ANGROSINO, 2009).

A segunda etapa da pesquisa foi desenvolvida por meio da observação participante a partir de roteiro previamente elaborado (Apêndice C). Tratou-se do seguimento de cinco famílias durante a realização da pesquisa acompanhando o dia-a-dia de trabalho e as relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos no cultivo de tabaco. Na escolha destas famílias buscou-se manter a heterogeneidade social, assim como a empatia. As características destas famílias são apresentadas a seguir:

- Tipo de família: uma extensa, duas apenas o casal e nuclear;
- Origem étnica: três pomeranas e duas brasileiras;
- Religião: três católicas, uma luterana e neopentecostal;
- Dívida com a indústria: três com dívida, uma dívida investimento e uma sem dívida;
- Características fundiárias: apenas um com 50 hectares e os demais de duas a cinco. Todos eram proprietários.

Para Cliford (1998) a observação participante serve como uma fórmula entre experiência e interpretação, um ir e vir entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos, captando, por um lado o sentido dos gestos específicos, pela empatia; de outro, situando esses significados em contextos mais amplos, o que para Geertz (2008) é auxiliado pela teoria da qual depende conceitualmente a interpretação. Para o mesmo autor, na etnografia a teoria deve fornecer um conjunto de palavras no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo, sobre o papel da cultura na vida humana. As conclusões a partir de pequenos fatos do cotidiano e suas relações são densamente entrelaçadas pelo papel da cultura na construção da vida coletiva (GEERTZ, 2008).

Em seu livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski (1976) enfatiza a observação de fatos da vida cotidiana, os quais fazem parte do tecido social, trançados por fios de significados que vinculam a família e a comunidade. Estes fatos da vida cotidiana, conforme o autor, não podem ser registrados através de questionamentos ou documentos estatísticos, têm que ser observados em plena realização: são os denominados “imponderáveis da vida real”. Pertencem a rotina diária de trabalho das pessoas, os detalhes de seus cuidados corporais, do modo de comer e de preparar os alimentos, o tom das conversas e da vida social, a existência de fortes amizades ou de hostilidades, de simpatia e aversões momentâneas, o modo sutil, mas inegável, pelo qual as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas relações emocionais dos que o cercam (MALINOWSKI, 1976).

Observar é contar, descrever e situar os acontecimentos do cotidiano, construindo redes de significados. Por meio da ancoragem das relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos, do entrevistador e entrevistado (CARDOSO, 2004).

A consulta a jornais de circulação local (Portal do Sul) e outro regional (Tradição), inicialmente previsto no projeto de pesquisa não foi possível pelo fechamento do

primeiro no início da pesquisa e pela ausência de assuntos envolvendo a produção de fumo com ênfase nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e de saúde, do segundo.

A pesquisa na localidade ocorreu durante 90 dias de trabalho de campo, de dezembro a agosto de 2011. A escolha desse período se justificou por oportunizar o acompanhamento de um ciclo de trabalho no cultivo do tabaco, do plantio à classificação do fumo.

4.5 Análise do material produzido

A análise na pesquisa qualitativa não se trata de um momento estanque, mas uma construção que se inicia na produção dos dados. O estar “com” os participantes da pesquisa e a relação com eles estabelecida repercutiram no material que foi analisado.

Nesse sentido a **análise reflexiva** foi uma importante ferramenta à medida que instigou, a pesquisadora a apontar e refletir sobre as surpresas e dificuldades encontradas no *lócus* de pesquisa, assim como, trazer para a análise a interação entre pesquisadora e pesquisados.

De certa forma tal análise auxiliou na construção da familiaridade com o ambiente e as pessoas pesquisadas, conseqüentemente na compreensão dos significados atribuídos ao seu cotidiano, combinando os processos de trabalho, por exemplo, e os modelos simbólicos (GEERTZ, 2008). Os modelos simbólicos/de cultura por sua vez compreendem indicadores e símbolos, transmissores de significado, que desempenham um papel fundamental na existência da vida de uma sociedade (GEERTZ, 1997). Segundo Geertz (2008, p. 94):

Ethos enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo “visão de mundo”. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.

Segundo Geertz (2001) a análise da pesquisa qualitativa é uma modalidade de experiência moral, à medida que emerge de um contato direto com os detalhes do cotidiano, afetando a sensibilidade de quem a realiza. Esta interação pesquisador-pesquisado, o encontro do conhecimento científico e senso comum pode ser entendido para este autor como a “ciência da interação” e, portanto interpretativa.

Para Gibbs (2009) o exame minucioso do material produzido durante a pesquisa, nas experiências individuais ou do grupo pesquisado a sua visão de mundo, das interações e do contexto de estudo são iluminados pela teoria para uma melhor compreensão dos fenômenos observados.

Assim, a teoria iluminou a interpretação da realidade empírica. Para Minayo (2007) a relação dinâmica entre teoria e empiria expressam-se no fato que a realidade atualiza a teoria, que, por sua vez, a antecede, permitindo percebê-la e (re)formulá-la num processo de distanciamento, aproximação e reorganização. O Quadro 2 é uma tentativa de sistematização desta relação teórica e empírica no sentido de desvelar os significados do trabalho e da saúde dos agricultores de tabaco.

Quadro 2 – A relação entre categorias analíticas teóricas e empíricas

Categorias teóricas	Categorias empíricas
O processo saúde-doença-trabalho: lócus de produção e reprodução das relações sociais, econômicas e políticas (MINAYO, 2004), resultando nos problemas de saúde decorrentes do cultivo do tabaco, especialmente doença da folha verde do tabaco, intoxicação por agrotóxico e problemas musculoesqueléticos.	O cotidiano de trabalho dos agricultores do tabaco e a ocorrência de problemas de saúde resultantes do processo de trabalho e de danos ambientais.
A (re)normalização do trabalho - observado no trabalho pela operacionalização permanente na negociação entre as normas estabelecidas e a recriação (SCHWARTZ, 2006).	Conhecimento do dia a dia do trabalho permitindo desvelar as estratégias de (re)normalização do mesmo.
A interação Estado-sociedade-mercado – mediante políticas públicas para o setor e regulação do cultivo do tabaco, dispositivos de participação/mobilização e ações da indústria do tabaco.	A identificação das ações do Estado, da sociedade civil e da indústria do tabaco no local de estudo e das concepções dos distintos atores

Fonte: Riquinho & Hennington, 2012.

A operacionalização para a análise do material produzido a partir das entrevistas e da observação ocorreu pela categorização temática. Minayo (2007, p. 316) afirma que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *freqüência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

Segundo a mesma autora, a análise temática acontece em três fases: **pré-análise**: compreende o período em que se organiza o material; **exploração do material**: é o momento em que se codifica o material, organizando-os em categorias teóricas ou empíricas; **tratamento dos resultados obtidos e interpretação**: nesta fase os achados empíricos serão interpretados a luz do quadro teórico.

Na fase de organização e análise dos dados foi utilizado o *software* NVivo 7.0, programa que auxilia na organização de material qualitativo, com as ferramentas de codificação e armazenamento de textos em categorias específicas (GUIZZO *et al.*, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES BIOÉTICAS

A pesquisa atendeu a Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional em Saúde (BRASIL, 1996), quanto à submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte dos sujeitos. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, protocolo nº 219/10 (Anexo1).

Cada participante foi esclarecido sobre o desenvolvimento do estudo e recebeu o TCLE (Apêndice D para os agricultores e trabalhadores do tabaco e Apêndice E para os informantes-chave), no qual constam informações relativas ao objetivo da pesquisa, métodos, riscos e benefícios, de forma clara e simples. Foi garantido o anonimato dos sujeitos na divulgação dos resultados e garantida a liberdade de retirada do consentimento a qualquer momento, a informação quanto ao destino das informações produzidas, bem como a autorização para publicação dos resultados em revistas técnico-científicas. O Termo foi entregue em duas vias, sendo que uma das vias ficou de posse do participante e a outra da pesquisadora, ambos contendo a assinatura do participante e da pesquisadora.

As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora e gravadas em aparelho Mp3. As transcrições dos discursos dos participantes ficarão de posse da pesquisadora por cinco anos, e após as mesmas serão destruídas juntamente com o áudio das entrevistas.

6 O Diário de Campo: experiências vividas, surpresas, dificuldades e o compartilhar

A seguir serão apresentados e discutidos aspectos relacionados à entrada no campo de estudo, permanência e a descrição do vivido e observado. Mais do que um simples relato ou descrição de situações cotidianas durante o trabalho de campo, acredita-se que a inclusão do diário de campo como mais uma fonte de dados produzidos pela pesquisa seja pertinente aos leitores para melhor compreender o contexto e como foram gerados os dados a serem analisados, assim como a relação e implicação da autora com tema e com os sujeitos da pesquisa. Revela-se assim parte do método que pode contribuir com a reflexão dos resultados e ajudar futuros pesquisadores sociais e da saúde. Todos nos nomes atribuídos aos sujeitos de pesquisa descritos a seguir são fictícios com intuito de preservar suas identidades.

6.1 A aproximação do campo de estudo: entre missa e festejo

20 a 21 de novembro de 2011

O contato inicial foi realizado por telefone no mês de novembro após a qualificação do projeto e encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (CEP/ENSP), com dois moradores: um agricultor do tabaco (Família 01) Ernesto e o outro informante-chave Líder Comunitário (LC), professor aposentado, chamado Luís, ambos com envolvimento junto à Igreja Católica local, desenvolvendo atividades de ministros da igreja; Luís também fazia parte da Associação Comunitária. Os ministros da igreja católica são leigos que recebem capacitação para presidir cerimônias religiosas na ausência dos padres.

O fato de ter realizado a pesquisa de mestrado na localidade Riquinho (2009) e pesquisas subsequentes Gerhardt et al. (2009a, 2009b, 2009c, 2011a e 2011b) facilitou minha entrada em campo, pois já conhecia os líderes locais, especialmente da Igreja Católica, Luterana, Deus é Amor e Associação Comunitária. A Igreja Luterana e a Deus

é Amor não têm sede na localidade, embora na Deus é Amor os líderes religiosos sejam bastante atuantes com visitas e realização de cultos nos domicílios dos membros da igreja. A Igreja Luterana tem sede em localidade vizinha e na cidade de Canguçu.

A escolha por entrar em contato com líderes da Igreja Católica se deu pela maior adesão dos moradores locais a esta religião. No contato inicial por telefone falei de meu projeto de pesquisa e do desejo de apresentar-lhes, especialmente em um momento que houvesse uma reunião. Foi-me informado que no dia 20 de novembro de 2010 haveria missa na localidade. Assim, neste dia viajei para Canguçu, após 4 horas e uma pausa para o almoço dirigi-me ao Rincão dos Maia (RM), acompanhada de meu esposo e uma colega mestranda em enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que também faria sua pesquisa na localidade com a temática “saúde do homem”.

Durante a viagem o céu estava nublado e uma temperatura amena, uns 20°C. No início da tarde quando seguimos para o Rincão em estrada de chão, observamos a paisagem composta de aclives e declives; o céu estava com menos nuvens e fazia calor. No caminho vimos, ainda, a terra sendo preparada para o plantio de fumo, mudas recém plantadas, outras com pés maiores (uns 40 cm). As terras estavam cobertas por pastagens secas; foi um período de ausências de chuvas. Estacionamos o carro em frente à igreja. E, como tínhamos tempo, pois a celebração iniciaria às 14 horas, mostrei aos meus companheiros de viagem os cemitérios que circundam a igreja. Há um de um lado, à direita, mais a frente da igreja, na estrada, o cemitério da Manuela com cerca de arame e portão verde. Os túmulos são rebocados e pintados de diversas cores e enfeitados com flores artificiais igualmente coloridas. Destina-se a sepultar pessoas que não são católicas ou sócias da igreja.

Do outro lado da igreja, à esquerda, fica o cemitério onde são sepultados os católicos, igualmente circundado de arame. Permite a visualização dos nomes e fotos dos mortos. Os túmulos são mais recentes, coberto de mármore ou azulejos e com poucas flores de plástico coloridas. Vimos um túmulo que identifico como o da mãe de Ernesto (Família 01), já falecida e ao lado a identificação do marido com foto, nome e data de nascimento, mas como ele ainda está vivo, falta então, a data do falecimento. Outros seguem este mesmo modelo, um dos cônjuges morto em um jazigo e no outro tudo preparado para sua chegada.

Em seguida chega a Família 1 de moto: o casal e a netinha de seis anos. Somos recebidos de forma amistosa com aperto de mão e abraços. Indago como estão algumas

peças da localidade e a esposa, Maria, contou-nos que o túmulo que estava sendo construído no cemitério da Manoela destinava-se a um senhor que teve câncer e derrame (lembro que em 2008 em minha pesquisa de mestrado ele estava encaminhando os papéis para a aposentadoria, feliz e cheio de planos para aproveitar esse dinheirinho, como melhorar sua casa que era e continuou frágil de madeira). Maria ressaltou que o filho desse senhor pela necessidade de acompanhá-lo no hospital vendeu as mudas de fumo e, provavelmente ficará com problemas financeiros com a indústria, pelo fato de que não terá o produto ao final da safra para entregar.

Enquanto conversávamos do lado de fora, o agricultor Ernesto foi para dentro da igreja arrumá-la para cerimônia. Quando entramos ele ainda estava tirando o pó dos móveis do altar e foi buscar toalhas para enfeitá-lo. Maria o ajudou com as toalhas. A igreja não possui imagens, no centro havia uma cruz de madeira grande sem o cristo e nas paredes algumas figuras de santo como São Jorge. A seguir chegou Luís, com a esposa e neto, cumprimentaram a todos. Apresentei meus acompanhantes e narrei brevemente meu percurso acadêmico até o momento, o término do mestrado e o doutorado no Rio de Janeiro. Conversamos sobre as irregularidades observadas nas plantações do fumo e Ernesto ponderou que a falta de chuva atrasou o plantio. Em dezembro iniciaria a época de colheita, mas a maioria ainda estava plantando as mudas.

Nossos interlocutores pediram licença e foram se preparar para dirigir a celebração. Vestiram um jaleco branco com pintura no lado esquerdo com os símbolos da eucaristia (uva, cordeiro e trigo) que lembravam a ceia do senhor.

Luís começou a cerimônia saudando os presentes e as visitas (eu e meus acompanhantes) e avisou que após a celebração falaríamos um pouco de nossas pesquisas. Lamentou ter poucas pessoas presentes cerca de dez dos 150 sócios da Igreja. O Sermão foi dividido entre os dois ministros. Lembraram que naquela data comemorava o dia da Consciência Negra e que embora não existisse mais escravatura o preconceito e as oportunidades são desiguais para os negros. Seguiu o sermão que falava de Jesus visitando uma vila e hospedou-se na casa de um cobrador de impostos, que posteriormente decidiu doar metade da sua riqueza. A cerimônia termina com um cântico e pedidos a Deus de chuva e melhora de enfermos.

Passaram-me a palavra para falar da pesquisa. Relembrei os resultados do mestrado, da centralidade do trabalho na vida das pessoas da localidade e do objetivo atual de pesquisar o dia-a-dia do agricultor de tabaco e também daqueles que não plantavam. Considerei que o primeiro Tratado Mundial de Saúde Pública, a Convenção-

Quadro que visa a diminuição do consumo do tabaco poderia influenciar na produção de fumo. A filha de Ernesto, Marta, também agricultora do tabaco, que assistia a missa assegurou que a diminuição do plantio do fumo estava atrelada à redução dos custos e aumento da produção em países da África. Complementei que a produção migrou dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento e, que isto foi sim uma estratégia de manutenção de lucros por parte da indústria.

Lembrei de algumas vantagens e desvantagem do cultivo do tabaco, como a certeza da venda do produto, quando comparado a agricultura tradicional (alimentar) da qual não há comercialização garantida e do trabalho árduo no plantio do tabaco. Bem como das alternativas por meio dos incentivos à agricultura familiar, pelo Pronaf e compra da produção para merenda escolar.

Luís enfatizou que o principal problema na comercialização dos produtos alimentícios ocorria pela importação de produtos como pêssego da Grécia, ou a cebola da Argentina, num preço desleal. Tempos atrás havia muitas fábricas de compotas de pêssego e agora estavam todas fechadas. A esposa de Luís, Lúcia, argumentou que todos os problemas de saúde são atribuídos ao fumo, problemas de pulmão e cânceres. Marta respondeu que o fumo leva pouco agrotóxico quando comparado ao pêssego. Assinalei que todo cultivo que utiliza agrotóxico põem em risco a saúde do agricultor e também do ambiente pela contaminação das águas e solo. Alguns presentes como Ernesto e seu genro, Otávio, afirmaram que o cultivo do tabaco não é escolha, mas uma necessidade. Outro senhor, Márcio, (Família 04) cita o exemplo do alho que plantou, e que o trabalho despendido e o preço da venda do produto não compensaram. Vendeu por 80 centavos o quilo que no mercado custava 12 reais. Acabou com as sementes, pois não pretendia plantar mais alho. Luís finaliza que o poder e inteligência da indústria do tabaco de saber e programar seus lucros é desigual quando comparado a do Estado, o qual parece ter mais dificuldades em desenvolver estratégias para enfrentar a indústria do fumo.

Acrescentei que para conhecer e acompanhar o processo de trabalho e a relação com a saúde das famílias que produziam tabaco pretendia morar durante a realização da pesquisa na localidade, alugando um quarto na casa de uma família. O período seria de dezembro a agosto, uns 10 a 15 dias por mês. Os ministros ficaram de pensar em alguma residência de um membro da comissão da igreja. Conversamos mais um pouco e, Luis convidou-nos para um baile no dia seguinte, domingo na Associação, onde foi escolhida a rainha e princesas da Festa do Pêssego.

No domingo fomos até o RM para o baile. A estrada tinha movimento acentuado de carros e motos. No caminho para associação chamou a atenção uma casa rodeada de fumo (Figura 2). Nesta região pareciam terem sido plantados há mais tempo, do que os que vimos no dia anterior a caminho da igreja. Na associação muitos carros estavam estacionados, eram modelos seminovos e outros mais antigos, dentre eles observei o logotipo da Associação de Fumicultores Brasileiros (AFUBRA) e outro da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS). Muitas pessoas estavam dentro e fora do salão. Ao entrar fomos em direção de Lúcia que estava sentada (em bancos que contornavam o salão). Luís encontrava-se junto ao pessoal do som. No centro do salão estava montada uma passarela em formato de T forrado de tecido sintético vermelho e amarelo e a mesa dos jurados enfeitada com pêssegos.

Figura 2: Casa rodeada de plantação de fumo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

As pessoas presentes eram tantos jovens, pessoas de meia idade quando idosos, a maioria de cor branca, poucos negros ou descendentes de alemães. Todos estavam arrumados para a festa, com roupas coloridas, cabelos arrumados, presos ou soltos e bem penteados. Mulheres e homens fumam cigarros industrializados e alguns homens mais velhos cigarro artesanais.

Lúcia cumprimentava algumas pessoas e me apresentava dizendo: “ela ficará morando aqui na comunidade por uns meses”. Leva-me até a Família 02, composta de uma senhora viúva e sua filha (Ana e Patrícia) e brincou dizendo que eu ficaria em sua casa, Ana prontamente respondeu que não havia problema. Recordei a ela de quando estive em sua casa na pesquisa do mestrado. Ela comentou que a filha que estudava em

Canguçu, agora fazia Ciências Sociais em Pelotas. Parabenizei-a pela conquista e disse que conversaríamos melhor outra hora.

Luís, na companhia de uma moça, iniciaram a chamada para o desfile, cumprimentaram os visitantes, dentre eles, eu (a doutora Deise). Compuseram a mesa dos jurados o presidente da loja da Afubra, cabeleireiras e representante de joalheria da cidade. Lúcia comentou que neste ano foram escolhidos jurados de fora da localidade. No ano passado as pessoas ficaram descontentes com o resultado e falaram de “marmelada”, um resultado tendencioso.

A Afubra abriu uma grande loja de móveis e utensílios domésticos na cidade. Lúcia lembrou que recentemente houve seleção para vendedores e os escolhidos foram chamados pela rádio no programa do Geraldo (popular na localidade na hora do meio dia), inclusive com sorteio de prêmios aos ouvintes. A filha de Ernesto afirmou que os produtos têm preço elevado. Os sócios recebiam 5% de desconto à vista, mas ainda assim não compensava a compra de móveis e eletrodomésticos.

Ao conversar com Luís sobre a festa do pêssego ele afirmou que talvez fosse a última na localidade, a qual se realiza desde o ano de 2008, quando Nelson foi presidente da Associação, a festa foi uma forma de chamar a atenção da comunidade e das autoridades para a importância do cultivo. Atualmente a festa encontra-se no calendário das festividades do município. Porém, a produção diminuiu consideravelmente nos últimos anos. E, esta foi possível devido ao apoio da Embrapa. Uma comissão da Associação foi até Pelotas e solicitou apoio: “quando a gente contou pra eles que a região, a localidade, tava em torno de 90% produção de fumo eles botaram a mão na cabeça desde o superintendente”. O apoio constou da colocação de um estande com distribuição de mudas e frutas para degustação de pêssego, amora e morango. E, ainda a disposição em desenvolver junto à Associação um trabalho contínuo de diversificação agrícola.

Neste primeiro momento permaneci na localidade até o dia 01 de dezembro, para conversar com algumas pessoas e identificar os entrevistados, fiz contato com as famílias que já conhecia desde minha primeira pesquisa de campo em 2008 e que mantive contato por telefone. Em minhas visitas levava um “agrado”, uma rapadura para acompanhar o chimarrão, biscoitos, enfim sempre algo a compartilhar.

6.2 A permanência em campo e as surpresas: o adoecimento e o trabalho

23 de novembro a 1º de dezembro de 2011

Na família 01, conversando com a filha de Ernesto, Marta, que mora na casa ao lado no mesmo terreno, identifiquei quadro compatível com a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT). Ao indagar o que sente quando colhe fumo molhado pelo sereno ou chuva, ela descreveu sinais e sintomas compatíveis com os descritos em artigos científicos: vômito, tremeadeira e cólica abdominal. Para aliviar, toma chá feito pela mãe e no dia seguinte sente-se bem. Na família 23, Ester contou-me que apresenta sinais e sintomas de DFVT desde que planta fumo e há três anos eles se tornaram mais frequentes. Quando passa mal procura o serviço de saúde. Uma das vezes foi atendida por um médico que a orientou a evitar o contato com as folhas úmidas do fumo. Outra vez colocaram-na no soro e a médica só a viu porque ela insistiu em falar. Emocionou-se ao relatar a forma como foi atendida no serviço público, pela espera e a falta de prioridade para a população rural.

Ana, família 02 é viúva há quatro anos, seu esposo faleceu de câncer linfático. Arrendou as terras e a estufa para Vinícius (Família 20), que passou a trabalhar como meeiro. Na colheita ela e sua filha Patrícia trabalham como diaristas em outras propriedades. Recentemente, a filha sentiu-se mal com sintomas de DFVT. Mãe e filha recordam que foram à emergência do hospital e a médica que atendeu Patrícia disse que era a 10ª pessoa com esses sintomas que relatavam estar trabalhando no fumo. Receitou um anti-emético e hidratação oral. Os sinais e sintomas descritos foram desmaio, palidez e vômito. O cunhado de Patrícia, para quem ela trabalhava, telefonou para o instrutor da firma e este justificou “que não é do fumo e sim da terra que evapora com o calor”.

Interrogo Patrícia se ela usava algum Equipamento de Proteção Individual (EPI) durante o trabalho. Responde que fazia uso de luvas e roupa que a firma vende para os agricultores. No entanto, estas não são impermeáveis e ela reconhece que estava com o corpo molhado quando começaram os sintomas. Ana assinalou que 16 horas após o atendimento sua filha ainda apresentava tremores. Patrícia esclareceu que tinha oito anos de idade quando começou a trabalhar no fumo. Ela aplicava veneno na lavoura juntamente com filhos do sócio dos seus pais, que tinham a mesma idade. Anos atrás não sentia nenhum desconforto durante o trabalho, mas hoje teme que o longo tempo de exposição também seja motivo para a intoxicação. Sobre o uso de equipamento para

aplicação de agrotóxico, ela justifica o não uso devido ao desconforto causado pelo calor excessivo e o peso - a máquina com o veneno nas costas pesava 20 quilos e a máscara incomodava porque se respira o mesmo ar e isso é muito ruim.

Ernesto alegou que a indústria orientou e ofereceu todo o material de proteção à aplicação aos agrotóxicos, mas não é confortável seu uso. A máscara já tentou usar, mas não é possível, pois dá uma sensação de sufocamento. Já se paramentou todo para aplicar agrotóxico, mas é muito quente, sua-se demais e sente-se mal estar. Maria contou que fazia todo trabalho na lavoura, inclusive no fumo, mas não consegue fazer a colheita porque fica com alergia em todo corpo.

Ana me acompanha em uma visita à casa da Família 4. Márcio e a esposa interrogam como está passando Patrícia, pois souberam que ela teve que ir ao hospital por problema com o fumo. Márcio assegura que ele também teve esses problemas, sentiu tontura e um peso no estômago. Percebeu que é do fumo molhado e tem evitado colher nestas condições. Nestes momentos procurava orientar os cuidados que poderiam evitar tal ocorrência, como a troca de roupa, uso de luvas e lavagem das mãos (CURWIN et al, 2005; ARCURY et al., 2008).

A família 01 convidou para vermos a lavoura de fumo. Eles também têm plantação de batata, cebola e pêssego. Maria inspeciona as folhas de fumo e observa que algumas estavam furadas. Lembrou Ernesto que no dia seguinte precisariam “passar veneno, pois os bichos estavam comendo as folhas do fumo”. Na plantação de batata, tomate e pêssego eles não usam agrotóxicos, pois é para consumo. Indago se a indústria não se importa de terem lado-a-lado plantação de fumo, batata e cebola (Figura 3), Ernesto diz que a indústria não gosta, porque a doença na batata ou cebola pode passar para o fumo.

Figura 3: Cultivo de fumo, batata e cebola lado-a-lado, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Ao visitar dona Laura, viúva, 76 anos que vive com dois filhos solteiros, como descendente de pomeranos, falava com sotaque característico. Ela foi quem me chamou a atenção para o fato que alguns agricultores comercializavam o tabaco para atravessadores. Conta que um dos rapazes que planta em suas terras, vende fumo para os “picaretas”*, enquanto a indústria paga dois reais, estes pagam seis o quilo. Eles buscavam o fumo da estufa até de madrugada. Ela possuía 56 hectares de terra, grande parte arrendada com a estufa de fumo. Outro aspecto por ela mencionado foi à utilização de mato nativo para a cura do tabaco e, que muitas vezes as lenhas de eucalipto em frente às estufas (Figura 4) são uma forma de enganar a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Figura 4: Lenhas de eucalipto em frente as estufas de fumo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Após o almoço caminhamos pelo seu jardim e ela mostrou-me as flores que tem plantado e me convidou a irmos à sua vizinha onde havia flores mais bonitas e relatou que eles plantavam pêssego e fumo. O casal plantava pêssego e cítricos como laranja e bergamota e o filho com a esposa plantava fumo. O primeiro casal foi entrevistado como agricultores que não cultivam tabaco (Família 15). Dona Ilda convidou-nos para um chimarrão. Contou que seu esposo fazia enxerto de rosas e por isto Dona Laura havia elogiado seu jardim. Dona Ilda afirmou que seu filho e a nora plantam tabaco “por conta”: compram a semente e os insumos em uma agropecuária e assim vendem aos “picaretas”. Eles utilizam a estufa que foi construída na época em que plantaram há quatro anos.

* São compradores de fumo que geralmente efetuam o pagamento no ato da compra. Os valores seguem os de mercado, próximo aos que são pagos pela indústria. Tais negociações ocorrem sem notas fiscais ou registro no talão do agricultor.

Quando conversei com a Família 14, composta por Helena e Francisco, ambos estavam em casa. Ela preparava pão e ele escutava rádio próximo à mesa. Francisco lembrou do incêndio na estufa. Muitas vezes com o fogo aceso, eles não permaneciam em casa e neste caso eles estavam em casa e o fogo consumiu a estufa, ouviram os estalos e quando foram ver as labaredas eram altas demais para serem controladas.

Helena relembrou que há cinco anos aconteciam coisas ruins que ficava pensando qual ser a próxima. Quando seu filho casou, a sogra morreu um mês antes e não puderam fazer a festa que estava programada. No ano seguinte um dos filhos se acidentou de carro. Depois foi a chuva de pedra que destruiu a lavoura de fumo. A seguir seu segundo filho se acidentou de moto e fraturou perna e braço; colidiu em um caminhão que carregava bebidas. E, neste ano a estufa pegou fogo. Em ambos os casos de perda na lavoura ou na estufa, tinham seguro e foram indenizados.

Francisco pergunta-me dos diferentes tipos de agricultores no fumo, aqueles que devem e os que estão mais equilibrados, comentei que têm pessoas que ainda deviam desde que começaram a plantar fumo. Ele diz que as pessoas querem ganhar dinheiro, mas não honram seus compromissos, entregam pouco fumo para a firma que financiou sua plantação e vendem para os picaretas. O que entregam para a indústria não é suficiente para quitar as dívidas e, assim vão acumulando-as e renegociando, fazendo pequenos pedidos à indústria e plantando por conta. Helena replica que os brasileiros não se dedicam ao trabalho e gastam muito. Dá o exemplo de sua nora que é brasileira e só quer usar roupas caras, não usa roupas comuns. Sua mãe aconselhou a Francisco que vendessem o tabaco aos picaretas para ganhar mais dinheiro, mas este respondeu que o sistema deles é outro; primeiro as obrigações.

Helena declarou que trabalhavam de domingo a domingo, quase sem forças, às vezes, mas continuam trabalhando, vão até a exaustão. No natal só pararam de trabalhar à tarde, pois pela manhã tinham que carregar a estufa. Ajudam os filhos no que podem com maquinários e auxílio financeiro: os dois filhos plantam fumo em terras próprias.

A rotina de trabalho da família 3 também é intensa, Telma comenta que as noites são curtas, vão dormir próximo da meia-noite, pois seu marido e os irmãos voltam às 21 horas da lavoura e acordam às cinco e trinta da manhã. Dizem que dormir depois do almoço ajuda descansar um pouco. Esta é uma família extensa, formada pelo casal, dois filhos e quatro irmãos de Ulisses, dois homens e duas mulheres. Devido à chuva ele e os irmãos estavam em casa, embora já tenham colhido ervilhas e morangos para levar à feira amanhã em uma cidade vizinha. O cultivo para a feira é realizado nos meses de

novembro a fevereiro, no período de inverno não se tem hortaliças nem fruta. Ulisses explica que a feira ajudou muito, pois é uma “entressafra do fumo”, sendo uma alternativa econômica, pois o fumo é comercializado a partir de fevereiro-março. Eles compram morangos da irmã de Telma e pêssego de vizinhos para completar sua produção. Telma declarou que houve um incidente com a horta. Compraram 320 reais em mudas para morango, alface e couve e todas mudas morreram. A terra foi preparada com herbicida usada no fumo (gamite). Ela reconhece que o “veneno” foi muito forte e por isto preparavam outra terra para horta com estrume do gado.

Indago a Ulisses e sua irmã mais velha, Catarina, sobre o trabalho com o fumo. Eles contam que seus pais já plantavam e eles deram continuidade, plantam desde 1972. Catarina comentou que inicialmente plantavam fumo de galpão tipo *burley*, segundo ela um fumo feio e preto. Falo um pouco do propósito da minha pesquisa. Ulisses argumenta que resolveu se modernizar adquiriu uma estufa elétrica para secar o tabaco. É um investimento alto (23 mil reais), porém deve diminuir o número de pessoas no trabalho e tem expectativa que o fumo seja melhor classificado pela indústria.

Dia 1º de dezembro visitei algumas pessoas com quem já havia feito contato. Despeço-me, desejo boas festas e até breve. Neste período de inserção na localidade me senti um pouco triste e solitária. Queria conversar, dividir essas experiências. As conversas com as famílias foram muito reveladoras do potencial e da necessidade da pesquisa. Havia a ocorrência da DFVT e também me foram apresentadas estratégias de (re)normatização no cultivo do tabaco.

De 6 a 10 de dezembro participei do I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental em Belém do Pará a fim de apresentar um trabalho de reflexões teóricas e impressões do campo de pesquisa. Felizmente, a sessão contou com a presença de pesquisadores que aceitaram o desafio de trabalhar com temas relacionados à saúde do trabalhador rural, especialmente ao uso de agrotóxicos. Relembrando o encontro, observei fato que foi reafirmado pela Dr^a. Raquel Rigotto na ocasião: que para se pesquisar temas com populações vulneráveis, com poderes desiguais entre os diferentes sujeitos, como de agricultores que adoecem pelo uso de agrotóxicos ou ainda do cultivo do tabaco, é preciso que nos coloquemos ao lado destes trabalhadores. Reconheci que estava no caminho certo, pois me sentia próxima dos agricultores com quem trabalhava na produção de dados de pesquisa, talvez por minha origem de filha de agricultores, e suas histórias não me eram estranhas.

6.3 O retorno ao campo de estudo de mais descobertas: as dificuldades em testemunhar o trabalho infantil

11 de janeiro a 10 fevereiro

Ana e Patrícia me auxiliaram na seleção das famílias que entrevistei, ao consultar algumas informações do cultivo e tipo de família da época do mestrado, confirmava com elas as atuais atividades das famílias, algumas deixaram de plantar, outras se mudaram da localidade. Ana quando não trabalhava como diarista me acompanhou em algumas visitas e entrevistas e, este fato foi positivo, assim, as famílias que não conhecia foram mais receptivas.

Visito a Família 08, tipo nuclear, sou recebida pela Márcia (ela vem com os braços molhados e lava-os no tanque, estava trabalhando na piscina com mudas de fumo, mexia na água sem luvas. Encontra-se acompanhada de dois de seus três filhos. O esposo, Mário, não trabalha no fumo, aposentado por invalidez, após um acidente de moto, cuida mais da casa e ela e os filhos tocam a lavoura. Sua filha trabalha desde os nove anos, Márcia explica que não concorda com a lei que proíbe as crianças de trabalhar na lavoura, isso faz parte da educação no campo.

Lourdes líder religiosa da Deus é Amor que não cultivava tabaco (Família 01) ajuda-me na identificação de agricultores que cultivavam ou não tabaco e que fazem parte da mesma religião. Uma delas foi a Família 07, nuclear com quatro filhos em idade escolar. Letícia e Álvaro são evangélicos, mas não “comungam”, não participam de todos os ritos religiosos, porque são plantadores de fumo e a igreja não permite que seus membros plantem algo que é danoso a saúde das pessoas. Durante a entrevista em sua residência Letícia senta junto a seu filho mais velho (16 anos), Álvaro mostra-se resistente a conversa, dizendo que ela é que responderá, por fim ele também faz contribuições. Letícia resiste em falar que seus filhos trabalham com o fumo, ao término comentou que faziam pequenos fardos para não ficar pesado para as crianças que ajudam no trabalho. É cuidadosa ao falar do trabalho infantil, o instrutor a informou que tomasse cuidado com aviões ou helicópteros que podem filmar as crianças trabalhando.

Ulisses e os irmãos descarregam as braçadas de folhas de fumo do trator para a estufa depositando em prateleiras (tipo lastros de cama), a estufa é quadrada e tem uma altura de uns 3 metros. As folhas são grandes e lembram folhas de couve envelhecidas (verde claro ou amareladas). Comentam que a qualidade das folhas eram muito boas, esperavam boa classificação e conseqüentemente bom preço. Telma mostrou um pouco

o funcionamento das estufas e o fumo que já estava estocado no galpão. As folhas secas têm uma coloração amarelada, lembram ouro (Figura 5). Bernardo e o irmão (8 e 3 anos) se sente muito a vontade como os afazeres do fumo, sobem nas folhas verdes, abrem uma das portas da estufa. Bernardo disse que gostar do cheiro das folhas, eu acho um cheiro forte e sinto prurido no nariz. Telma declara que o instrutor aconselha que as crianças não se envolvam com o trabalho, só podem a partir dos 18 anos, mas é preciso que eles participem das atividades para tomar gosto, pois do contrário não trabalharam na agricultura.

Figura 5: Folhas de fumo após a cura, secagem nas estufas de fumo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

A filha mais velha de Ana, Ester arrenda a estufa e as terras de dona Laura. Eles estão preparando fumo para colocar na estufa, tem uma esteira elétrica que vai costurando o fumo automaticamente, colocam as folhas e as varas e o neto de Ana corta a corda e leva a vara de fumo para pendurar, faz isso rapidamente, pois a esteira tem um ritmo acelerado. Ele tem 16 anos e trabalha ativamente. A família tem quatro estufas, três próprias e uma arrendada, assim estão permanentemente envolvidos com o processo de colher e preparar para a cura do tabaco, pois cada estufa leva uns sete dias para concluir a secagem do fumo. Ana assegura que a filha trabalha demais, ela deseja construir uma bela casa, todos têm moto e um trator.

Visito Nara, com intuito de realizar mais uma entrevista, a família estava reunida próximo a casa de Carla e Celso, seus pais. Carla traz uma cadeira e ficamos embaixo de uma árvore conversando. Sua filha mais velha, Nara é mãe de dois meninos, seu filho pai de três filhos, as crianças são muito ativas e para nos deixar conversar os pais

autorizam que se banhem no córrego próximo das casas. Carla e Celso têm mais duas filhas em idade escolar que moram com eles. As três famílias trabalham junto no fumo, trocam dias de trabalho, mas cada uma é responsável por determinado número de pés de fumo. Cada família reside em casas separadas, mas próximas uma das outras. Um dos meninos está com o antebraço engessado, Celso diz que ele caiu da carreta, e Carla complementa que eles não podem ver a carreta com fumo “que se atiram em cima”. A conversa prossegue e percebo que a entrevista ocorreria com Celso e Carla (Família 10).

Carla convida-me para vermos a estufa e mostrou o fumo guardado separadamente o seu e de cada um dos filhos, no mesmo galpão em lugares distintos. As crianças brincam no galpão em contato com o fumo e com demais materiais como um machado, que poderia causar algum acidente. Carla comentou que vendeu 200 quilos de figo e fez um bom dinheiro na época do natal. Criava algumas cabras e com o leite de uma delas alimentou seu neto. Os homens intercalam a responsabilidade de colocar lenha no forno a cada noite e aos domingos elas cuidam do fogo para eles irem ao futebol.

Retornei na casa de Letícia e Álvaro (Família 10) em uma manhã, eles estavam colhendo fumo nos fundos de casa junto com Cleber, o filho mais velho (16 anos). Letícia usa luvas de borracha amarela e os homens nenhum tipo de luva, todos vestiam camisas de manga longa. Álvaro está com a blusa molhada na região em que armazenam o fumo enquanto colhe – hemitórax direito. Ele leva as braçadas de fumo para baixo de um galpãozinho com cobertura de telha e os fundos de madeira para ficar na sombra, pois o sol murchará as folhas.

Letícia contou que um de seus filhos menores, o Antônio, teve alergia ao fumo. No domingo estavam descarregando uma carreta e a tarde ele começou com a pele vermelha e coceira. Na segunda foi levá-lo para consulta; foram feitas duas injeções e a mãe trouxe xarope antialérgico para que Antônio seguisse tomando.

Em companhia da Ana vou fazer mais uma visita. O agricultor chamava-se Euclides. Mais dois jovens trabalhavam com ele e deviam ter menos de 18 anos. Quando chego um deles se esconde por ordem na Fernanda, esposa de Euclides. Ela é áspera e não quer conversar, disse que não planta nada, explico o que é a pesquisa e seu marido aceita conversar. Ana fica conversando e vai ver a plantação de fumo com Fernanda. Todos fumam cigarro “enroladinho”, feito a mão com fumo picado enquanto trabalhavam classificando o fumo, separando-o conforme o tamanho e coloração das

folhas. Um dos jovens é casado e revela que trabalhava para sustentar a casa; o outro auxiliava a mãe. No entanto, só receberiam após Euclides comercializar o tabaco.

O trabalho infantil é recorrente nas famílias em que visito. Na casa de Rosa (Família 17), enquanto conversava com os pais, ela servia café ao marido e dois diaristas, um é seu sobrinho de 15 anos que mora em Pelotas e veio trabalhar para ganhar um dinheirinho e outra é uma menina que parece ter a mesma idade e sobrinha do seu esposo. Eles retornam com o seu marido para a lavoura e ela fica para fazer pão. Reconheceu estar trabalhando menos por causa da gravidez de dois meses e sentia muito enjôo e tontura.

Ao ir entrevistar a cunhada de Rosa, mãe de Vivian, observei que sua casa ficava em lugar próximo da estrada e com acesso apenas a pé, o lugar tem uma grande figueira entre pedras (as pedras são características desta localidade); possui mata nativa como uma linha ou mureta que protege a propriedade. Encontramos um menino, de aproximadamente três anos, no tanque de lavar roupas manuseando uma luva de borracha amarela (possivelmente usada no trabalho com o fumo). Perguntei pela sua mãe, ele entrou em casa para chamá-la. A casa é de madeira com chão batido, tem apenas dois cômodos, sem banheiro; a madeira na parte inferior em contato com o solo estava apodrecendo. Suéllen é acordada pelo seu filho, vem para fora, sentamos à sombra para conversar, ela fuma enquanto conversamos. Ressalta sua incapacidade de trabalhar. Não tem horta em casa, diz que recebe auxílio doença para que não trabalhe, mas o auxílio é temporário, e isso segundo ela, impede que faça planos à longo prazo. Necessita de uma casa nova, mas não pode financiar pela Caixa Econômica Federal e assumir a prestação. Cadastrou-se junto a prefeitura para aquisição de casa popular, mas estava muito demorado o processo. Alegou que é a única e ter casa nestas condições no Rincão.

O pai de Suéllen, se aproxima. Fez o mesmo caminho que fizemos e anunciou que seu filho estava esperando por Vivian. Ela em seguida sai de casa de mochila nas costas, bermuda, camiseta, boné e chinelo. Sua mãe esclarece que ela trabalhava com seu tio no fumo; ele paga 25,00 ao dia e comida. Suéllen afirma que ela trabalha para ter seu próprio dinheirinho e é também uma forma de ajudar o tio. Ele é bom patrão, vem buscá-la em casa e o horário de trabalho é flexível; descansa depois do almoço e não trabalham no sol forte. Seu filho também trabalhava no fumo, na casa de outra família. Ele fazia todo o trabalho, aplicava veneno e o que mais tivesse para fazer. O pagamento

foi oito mil pés de fumo, não recebeu nenhum dinheiro adiantado, o pagamento foi ao fim da safra.

Testemunhar o trabalho infantil foi uma das dificuldades da pesquisa. Ao mesmo tempo em que compreendo que o trabalho no meio rural é formador de identidade e pauta as relações sociais, ele também expõe o trabalhador a adoecimentos e lesões por vezes irreversíveis. Observei que algumas crianças apenas imitavam os gestos dos pais, mas a maioria trabalhava em atividades de “gente grande”. A exposição aos agrotóxicos, as intoxicações pela DFVT e esforços repetitivos provavelmente reduzirão a capacidade produtiva destes quando adultos, podendo acarretar adoecimentos de diversas ordens, como cânceres e depressão dentre outros (D’ALESSANDRO et al., 2001; PARIKH et al., 2005).

O dia-a-dia dos agricultores do tabaco

Telma contou que no natal choveu muito e Bernardo lembrou “até caiu uma árvore”. Telma confirmou que houve prejuízo em outras localidades; caiu granizo e prejudicou a plantação. As pessoas de outras localidades estavam dizendo “que o RM tem a melhor safra de fumo de Canguçu”. Catarina afirma que já fizeram cinco estufas de fumo e o fato de não precisar costurar as folhas nem colocar tão alto como na antiga estufa facilitou o trabalho. Telma demonstrou seu descontentamento com o trabalho do fumo. Contou que perguntou ao marido para quê plantar tanto fumo e ele retrucou que sempre se quer ter mais lucro. Ela prosseguiu contando que nas novas estufas usa-se pouca lenha e muita energia elétrica e ainda não haviam recebido a conta de luz. Pensaram em fazer um “gato”, mas o pedreiro ponderou que traria prejuízo às residências que são abastecidas pela mesma rede.

Nessa visita fiz a entrevista na família de Telma. Seu marido estava receoso, mas ela afirmou que fazia questão, pois nos conhecíamos há tanto tempo e seria uma desfeita. Na realização da pesquisa de mestrado Telma teve o segundo filho – eu dei banhos no bebê e realizei cuidados com o coto umbilical até que caísse. Nessa visita ela estava envolvida com os afazeres do almoço, a irmã mais nova do marido a auxiliava. Esperava os pães crescerem para assar, assa-os no forno elétrico. Clara e outro irmão são surdos, mas todos se comunicam muito bem, inclusive as crianças, parecem entendê-la. Arrumaram a mesa, colocaram pratos, facas, colheres de sopa, garfos e copos. Junto aos pratos e panelas onde foi servida a comida, tinha um prato de gordura em estado líquido (retirada da carne frita). Os adultos servem-se da comida e colocam

essa gordura por cima. Em várias casas que almocei percebi que esse tipo de gordura era usado em pratos como salada de batatas e de macarrão, por exemplo.

Antes do almoço fui preenchendo os dados de identificação da família com a Telma. A renda familiar ela não soube responder, disse que as contas, despesas e o dinheiro são responsabilidade dele. Logo em seguida Ulisses diz que poderíamos começar. Interrogou se não teria que dizer alguma coisa que o prejudicasse. Afirmei que não e que conversei com outros agricultores também. No início da entrevista ele fala baixo porém ao fim sua voz fica mais forte. Telma completa suas frases (ideias) com voz firme e bem audível.

Durante as visitas faço algumas fotos das famílias, das crianças e do tabaco e, quando retorno, presenteio-as. Na casa de Ernesto fiz fotos de sua neta ao entregá-las. Maria considera que ficaram bem e que a neta esta bem gordinha. Declarou que ao ajudar o marido a tirar as flores dos pés de fumo teve alergia (pescoço, braços e barriga coçando; olhos vermelhos e inchados), era muito trabalho e ela tentou ajudá-lo. Vamos até a estufa; eles estavam colocando as folhas nas varas e costurando (Figura 6).

Figura 6: Trabalho no interior da estufa de fumo: costurando as folhas de tabaco, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Gerhardt et al., 2012

Maria diz que dia 18 de janeiro sairia uma carga de fumo (não apenas deles, de outros também para completar a carga). Indago se iremos desta vez à Santa Cruz, pois eles gostariam de acompanhar a venda do fumo na indústria. Ernesto afirma que é melhor irmos mais para o fim da safra. Pretendem vender mais tarde, de março a julho, quando o fumo é mais valorizado. No momento, precisam entregar para cobrir as despesas com a firma, se não começavam a pagar juros.

Maria convidou para irmos ver como está a plantação de fumo. As plantas estão bem crescidas, uns 60 cm. Ela diz que a firma não trabalha com fumo muito alto. Na volta para casa mostra sua cebola colhida e diz que aquelas ficaram para o consumo. Vendeu 600 quilos a 60 centavos cada aos vizinhos. Mostra também as batatas colhidas para o consumo. Pergunto se haverá alguma atividade na igreja, ela diz que talvez não porque nesta época do fumo não tem domingo.

Na casa de Ana onde estou hospedada avista-se plantações de fumo para todos os lados com alguns pés de pêssego e mata nativa (Figura 7). Vinícius, o agricultor que arrenda suas terras estava diluindo um herbicida para aplicar no ápice dos brotos dos pés de fumo, após a quebra das flores (Figura 8). Ele usava apenas a camisa amarela, roupa vendida pela firma para a aplicação de agrotóxico; não usava luva, óculos ou máscara. Assegurou que os insumos vendidos pela indústria custam três vezes mais que o da agropecuária. Ele utilizava ainda uréia em lugar do salitre, sendo que o uso do salitre é orientação da firma. Para ele a uréia é bem mais barato e dá um bom resultado, o fumo fica mais verde. Aponta para uma lavoura ao lado que o agricultor planta para a indústria e usa todo o pacote recomendado e o fumo é mais amarelado. Ele mostrou a estufa, os folhetos da indústria, com instrução para a cura do tabaco, explicitando temperatura e o tempo para cada etapa. Sobe em uma escada pelo lado externo da estufa e exibiu o fumo lá encima e a forma como as aberturas auxiliavam no controle da umidade (Figura 9). Relembrei a fala de um agricultor que atualmente não planta mais fumo (Família 8):

Semeou, tirou ele do canteiro aí é quase todo dia, de noite cuida fumo, o cara vai dormir descansado? Sempre trabalhando, aí descansa um pouquinho, vai lá trabalha até às 10:00 da noite, aí vai descansar, dorme um pouquinho, se a gente não vai cuidar o fumo, a gente vai dormir, não vai cuidar o fumo o que acontece? Perde o fumo também, muitas vezes o cara bota um fumo bom para dentro da estufa e qualquer coisinha dá um erro, já dá um fumo ruim, já dá problema, então aquilo é cansativo, terminou de colher da lavoura e já está lá no galpão, aquilo dá mais trabalho do que dinheiro (Família 8).

Figura 7: Paisagem dos cultivos da localidade, fumo, pêssego e mata nativa, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Figura 8: Broto de fumo e o agricultor diluindo agrotóxico, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Figura 9: Aberturas superiores da estufa que auxiliam no controle da umidade, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

A noite na casa de Ana, ela retornou às 21h, foi trabalhar em outra localidade, onde o agricultor de fumo pagava 70 reais ao dia. São 22 horas e Patrícia não chega, Ana telefona e em seguida ela vem para casa. Ana argumentou que isso era um abuso,

uma exploração. Patrícia ponderou que dormia duas horas após o almoço, e que ela assumiu o compromisso com eles de trabalhar durante a safra.

Vinícius e a esposa que participavam da conversa lembraram que alguns agricultores são maus pagadores. Sua prima trabalhou para um casal com um bebê, dificilmente trabalhavam os três, quase sempre só ela e um deles, e a parte do terreno mais irregular ou com presença de jóa (arbusto espinhoso) era reservado a ela. Demoravam a pagar, primeiramente era com alimentação, mas ela viu que a mesma era escassa e foi comer em casa, mesmo assim quando a pagaram, descontaram a alimentação.

Patrícia esclareceu o modo da organização do trabalho em que estava envolvida: eram três estufas de donos diferentes (pai e dois irmãos) e havia disputa, quando é de um, o outro deixa de ir. Quem cuida do fogo é o pai de 65 anos, ele precisa acordar a cada uma hora e meia para colocar fogo no forno para a cura do tabaco.

No dia seguinte observo o trabalho na Família três, de Telma e Ulisses, as irmãs quebravam o broto na parte superior de cada pé de fumo e o Ulisses seguia atrás aplicando o mata broto com a máquina de agrotóxico nas costas, usa um boné, calça e camisa comprida. O líquido é amarelo e com cheiro forte, é uma tarde quente e eles trabalham desde as 15 horas. Telma pede que os filhos não se aproximem da lavoura. Ela lembrou que uma conhecida aplicava “veneno” na lavoura e o filho a acompanhava. Ele teve leucemia. Quando fui à casa de Luzia e Hamilton (Família 09), ele estava aplicando “mata broto” e chovia enquanto trabalhava.

Ana e Patrícia contaram que um agricultor, seu Cláudio (Família 19), apresentou reação alérgica e não conseguia mais trabalhar no fumo. Vou até sua casa para agendar uma entrevista. Ele estava em casa e sua esposa tirando leite, diz que tem disponibilidade para conversarmos, então fazemos a entrevista. Tanto ele quanto a esposa mostram-se emocionados ao fim da entrevista. O pouco espaço para a escuta e diálogo, aumenta o sofrimento de quem não consegue mais desempenhar funções que exercia.

Outra família que estava impedida de desempenhar as funções de agricultores era de amigos de Ana. Eles sofreram acidente de moto em dezembro; o casal teve fraturas em várias partes do corpo e ficaram hospitalizados. A esposa voltou para casa há uma semana, estava sentada na cama quando chegamos. Ana comentou com um dos seus filhos que veio nos receber que ele estava muito magro. Ele enche os olhos de lágrima e disse “fazer o quê?”, tem passado todo tempo cuidando da estufa. O esposo

continuava no hospital em Pelotas. Percebi que os meninos a consultavam para saber como proceder com o fumo na estufa. Contou que as dívidas se acumularam e necessitava vender o fumo. Algumas famílias têm ajudado com a colheita, a limpeza da casa e fazendo pães e bolos.

O preço do fumo estava em baixa. Ernesto e Marta comentaram que o instrutor da firma avisou que o preço do fumo seria na média de cinco reais e quem conseguisse este preço se desse por satisfeito, pois há pouco pedido para exportação e as firmas ainda tem fumo estocado do ano passado. O fumo baixeiro (primeira apanha) que a firma sempre pagou 100%, eles receberam apenas 60%. Isto porque não tem dívida acumulada.

Ao conversar com Maria, que estava acompanhada de sua neta em casa, contou-me que estava tomando diazepam e mostrou a caixa da medicação. Não conseguia dormir “as carnes tremem”, fica pensando nos que já se foram, seus pais e seu irmão. Recordou o trabalho na casa dos pais quando criança, antes do sol nascer já estavam trabalhando. Um dia um vizinho ao acordar espantou-se ao ver que eles estavam terminando uma lavoura de milho. No domingo não se trabalhava, era dia de descanso. Eram cinco irmãos, os pais trabalhavam em sociedade, metade do que produziam destinava-se ao dono da terra. Faziam haja (lenha) no mato nativo, em beira de sangas ou desmatavam para depois plantarem; muitas vezes esta lenha era a única fonte de renda. Lembrou-se que era pequena e magra mas mesmo assim ajudava a cortar lenha com serrote manuseado entre duas pessoas. Fomos até a estufa e continuamos conversando com Ernesto, Marta e Otávio. Eles estavam costurando fumo para a próxima estufada. Marta comentou que foi preciso apanhar fumo molhado para darem conta do trabalho. Interroguei se não passou mal, ela e o marido comentaram sobre fumar e não passar mal enquanto colhem o tabaco, porém afirmaram que fumavam esporadicamente. Após tomar café, eles foram colher fumo para completar o número de varas que enchera a estufa. Lavo a louça para Maria e sua neta mostrava-me o lugar para guardá-las. Após fomos até a lavoura para ver o fumo que estavam colhendo. Demoramos um pouco para encontrá-los, estavam em uma lavourinha menor, que no ano anterior Otávio plantou feijão, Maria cedeu a terra com esta finalidade, mas este ano ele decidiu plantar fumo, pois dá mais dinheiro. Maria acrescentou que gostaria que Ernesto parasse de plantar fumo, desde que ele teve leptospirose não tem a mesma força para o trabalho, acredita que todos que plantam fumo já estão intoxicados, mas as doenças demoram a aparecer. Constatou isso pelas pessoas que estão morrendo de

câncer e outros problemas de saúde que tem aparecido entre as pessoas que conhecia. Diz que seu sobrinho a esposa e os filhos começaram a colher fumo e foram parar no hospital pela doença do fumo.

É recorrente a preocupação com a saúde e a observação por parte dos entrevistados de adoecimento vinculado ao cultivo e ao manuseio de agrotóxicos. A expectativa de ganhos financeiros também se mostrou frustrada; a boa safra na qualidade do fumo colhido não acompanhou o preço pago pela indústria. O que é necessário para estes agricultores romperem com este ciclo de adoecimento e exploração?

6.4 O contato com informantes-chave: vozes da saúde, educação, agricultura e controle social

05 a 25 de maio de 2011

O município de Canguçu possui um hospital de caráter regional com 97 leitos e emergência, um Pronto Atendimento municipal (PA) que atende 24 horas ao dia, uma Unidade Básica com atendimento odontológico, consultas médicas e farmácia. Há três unidades de Estratégias de Saúde da Família na periferia da cidade. Nas localidades rurais o atendimento é quinzenal. A seguir descreve-se um pouco da aproximação e conversas com os sujeitos desses serviços e outros informantes.

O contato inicial na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) foi com uma servidora que trabalhava no Sistema de Informação: ela era funcionária aposentada do Estado e continuou trabalhando na prefeitura. Jussara assinalou que hoje tomou posse a nova secretaria de saúde – é vice prefeita e quando assumir na ausência do prefeito sua assessora ficará à frente da secretaria. Sugeriu-me alguns nomes para eu conversar na vigilância, saúde da população rural e no PA. Adiantou que não havia saúde do trabalhador no município, não foi organizada. Conforme orientação, fui à sala da vigilância, me apresentei e disse que gostaria de conhecer as ações e notificações de doenças dos trabalhadores agrícolas. A pessoa que me recebeu ponderou que ali eles trabalhavam com fiscalização nos casos de dengue e me encaminhou à vigilância nutricional, possivelmente porque são serviços demandados pelos serviços estaduais e federais que recebem aporte financeiro, como as campanhas de combate ao mosquito da dengue e ações vinculados ao SISVAN que mantém estreita relação com políticas redistributivas como o Bolsa Família.

A profissional responsável pela saúde da população rural assumira há dois dias e cursava a faculdade de enfermagem, 7º semestre. Descreveu a organização do atendimento que ocorria quinzenalmente: um médico e um dentista iam as localidades rurais. Algumas vezes faziam agendamento de colheita de citopatológico e uma enfermeira realizava as consultas. No Rincão observei que apenas o médico prestava atendimento e suas visitas não eram regulares. Quando haveria atendimento era noticiado pelo rádio.

Outra sugestão de minha informante foi ir ao Pronto Atendimento (PA). Lá conversei com a Vera que trabalhava na administração. Recomendou que eu conversasse com a médica chamada Selma que atendia nas segundas e terças. Vera esclareceu que a médica trabalhava há sete anos e conhecia bem as queixas da população. Afirmou que meu trabalho era muito importante porque as pessoas têm adoecido pelo uso dos agrotóxicos. Lembrou ainda que eu deveria conversar com o Telmo: ele também era médico e atendia no interior, inclusive no RM e era perito do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Vera me apresentou a Selma, que indagou em que poderia me ajudar. Ao explicar o objetivo da pesquisa assinalou algumas informações do atendimento: a grande maioria das queixas são osteomusculares: - “eles sugam o máximo”; querem sempre um motivo para buscar auxílio do Estado, por meio de benefício por doença.

Enquanto aguardo pelo médico Telmo, caminhei um pouco no corredor e vi em um quarto um senhor deitado fazendo soroterapia. Aparentava uns 40 anos. Estava acompanhado de uma mulher e um menino de uns 12 anos sentados em outra cama. Aproximei-me e interroguei o que havia acontecido. Ela então contou que ele trabalhou com fumo molhado no dia anterior e passou muito mal, ainda tinha dificuldades para engolir. Somente conseguiram vir naquele dia pela manhã em busca de atendimento. Contou ainda que pretendiam parar de plantar fumo, morava em Porto Alegre e trabalhava como manicure em um shopping. Decidiram plantar na esperança de fazer dinheiro, mas isso não aconteceu e eles estavam adoecendo.

Retornei ao corredor para aguardar e vi a secretária da saúde acompanhada do adjunto da gestão anterior e de uma moça que devia ser sua assessora. Ela conversou com as pessoas no corredor e também comigo perguntou se aguardava para consultar, disse que não que estava fazendo minha pesquisa de doutorado. Conteí que também fiz a de mestrado, ela perguntou do que se tratava, apresentei resumidamente e ela desejou-me bom trabalho e falou estar às ordens. Dirigiram-se a uma reunião com as duas

médicas e os trabalhadores da enfermagem. Pergunto para Vera pela enfermeira ela diz que já fora embora. As pessoas que esperavam para a consulta reclamaram da espera e que todos sumiram.

Nesse momento uma moça me chamou, Telmo me esperava na cozinha. Ele não passou pelo corredor onde estavam as pessoas, pois isso certamente causaria tumulto, pois queriam atendimento. Após apresentar a pesquisa, ele começou a dar informações de sua atuação e percepção das pessoas que buscavam auxílio doença ou invalidez no INSS e das dificuldades de saber quando a pessoa esta fingindo ou não. Salientou que em sua formação como médico foi treinado para acreditar nas queixas do doente e tratá-lo a partir disto. Como perito ele é advogado do Estado e das pessoas, disse ser difícil separar o “joio do trigo”; para ele as pessoas mentiam e simulavam doenças. Durante a entrevista Selma também participou um pouco.

Ao final desse dia senti-me desconfortável, tinha uma sensação de pertença ao RM e ouvir o que estes médicos falaram me deixou muito triste e pensando no desamparo das pessoas que buscavam atendimento, em especial o trabalhador rural. Não tem ninguém por eles. Diante do que havia vivenciado na comunidade rural, como concordar que todos os trabalhadores eram apenas “simuladores” se já está comprovado cientificamente os males causados à saúde do trabalhador no cultivo de tabaco? E como não simular para obter um benefício, considerando a situação de exploração pela indústria e todo o desprezo e abandono do Estado?

Ao comentar com Marta e Maria das visitas que fiz nos serviços de saúde na cidade, Marta acrescenta que o Dr. Telmo foi muito bom com Otávio. Maria diz que ele caiu da estufa e Marta retruca que não foi desta vez e, sim quando caiu da carreta carregada de fumo. Ele tentou pegar uma lona e acabou caindo em cima de um toco de árvore e fraturou a costela, precisou ficar um período “encostado”. Percebi que havia a ocorrência de mais problemas de saúde do que conseguia identificar durante as entrevistas. Podia ser que as pessoas não lembrassem no momento da entrevista, ou não achassem relevante, ou simplesmente não quisessem compartilhar.

Na Secretaria Municipal de Planejamento Ambiente e Urbanismo, peço para falar com o secretário, o mesmo encontrava-se na recepção e aceitou me receber. Informou que o principal problema do rural são os dejetos, o esgoto cloacal, a população é duas vezes maior que a urbana e não existia um destino certo para o esgoto e assim as águas são contaminadas. Em análises as águas acusavam presença de coliformes fecais. Diante dessa constatação não apontou nenhuma medida tomada pela

secretaria. Argumentou que tem planos para a coleta de lixo seletivo com postos de coletas nas escolas municipais de cada localidade. Ele tem observado também a diminuição das reservas hídricas do município, o assoreamento dos rios, o desmatamento de mata ciliar e uso das nascentes como poços. Ao indagar a respeito da origem da lenha para secar fumo nas estufas ele concordou que pode haver uso da mata nativa, mas assegura que a plantação de árvores tem se acentuado, mesmo que sejam eucaliptos e acácia.

Quando procurei a Secretaria Municipal de Agricultura o secretário havia sido demitido e ninguém assumira a pasta. A entrevista ocorreu com uma servidora com 20 anos no setor. Passado alguns dias acompanhei pela rádio local que o prefeito assumira a pasta.

No Hospital Regional do município entrevistei o diretor Felipe. Relatou que conhecia muito o interior devido a atividades político partidárias pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e que fazia oposição à gestão municipal. Argumentou que a localidade que pesquisava era atrasada em relação às outras e que o plantio de fumo não era uma prática importante no Rincão. Percebi em sua fala, de um lado, a presença de certo preconceito, rememorando a velha fama do local de “rincão do pulguedo”, onde as pessoas eram pobres e atrasadas. E, por outro, desconhecimento das transformações ocorridas no Rincão.

No Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional (CEREST-Regional) a entrevista foi agendada com a enfermeira, por ser a profissional que continuava em atividade desde sua inauguração, há nove anos. No momento não havia médico, além da enfermeira, uma psicológica, uma fonoaudióloga e uma técnica em enfermagem trabalhavam no Cerest. Estava previsto para um período próximo concurso para médico. O Ministério Público encaminhava muitas situações irregulares de trabalho, no entanto, nem sempre conseguiam atender devido à falta de profissionais. O Cerest regional abrangia 12 municípios, com características rurais, mas produção diferenciada: plantio de fumo, arroz, cebola, pesca, madeireira e animais de corte e leite.

Em setembro esse CEREST, juntamente com Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e da Saúde, promoveu uma oficina de integração das ações da saúde e agricultura em regiões produtoras de tabaco na cidade de Pelotas, RS. Participei como convidada em uma mesa sobre o adoecimento dos agricultores. Representantes da saúde e agricultura do município em estudo estavam presentes.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental 20 de setembro no RM conversei com a diretora (vinha recentemente de outra localidade; a diretora anterior foi trabalhar na cidade). Recebeu-me um pouco desconfiada e perguntou em que ela poderia ajudar: digo que além dos agricultores conversaria com alguns informantes-chave como o presidente do sindicato rural, médicos, dentre outros e, a escola, através da representação da sua diretora poderia me falar da comunidade a partir da visão diferenciada de alguém que acompanha o dia-a-dia dos escolares. A orientadora educacional é a mesma do período de pesquisa do mestrado. Ela fala um pouco das atividades de formatura e comemoração dos dias das mães e pais, e da importância de confraternizar com eles e não apenas chamá-los quando a escola precisa. Ela e a diretora falam que a fragilidade no ensino daquelas crianças é acentuada pela escolaridade dos pais, 30% de analfabetos; apenas dois têm ensino médio completo. Interrogaram como estes pais poderiam ajudar os filhos nos deveres de casa. E eu, - como eles compreendiam os contratos com a indústria?

O primeiro instrutor da indústria do tabaco que entrevistei foi Roberto, ele também é plantador de fumo. Ana havia trabalhado como diarista e fez nossa aproximação, a entrevista ocorreu em sua residência. Roberto conta que fazia faculdade de administração e precisou trancar por dificuldades financeiras. Prestou prova para o Enem e se inscreveu para ciências biológicas. Durante a entrevista salientou a necessidade de capacitar os agricultores para o uso adequado e “seguro” dos agrotóxicos. Com o segundo instrutor fiz contato por telefone (fornecido pelos agricultores). Foi difícil encontrá-lo e a entrevista ocorreu na estrada do RM. O fato de ter sido indicado pelos agricultores facilitou a aceitação em participar da pesquisa. Com o terceiro instrutor a entrevista foi um tanto constrangedora, muito desconfiado suas palavras eram “bem medidas”, defensor da indústria e crítico aos agricultores, especialmente dos endividados. Seu nome foi sugerido pelos representantes do Sindicato dos trabalhadores Rurais.

A identificação dos representantes da sociedade civil organizada ocorreu pelo reconhecimento dos movimentos e associações atuantes do município. Apenas o padre que fundou a Associação de Agricultores e Apicultores foi indicado por Ernesto. Ele enfatizou que o padre era envolvido com produção agroecológica e defensor do pequeno agricultor.

Na Emater/RS a entrevista ocorreu com dois Extensionistas, um que atuou nos anos 80 e 90 no RM e outro que atualmente prestava assistência rural. Quando

entrevistei o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) percebi que a pesquisa chegava ao fim. As informações por ele fornecidas faziam sentido com tudo que já escutara dos demais informantes, principalmente do setor da agricultura: a situação dos municípios produtores de fumo e as estratégias de enfrentamento à queda dos preços, ao endividamento e adoecimentos dos trabalhadores.

Observei durante as entrevistas com os diferentes informantes que faltava não apenas visibilidade das ações do Estado para os agricultores como também faltava maior interlocução do Estado e da sociedade civil organizada e dos representantes dos trabalhadores rurais com o grupo que representavam. As ações individuais de plantio ecologicamente responsável precisavam ser fortalecidas, assim como os cultivos alternativos ao tabaco precisam ser “pulverizados” e experimentados por um maior número de agricultores. A indústria do tabaco conta com apoio de representantes da sociedade como o sindicato e parceria de órgãos do Estado, pela prefeitura municipal.

Nestes casos, o Estado mantém o velho papel de defensor dos interesses do mercado e a sociedade, através do controle social, por vezes se omite, ou então suas ações não fazem eco em outros movimentos. No setor de saúde a realidade não foi diferente: ações de saúde do trabalhador inexistentes no município e o Cerest regional sem conseguir promover ações de vigilância e prevenção de doenças e agravos de acordo com as diferentes ocupações e características produtivas da região.

6.5 Elucidar e compartilhar: a aproximação do fim de um ciclo de trabalho

23 de junho a 12 julho de 2011

Uma das surpresas da pesquisa veio quando entrevistei Cleusa: pelas informações do material do mestrado ela não plantava tabaco. Encontrei sua mãe em casa e pedi para falar-lhe e ela informou que Cleusa estava trabalhando e logo viria para casa. Cleusa chegou de moto com Julio, sócio no plantio do fumo. Ela senta em uma raiz de árvore próxima de nós e ele fica um pouco mais distante nas costas dela. Digo que não queria tirá-la do serviço e que vim procurá-la porque tinha a informação que ela não plantava fumo. Indaguei se ela trabalhava como diarista no fumo e ela explicou que eram sócios no plantio. Pelo seu filho recebia bolsa família e Julio com dois filhos deficientes recebia auxílio invalidez do INSS. Se for declarado renda maior perderiam os auxílios. Julio afirma que é o segundo ano que trabalhavam juntos, mas para todos os efeitos não são plantadores de fumo. Constatou que nunca colocou na ponta do lápis as

despesas, mas o que estimulava a plantar fumo era a procura pelo produto, tinha a visita de muitos “picaretas” e podiam escolher para quem vender. Contaram ainda que cuidavam da chácara de pessegueiros da mãe de Cleusa, são três mil pés, venderam para a Associação de Agricultores na localidade da Maciel. Julio afirmou que a Associação comercializa ao Programa da merenda escolar e espera que seja ampliado para outros produtos. Eles ficaram em pé conversando e, em seguida se despedem e saem na moto.

Saí de lá muito desconcertada, acho que foram informações muito relevantes, diferentes das outras entrevistas. Tratavam-se de diferentes estratégias para ganhar dinheiro e ter melhores condições de vida: vendem sem nota e especulam pelo melhor preço. Quando tiveram dúvidas com relação a problemas ou cuidados na lavoura, conversavam com um ou outro agricultor e pegavam as dicas e aplicavam na lavoura.

Apenas uma família recusou-se a participar da pesquisa: ele pedreiro e trabalhava na localidade, ela do lar e agricultora. Expliquei-lhe da pesquisa e ela justificou que seu marido gostaria de responder a entrevista e ele estava trabalhando em uma propriedade próxima. Percebi que sua justificativa, era de certa forma, uma maneira de não participar da entrevista. Mesmo assim, esclareci que não havia nenhum problema que conversássemos sem sua presença, então se negou a participar. Neste dia tive a companhia de Patrícia, filha de Ana nesta visita. Apesar de respeitar o direito do participante, fiquei muito chateada com a desistência. Também estou “enlutada” pela partida próxima do Rincão. É um sentimento ambíguo, ao mesmo tempo que tenho vontade de voltar para casa rever marido, familiares e amigos, sinto que os estou abandonando. Ao conversar com Ana sobre o que aconteceu, ela considera que a senhora desistiu porque deve ter ficado com medo, pois recebia aposentadoria por invalidez.

A paisagem se modificou no RM nos últimos meses. Várias casas estavam sendo construídas, algumas foram adquiridas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como é o caso de Letícia e Álvaro e Carla e Celso. Outras famílias foram pela prefeitura, mas todas oriundas do mesmo programa federal “Minha casa, minha vida”. Em uma das visitas que fiz a Letícia, mostrou-me sua casa. Será a primeira vez que terão banheiro dentro de casa. Carla planejava fazer um chá de casa nova, leva-me em cada cômodo e mostra o jardim que ela estava plantando. Seus filhos receberam material de construção da prefeitura para aumentar suas casas.

Apesar das boas notícias Carla está rodeada de problemas. Sua filha mais jovem estava em tratamento para pneumonia. E, ela com diagnóstico de depressão, fazendo

uso de (fluoxetina, carpamazepina), há uma semana. Declarou que o médico a avisou que os sintomas de tristeza demorariam até um mês para passar. Revelou que ficava apenas na cama, se isolava, queria ficar sozinha e chorava. Enquanto contou seus olhos ficaram marejados.

No entanto, estava esperançosa de que conseguiriam quitar a dívida com a firma (15 mil reais). Assegurou que seu desejo era de não plantar mais, mas teriam que plantar, pois a firma colocou essa condição, então seu desejo agora era plantar menos, e voltar a cultivar milho, feijão e ter criação (galinha, porco e cabra). Quando tinham bastante cabra e porco, faziam lingüiça com carne mista, suíno e cabrito. A galinha viva era vendida por 15 reais, o plantio de milho ajudava a alimentar os animais. Sua filha mais nova falou com certo saudosismo, “e poderemos ter uma horta, há quanto tempo não fazemos horta”?

Carla revelou que muitas vezes aplicou agrotóxico no fumo; matar broto era com ela, carregando nas costas 25 litros do veneno para pulverizar os pés de fumo. Lembrou que estava em Pelotas e o filho telefonou avisando que as mudas de fumo estavam morrendo. Ela retrucou, “- vocês devem ter colocado veneno demais e intoxicaram as mudas”, elas estavam “encrespando”. Quando retornou ligou para o instrutor e este avisou que iria fazer uma visita para identificar o problema, quando viu as folhas confirmou que estavam intoxicadas e precisaram ser lavadas “foi uma trabalhadeira, lavar muda por muda para tirar o veneno”.

Neste mesmo período Telma assegurou que em seguida começariam a semear o fumo. Reconheceu que não há ânimo para fazê-lo porque o preço está muito baixo. Nas terras do fumo foram plantados aveia/pastagem, depois seria passado um agrotóxico-secante e a seguir as mudas de fumo seriam plantadas. O pedido dos insumos já fora feito, 120 mil pés de fumo, mais o que se planta “por fora”, que não entra na estimativa da indústria, seria novamente 150 mil pés de fumo. Ela lembrou que a Souza Cruz ainda financiava computadores aos agricultores que têm filhos em idade escolar, mas apenas para aqueles que são os melhores plantadores e entregadores, eles ainda não foram contemplados. Possivelmente, porque comercializavam com atravessadores ou ainda com diferentes indústrias.

No paiol onde Ernesto escolhia o fumo, quase não havia ventilação. Era uma peça apenas com uma porta externa, pouco iluminada. Ele usava uma lâmpada fluorescente para auxiliar no processo de seleção do fumo; trabalhava em pé, com a lâmpada acima da cabeça (Figura 10). Maria sentada fazia pequenos molhos das folhas

(manocava); sento-me próxima e repito o mesmo trabalho (Figura 11). Ernesto comentou que ano passado foi preciso colocar umas pastilhas de veneno nos cantos do paiol pois havia um inseto que comia as folhas secas de fumo, este ano eles ainda não apareceram. Ernesto e Maria precisavam preparar 400 quilos de fumo em uma semana e o caminhão levará para a indústria.

Figura 10: Classificação das folhas de fumo conforme tamanho e coloração, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Figura 11: Agricultora manocando fumo, fazendo pequenos molhos que comporão um fardo, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Ernesto, Maria e eu fomos à Santa Cruz para acompanhar a entrega do fumo. Fomos de carro. Na entrada da cidade, à direita, encontram-se todas as firmas de fumo. A Universal, firma para quem plantava fumo, tem um prédio grande e várias entradas, uma específica para o produtor. Lá encontramos um prédio, tipo quiosque onde vários agricultores estão reunidos, a maioria homens jovens, alguns adolescentes, e nenhum idoso. Ali todos aguardam para acompanhar a descarga do fumo, conforme o caminhão

passa para descarregar, o produtor é chamado (pelo seu nome e do motorista). Enquanto esperavam, tomavam chimarrão, café e suco; também jogavam cartas ou assistiam televisão. Ernesto e Maria estavam ansiosos por chegar e temiam se atrasar, mas chegando soubemos pelo motorista que estava atrasada a descarga dos caminhões. Fomos almoçar no centro da cidade e retornamos. Ernesto conversou com o motorista que o informou que seu fumo só seria descarregado no dia seguinte. Voltamos decepcionados para Canguçu, mas para Ernesto e Maria foi um bom passeio, eles não conheciam a cidade.

O filho de Ilda e Vinícius, que plantaram por conta, estavam com dificuldades em comercializar o fumo: os “picaretas” pagaram menos que a indústria. Por conta disso, alguns amigos agricultores ao comercializar seus fumos para a indústria enviaram também os do filho de Ilda e Vinícius em seus nomes e depois lhes repassaram o dinheiro.

Ao me aproximar do final da pesquisa de campo, cheguei à conclusão de que tive o privilégio de conhecer diferentes estratégias de negociação por parte dos agricultores, fosse burlando o Estado ao não registrar no modelo 15 do agricultor a produção e comercialização do fumo; ou ainda o mercado, ao produzir uma margem maior de tabaco que seria negociado à atravessadores ou para indústria que pagasse melhor pelo produto. A constatação do prejuízo à saúde dos agricultores foi sendo solidificada ao ouvir os relatos de depressão e do trabalho intenso e com uso de agrotóxicos. As agricultoras trabalhavam diretamente com os agrotóxicos, sendo muitas vezes a pessoa responsável por sua aplicação. Observou-se, de certa forma, a solidariedade entre os agricultores, especialmente no auxílio à comercialização em momentos de dificuldades, encaminhando à empresa o fumo de um vizinho que não o conseguira colocar no mercado.

6.6 Os agricultores que não plantavam fumo

10 a 20 de agosto de 2011

Seu Emilio e dona Florinda (Família 02) cultivam pêssego, eram quase 20 hectares plantados. Dona Florinda contou que o marido fazia parte de uma Associação na Maciel (localidade vizinha): “- o governo tá comprando o pêssego e o pagamento tá em dia”. Afirmou que Emilio tem pensado em parar de plantar e arrendar as terras, desconfiava que a saúde dele tivesse sido afetada pelo uso de agrotóxicos. Acrescentou,

que ela também estava doente, não conseguia dormir e nem se alimentar, um desânimo, só tinha vontade de ficar deitada. Foi consultar com vários médicos que solicitaram exames e receitaram medicamentos que não lhe ajudaram e alguns a deixaram pior. Sua filha mais velha sugeriu que fosse à psicóloga ou psiquiatria. Ela foi ao psiquiatra e na mesma noite conseguiu dormir com a medicação; teria consulta na próxima semana, ainda estava usando medicação e disse se sentir melhor.

Outra família que entrevistei (Família 14) também comercializava o pêssego na Associação da Maciel. Informaram que o pêssego destinava-se a merenda escolar e era bem pago, melhor que o valor da indústria. Sua esposa relembra da época que era difícil receber o dinheiro do pêssego, até três anos após a comercialização. E afirmou que isso contribuiu para as pessoas acabassem com as chácaras. Eles ainda recordaram do tempo mais antigo, época de pobreza, em que homens já feitos usavam apenas um camisão, tipo vestido de saco, o que os aquecia era o fogo de chão. Seu Vladimir fala da dificuldade em manter processos associativos no RM: “aqui nada dá certo, as pessoas falam muito uma das outras, são muito desconfiadas”. Conta que quando Nelson foi presidente da associação local, ele fez melhorias, “cancha de bocha, copa, aumentou o salão e as pessoas viviam falando mal dele, da própria comissão mesmo e não faltou quem foi contar”, assim ele deixou a presidência da Associação. Convocava reunião e a comunidade se encontrava mais. Sua esposa nos serve um caldo de pêssego gelado bem docinho, muito bom, depois presenteia Ana com pães que ela mesma fez.

Quando cheguei à casa de Nelson, ele estava arrumando o feijão em uma lona junto com seu filho. Convida-nos a entrar, Ana e eu. Nelson começou falando baixo e no fim já estava com a voz firme. Suas palavras em alguns momentos denotavam emoção pelas dificuldades superadas e falta de reconhecimento em sua localidade. Fizemos um passeio em sua propriedade, tem dois hectares com plantação de uvas (Figura 12), pêssegos, hortaliças, flores, lago com peixes, um bosque de árvores nativas e do outro lado da estrada plantação de cítricos. A propriedade recebia visita de escolares e fregueses da feira ecológica onde comercializava seus produtos. Nelson demonstrou orgulho deste lugar que segundo ele foi por transformado, da agricultura tradicional à orgânica e recuperação de áreas assoreadas à restauração de plantas nativas.

Figura 12: Cultivo de uvas e recuperação de plantas nativas, Rincão dos Maia, Canguçu, RS.



Fonte: Riquinho, 2011

Em uma visita anterior a entrevista ele, sua esposa e a sua mãe estavam preparando as hortaliças para a feira (brócolis, repolho, cenoura, abóbora, suco de pêssigo, mel, etc.). Ele mostra-nos as árvores frutíferas que possuía e acrescentou que têm frutas durante o ano inteiro, cada uma em sua estação. A propriedade é repleta de árvores, um lugar bonito e agradável. Tem araucária, jabuticabeira, araçá, cerejeira, dentre outras.

Realidade diferente ocorreu com a família de Lourdes. Ela reconheceu que estavam pensando em desistir de plantar pêssigo porque seu esposo vendeu o pêssigo e recebeu 50% do que entregou. A justificativa foi que eles estavam estragados e com larvas. Em sua companhia vamos á casa de Neusa, compartilham da mesma fé religiosa. No momento da entrevista pergunto se o seu marido não gostaria de participar, ele não apareceu durante o tempo que ficamos lá, apesar de estar em casa. Neusa contou que ele é muito desconfiado e pediu que ela vigiasse suas palavras; mostra-nos as passas de pêssigo que fazia, ano passado vendeu a 25 reais o quilo, obtido com uma caixa e meia da fruta. Afirmou que é um pouco trabalhoso, mas assim obtém maior lucro do que vender a fruta à indústria.

Alguns agricultores já aposentados consideravam a importância dessa renda em suas vidas, principalmente na garantia da alimentação e de certo conforto com o aumento do poder de compra. As atividades que desempenhavam na agricultura eram para subsistência, diferente de quando precisavam trabalhar como diarista e meeiro, pagando ao dono da terra com parte da colheita.

Mesmo não plantando tabaco, alguns agricultores tinham proximidade com tal atividade, como era o caso de Ilda. Seu filho fez três estufas de fumo e tinha mais duas

para fazer. Segundo ela o fumo colhido teve boa qualidade e os custos não foram muitos. Eles possuíam lenha própria e trocavam ajuda com parentes e amigos que tardaram em iniciar a colheita. Ilda comentou que ficava em casa fazendo a comida e eles trabalhavam até tarde da noite. Ela fez um chimarrão e recordou como era o RM anos atrás, já plantaram de tudo: centeio, trigo, soja, pêssago, tudo dava. E, agora era o momento do fumo, Ilda diz que o fumo é muito trabalhoso, mas o que rende mais. O seu esposo interrogou o que virá após o plantio do fumo? O que acontecia segundo ele é que não há um planejamento para plantar: se em um ano o tomate tem bom preço, no ano seguinte muitos plantam, e assim o preço cai quando aumenta a oferta.

Durante a realização da pesquisa alguns agricultores que plantavam ou não tabaco tiveram animais que auxiliavam no trabalho ou vacas de leite mortos por raiva. Lourdes comentou sobre a morte de seus animais (um cavalo, uma junta de bois, uma vaca de leite e o bezerro). Acreditava que estavam passando por uma provação divina. A prefeitura mandou maquinário para enterrar os animais, depois, segundo ela de muita insistência. Reclamou, no entanto, da falta de solidariedade da comunidade, poucos prestaram. Ela se referia a líderes da igreja católica e representantes do Estado. Analisou que foi difícil ficar sem os animais para o serviço e leite das crianças.

A Vigilância Epidemiológica do Estado esteve na comunidade e colocou armadilha em algumas propriedades para capturar morcegos que possivelmente fossem os causadores da raiva nos animais. E, vacinaram as famílias onde ocorreram as mortes. Alguns agricultores afirmavam que havia tido casos de raiva em uma localidade próxima havia uns cinco anos e que não houve vacinação. Mediante tais fatos eles estavam comprando coletivamente a vacina anti-rábica e aplicando nos animais.

Acredito que a reclamação de Lourdes quanto a falta de solidariedade de outros líderes religiosos, como os católicos tinha sentido. As relações sociais estabelecidas eram mais intensa entre os diferentes grupos sociais, os quais se diferenciavam pela fé religiosa e pelo cultivo. Os cemitérios apresentados no início deste capítulo representam essa constatação, um para os católicos e outro para os demais. Entre as pessoas que compartilhavam a fé de Lourdes (Igreja Evangélica Deus é Amor) ela era reconhecidamente uma líder e prestava aconselhamento religioso, como também, orientava as famílias no encaminhamento, obtenção ou ainda na manutenção de determinados auxílios financeiros dispensados pelo Estado.

Entre os agricultores plantadores de fumo se observou a solidariedade na comercialização do tabaco. Mas certo rechaço em relação às atividades desenvolvidas

por Nelson quando presidente da Associação Local e no cultivo agroecológico, os quais eram admiradas por Vladimir que também plantava pêssego.

6.7 Algumas reflexões acerca do objeto de estudo a partir do diário de campo

Historicamente, o contexto estudado denotava um tecido social diverso em sua constituição étnica, sendo formado por imigrantes alemães, pomeranos, italianos e afrodescendentes que compartilhavam do mesmo território e também da mesma cultura, o plantio de árvores frutíferas.

A palavra cultura foi empregada no sentido usado por esta população: como um conjunto de saberes e técnicas incorporadas para o plantio de determinadas espécies; estes saberes são transmitidos de geração a geração, por meio, da observação, da fala e repetição das técnicas, sendo também inovadas ou re(normatizadas) à medida em que novas tentativas (erro e acerto) são introduzidas ou mesmo testadas.

Para Willians (1983) o significado primário da palavra cultura era designado ao cuidado com o crescimento natural, como por exemplo, “a cultura de beterraba”. Posteriormente, no século XIX ela passou a significar, em primeiro lugar, “um estado geral ou hábito da mente”, mantendo estreita relação com a idéia de perfeição humana; e posteriormente, veio a significar “o estado intelectual geral de desenvolvimento, em uma sociedade como um todo” (WILLIANS, 1960).

Para o autor, o desenvolvimento da palavra cultura com cada um dos seus significados originais e as relações entre eles, não é acidental, mas profundamente significativo. É um registro de uma série de importantes fatos e reações contínuas das mudanças no contexto social, na vida econômica e política, podendo ser visto, como um tipo especial de mapa, por meio do qual, a natureza das mudanças podem ser exploradas. A cultura significava um estado ou hábito da mente, ou um corpo de atividades intelectuais e morais. Atualmente também significa um modo de vida (WILLIANS, 1960).

A identificação de redes de apoio social permitiu a reconstrução dos processos interativos entre indivíduos e grupos, a partir das conexões interpessoais construídas no cotidiano (FONTES, 2004). As trocas estabelecidas nestas redes foram desde a ajuda material a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer. Para Portugal (2006) as redes sociais permitem acesso a recursos não oferecidos pelo Estado ou pelo mercado, utilizando-se de um princípio de dádiva e de

reciprocidade, o que para Mauss (2003) circulava apoiada nas três obrigações, dar, receber e retribuir.

Nesse sentido, Valla (2001) e Valla, Guimarães e Lacerda (2006) ao estudarem as redes de apoio social em grupos populares, perceberam na busca crescente por igrejas a formação de novas redes de apoio social, estabelecidas por meio de relações sistemáticas, nas quais circulavam distribuição de cestas básicas e trabalhos sociais relacionados aos problemas de saúde da comunidade. Foi possível perceber que a Igreja desempenhava um papel de regulação social, reafirmando responsabilidades e papéis, mas priorizando os seus fiéis. Nessa ação social, incluía o cálculo e interesse, fosse material ou imaterial. Encontrando-se também obrigação, espontaneidade, amizade e solidariedade (CAILLÉ, 2002).

Há mais dez anos muitas famílias migraram da cultura do pêssego para o plantio de fumo, o que disparou mudanças nas relações sociais. O apreender uma “nova” cultura, mais intensiva no trabalho e com um período mais longo de labor diminuiu a interação:

O cara era bem mais pobre, passava mais dificuldade, mas o cara tinha muito mais liberdade. Hoje o cara tá um pouquinho melhor de vida, mas a liberdade completamente terminou porque chega agora na safra quando o cara sai é domingo de tarde um pouquinho (Família 16).

Desta forma, a vida em coletivo ficou mais restrita, as festividades acontecem em épocas de menor trabalho. Tais mudanças na estrutura física da localidade, ao trocar a “cultura” do pêssego pela do fumo, repercutiu também no tecido social, alterando o modo de vida das famílias e conseqüentemente os laços estabelecidos nas redes sociais, cada vez mais centradas numa individualização do processo de trabalho.

As relações de trabalho indicam uma subordinação ao capital e dependência do “macro mercado”, mediado principalmente pela indústria do tabaco. Poucas iniciativas enfocaram o “micro mercado”, ou seja, a comercialização em feiras, direto ao consumidor ou ainda por meio de processos coletivos como associativos.

A relação entre agricultores e Estado ocorria principalmente na utilização de crédito agrícola, aposentadoria e bolsa família. Percebeu-se maior dificuldade na participação popular e controle social por parte desses agricultores. Assim, como de uma comunicação efetiva entre sociedade civil organizada - agricultores - Estado. A indústria privilegia-se do seu discurso que continua sendo divulgado e defendido por atores do Estado, da sociedade civil e conseqüentemente dos próprios agricultores. Tal

discurso se refere a uma produção rentável, mais do que qualquer outra atividade. No entanto, observou-se que ele não se sustentava ao examinar com os agricultores o total da safra: o valor líquido dividido entre os membros da família que trabalharam e o número de horas dispensadas.

A questão renda é um tabu entre os agricultores. Eles dificilmente a mencionavam, relatavam que não lembravam ou que nunca fizeram o exercício de colocar na ponta do lápis as despesas e lucros. Apenas no final da safra alguns mencionavam o valor bruto. Assim, percebeu-se a necessidade de futuros estudos trabalharem questões relacionadas à administração financeira da propriedade juntamente à diversificação agrícola.

Da mesma forma, observou-se carência no estímulo a práticas saudáveis de manejo com a terra, promovendo a saúde humana e ambiental. O trabalho infantil precisa ser ressignificado; as crianças podem desenvolver habilidades e gosto pela agricultura de forma que não comprometa seu desenvolvimento saudável.

Acredita-se que ações intersetoriais que explorem saúde, economia, educação e agricultura sejam essenciais para responder às demandas, mesmo que ocultas na voz dos agricultores do tabaco do RM. Para tanto, acredita-se no potencial do dispositivo do dinâmico a três pólos apresentado por Schwartz (2000; 2002; 2006). É inspirado na proposta de intervenção nos ambientes de trabalho de Oddone. É rico e necessário a discussão conjunta de profissionais da saúde, técnicos de diferentes áreas do conhecimento relacionadas ao tema, pesquisadores e trabalhadores na investigação e compreensão do “mundo do trabalho rural” e suas transformações.

A busca do desenvolvimento mútuo de diferentes saberes reúne a experiência e o saber dos trabalhadores ao campo epistêmico - conceitual, destacando a importância da sinergia, do diálogo crítico com os especialistas, nas pesquisas e intervenções no trabalho (BOTECHIA; ATHAYDE, 2007). Essa relação de co-análise entende o outro como possuidor de um patrimônio importante para a compreensão da atividade*, promovendo o debate das informações e percepções acerca do seu próprio trabalho, afirmando a posição de que o ser humano, no encontro dialógico constitui a si e ao mundo e, nesse mesmo movimento; poderá encontrar formas de transformação da realidade (BOTECHIA; ATHAYDE, 2007).

* Toda atividade humana esta entre o explícito e o não-formulado entre, o verbo e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular, o lugar de um debate incessantemente reinstalado entre normas antecedentes e processos de (re)normalização (SCHWARTZ, 2002).

7. RESULTADOS

ARTIGO 1

7.1 Health, environment and working conditions in tobacco cultivation: a review of the literature¹

Saúde, ambiente e condições de trabalho na produção de tabaco: uma revisão de literatura

D. L. Riquinho², E. A. Hennington³

Abstract

Introduction This study presents a review of the literature published between 1979 and 2010 on health and working conditions in tobacco cultivation, with particular emphasis on the Brazilian context. *Method* A review of computerized databases (PubMed, Scopus, WilsonWeb and Bireme/PAHO Virtual Health Library – Public Health) was carried out using the following search terms: tobacco, agricultural worker health, agricultural worker disease, working conditions, unsafe working conditions, occupational risk, occupational disease, and labor force. Articles published in English, Spanish and Portuguese were selected. *Results and Discussion* Thirty-seven articles were selected from 214 references that were initially identified. Thirty-four additional publications (reports, etc.) were also analyzed. Among the many effects described in the literature, especially noteworthy are “green tobacco sickness,” respiratory disorders, musculoskeletal injuries, mental disorders, and a negative environmental impact. Very few studies have been carried out in Brazil.

Key-words: Tobacco, Occupational Risk, Rural Health, Working Conditions, Public Health

Resumo

Introdução. Este estudo propõe uma revisão da literatura científica publicada entre 1979 e 2010, sobre condições de trabalho no cultivo do tabaco, como ênfase particular no contexto brasileiro. *Método.* Foi realizada revisão de literatura com consulta às bases de dados *Pubmed*, *Scopus*, *Wilson Web* e *BVS* – Saúde Pública (Bireme OPAS). Os descritores utilizados foram: tabaco, saúde do trabalhador rural, doença dos

¹ Publicado na Revista Ciência & Saúde Coletiva, volume 17, número 6, páginas 1587-1600, publicação realizada em 2012.

² Doutoranda em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: deiselis@ensp.ficoruz.br

³ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Email: elida.hennington@ipecc.fiocruz.br

trabalhadores agrícolas, condições de trabalho, condições inseguras no trabalho, doenças do trabalho e força de trabalho. Foram selecionados artigos publicados em inglês, espanhol e português. *Resultados e Discussão*. Trinta e sete artigos foram selecionados a partir de 214 referências que foram inicialmente identificados. Trinta e quatro outras publicações (relatórios técnico, livros e outros) também foram analisadas. Entre os muitos efeitos descritos na literatura, destaca-se “doença da folha do tabaco verde”, distúrbios respiratórios, lesões músculo-esqueléticas, doenças mentais, e um impacto negativo relacionado ao meio ambiente. No Brasil poucos estudos têm sido realizados sobre este tema.

Palavra chave: Tabaco, Riscos Ocupacionais, Saúde da População Rural, Condições de Trabalho, Saúde Pública.

Introduction

The phenomenon of shifting tobacco production from developed to developing countries such as Brazil has been favored by a decrease in government subsidies in developed regions, an increase in smoking control and, consequently, production costs, and a decrease in tobacco profits¹. The United States of America has experienced the steepest decline, from 20% of world tobacco output to 8% between 1970 and 2000, followed by the European Union, whose production share fell from 14% to 7%. A similar process has occurred in Japan, with production falling by half over the same period². Despite this production shift, profits are still repatriated to industry headquarters in developed countries, as is the case of Philip Morris, headquartered in the U.S., and Souza Cruz, a subsidiary of British American Tobacco, whose profits are transferred to the United Kingdom³.

In addition to production, tobacco consumption is also highest in developing countries. Currently, the number of smokers in the world is estimated at 1.3 billion, of which 84% live in developing countries, a figure likely to reach 88% by the end of 2025^{4,5}. It is well known that tobacco users are at higher risk of developing and dying prematurely of several types of cancer, heart disease and respiratory diseases, which may result in income deprivation and additional health care costs³⁻⁶.

Considering this scenario of progressive expansion of production and consumption of tobacco in developing countries, in 1999, more than 190 World Health Organization (WHO) member countries proposed, during the 52nd session of the World

Health Assembly, the adoption of the first International Public Health Treaty, the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). For about four years, WHO member states discussed tobacco-related issues until a consensus was reached. The consensus statement was unanimously endorsed during the 56th session of the Assembly in May 2003. The WHO FCTC has 172 Signatories, which makes it one of the most widely embraced treaties in United Nations history. The purpose of the FCTC is to make countries converge in adopting measures in response to the globalization of the tobacco epidemic, by creating international standards to control and regulate a variety of aspects, from advertisement and sponsorship, price and tax policies, illegal sales and passive smoking to policies supporting agricultural diversification, among others^{3,4,7}.

The complex interplay between tobacco production and consumption translates into a major economic and public health challenge for Brazil and the world, with specific population groups such as rural workers and communities being more vulnerable. The aim of the present study was to review the scientific literature published between 1979 and 2010 on the working conditions and health impacts associated with tobacco cultivation, with particular emphasis on the Brazilian context.

Methods

A search of the literature documenting the working conditions and the impact of tobacco cultivation on human health was performed in the PubMed, Scopus, WilsonWeb (Biological & Agricultural Index Plus, Social Sciences Full Text), and Virtual Health Library (BVS) – Public Health (Bireme/PAHO) databases between July 20 and 28, 2010.

We searched for studies analyzing the impact of tobacco cultivation on human health and the cultural, social, and economic implications of tobacco production. The following search terms were used: tobacco, rural worker health, agricultural worker disease, working conditions, unsafe working conditions, occupational disorders, labor force. In Scopus, these terms were inserted in the fields “article title,” “abstract,” and “keyword.” The combination of search terms was adapted to optimize results and to reflect the specific characteristics of each database: two are based on search terms (PubMed and BVS) and two on search engines (Scopus and WilsonWeb), that is, the keywords are located within the text instead of being matched to subject headings. After the first search round, a large number of articles focused on health problems resulting from tobacco consumption was retrieved. We then chose to add Boolean operators AND and NOT to exclude the headings “cancer” and “smoking.”

The final search strategy was: in PubMed, [“agricultural worker disease” OR “working conditions” OR “occupational risks” AND “tobacco” NOT “cancer” NOT “smoke” NOT “smoking”]; in BVS – Public Health, [*doença dos trabalhadores agrícolas* AND *tabaco* (agricultural worker disease AND tobacco)]; Scopus, [your query: (TITLE-ABS-KEY(“agricultural worker disease” OR “occupational disease”) OR TITLE-ABS-KEY(“working conditions” OR “occupational risks” OR “labor force”) AND TITLE-ABS-KEY(“tobacco”) AND NOT TITLE-ABS-KEY(cancer OR neoplasm* OR smok*))]; WilsonWeb, [(agricultural worker disease OR work conditions OR occupational risks OR occupational disease OR working conditions OR labor force) <in> Smart Search AND tobacco <in> Smart Search NOT (cancer OR neoplasm* OR smok*) <in> Smart Search In Biological & Agr Index Plus, Social Sciences Full Text]. These strategies yielded 120 articles that were closer to the topic of interest published between 2000 and 2010. To increase the number of articles of interest, the search period was extended to include articles published between 1979 and 2010. The frequency of articles published on the theme grew steadily from 1979 onwards, This expanded search strategy yielded 214 papers in English, Spanish, and Portuguese.

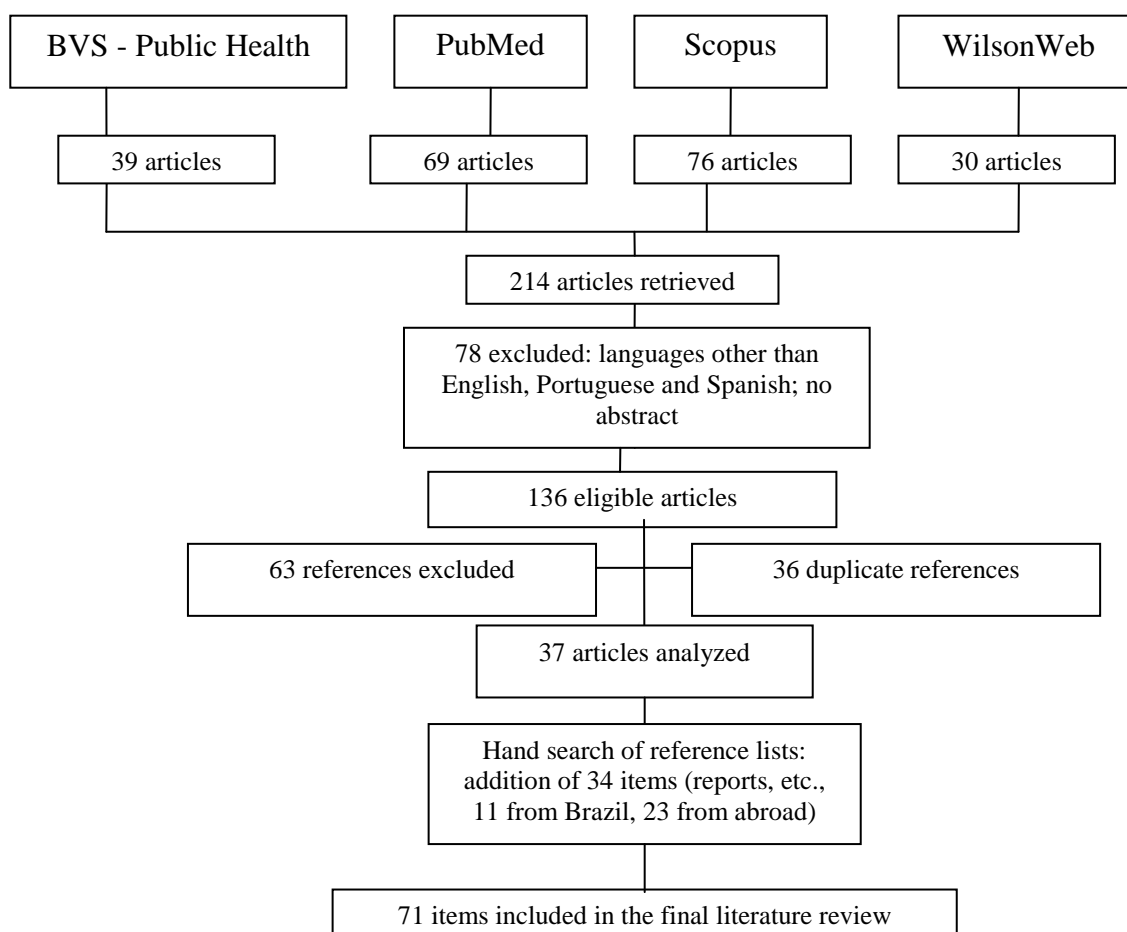
Results

Of the 214 references initially identified, 78 were excluded after review of the titles and abstracts (if available) or else because the language of publication was not English, Spanish, or Portuguese. That step yielded 136 articles. These were read, and an additional 63 papers were excluded because they covered populations of agricultural workers not working with tobacco or dealt with biochemical analyses of the tobacco plant; 36 duplicate references were also excluded. Of the remaining 37 articles, 13 were not available through the databases, and were located using the Interlibrary Loan System of Brazil (COMUT).

Taking into consideration the importance of Brazil in the worldwide scenario of tobacco production and the fact that only one study conducted in Brazil was retrieved by our search, we decided to review reports and other documents published by the Brazilian Ministries of Health and Agricultural Development, both strongly involved with health, economic, and social issues related with tobacco production. These documents were retrieved from government web sites and commonly made reference to

other studies conducted in Brazil and covering the topics listed above, which in turn were also included in our review. The reference lists of these articles were hand-searched and 34 additional articles of interest were identified, 11 from Brazil and 23 from other countries (Figure 1).

Figure 1. Literature review: search strategy, period 1979-2010



The data retrieved from the databases included in our search were classified according to an analytical matrix including categories such as study design, thematic axis, and country where the study was carried out (Table 1). The following study designs were considered: epidemiological (ecological, cross-sectional, cohort, case-control, or experimental); literature review; clinical case study; and qualitative approaches, including oral history, ethnography, and essays.

Table 1. Type of article, thematic axis, and country where the study was carried out, period 1979-2010

Type of study	No. of articles	Thematic axis	Country where study was carried out	Reference number
Epidemiological	23 (62%)	Social and economic implications for health	Vietnam	31
		Acute and chronic health effects	India	51
		GTS - migrant and seasonal workers	USA	35, 44 40, 41, 42, 43,
		GTS – dermal exposure	USA	47, 63
		Neurobehavioral and neurophysiological changes	Malaysia	18
		GTS – shade-tobacco	USA	52, 53
		Working conditions and respiratory diseases	Zimbabwe	62
		Bone and muscle injuries	USA	65
		GTS – space-time relationship	USA	28
		GTS – Epidemiological patterns	USA	61
		GTS – Health conditions	India	56, 64
		Neuropsychiatric changes	Brazil	68
		Systemic exposure to nicotine in tobacco (harvesters)	Italy	45
Family agriculture	Malawi	11		
Exposure in various types of crops	USA	39		
Case study	5 (14%)	GTS	Poland	36, 58
		Alternatives to the use of pesticides	Cuba	70
		Contact dermatitis	USA	48
		GTS – medication	USA	19
Literature review	2 (5%)	Social and health effects	USA	15
		GTS – children and adolescents	USA	8
Qualitative research (Oral histories, ethnography, essays)	7 (19%)	Workforce in globalized crops such as tobacco	USA	1
		Regulation of tobacco products	USA	12
		Replacement of women workers following World War II		13
		Violence against rural migrant workers	USA	14
		Immigration and tobacco production	Bolivia	26
GTS – concepts		49, 50		

Most research was carried out in the United States, and most studies were of an epidemiological nature, focusing on nicotine poisoning (green tobacco sickness, GTS) and dermal exposure. We found the topic to be largely unexplored in Brazil. Exceptions are the Ministry of Health, through the National Cancer Institute, the University of Santa Cruz do Sul, in southern Brazil, the Department of Agricultural and Socioeconomic Studies associated with family agriculture organizations in Curitiba, in the southern state of Paraná, and more recently the Ministry of Health Secretariat of

Health Surveillance. Most scientific investigation has focused on diseases associated with tobacco growing, especially GTS.

Tobacco production in Brazil and the world: an overview

The world's foremost producer of tobacco is China, followed by Brazil, India, the United States, and Malawi⁸. Since tobacco consumption is high in China, most of that country's production is aimed at the domestic market^{4,9}, making Brazil the largest exporter of leaf tobacco, followed by Zimbabwe and Malawi. Most production in Brazil – 92.7% – is concentrated in the South. The North contributes with 7.3%. Of the southern states, the largest producer is Rio Grande do Sul.

The average size of tobacco farms in the South of Brazil in 2009/2010 was 41.51 acres, with 35.13% between 2.47 and 24.7 acres, 25.4% between 27.18 and 49.42 acres, and 1% with 50 or more acres¹⁰. In the United States, tobacco farms are usually close to 247.10 acres, vs. 3.71 acres in Malawi^{11,12}.

Concerning the workforce, historically, women have played a major role in the cultivation of tobacco, especially in the United States. In the 17th century, European women were hired to work in tobacco plantations alongside men. In the 18th century, female African slaves and their daughters predominated in these farms. In the end of the 19th century and beginning of the 20th century, a profound change in tobacco production took place, with cultivation shifting to small, family-owned properties, which promoted the participation of women in all stages of production, from cultivation to marketing. In the 21st century, this workforce was gradually replaced with mechanized agriculture and male seasonal workers, especially Latino migrants¹³.

An anthropological study¹ shows that the tobacco workforce in the United States has been usually constituted by “others” – women, blacks, migrants – and is now characterized by a “globalized labor force.” The maintenance of this status was made possible by the international economic restructuring, which has translated into wide availability of migrant populations in the U.S¹⁴.

In Brazil, tobacco is usually grown in small family farms^{10,11}. According to the Brazilian Association of Tobacco Growers¹⁰, around 90% of workers employed in tobacco fields are related to the owners of these properties, with temporary workers making up the remaining 10%. It should be noted that child labor is observed in all

countries with family-operated tobacco farms, with children working full time or during non-school hours, participating in the entire cultivation process^{3,8}.

The cultivation of tobacco in developing countries is physically demanding, with manual handling of heavy loads and application of a variety of pesticides in different stages, such as sprayed methyl bromide (herbicide, insecticide, fungicide, and nematicide) during seedling production, disulfoton (organophosphate insecticide and acaricide) following sowing and transplantation, and imidacloprid (nitroguanidine insecticide) and acephate (organophosphate insecticide and acaricide) for pest control until harvest. It is well known that the use of these products causes various health problems and environmental damage^{3,15-18}.

Among the health problems related to tobacco farming, the most noteworthy are GTS, respiratory and musculoskeletal problems, and mental disorders resulting from the exposure to pesticides. GTS, the best documented condition, is usually felt during the harvest, resulting from the dermal exposure to tobacco leaves that causes acute nicotine poisoning. Symptoms include nausea, vomiting, headache, and abdominal cramps¹⁹⁻²¹. Respiratory effects are caused by tobacco dust, especially during processes such as curing, but they have not been extensively studied. The musculoskeletal problems described in the literature are mostly related to labor injuries^{22,23}. The occurrence of mental disorders such as chronic depression and suicide suggests a role of organophosphate pesticides^{18,24}.

Concerning environmental damage, pesticides are a major source of soil and water contamination. In addition, as a crop, tobacco quickly drains the soil, requiring a higher amount of nitrogen, phosphorus and potassium than other crops. The impact of depletion is higher in tropical countries, where the level of nutrients in the soil is lower. This explains why this crop requires intensive use of fertilizers²⁵.

Production characteristics and working conditions

Traditionally, tobacco was produced in the United States with government subsidy and sold at public auction. After being graded for quality standards by the United States Department of Agriculture (USDA), tobacco leaves were sold in warehouses to buyers (tobacco manufacturers or leaf dealers) at prices that fluctuated during the selling season. More recently, this system was replaced with a regimen of

direct contracting between manufacturers and farmers¹², which challenges the Jeffersonian notion of independence^{1,12}.

In Argentina and Malawi, sharecroppers have been reported to work in tobacco fields (Bolivians working as sharecroppers in the province of Jujuy, Argentina, and local families in Malawi)^{11,26}. Sharecroppers represent a cheaper workforce and the transfer of production risks from landowners to the workers themselves²⁶.

The tobacco production network, Brazil included, is transnational and based on a direct link between producers and the industry, through an “integrated system.” This system relies on a sales-purchase agreement between farmers and the industry. The tobacco industry is responsible for the dynamics and innovation in agricultural production and has exclusive rights to sell inputs, as well as the right to purchase the final product^{4,12,27}.

Three types of tobacco are grown in Brazil: Virginia, Burley, and common tobacco. In the South, 82.7% of the tobacco produced is of the Virginia type, with 16.4% Burley and 0.9% common tobacco⁹. In Malawi, Burley is the most common variety¹¹. In the United States, the most common tobacco types are Virginia, used in the manufacture of cigarettes, and a variety of air-cured Burley used for chewing and also in the manufacture of cigarettes. The regions where these products are cultivated depend on many factors, including topography, soil and climate conditions, and historical aspects¹³.

In Brazil, the tobacco production cycle starts in May. A float system is used to produce transplants, using polystyrene trays covered in plastic, which workers call “swimming pools.” In August and September the plants reach transplant size. At this stage, large amounts of pesticides are used. The harvesting of leaves starts between December and February, around 60 days later. Between transplantation and harvesting, farmers monitor growth, carry out pest and disease control, and remove flowers (top the plants) to ensure heavier and higher quality leaves^{9,17,28}.

The lack of personal protective equipment, including masks, gloves, and boots, due to the high cost of this equipment or to the fact that it is not adapted to a tropical climate, makes agricultural workers vulnerable to acute and chronic poisoning caused by pesticides applied during different stages of the tobacco production process, mostly organophosphate agents^{17,25}.

Virginia tobacco is harvested in stages. The lower leaves, which are larger and older, are picked first, and the upper leaves, last. After harvesting, the leaves are strung

onto sticks and dried in curing barns (flue-cured tobacco)¹⁵. Burley and common tobacco ripen more evenly and do not require two-stage harvesting. These two types of tobacco also differ from Virginia in terms of the curing process, which is done in well-ventilated areas (air cured)¹⁵. After curing, the leaves are baled or sheeted according to class and stored until transport to industry warehouses^{9,13}. Tobacco leaves from Brazil are internationally recognized for their high quality and low price. Three main factors underlie this reputation: the absence of mechanization resulting from the high cost of machinery and/or cultivation in steep or rocky soil and a workforce of families³⁰.

Also noteworthy is the fact that tobacco represents 70% of the income of families involved with tobacco, and tobacco growers have tobacco as their main income source¹⁰. Other agricultural activities, if any, are basically for subsistence; other products are sold only if there is surplus production. This makes farmers dependant on the tobacco industrial production chain, preventing agricultural diversification^{11,13}.

The grading of tobacco by the industry for marketing purposes has resulted in a competitive environment that leads farmers to sell at an increasingly lower price. Whereas a few large-scale growers have become rich, many small growers are having trouble with a crop that involves physically demanding work and investment in various resources, and that is associated with dangers to health and the environment resulting from exposure to pesticides and nicotine poisoning, placing at risk all those involved, especially women and children^{4,13,31}.

The tobacco productive chain is a complex oligopoly, in which a few companies control the market, the supply/demand balance, and the modes of production. The vertical relationship that these companies establish directly with farmers decreases the grower's productive and economic autonomy, resulting in working conditions that are inadequate and unhealthy, with negative impacts on health and environment. A summary of the tobacco productive chain and the type of organization and workforce involved in tobacco growing is shown in Table 2.

Table 2. Summary of the characteristics of tobacco production and of the workforce involved in tobacco growing according to a review of the literature, 1979–2010.

<i>System of production</i>	<i>Country</i>	<i>Reference number</i>
Government subsidy and sold at public auction	USA	1
Integrated system	USA, Brazil	1,12, 27
Organizational structure/workforce	Country	Reference number
Sharecropping	Argentina and Malawi	11, 26
Family agriculture	Brazil and Malawi	26
Latino migrants	USA	13
Types of tobacco	Country	Reference number
Virginia, Burley	USA, Brazil, Malawi	9, 11, 13
Processing		
Flue-cured (Virginia)	Crop is harvested in stages. After the harvest, leaves are strung onto poles and cured in hothouses	15
Air-cured (Burley)	Crop is harvested at once. Leaves are air-dried	15
Float system	Seedlings are transplanted 60 days after sowing. Pest and disease control requires intensive pesticide use. Harvest takes place within 60 days.	9, 17, 25, 28

Main health problems associated with tobacco production

The production of tobacco causes short and long-term effects on human health. The recognition of such risks is not recent. In 1713, Bernardino Ramazzini recorded various symptoms, including headache and abdominal cramps, among Italian workers and attributed these symptoms to exposure during tobacco cultivation³². In addition to the symptoms that characterize nicotine poisoning, there are respiratory and musculoskeletal impacts resulting from exposure to pesticides. Table 3 presents a summary of the main health and environmental issues associated with tobacco production and strategies for facing this problem available in Brazilian public policies, as reported in the literature.

Table 3. Summary of the main health issues associated with tobacco production and Brazilian public policy strategies for facing these issues, according to a review of the literature, 1979–2010

<i>Health issue</i>	<i>Symptoms and signs / associated conditions</i>	<i>Reference number</i>
Green tobacco sickness (GTS)	Vomiting, nausea, dizziness, headache, abdominal pain, diarrhea, abnormal blood pressure and heart rate	20, 34, 35, 37, 38, 48, 49, 52, 56, 57, 58, 59, 60
	Visual complaints	36
Respiratory problems	Worsening pulmonary function, increased risk of emphysema	62, 63, 64
Musculoskeletal lesions	Trauma, various injuries	1, 22, 23, 65
Pesticide poisoning	Altered nerve conduction velocity, postural sway, parkinsonism and depression	66, 67, 68
	Acute and chronic toxicity due to the various products used during tobacco growing. Organophosphate poisoning is predominant	17, 25
Public policy strategies		
Government support of economically viable alternatives to tobacco growing (including support programs and credit provision)		27
Development of a specific surveillance system to monitor the health of rural tobacco workers		37, 38

Green tobacco sickness (GTS)

GTS was first described as a specific disease affecting rural tobacco workers in Florida in 1970³³. It is caused by stimulation or inhibition of cholinergic receptors in the central nervous system, leading to a clinical presentation that is often characterized by vomiting, nausea, dizziness and headache. Additionally, abdominal cramps, diarrhea, changes in blood pressure and heart rate may also occur during or after exposure to *Nicotiana tabacum* found in tobacco leaves^{20,34,35}. In Poland, visual changes have also

been described in association with other GTS symptoms³⁶. Two studies conducted in Brazil found reports of GTS among tobacco workers in the North region (Arapiraca, state of Alagoas, in 2007) and in the South of the country (Candelária, Rio Grande do Sul, in 2008) by means of a descriptive epidemiological study followed by a case-control study^{37,38}. The symptoms most commonly reported by affected workers were nausea, vomiting, headache and dizziness. Nonsmokers were affected most severely. Contradicting previous reports from other countries, exposure to wet leaves was not associated with increased risk of GTS^{37,38}.

During the harvest, the body of tobacco workers is surrounded by tobacco plants and potentially exposed to nicotine. Leaves are often held by workers underneath their arms. Dermal absorption of nicotine increases if the leaves are damp, and may be facilitated by preexisting lesions in the hands and armpits. Gloves and water-resistant clothing may prevent this, but most of the time such protective gear is not worn because it makes harvesting more difficult^{20,39-48}.

In the United States, Latino migrants are considered to be most vulnerable to GTS. These workers are frequently inexperienced, do not communicate well in English, and do not have health insurance. They may also be illegal immigrants, and may thus be afraid to leave work and seek health care. This encourages self-medication in the presence of GTS symptoms^{28,42,49,50}.

The consequences of acute and chronic exposure to nicotine for the health of men and women involved in the cultivation of tobacco have been reported by a study that identified a greater prevalence of hypertension and premature deliveries in this population as compared to a control group. However, according to the authors, these differences were not statistically significant, possibly because of the size of the sample, absence of comparative studies, and differences in the amount of nicotine absorbed during the various stages of tobacco cultivation^{43,51}.

Some studies have assessed GTS symptoms and nicotine levels absorbed from shade tobacco leaves based on salivary levels of cotinine among agricultural workers from Connecticut, U.S. The authors found a low risk of nicotine dermal absorption and a low incidence of GTS in the sample assessed, suggesting that shade tobacco may exhibit lower levels of nicotine when compared with either Burley or Virginia tobacco^{52,53}.

The main differential diagnoses of GTS are pesticide poisoning or heat exhaustion. Pesticide poisoning usually occurs at the start of the harvest season, since

the last spraying is usually done a few weeks earlier^{48,54}. In contrast to GTS, workers with heat exhaustion have fever and do not present increased levels of cotinine, a nicotine metabolite. In addition, GTS symptoms may also appear in rainy days, when heat exhaustion is less likely³⁴.

It is estimated that 86% of the nicotine absorbed by the body is biotransformed into cotinine, the main metabolite of nicotine, with a half-life of around 20 hours⁵⁵. Urinary cotinine levels, which correlate significantly with the total amount of nicotine absorbed, are used to monitor environmental exposure to tobacco and evaluate the degree of poisoning^{56,57}. Despite its nonspecific symptoms, GTS can be diagnosed if correlated with tobacco farming. In addition, the measurement of cotinine levels may help establish a differential diagnosis^{48,58}.

A study with tobacco workers in Malaysia⁵⁹ reported significantly increased levels of urinary cotinine among nonsmokers, suggesting greater absorption of nicotine from tobacco leaves. Smoking cigarettes is a strategy known to increase tolerance to the signs and symptoms associated with tobacco poisoning^{49,52}. Among smoking workers, the incidence of GTS was lower (incidence density of 2.39 vs. 1.8 days/days worked)⁶⁰.

The occupational health risks associated with nicotine absorption in tobacco workers are a reason for concern. In addition to the handling of leaves, the strategy of smoking makes these workers more susceptible to other problems associated with tobacco, as well as to the consequences of smoking. Monitoring and reporting of suspected cases to surveillance systems is necessary so that the magnitude of the problem can be determined and its economic impact on the healthcare system and on the productivity of tobacco workers, taking into account work days lost, can be measured⁶¹.

Respiratory problems

As previously mentioned, little information is available in the literature concerning the respiratory problems associated with tobacco cultivation. The exposure of workers to dust from dry tobacco leaves, resulting from the curing process, which concentrates nicotine and other chemical substances likely to cause damage to the respiratory system, especially when personal protective equipment is not worn^{15,62}. Respiratory exposure also occurs during stacking, when the leaves are tied; when leaves are loaded for transportation; and during the mixing and spraying of chemicals⁶³.

Pulmonary function tests in workers exposed to tobacco dust and other types of workers revealed an increased risk of emphysema in the former, even among

nonsmokers^{62,64}. The ability of the highly vascularized respiratory system to absorb minute particles makes it especially vulnerable to irreversible respiratory problems in both smoking and non-smoking tobacco workers.

Musculoskeletal lesions

A study carried out in a university hospital in Kentucky, U.S., with the objective of determining the incidence of musculoskeletal injury related to tobacco farming, showed that 23 out of 24 persons with farm-related injuries during the study period were tobacco workers²². Seventeen (74%) of these workers were injured in falls from tobacco-drying barns, and 18 (75%) had skeletal injury. The authors propose that extreme heat and poor design or maintenance of barns contributed to the high incidence of falls²².

A review of emergency admissions in three locations in Kentucky²³ revealed that 23% of injuries were related to tobacco production, not including GTS. Thirty percent were caused by falls, 27% were related to cutting and piercing, and 13% were related to overexertion. More than 90% of the injured workers required outpatient monitoring. Still in the state of Kentucky, a population-based study investigated the occurrence of nonfatal agricultural injuries in farmers older than 55 years of age, having reported a yearly overall crude injury rate of 9.0 per 100 injured farmers. Farms with beef cattle and tobacco came second (after farms with beef cattle alone) in terms of the number of injuries⁶⁵. By restricting their sample to this age range, the authors focused on the ability of older farmers to carry out the routine activities of agriculture and the possibility of increased vulnerability due to the sensorimotor losses associated with aging⁶⁵. Tobacco production also predisposes to other injuries associated with tractor overturns, use of knives to cut stems, and falls from the high drying and storage barns¹.

Pesticide poisoning

Chemical products used in tobacco fields are usually applied by hand or using acrylic backpack sprayers. In the absence of protective gear, this may cause exposure to concentrated doses of pesticides that can be absorbed through the mouth and skin or inhaled^{15,16,63}. Because of that, pesticides are often applied by children younger than 15 years of age, who are more tolerant to these effects^{16,24}. Although this tolerance is mentioned in the cited literature, the reasons behind it are still unclear, which is indicative of the research gap regarding this topic, particularly in this population.

A study assessing the size and effect of exposure to organophosphates and carbamates in children working in or accompanying their parents to tobacco fields in Nayarit, Mexico, did not find a difference in terms of acetylcholinesterase levels in working and nonworking children living close to the fields⁶⁶. Hemoglobin measurements showed that 93% of children were anemic. Those authors have stated that the problem may be larger than initially thought, since the population surrounding tobacco fields also seems to be affected through generalized environmental contamination, including contamination of drinking water sources, due to pesticide runoff⁶⁶.

The effects on the central and peripheral nervous system resulting from exposure to pesticides commonly used in tobacco plantations, such as organophosphates, carbamates, and dithiocarbamates, were examined in 76 tobacco growers and 38 sex- and age-matched controls in Kelantan, Malaysia⁶⁷. Speed of nerve conductance and postural oscillations appeared to be sensitive indicators of the effects of these products on the peripheral and central nervous system⁶⁷. All the workers analyzed had a significant decrease in serum cholinesterase activity as compared to controls.

A study was carried out to evaluate clinical, psychiatric, and extrapyramidal symptoms in addition to plasma acetylcholinesterase activity in a sample of 37 workers involved in family agriculture of tobacco in the South of Brazil. These farmers had been chronically exposed to organophosphates. Tests were carried out on two occasions: during a three-month period of pesticide exposure and after three months without exposure. The results showed that acetylcholinesterase activity was normal in all subjects, with no differences between the periods during or following exposure. Clinically significant extrapyramidal symptoms were present in 12 out of 25 individuals. Tremor was the predominant sign, followed by masked facies and reduced arm swing (characteristic signs of parkinsonism).

According to the authors, the findings support the need for parameters other than acetylcholinesterase activity to monitor the chronic consequences of low-dose exposure to organophosphate pesticides, and suggest that exposed workers may develop permanent extrapyramidal symptoms in addition to transient motor and psychiatric impacts, such as symptoms and signs of clinical depression and parkinsonism⁶⁸.

Environmental problems resulting from tobacco production

An ethnographic study carried out in the Copán River valley, Honduras¹⁶, described the social and ecologic impacts of the production system used for Virginia tobacco, which is dried in warm air, including deforestation and exposure to pesticides. Flue-cured tobacco requires a considerable amount of wood, with potential for significant deforestation. Even though the agreement between the tobacco industry and farmers contemplates reforestation efforts with seedlings provided by the industry (mostly leucaena and eucalyptus), the results are limited by the great requirement for fuelwood in the region. Exposure to pesticides also occurs when spraying equipment is cleaned and through the disposal of packaging in rivers and streams. The presence of pesticides was mentioned by study participants as a possible cause of fish and bird mortality^{16,69}.

Similar effects are described in a study carried out in Nicaragua⁶⁹ to analyze the intensive use of pesticides in tobacco farming and the possible environmental consequences thereof. Since most tobacco farms are located close to important rivers in the department of Nueva Segovia, there is contamination of both the superficial aquifer and deep groundwater with pesticides. The strong rains occurring in the region also contribute to the dissemination of toxic residues deposited on the soil following multiple sprayings. Soil fertility in these areas is decreased, and the use of fertilizers and pesticides in a monoculture system contributes to speed the degradation, with loss of groundcover⁶⁹. In Cuba, a program to reduce the dependence on pesticides was developed for crops such as sugar cane, citrus, tobacco, corn, and vegetables⁷⁰. The program relies mainly on expanding the knowledge of Cuban agro-ecology in order to implement cultural control practices, research and implementation of biological pest control, and research on plant resistance and development of resistant crop varieties.

Most pesticides used in the various stages of tobacco production are classified as environmental hazards and are extremely toxic to fish and birds, as is the case of mancozeb, endosulfan, and zineb^{69,71}. The use of these products is restricted or banned in Central America, the U.S., and Sweden^{15,69}.

WHO Framework Convention on Tobacco Control: challenges and strategies for Brazilian public health

The social, health, and environmental consequences related to the production of tobacco, as previously described, together with the increase in the number of smokers in developing countries, especially among women and the young, and the role played by advertising in stimulating smoking are some of the issues that led to approval of the WHO FCTC^{3,4,7}. This treaty focuses on demand reduction strategies as well as supply issues. The final version of the FCTC includes 38 articles proposing price and tax and non-price measures meant to reduce the demand for tobacco, including reduced availability of tobacco, environmental protection, issues relating to accountability, technical-scientific cooperation and exchange of information, institutional mechanisms and financial resources, in addition to measures for conflict resolution through mediation and conciliation of parties⁷.

The tobacco industry is paying close attention to this changing scenario and has launched a broad television and print media campaign concerning the risks of smoking. These strategies depict tobacco manufacturers as “citizen companies” that are responsible for their products and guide consumption in a responsible manner. In the United States, for example, Philip Morris has introduced a cigarette brand made with tobacco produced with impurity-free tobacco grown with a lower pesticide load, containing only tobacco-related components¹². The farmers linked to this enterprise get the best price for their tobacco. However, there are many strict requirements for production, and failure to meet these may allow the agreement to be broken¹².

Article 17 of the FCTC alludes to the situation of tobacco growers and workers, recommending that intergovernmental, international, and regional organizations cooperate to promote economically viable alternatives to replace tobacco as a crop. Article 18 refers to the protection of the environment and of the health of persons involved in tobacco farming and tobacco product manufacture⁷. The FCTC underscores the strong relationship between local and global determinants: local problems resulting from tobacco farming and consumption have been considered globally, without losing sight of specificities, requiring the creation and application of alternatives that do not preclude government support at all levels.

A part of the investment previously allocated for tobacco in the United States has been reallocated to help farmers adapt and switch to new crops¹. However, some barriers to diversification have been identified, such as market access and the need to

acquire specialized and operational knowledge to invest in new equipment¹². Farmers who are successful with agricultural diversification have higher levels of educational achievement and more stable access to migrant groups for work, in addition to a relatively large expansion of arable land¹².

In the South and North regions of Brazil, economically viable alternatives to tobacco farming are being implemented with support from the government (qualification programs and financing) and religious institutions²⁷. However, this experience is largely limited as compared to the extent of tobacco cultivated land and tobacco profitability. Despite the controversy, growing tobacco allows thousands of small producers to make ends meet, as tobacco farming is more profitable on a per-hectare basis than cultivation of other crops, such as beans or corn.

Regarding health surveillance and protection in rural workers involved in tobacco production, the Brazilian Ministry of Health Secretariat of Health Surveillance team recommended prevention and control measures based on local actions meant to build awareness of the toxic effects of tobacco leaves among professionals and the general population, providing guidance to health care services for notification of cases of poisoning to the Brazilian Infectious Disease Reporting System, SINAN^{37,38}. Recommendations were also made to the State Health Department and to the Ministry of Health Secretariat of Health Surveillance. The State Department undertook the task of training municipal health professionals to communicate and analyze cases of external poisoning. The Secretariat of Health Surveillance agreed to design studies for analysis of the population exposed to tobacco farming and to determine the prevalence of GTS in different populations, in addition to preparing the Workers' Health Referral Center (CEREST) to monitor this disease³⁷.

If on the one hand these are commendable initiatives, on the other hand they clearly point to the challenge of identifying occupational diseases other than GTS in tobacco workers, through biomarker-based monitoring of pesticide exposure and contamination and its effects on adults, pregnant women, and children in both the short and the long term. Also challenging is the detection of respiratory disease, musculoskeletal injury resulting from overexertion, repetitive movements and occupational accidents, as well as the identification of environmental repercussions such as water and soil contamination. In Brazil, in the occupational health environment, it is essential that quantitative studies be developed to identify the scenario of morbidity,

mortality and incapacity relating to the cultivation of tobacco, and also qualitative studies that contribute to the understanding of social, cultural, and economic phenomena associated with the productive chain in different realities, focusing on the daily routine of these workers and on their strategies to overcome the difficulties and problems related to the production of tobacco.

Final remarks

This study sought to present and discuss the working conditions and health impact of tobacco cultivation through a review of the literature. A worldwide trend toward standardization of the production process of tobacco was observed, especially concerning the establishment of a direct agreement between the industry and the farmer. Whereas in the U.S. the production of tobacco has been carried out by “others” – European women, African Americans, and more recently male Latino migrants –, in developing countries the workforce is constituted by families. However, with the changes in family structure, especially resulting from the decline in fertility rates, including in rural Brazil, the question remains of how tobacco production will be organized in the future – whether there will be a reduction in this crop or a shift towards the hiring of daily workers with worse working conditions, considering that mechanization is limited and a significant number of workers is required. The treatment of diseases and injuries burdens the health care and social welfare systems, especially when lost workdays are involved. In the context of family agriculture, the absence of one family member may translate into economic loss and overburden other family members.

Another important aspect is the need for studies on the tobacco productive chain. Considering the extension of the cultivated land, the number of workers involved, the vulnerability and potential risks to human and environmental health, the amount of research on this topic is still lacking, and most of it is still restricted to specific geographic areas and health effects. On the contrary, tobacco research should be a part of the public health research agenda in Brazil, viewed as a cross-sector challenge involving the ministries of health, environment, land reform, and labor. Interventions will have to contemplate different areas of knowledge that become interrelated when tobacco production is discussed, for example, health, economy, and agricultural studies. In terms of specific challenges, the field of occupational health has the important tasks of empowering rural workers and promoting social control through educative practices

that provide clear information on the occupational risk and vulnerability resulting from tobacco production, as well as of evaluating, controlling, and monitoring, through health surveillance, the exposed populations and environments.

The FCTC is an important stepping stone for the mobilization of the Brazilian government and society to face the consequences of tobacco production and consumption. It is necessary that the problems associated with tobacco be addressed both globally and locally; micro and macroeconomic factors must be weighed and balanced by encompassing public policies, with attention to the historical and sociocultural aspects influencing the life and health experiences of tobacco growing families.

Finally, one limitation of the present study is the absence of descriptions of the tobacco production process in countries other than Brazil. This is due in part to the small number of published articles on this topic, and also possibly to the exclusion of articles published in languages other than Portuguese, Spanish, or English.

References

1. Kingsolver AE. Farmers and Farmworkers: two Centuries of Strategic Alterity in Kentucky's Tobacco Fields. *Critique of Anthropology* 2007; 27(1): 88-102.
2. Food and Agriculture Organization. *Issues in the global tobacco economy: selected case studies*. Commodities and Trade Division, Raw Materials, Tropical and Horticultural Products Service. Commodity Studies n°. 2, Rome, Food and Agriculture Organization; 2003.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro, INCA; 2004.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. *Tabaco e pobreza: um círculo vicioso*. Rio de Janeiro, INCA; 2004.
5. World Health Organization. *Tobacco increases the poverty of individuals and families, 2004*. http://www.paho.org/English/AD/SDE/RA/TOB_FactSheet1.pdf (Retrieved 17 October 2009).
6. Pinto M, Ugá MAD. The cost of tobacco-related diseases for Brazil's Unified National Health System. *Cad Saúde Pública* 2010; 26(6): 1234-1245.
7. Organización Mundial de la Salud. *Convenio marco de la OMS para el control del tabaco*. Geneva: OMS; 2004. <http://whqlibdoc.who.int/publications/2003/9243591010.pdf>. (Retrieved 20 October 2009).

8. McKnight RH, Spiller HA. Green tobacco sickness in children and adolescents. *Public Health Reports* 2005; 120: 602-605.
9. Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rural. *A cadeia produtiva do fumo*. Revista Contexto Rural 2005; 5: 1-68. <http://www.deser.org.br>. (Retrieved 10 October 2009).
10. Associação de Fumicultores Brasileiros. *Fumicultura no Brasil 2009*. <http://www.afubra.com.br>. (Retrieved 17 October 2009).
11. Orr A. Green gold?: burley tobacco, smallholder agriculture, and poverty alleviation in Malawi. *World Development* 2000; 28(2): 347-363.
12. Benson P. Good clean tobacco: Philip Morris, biocapitalism, and the social course of stigma in North Carolina. *American Ethnologist* 2008; 35(3): 357-379
13. Bennett EP. Manning the fields: remaking women's work in the tobacco South in the twentieth century. *Journal of Peasant Studies* 2008; 35(4): 720-741.
14. Benson P. El Campo: faciality and structural violence in farm labor camps. *Cultural Anthropology* 2008; 23(4): 589-629.
15. Arcury TA, Quandt SA. Health and social impacts of tobacco production. *Journal Agromedicine*, 2006; 11(3-4): 71-81.
16. Loker W M. The rise and fall of flue-cured tobacco in the Copán Valley and its environmental and social consequences. *Human Ecology* 2005; 33(3): 299-327.
17. LIMA RG. Desenvolvimento técnico-produtivo da lavoura de tabaco na bacia hidrográfica do Rio Pardo, RS. In: Etges VE, Ferreira MAF. *A produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul, RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2006. p.198-224.
18. Yokoyama K. Our recent experiences with sarin poisoning cases in Japan and pesticide users with references to some selected chemicals. *Neurotoxicology* 2007; 28: 364-373.
19. Ives TJ. Use of dimenhydrinate in the treatment of green tobacco sickness. *Drug Intell Clin Pharm* 1983; 17(7-8): 548-549.
20. Arcury TA, Quandt SA, Preisser JS. Predictors of incidence and prevalence of green tobacco sickness among latino farmworkres in North Carolina, USA. *J Epidemiol Community Health* 2001; 55: 818-824.
21. Schmitt NM, Schmitt J, Kouimintzis DJ, Kirch W. Health risks in tobacco farm workers: a review of the literature. *J Public Health* 2007; 15: 255–264.

22. Pugh KJ, Pienkowski D, Gorczyca JT. Musculoskeletal trauma in tobacco farming. *Orthopedics* 2000; 23(3): 141-143.
23. Struttman TW, Reed DK. Injuries to tobacco farmers in Kentucky. *South Med J* 2002; 95(8): 850-856.
24. Stallones L, Beseler C. Pesticide poisoning and depressive symptoms among farm residents. *Ann Epidemiol* 2002; 12(6): 389-94.
25. Campaign for Tobacco Free Kids. *Golden leaf. Barren Harvest. The Costs of Tobacco Farming*. Washington DC: National Center for Tobacco Free kids; 2001. <http://www.tobaccofreekids.org/index.php>. (Retrieved 20 November 2009).
26. Sala G. Bolivian labor in tobacco and sugar cane production in Jujuy. *Estudios Migratorios latinoamericanos* 2000; 45(45): 337-370.
27. Vargas MA, Bonato A. *Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2007.
28. McKnight RH, Kryscio RJ, Mays JR, Rodgers GC Jr. Spatial and temporal clustering of an occupational poisoning: the example of green tobacco sickness. *Stat Med* 1996;15(7-9): 747-757.
29. Almeida GEG. *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos; 2005.
30. Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer/Fundação Getúlio Vargas. *Cigarro brasileiro: análises e propostas para redução do consumo*. Rio de Janeiro; 2000.
31. Hoang VM, Kim BG, Nguyen NB, Nguyen TH. Tobacco farming in rural Vietnam: questionable economic gain but evident health risks. *BMC Public Health* 2009; 9: 1-10.
32. Eckholm E. *Cutting tobacco's toll*. British-American Tobacco Company. Washington: Worldwatch Institute, 1978.
33. Weizenecker R, Deal WB. Tobacco cropper's sickness. *J Fla Med Assoc* 1970; 57(12): 13-14.
34. Swinker M, Meredith JT. A seizure in the tobacco field: green tobacco sickness. *N C Med J* 2000; 61(1): 390-392.
35. Arcury TA, Quandt SA, Garcia DI, Preisser JSJr., Norton D, Rao P. A clinic-based, case-control comparison of green tobacco sickness among minority farmworkers: clues for prevention. *South Medical Journal* 2002; 95(9): 1008-1011.
36. Satora L, Oszcz H, Gomólka E, Biedron W. Diplopia in Green Tobacco Sickness. *Journal Agromedicine* 2009; 14(1): 66-69.

37. Bartholomay P, Iser B, Oliveira P, Santos T, Feistler A, Malta D, et al. Investigação epidemiológica da doença da folha verde do tabaco - Região Sul do Brasil, dezembro de 2008. *9^a Expo Epi: amostra nacional de experiências bem-sucedidas em epidemiologia, prevenao e controle de doenças*. Anais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.
38. Oliveira PPV, Sihler CB, Moura L, Malta, DC, Torres MCA, Lima SMCP, Lima ALA, Leite CE, Costa-e-Silva VL, Lanzieri TM. First reported outbreak of Green tobacco sickness in Brazil. *Cad. Saúde Pública* 2010; 26(12): 2263-69.
39. Wicker GW, Guthrie FE. Worker-crop contact analysis as a means of evaluating reentry hazards. *Bulletin of Environmental Contamination and Toxicology* 1980; 2(1): 161-167.
40. Herman ND, Hunt TW, Sheets TJ. Hand harvester exposure to maleic hydrazide (MH) in flue-cured tobacco. *Bulletin of Environmental Contamination and Toxicology* 1985; 34(4): 469-475.
41. Ghosh SK, Gokani VN, Parikh JR, Doctor PB, Kashyap SK, Chatterjee BB. Protection against "green symptoms" from tobacco in Indian harvesters: a preliminary intervention study. *Arch Environ Health* 1987; 42(2): 121-124.
42. Ghosh SK, Gokani VN, Doctor PB, Parikh JR. Intervention studies against "green symptoms" among Indian tobacco harvesters. *Arch Environ Health* 1991; 46(5): 316-317.
43. Ballard T, Ehlers J, Freund E, Auslander M, Brandt V, Halperin W. Green tobacco sickness: occupational nicotine poisoning in tobacco workers. *Arch Environ Health* 1995; 50(5): 384-389.
44. Quandt SA, Arcury TA, Preisser JS, Norton D, Austin C. Migrant farmworkers and green tobacco sickness: new issues for an understudied disease. *Am Journal Ind Med* 2000; 37(3): 307-315.
45. D'Alessandro A, Benowitz NL, Muzi G, Eisner MD, Filiberto S, Fantozzi P, Montanari L, Abbritti G. Systemic nicotine exposure in tobacco harvesters. *Arch Environ Health* 2001; 56(3): 257-263.
46. Curwin BD, Misty JH, Wayne TS, Nishioka MG, Wayne B. Nicotine exposure and decontamination on tobacco harvesters' hands. *Ann Occup Hyg* 2005; 49(5): 407-13.
47. Arcury TA, Vallejos QM, Schulz MR, Feldman SR, Fleischer J nior AB, Verma A, Quandt SA. Green Tobacco Sickness and Skin Integrity Among Migrant Latino Farmworkers. *Am J Industrial Medicine* 2008; 51(3): 195-203.
48. Abraham NF, Feldman SR, Vallejos Q, Whalley LE, Brooks T, Cabral G, Earp P, Fleischer AB Jr., Quandt AS, Arcury TA. Contact dermatitis in tobacco farmworkers. *Contact Dermatitis* 2007; 57(1): 40-43.

49. Rao P, Quandt SA, Arcury TA. Hispanic farmworker interpretations of green tobacco sickness. *Journal Rural Health* 2002; 18(4): 503-511.
50. Arcury TA, Quandt SA, Simmons S. Farmer health beliefs about an occupational illness that affects farmworkers: the case of green tobacco sickness. *Journal of Agricultural Safety and Health* 2003; 9(1): 33-45.
51. Parikh JR, Gokani VN, Doctor PB, Kulkarni PK, Shah AR, Saiyed HN. Acute and chronic health effects due to green tobacco exposure in agricultural workers. *Am Journal Ind Med* 2005; 47(6): 494-499.
52. Trapé-Cardoso M, Bracker A, Grey M, Kaliszewski M, Oncken C, Ohannessian C, Barrera LV, Gould B. Shade tobacco and green tobacco sickness in Connecticut. *Journal Environ Med* 2003; 45(6): 656-661.
53. Trapé-Cardoso M, Bracker A, Dauser D, Oncken C, Marrera LV, Gould B, Grey MR. Cotinine levels and green tobacco sickness among shade-tobacco workers. *Journal Agromedicine* 2005; 10(2): 27-37.
54. McBride JS, Altman DG, Klein M, White W. Green tobacco sickness. *Tob Control* 1998; 7(3): 294-298.
55. Dhar P. Measuring tobacco smoke exposure: quantifying nicotine/cotinine concentration in biological samples by colorimetry, chromatography and immunoassay methods. *Journal Pharm Biomed* 2004; 35(1):155-168.
56. Ghosh SK, Parikh JR, Gokani NV, Kashyap SK, Chatterjee SK. Studies on occupational health problems during agricultural operation of Indian tobacco workers: a preliminary survey report. *Journal Occup Med* 1979; 21(1): 45-47.
57. Cattaneo R, Alegretti AP, Sagebin FR, Abreu CM de, Petersen GO, Chatkin JM, Valladão TF. Validação de método para determinação de cotinina em urina por cromatografia líquida de alta eficiência. *Revista Brasileira de Toxicologia* 2007; 19(1): 21-27.
58. Satora L, Goszcz H, Gomólka E, Biedron W. Green tobacco sickness in Poland. *Polskie Archiwum Medycyny Wewnętrznej* 2009; 119(3): 184-185.
59. Onuki M, Yokoyama K, Kimura K, Sato H, Nordin RB, Naing L, Morita Y, Sakai T, Kaboyashi, Araki S. Assessment of urinary cotinine as a marker of nicotine absorption from tobacco leaves: a study on tobacco farmers in Malaysia. *J Occup Health* 2003; 45:140-145.
60. Arcury TA, Quandt SA, Preisser JS, Norton D. The incidence of green tobacco sickness among Latino farmworkers. *J Occup Environ Med* 2001; 43(7): 601-609.
61. McKnight RH, Levine EJ, Rodgers GCJr. Detection of green tobacco sickness by a regional poison center. *Vet Hum Toxicol* 1994; 36(6): 505-510.

62. Osim EE, Musabayane CT, Mufunda J. Lung function of Zimbabwean farm workers exposed to flue curing and stacking of tobacco leaves. *South African Medical Journal* 1998; 88(9): 1127-1131.
63. Lonsway JA, Byers ME, Dowla HLA, Panemangalore M, Antonious GF. Dermal and Respiratory Exposure of Mixers/Sprayers to Acephate, Methamidophos, and Endosulfan During Tobacco Production. *Environ Contam Toxicol* 1997; 59(4): 179-186.
64. Ghosh SK, Parikh JR, Gokani VN. Studies on occupational health problems in agricultural tobacco workers. *Journal of the Society of Occupational Medicine* 1980; 30(29): 113-117.
65. Browning SR, Truszczynska H, Reed D, McKnight RH. Agricultural injuries among older Kentucky farmers: the farm family health and hazard surveillance study. *American Journal of Industrial Medicine* 1998; 33(4): 341-53.
66. Gamlin J, Diaz Romo P, Hesketh T. Exposure of young children working on Mexican tobacco plantations to organophosphorous and carbamic pesticides, indicated by cholinesterase depression. *Child Care Health Dev* 2007; 33(3):246-248.
67. Kimura K, Yokoyama K, Sato H, Nordin RB, Naing L, Kimura S, Okabe S, Maemo T, Kobayashi Y, Kitamura F, Araky S. Effects of pesticides on the peripheral and central nervous system in tobacco farmers in Malaysia: studies on peripheral nerve conduction, brain-evoked potentials and computerized posturography. *Ind Health* 2005; 43: 285-294.
68. Salvi RM, Lara DR, Ghisolfi ES, Portela LV, Dias RD, Souza DO. Neuropsychiatric evaluation in subjects chronically exposed to organophosphate pesticides. *Toxicol Sci* 2003; 72: 267-271.
69. Nicarágua. Organización Panamericana de la Salud. *Efectos sanitarios y ambientales derivados del uso de plaguicidas en el cultivo del tabaco en el municipio de Jalapa*. Nicarágua: Organización Panamericana de la Salud; 2001.
70. Alexander R, Anderson PK. Pesticide use, alternatives and workers' health in Cuba. *International Journal of Health Service* 1984; 14(1): 31-41.
71. Lobo EA, Rathke FS, Brentano DM. Ecotoxicologia aplicada: o caso dos produtores de tabaco da bacia hidrográfica do Rio Pardo, RS, Brasil. In: Etges VE, Ferreira MAF. *A produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul, RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2006. p.41-224.

Colaboradores

Riquinho DL trabalhou na concepção do artigo, metodologia, pesquisa e escrita final e Hennington EA participou de todas as etapas do trabalho orientando e revisando o periódico.

ARTIGO 2

7.2 Força de trabalho e relações sociais: processo de trabalho no cultivo de tabaco em localidade rural do sul do Brasil

Deise Lisboa RIQUELHO⁴

Élida Azevedo HENNINGTON⁵

Resumo

Este estudo teve por objetivo analisar o processo de trabalho de agricultores do tabaco levando em consideração aspectos micro e macrosociais relacionados à inserção destes trabalhadores na cadeia produtiva na visão dos próprios agricultores, representantes da sociedade civil e da indústria do tabaco em localidade produtora rural no sul do Brasil. Foi desenvolvido estudo do tipo etnográfico com realização de 31 entrevistas semi-estruturadas com famílias de agricultores e informantes chave, e ainda observação participante das famílias. A análise ocorreu por meio de categorização temática e a perspectiva ergológica foi o principal referencial analítico. O sistema integrado predominante nesta localidade permite a indústria controlar os valores pagos pelo tabaco e a qualidade do produto, porém o trabalho – atividade – é a todo momento renormalizado refletindo algum grau de autonomia dos trabalhadores e de ressignificação daquilo que é propalado pela indústria como um cultivo seguro e rentável. Embora as falas muitas vezes revelem ambiguidades em relação ao contrato com a indústria, para grande parte dos agricultores as principais características do cultivo são o alto custo dos insumos, o seguro agrícola inadequado, a comercialização que na maioria das vezes resulta em endividamento e a utilização intensiva de força de trabalho de todos os integrantes da família. Chama-se a atenção para a necessidade de se pensar e propor políticas de controle do tabaco que levem em consideração as realidades locais e o que estes trabalhadores têm a dizer, buscando ouvi-los e tornando-os partícipes do processo, evitando-se a interferência direta dos representantes da indústria. A superação dos problemas poderá surgir a partir do diálogo entre os polos do saber dos trabalhadores e o dos conceitos gerados pelo conhecimento científico e técnico, articulados com responsabilidade ética e social.

⁴ Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante estágio de doutoramento. E-mail: deise.riquinho@gmail.com

⁵ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Email: elida.hennington@ipecc.fiocruz.br

Introdução

Ao considerar-se a magnitude da produção e exportação de tabaco, a China é o primeiro país produtor, seguido da Índia, Brasil, Estados Unidos e Malawi. O Brasil é o maior exportador mundial de tabaco em folhas, seguido do Zimbábwe e Malawi (MCKNIGHT e SPILLER, 2005). O cultivo do tabaco no Brasil concentra-se em pequenas propriedades rurais em regime de agricultura familiar e o estado do Rio Grande do Sul (RS) é o maior produtor brasileiro (AFUBRA, 2009; DESER, 2005). Um fator comum aos países produtores de tabaco onde a atividade agrícola se desenvolve no âmbito familiar é a presença do trabalho feminino e infantil (ORR, 2000; MCKNIGHT; SPILLER, 2005;).

Ao estudar quem são os trabalhadores do tabaco nos Estado Unidos da América, Kingsolver (2007) descreveu que a força de trabalho foi historicamente composta pelos “outros”, especialmente mulheres, negros e, mais recentemente, migrantes – “a globalized labor force”. A manutenção desta situação foi fortalecida pela reestruturação econômica internacional que coloca as populações migrantes, especialmente latino-americanos, à disposição dos empregadores nos Estados Unidos (BENSON, 2008). Na Argentina, assim como no Malawi foi documentada a presença de meeiros na produção de tabaco: no primeiro caso, na Província de Jujuy, muitos bolivianos assumem esse papel e no Malawi são as famílias locais (SALA, 2000; ORR, 2000). Este tipo de contrato assegura força de trabalho com menor custo e a transferência dos riscos da produção para tais trabalhadores ao invés dos proprietários (SALA, 2000).

O trabalho é um processo entre a pessoa e a natureza e a atividade realizada é transformadora – o homem atuando sobre a natureza modificando-a, modifica também a sua própria. O processo de trabalho no modelo capitalista de produção é “controlado” por meio de regras e normas para que seja desenvolvido de maneira adequada, não desperdiçando matéria-prima, no menor tempo possível e poupando o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à sua execução (Marx, 2008). Nesta lógica, muitas vezes o que se (des)gasta é o corpo e a mente, com prejuízos à saúde do trabalhador.

O conceito de trabalho para a ergologia se aproxima da compreensão da atividade humana enquanto uma ‘dialética do trabalho concreto e do trabalho abstrato’, numa negociação constante entre o prescrito, a imprevisibilidade e a criação (SCHWARTZ, 2006). O trabalho como uma atividade humana está entre o explícito e o não-formulado entre, o que é dito e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular; é o lugar de um debate incessantemente reinstalado entre normas antecedentes e processos de (re)normalização (SCHWARTZ, 2002).

O cultivo do tabaco se destaca pelo trabalho árduo e aplicação de grande volume e variedade de agrotóxicos utilizados tais como herbicida, inseticida, fungicida, acaricida e organofosforado, em diferentes fases do plantio, da produção das mudas à colheita. Além das intoxicações por agrotóxicos estes trabalhadores estão susceptíveis às lesões musculoesqueléticas, doenças respiratórias, à doença da folha verde do tabaco e acidentes típicos (RIQUINHO; HENNINGTON, 2012).

Este estudo teve por objetivo analisar o processo de trabalho de agricultores do tabaco levando em consideração aspectos relacionados à inserção destes trabalhadores na cadeia produtiva do tabaco e seus significados para trabalhadores, representantes da sociedade civil e da indústria do tabaco, em localidade rural no sul do Brasil.

Percurso metodológico

Foi desenvolvido estudo qualitativo do tipo etnográfico em uma localidade rural produtora de tabaco no interior do RS. A pesquisa etnográfica pressupõe se *descentrar* para ver o mundo social de outra forma e para descobrir, sob fatos aparentemente corriqueiros e naturais, a história das relações sociais (BEAUD; WEBER, 2007). A etnografia exige um mergulho na estrutura compreensiva e significativa da ação social, na qual a visão de mundo dos diferentes atores e as regras dessas interações não pode ser antecipada (GEERTZ, 2008).

Utilizou-se ainda como ferramentas teórico-metodológicas a perspectiva ergológica a qual enfatiza a riqueza do trabalho real e não apenas a execução das normas estabelecidas, mas uma permanente negociação numa tendência à (re)normalização resultante da singularização das pessoas em relação ao coletivo (SCHWARTZ, 2006). O trabalho não se resume apenas na aplicação e execução de normas, repetição de movimentos ou operações previstas antecipadamente; o trabalho convoca um universo de micro-transgressões, sendo ambiente propício para questionar

o prescrito e o exercício de poder. Para a compreensão do trabalho, a ergologia pressupõe também um posicionamento ético-epistemológico de humildade frente às idiossincrasias da atividade e aos saberes produzidos pelos trabalhadores no cotidiano (HENNINGTON, 2008; SCHWARTZ, 2006).

O nome da localidade de estudo será mantido em sigilo por expor práticas de trabalho por vezes em desacordo com as normas impostas pelas indústrias fumageiras que lá atuam, tais como o não uso de equipamento de proteção individual (EPI) e a presença de trabalho infantil, o que poderia gerar retaliações e prejuízos para a comunidade em questão.

Os sujeitos de pesquisa foram 23 famílias produtoras de fumo, todas ligadas direta ou indiretamente à indústria do tabaco. Além das famílias, foram entrevistados oito representantes de diferentes setores da sociedade civil e três da indústria do tabaco (Quadro 1), totalizando 31 entrevistas.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados: representantes da sociedade civil e indústria.

Representantes da Sociedade			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Agricultor	Fundador e ativista do movimento	36
Associação Comunitária Local (ACL)	Agricultor	Presidente da associação	36
Associação de Agricultores e Apicultores (AAA)	Padre	Fundador e ativista da AAA	73
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)	Técnico em enfermagem	Educadora em saúde junto aos agricultores	46
União das Associações Comunitárias (UAC)	Técnico agrícola	Apoiador da produção agroecológica e do cooperativismo	31
Representantes do Mercado			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Indústria do tabaco	Técnico em contabilidade	Instrutor da indústria. Responsável pela captação dos agricultores no início do plantio e acompanhamento da atividade, como os pedidos de insumos e a	31

		comercialização.	
Indústria do tabaco	Técnico agrícola	Instrutor da indústria ² . Idem ao primeiro.	30
Indústria do tabaco	Técnico agrícola	Instrutor da indústria ³ . Idem ao primeiro.	50

Fonte: Riquinho & Hennington, 2012

A amostra estudada foi intencional e os entrevistados foram indicados por informante chave da comunidade. Em relação às famílias dos agricultores buscou-se contemplar a heterogeneidade social da comunidade pesquisada: diferentes arranjos familiares - família extensa ou nuclear; apenas o casal e monoparental (GERHARDT, 2000) e famílias que tinham entre seus membros crianças em idade escolar. Também foram contempladas diferentes etnias (descendentes de alemães ou pomeranos, italianos e brasileiros, descendentes de portugueses, espanhóis e/ou índios) e distintos credos (católicos, luteranos e evangélicos), famílias com presença de filhos menores de 18 anos, famílias com vínculo direto ou indireto com a indústria do tabaco. Havia famílias vinculadas à indústria pelo sistema integrado, famílias que compravam todos os insumos em lojas agropecuárias e comercializavam para diferentes indústrias e atravessadores e ainda famílias com e sem dívida acumulada com a indústria.

Entre as famílias entrevistadas o principal arranjo foi nuclear, formado pelo casal e filhos seguido por apenas a presença do casal. A maioria se identificava como “brasileiro” e a seguir como “alemão” ou “pomerano”. A religião mais referida foi católica ou luterana. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 28 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. A média de integrantes das famílias foi de 3,4 pessoas. A maioria dos pais possuía o ensino fundamental incompleto e os filhos em idade escolar frequentavam a escola, exigência da indústria do tabaco. O tempo de trabalho no cultivo do fumo variou entre 2 a 17 anos, com uma média de 7,7 anos, havendo dois casos de mais de 30 anos de cultivo.

Durante as entrevistas com os agricultores as famílias estavam reunidas, sendo possível o diálogo com todos os integrantes, mesmo os filhos menores de 18 anos. Já com os representantes do Estado, sociedade civil e indústria, as entrevistas foram agendadas e realizadas individualmente em seus locais de trabalho.

Além das entrevistas realizou-se observação participante com cinco das 23 famílias entrevistadas, visando acompanhar o cotidiano de trabalho, suas rotinas e práticas no cultivo do tabaco. O trabalho de campo ocorreu durante 90 dias na localidade de estudo, de dezembro a agosto de 2011. A escolha deste período se justifica por oportunizar o acompanhamento de um ciclo completo de trabalho no cultivo do tabaco, do semeio à classificação do fumo.

O “estar com” os participantes da pesquisa, observar seus modos de vida, bem como a relação com eles estabelecida repercutiram no material analisado. A análise na pesquisa qualitativa é uma modalidade de experiência moral, à medida que emerge de um contato direto com os detalhes do cotidiano, afetando a sensibilidade de quem a realiza. Esta interação pesquisador e pesquisado e o encontro do conhecimento científico e senso comum é entendido por Geertz como a “ciência da interação” e, portanto, interpretativa (GEERTZ, 2001). O tratamento do material produzido a partir das entrevistas e da observação ocorreu por meio de categorização temática (MINAYO, 2007) e a perspectiva ergológica foi o principal referencial analítico. Na fase de organização e análise dos dados o *software* NVivo 7.0 auxiliou no tratamento dos dados.

Por meio dos depoimentos dos atores envolvidos e a observação do processo de trabalho dos agricultores do tabaco buscou-se descrever e analisar características do processo produtivo e os acordos explícitos e implícitos no cotidiano de trabalho para a re-criação da atividade e suas repercussões para as famílias de agricultores. O trabalho enquanto atividade deve ser pensado como uma dialética entre o dizer e fazer, o geral e o singular, o objetivo e o simbólico; é lugar de debates e incertezas no aqui e agora, que envolvem também o que não se faz, o que se busca fazer sem conseguir, o que poderia ter sido feito, o que há para refazer e até o que se faz sem querer (BRITO; ATHAYDE, 2003; HENNINGTON, 2008).

Os resultados serão apresentados a partir de três categorias: “características da produção de tabaco e lócus de pesquisa”, “o sistema integrado de cultivo do tabaco: aspectos macro e microsociais” e “condições de trabalho e características da força de trabalho”.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, protocolo nº 219/10.

Resultados e Discussão

Características de produção de tabaco e do lócus da pesquisa

O processo de produção do tabaco inicia-se com o semeio no mês de maio, em sistema *float* - semeadeiras - feitas com placas de isopor imersas em lonas plásticas, denominada pelos trabalhadores de “piscinas”. Durante esse período os agricultores ainda estão trabalhando na safra anterior, no processo de classificação das folhas. Este trabalho deve ser finalizado nos meses de julho a agosto, quando toda a produção será comercializada. Concomitante ao trabalho nos galpões, nos meses de agosto e setembro as mudas atingem o tamanho ideal para plantio e serão transplantadas para a terra, fase em que o controle de pragas e doenças demanda uso intensivo de agrotóxicos. A colheita das folhas inicia-se de dezembro a fevereiro, cerca de 60 dias após o plantio. Nesse período, o agricultor monitora o crescimento, realiza o controle de pragas e doenças e retira as flores das plantas para que as folhas se desenvolvam com maior peso e qualidade (DESER, 2005).

O tipo de fumo produzido na localidade pesquisada é o *virgínia*, que corresponde ao tipo mais produzido na região Sul, representando 82,7% (DESER, 2005). O fumo *virgínia* é colhido em diferentes etapas, começando pelas folhas inferiores até as superiores, de acordo com seu crescimento e maturidade. Após a colheita, as folhas são amarradas em varas e levadas para secar nas estufas, num processo denominado *flue cured*. Após o processo de cura, as folhas são agrupadas em maços conforme a classificação e armazenados até serem transportados ao depósito das indústrias (DESER, 2005; BENNETT, 2008).

Estudo etnográfico realizado no Vale Copan em Honduras, documentou os impactos sociais e ecológicos do sistema de produção do tabaco *virgínia*, incluindo o desmatamento e a exposição a agrotóxicos. O tabaco *flue cured* exige considerável quantidade de lenha com o potencial de causar desmatamento extensivo na área de cultivo (LOKER, 2005; OTAÑEZ; GLANTZ, 2009). A exposição a agrotóxicos também ocorre por meio das práticas de limpeza dos equipamentos de pulverização e eliminação de embalagens em rios e riachos (LOKER, 2005).

O município pesquisado caracteriza-se por uma situação agrária de minifúndio em que a maioria da população (63%) vive no meio rural (IBGE, 2012). Segundo o representante da UAC, aproximadamente 85% das propriedades do município mantêm plantação de tabaco. Na localidade pesquisada a concentração fundiária é de 0.5 a 20 hectares. A estrutura produtiva é típica de agricultura familiar e com predomínio do uso da força de tração animal. O policultivo de feijão, milho, amendoim, soja, etc.

destinava-se à subsistência e comercialização de excedentes. O início do cultivo voltado à comercialização vinculada à indústria ocorreu com o plantio de pêsego na década de 1970. Com o passar do tempo esse produto não se mostrou mais rentável; o preço pago pela indústria segundo os agricultores não pagava o investimento da lavoura. Esse período é marcado pelo calote da indústria e parcelamento de dívidas.

Os entrevistados foram praticamente unânimes em afirmar que iniciaram ou se mantêm no cultivo do tabaco devido seu aspecto econômico. O preço pago ao tabaco supera o do feijão, batata, leite e demais produtos por eles produzidos. Apesar de ser um trabalho exaustivo, obtêm-se bons resultados, utilizando o dinheiro para adquirir mais terras e equipamentos agrários. Segundo os agricultores, na época que predominava o cultivo do pêsego, por exemplo, também havia muito trabalho a fazer, mas não se obtinha o mesmo lucro e o pagamento era efetuado em até um ano após a comercialização.

O cultivo do tabaco surge com uma possibilidade de renda garantida e facilitada pelo sistema integrado, por meio do financiamento da plantação, desde crédito para aquisição de terra como para construção de galpões e estufas para armazenamento e cura da planta. Além das questões econômicas havia ainda um clima de confiança com relação à indústria fumageira, pois esta gozava de certo prestígio junto à comunidade por diversas ações junto à escola local como também apoio a eventos e festas promovidos pelo poder público municipal.

No entanto, como revelou a pesquisa, os sentimentos em relação aos ganhos econômicos na plantação do fumo se mostraram ambíguos. Ao mesmo tempo em que havia promessas e expectativa de ganhos e lucros, o cultivo do tabaco trouxe para alguns endividamento e as condições de vida não melhoraram como o esperado.

O sistema integrado de cultivo do tabaco: aspectos macro e microssociais

Para compreender os modos de trabalho no cultivo do tabaco foram explorados aspectos desta produção buscando-se conhecer a maneira como o produto era cultivado, o destino da produção, o tipo de contrato existente, as condições de trabalho e as percepções a respeito da inserção do agricultor nessa cadeia produtiva. As respostas dos sujeitos de pesquisa deram ênfase aos produtos adquiridos pela indústria no sistema integrado e aos insumos; ao seguro das lavouras; à dívida acumulada pela dificuldade em pagar o custo da plantação e por investimentos em melhorias do cultivo e comercialização.

Os insumos

Em estudo de revisão de literatura sobre os impactos ambientais e de saúde causados pelo cultivo de tabaco, Lecours et al. (2012) discutem que o sistema integrado, especialmente, nos países periféricos, permite à indústria o controle da qualidade, volume, variedade e custos na produção do tabaco, mantendo poderes assimétricos de negociação entre as empresas e agricultores. Estes, por sua vez, comprometem-se a seguir a orientação técnica da empresa e entregar o produto final de acordo com o esquema de classificação e preço definido (LECOURS et al., 2012).

Em relação aos insumos, os agricultores destacaram a aquisição e uso dos produtos no plantio do fumo e destacaram duas características: referente à compra extra ao pedido da indústria fumageira e ao aprendizado coletivo e experimentação de produtos além do previsto pela indústria. O principal motivo revelado para compra de insumos em agropecuária ou comércio de atacado foi o preço pago à indústria; comprando em outros estabelecimentos comerciais, o mesmo produto custava até três vezes menos. “É um desaforo, uma pouca vergonha. No ano passado a gente fez pedido [à indústria], a pessoa que vai na firma é porque só tem a firma, não tem outro onde buscar” (7ª família).

Os instrutores reconhecem que os insumos que a empresa oferece podem ser comprados em outros lugares por preço mais acessível e com o mesmo efeito. Porém, alertam que o uso de produtos não recomendados pela indústria poderá resultar na rejeição do fumo. Segundo o Instrutor 2, se ao analisar o tabaco a empresa constatar algum produto que tenha restrição de uso no Brasil ou em demais países para onde o fumo é exportado, este não será comprado. No entanto, durante a realização da pesquisa não houve informação da realização de alguma análise deste tipo nas folhas de tabaco.

O aprendizado coletivo para a maioria dos entrevistados foi uma necessidade das famílias inexperientes com o cultivo do tabaco. Nas primeiras plantações procuravam trocar dia de serviço com as famílias da localidade e em outras vizinhas para assim apreenderem o manejo da plantação. Além de buscar conhecer como proceder em cada etapa de trabalho no plantio do tabaco, eles também foram apresentados a outras maneiras de cultivar, que não foram orientadas pelo instrutor da empresa:

A gente vai aprendendo com os que já plantaram fumo, porque vinha da firma e tu botava aquilo, mas agora a gente já aprendeu com os outros, agente já bota também uréia e essas coisas ele fica mais tempo verde. A gente vê também nas folhas, as folhas se espicham bem mais do que só com salito. (5ª família)

Outro agricultor contou que fez uma “experiência” com o “anti-brotante *prime-plus*”, utilizado após a quebra manual das hastes em cada pé de fumo para evitar o reffloramento: “usei um pouquinho de herbicida e clorofina em cima do pé de fumo, e deixei pra ver qual é o resultado. Dizem que ela seca o broto” (6ª família). O Instrutor1 constata que em relação “ao mata broto, o produtor às vezes diminui a dosagem pra poupar, daí vem às pragas. Não adianta me dizer que eu sei que ali ele colocou fraca a dosagem, diluiu de mais, e agora vai ter um re-trabalho, fazer pela segunda vez” (Instrutor 1).

Para a ergologia trabalho não se resume à prescrição: de um lado encontra-se o trabalho teórico ou prescrito, definido pelas organizações por meio da definição de métodos e procedimentos e do outro, o trabalho real, constituído a partir das situações concretas e com suas variabilidades (BRITO, 2005). Como evidencia a ergologia, no trabalho há uma distância inevitável entre o prescrito e o real, dando lugar a acontecimentos complexos e tomadas de decisão, visando preencher estas lacunas. Na brecha das normas, na porosidade do prescrito, a atividade humana comporta uma herança cultural e histórica de técnicas, de experiência das gerações passadas e da experiência pessoal, permitindo uma vivência criativa do trabalho (BRITO, 2005; FÍGARO, 2008). Dialeticamente, essa vivência criativa poderá revelar-se como comportamentos e atitudes que muitas vezes podem resultar em prejuízos ao trabalhador.

O seguro das lavouras

A partir do pedido à indústria é traçada uma estimativa do número de pés de fumo e baseada nestas informações a Afubra realiza o seguro contra perdas na lavoura, principalmente por granizo. Como definiu o Instrutor 3, “aquele número que a gente colocou e o produtor assinou tá valendo esse ano ai deu indenizações boas” (Instrutor 3).

O seguro para perdas na lavoura, principalmente por queda de granizo, foi apontado por duas famílias entrevistadas como um alto investimento que não compensa. Se paga todo ano e quando precisam acionar o seguro, este não cobre toda a plantação. Esclarecem que o seguro é realizado com base na estimativa do pedido de compra realizada à empresa. Portanto, o que excede a estimativa não é coberto pelo seguro:

Um ano deu pedra ficou aqui 80% de perda, nós tinha acho que uns 50 mil pés e só tinha 15 de seguro. Pegamos uns sete anos a Afubra,

pra cair uma pedra, pra ganhar mil e poucos reais, nós não tinha tudo dentro do seguro, era pouco o que tinha seguro. (7ª família)

Pelo menos mais quatro das famílias entrevistadas revelaram perdas na lavoura sem ressarcimento por estarem fora da estimativa da indústria. Apesar do risco em ter parte do trabalho perdido, as famílias plantam a mais no intuito de obter mais lucro na comercialização do fumo, ou ainda para assegurar a reprodução da família, visto que muitas vezes o que está previsto na estimativa será entregue para quitar dívidas.

Para a 14ª família que teve uma das estufas para cura do tabaco incendiada, ter o seguro em dia compensou, apesar de ser difícil pagar. Por vezes paga-se por quinze anos sem utilizar, mas quando necessário tem a indenização.

Foi mencionado por outras três famílias que a eficiência do seguro ocorre em caso de morte do segurado. Uma delas contou que quando o esposo faleceu, deviam dezoito mil reais à firma e com o uso do seguro a dívida foi quitada. A morte do esposo coincidiu com o início da safra, em agosto, quando já tinham recebido o pedido da firma. Com a dívida quitada comercializou o tabaco com a empresa onde encontrou melhor preço, pois ainda precisava pagar outras dívidas, como a lenha utilizada para cura do tabaco. Já para duas famílias (10ª e 18ª família), o seguro do tabaco não é seguro de vida, mas de morte. “O agricultor dá lucro pra família, quando morre, trabalha a vida inteira e só quita a dívida quando morrer”.

A *British American Tobacco* (BAT) e a *Philip Morris* (PM) desde a década de 1990 aprimoraram maneiras de melhorar a eficiência da produção, por meio do controle da produção e acesso a novos mercados e assim, obter maiores lucros. Para alcançar tais medidas é preciso manter os agricultores numa relação de dependência e subordinação à indústria do tabaco (OTÁÑEZ; GLANTZ, 2009). Os autores destacam a pobreza dos agricultores e o trabalho infantil como características mantidas pelas indústrias para elevarem seus lucros. Uma imagem bem diferente do que é apresentado em filmes produzidos pelas empresas na busca da legitimação e da disseminação da ideia de “socialmente responsável” no imaginário popular, mostrando-se preocupadas com o bem estar humano e ambiental.

A dívida

Segundo relatos, os agricultores iniciam o cultivo do tabaco já com dívida à indústria. No primeiro ano constroem a estrutura que será utilizada para armazenar e secar o tabaco. Juntamente recebem “tecedeira”, “prensa”, além, das sementes lonas,

barbantes e demais insumos necessários ao cultivo. Pela inexperiência neste trabalho, normalmente plantam pouco, por vezes não colhem o esperado, seja por desconhecer o ofício ou ainda pelas intempéries. Como consequência passam a trabalhar para pagar a dívida e para o sustento da família não sobra quase nada. Algumas famílias relataram que quando iniciaram o plantio não financiaram toda a estrutura necessária com a indústria, utilizaram algumas economias, evitando o endividamento.

Uma estratégia da indústria junto aos devedores é o parcelamento da dívida, prolongando o compromisso entre esta e os agricultores a longo prazo. Segundo os trabalhadores que estão nesta situação, todo o fumo entregue para a indústria é para abater a dívida. Para que obtenham dinheiro para sua reprodução física e da família vendem tabaco para atravessadores, diminuindo a quantidade entregue à indústria e aumentando a dívida por meio de juros. Eles também relataram que o parcelamento da dívida não é bem especificado pelos instrutores; quando firmam o acordo entendem que não haverá juros, ou um juro menor do que são notificados ao efetuarem o pagamento. Poucos são os que relataram terem entrado na justiça contestando a dívida; apenas dois, um deles há quatro anos e ainda não houve nenhuma audiência e outro que mesmo acionando a justiça foi procurado pelo instrutor e fez acordo com a indústria quitando a dívida ao vender dois dos animais usados para o trabalho.

Ao estudarem a construção das representações sociais sobre a juventude rural na mídia no Vale do Rio Pardo, RS, Rudnicki e Beck (2010) constataram, a partir das falas dos entrevistados, que a maioria das famílias encontrava-se endividada e desprovida de capital financeiro. Para os autores, a condição dos jovens privados de recursos financeiros não condiz com as possibilidades apresentadas pelas empresas, que tenta passar a ideia de que seriam estes os novos empreendedores rurais.

Segundo o representante do MPA, a ideia disseminada que o fumo dá lucro, constrange as pessoas que estão endividadas. Existem famílias de agricultores residindo nos paióis do fumo, devido às precárias condições de habitação “se tem uma ideia de que o fumo dá dinheiro, e dá dinheiro, é uma cultura muito subsidiada pelo governo, mas o ciclo de exploração das empresas com os agricultores é tão forte”. Para ele em uma região tem duas, três famílias que de fato se destacam, aumentando seu poder de compra, mas os demais não conseguem quitar as dívidas com indústria e a cada ano são taxados com mais juros:

As famílias trabalham pelo menos 18 horas por dia, num ciclo de exploração, de dominação por parte dessas empresas. Até os

contratos as pessoas assinam sem ler, o contrato ele é feito totalmente a favor da indústria, se o agricultor precisar recorrer em função do contrato é causa perdida, o contrato sempre é favorável a indústria, nunca protege o integrado. (Representante do MPA)

Dois dos agricultores das famílias 8ª e 12ª assinalaram que contrariamente ao que foi apontado no contrato com a indústria fumageira, a possibilidade de obter mais dinheiro não ocorreu. A promessa apresentada pelos instrutores na visita de sensibilização aos agricultores do “bom negócio” em plantar tabaco, dos cálculos mostrados de que se plantassem trinta mil pés, quinze mil reais ficariam no bolso do produtor, não se concretizou.

Para o representante da UAC, em relação a outras produções, o tabaco é uma alternativa viável de renda, embora essa alternativa de renda às vezes seja bastante ilusória, pois o que acontece é uma movimentação de grande quantidade de dinheiro durante o ano, mas o lucro final para o agricultor é pequeno, dando uma falsa impressão de que eles têm uma boa renda. Comparativamente há uns 20 anos, o interior do município modificou-se, especialmente em relação ao consumo de bens, como motos, carros e máquinas agrícolas que aumentou significativamente. Da mesma forma que houve maior consumo, também ocorreu endividamento ou ainda deterioração da saúde “as pessoas trabalhavam no fumo e hoje não podem trabalhar mais” (CAPA).

Para outras duas famílias de agricultores, somente foi possível melhorar as condições de vida porque foram beneficiados com um programa de habitação do governo federal: “Todo mundo dizia que o fumo dava, todo mundo se gabava. Pra nós não. Até agora não deu ainda. Se eu tivesse dinheiro eu não tava morando nessa casinha, teria feito uma casa, não tava esperando o governo” (10ª família).

Segundo dois dos entrevistados representantes da sociedade, do MPA e do fundador e ativista da AAA, não se conhece o número de agricultores endividados com a indústria, mas apenas num escritório de advocacia do município existem 400 ações contra a indústria, outros já estão em fase de execução e ainda há aqueles agricultores que fazem acordo e vão plantando na esperança de no próximo ano sanar a dívida. Esta última alternativa dificilmente se torna realidade: além da dívida acumulada corrigida anualmente, soma-se a dívida do ano atual para o plantio, situação que pode ser exemplificada como uma “bola de neve”. Nos casos que são julgados pelo Poder Judiciário há certo conservadorismo; os pareceres são quase sempre favoráveis à indústria: “o poder judiciário, os próprios advogados acabam na última hora fazendo o jogo da indústria, é muito duro isso” (Representante do MPA). Além disso, a

contratação de advogados exige um gasto que os agricultores por vezes não podem pagar. Muitas vezes a alternativa é fazer acordo com a indústria a bem de encerrar o cultivo.

Conforme divulgado pela Aliança de Controle do Tabagismo - ACT (2012), os Ministérios Públicos do Trabalho dos Estados do Paraná e de Santa Catarina no ano de 2007 promoveram 18 ações civis públicas contra indústrias fumageiras buscando o reconhecimento da relação empregatícia entre elas e os agricultores, pelo pagamento de direitos trabalhistas e a obrigação de não utilizar força de trabalho infantil, entre outros pedidos. Nestas ações várias liminares foram concedidas, embora a maioria tenha sido cassada total ou parcialmente. Após estas decisões, a ACT manifestou-se nas ações do Paraná enviado-as à Justiça do Trabalho do Distrito Federal. O Ministério Público do Trabalho do DF celebrou termo de ajustamento de conduta com as empresas envolvidas colocando fim às ações sem, contudo, resolver o problema dos fumicultores.

Segundo o representante da associação local, depois de firmado contrato o agricultor não é mais dono de si, especialmente nos casos de dívida acumulada: “eles só colocavam o lado positivo, o lado positivo existe, só que o negativo a gente vai descobrir por conta e quando a gente foi descobrir era tarde demais”.

O que diferencia estes agricultores daqueles que quitam suas dívidas no primeiro ano de plantação ou logo em seguida? Alguns tinham dinheiro, não financiaram os galpões e estufas ou pagaram parte deles. Outros parecem mais dispostos e adaptados às características do trabalho: “se o cara não pegar uma estufa pra plantar fumo e não nanar igual uma criança pequena, ele não vai conseguir chegar lá, tem que ter muito cuidado” (21ª família).

Outra forma de dívida são os investimentos que os agricultores fazem para melhorar as condições de trabalho. Segundo um dos agricultores, da mesma forma que se obtém dinheiro com o fumo, também se adquire dívida: “porque o cara ta sempre melhorando, quem não acompanha a evolução fica pra trás, né? O cara paga esse ano e faz dívida de novo, sempre correndo atrás da máquina” (16ª família).

As novas aquisições são estufas e tecedeiras elétricas, que diminuem tanto as etapas como a força utilizada para execução do trabalho, como também trator e automóvel novos, nem sempre tão úteis ao trabalho, dada às características do solo com aclives e declives, mas motivadas por apelos comerciais. Com compras financiadas e a mudança de *status* ao adquirir tais bens, os agricultores assumem dívidas. Ao buscar

paga-las, vêm a necessidade de cada vez maior de aumentar a plantação de tabaco para pagar os financiamentos bancários.

Segundo Lecours et al. (2012) o sistema integrado gera um ciclo de endividamento dos agricultores devido ao custo dos insumos. Para muitos agricultores do tabaco na Índia, assim como em outros países em desenvolvimento, os ganhos são insuficientes para atender às necessidades básicas das famílias.

A comercialização

No que tange a comercialização praticamente todas as famílias vendem tabaco para o atravessador – “picareta” como eles denominam. No entanto, há duas situações distintas: aqueles agricultores que entregam o que foi estimado à empresa, quando efetuado o pedido de compra e vendem o excedente da plantação; e, os que não conseguem entregar o estimado para a empresa e comercializam aos “picaretas”. “Se o cara vê que não vai se defender, não vai sobrar nada, que ele vai fazer? Vai passar fome? Manda um pouco pra firma e pra se defender fica endividado e daí paga juro alto” (15ª e 21ª família).

A venda do fumo pelos agricultores para atravessadores quando efetuado dentro da margem da indústria é explicada por um dos instrutores da seguinte maneira:

Se o produtor vai receber seis reais ao quilo da empresa e, se há dívida, por exemplo, três reais ficam para quitar a dívida e três reais de lucro. Ao vender por cinco reais ao atravessador ele recebe o total, neste momento é um bom negócio, mas na próxima safra a dívida dobra de valor. Mas, são poucos casos e também quem faz isso são os mais atrasados e que menos condições de vida têm. O produtor que paga direitinho a empresa e trabalha correto esse é o que melhor se encontra. (Instrutor 1)

No discurso do instrutor há uma desqualificação dos agricultores em dívida com a indústria, vinculando-os às piores condições de vida, com intuito de manutenção do imaginário social propagado pelas indústrias dos ganhos no cultivo do tabaco. Para Lima (2007), atores do conglomerado transnacional fumageiro como Sindifumo e Afubra colaboram para reforçar a noção de que o fumo é a atividade agrícola mais rentável comparado a cultivos como milho e feijão, e enfatizam tratar-se de uma atividade estável, beneficiada com uma política de definição de preços e com a garantia de venda.

No entanto, o preço pago tanto pelas empresas quanto pelos atravessadores dependerá da oferta e demanda do tabaco. O pagamento do atravessador ao agricultor é

no momento da compra e, da empresa, por meio de depósito bancário, quatro dias após a compra. Os agricultores mencionaram expectativa quase sempre frustrada em relação à classificação quando o fumo é vendido à empresa; “se manda um produto de primeira, geralmente eles vão pagar de segunda”. Um deles relatou que em 80 mil pés de fumo nenhum foi classificado como um fumo excelente. Na tentativa de testar o critério da empresa ao qual está vinculado enviou em nome de um vizinho para outra empresa e, então, obteve melhor qualidade do fumo e como consequência melhor preço.

Ao estudar a produção de fumo no RS, buscando identificar as características das transações entre produtores rurais e agroindústria fumageira, Barrero et al. (2012) identificou que a maioria (63,6%) dos agricultores entrevistados afirmaram se sentir prejudicados na classificação do tabaco pela indústria. Os principais motivos alegados pelas empresas segundo os agricultores para essa ocorrência eram a planta estar muito seca ou úmida demais (BARRERO et al. 2012).

Outro agricultor reconhece que para as empresas, há várias classes de tabaco, mas os agricultores separam as folhas em apenas três, as folhas mais escuras, manchadas e amarelas. Complementa que o processo de compra e classificação pelas empresas é subjetivo, o fumo passa por esteiras com lâmpadas dispostas em diferentes sentidos, vertical e horizontal e isto, segundo ele, modifica a cor das folhas. Ainda, para outro agricultor o processo é rápido, os fardos passam por esteiras que estão sempre rodando e não se tem tempo de contestar o que foi decidido. O Instrutor 1 declara que “os produtores ainda não sabem classificar fumo, eles fazem uma apartação, como se diz amarelo pra um lado e manchado pro outro, preto e verde era isso aí, mas existem 48 classes, então ele vai ser melhor classificado lá dentro [na indústria]” (Instrutor 1).

Após a cura as folhas são separadas conforme cor e aspecto, sendo amarradas em pequenos feixes e colocadas em prensas para ficarem em formatos de fardos. Este trabalho ocorre entre o outono e inverno, os agricultores queixam-se de frio, especialmente nas mãos, eles permanecem sentados fazendo esta atividade, luvas não são utilizadas. Ao comercializar para os atravessadores está etapa de classificação e enfardamento não é necessária, apenas tira-se a linha que prendia as folhas em varas para o processo de cura.

Duas famílias de agricultores mencionaram que no processo de comercialização por vezes o agricultor quer levar vantagem no peso dos fardos e colocam no seu interior materiais que aumentarão o peso como, por exemplo, “bico de arado e bateria velha”. Há um museu em uma das empresas com peças que são encontradas nos fardos. Para

elas, estes agricultores ficam “marcados” pela indústria e seu fumo sempre é vistoriado. O processo de amostragem do tabaco vale apenas para aqueles agricultores que não apresentaram produtos alterados. E, quando o fato se repete os agricultores são excluídos da empresa.

No ano em que a pesquisa foi realizada houve uma super-safra na localidade pesquisada e os atravessadores aumentaram suas exigências na compra do tabaco e diminuíram o preço, pagando menos que a indústria. Aqueles agricultores que não tinham contrato com a indústria e plantavam de forma independente do sistema integrado tiveram dificuldade de comercializar seu tabaco. Então, alguns agricultores que eram do sistema integrado ofereceram ajuda, enviando o tabaco em seus nomes para a indústria.

A perspectiva ergológica acentua a riqueza e a necessidade do encontro dialógico dos diferentes atores no mundo do trabalho. Na perspectiva epistemológica/ergológica é preciso colocar em debate as normas e valores que estão presentes no trabalho, avaliando os limites do conhecimento científico e a possibilidade de superação dos problemas a serem enfrentados, confrontando-os com o patrimônio dos protagonistas da atividade de trabalho. A experiência que as pessoas desenvolvem ao agirem no trabalho dá a elas uma riqueza imensa para se compreender o trabalho, a saúde e suas relações (SANT`ANNA e HENNINGTON, 2010). Para Paulo Freire (2008) a essência do diálogo está na humildade de reconhecer o outro como portador de conhecimento e de experiências proveniente da sua realidade. Este encontro ocorre em duas dimensões da ação e da reflexão, da teoria e da prática, conformando a práxis, transformadora do mundo e do trabalho (FREIRE, 2008).

Condições de trabalho e características da força de trabalho

Ainda em relação ao processo de trabalho no cultivo do tabaco, buscou-se junto às famílias pesquisadas conhecer quais eram as relações de trabalho e as pessoas envolvidas nestas atividades. Observou-se a presença de trabalho infantil intrafamiliar e também a contratação de força de trabalho. Além de menores de 18 anos, são contratados mulheres e homens adultos. Segundo a Afubra (2009) cerca de 90% do total de trabalhadores envolvidos nas atividades de cultivo provêm da própria família e os 10% restantes são formados por trabalhadores temporários. O labutar no fumo demanda a ocupação intensiva do conjunto dos membros familiares, inclusive crianças e idosos,

diminuindo as chances de empreenderem outras atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural (BARRERO et al. 2012; LIMA, 2007).

O trabalho infantil é uma modalidade ainda utilizada no cultivo do fumo, principalmente nas etapas de colheita; na organização das folhas para a cura, onde são costuradas em varas de bambus; na disposição destas varas para a cura propriamente dita quando são penduradas a uma altura de até cinco metros; e ainda para auxiliar na classificação e na confecção dos molhos das folhas secas. O envolvimento de menores de dezoito anos no trabalho é percebido como algo decorrente do interesse destes ou ainda da necessidade da família. Os jovens, apesar de não possuírem habilitação, dirigem máquinas agrícolas como trator ou ainda operam tecedeiras elétricas, colocando em risco sua integridade física.

O trabalho é realizado no turno inverso à escola. No entanto, é nas férias escolares de verão que a ajuda de crianças se concentra na colheita e cura do tabaco. Os pais são alertados para possíveis flagrantes do trabalho infantil por parte da indústria: “O instrutor disse, ‘vocês se cuidem com os aviões por cima da lavoura pode estar filmando’” (7ª família). As crianças também se expõem indiretamente quando brincam nos galpões onde é armazenado o fumo. Enquanto os pais estão classificando ou “manocando”, fazendo os molhos, eles brincam ao redor, permanecendo próximos ao fumo e de diversos materiais como machados e máquinas de pulverizar manualmente agrotóxicos.

A família 7ª contou que apesar de evitar que o filho com histórico de bronquite tivesse contato com as folhas do tabaco, ele apresentou episódio de alergia ao fumo precisando de atendimento à saúde. Segundo a mãe, no domingo estavam descarregando uma carreta de fumo e à tarde ele começou com alguns sinais e sintomas, a pele vermelha e prurido. Na segunda-feira, levou-o à consulta, quando foi medicado com injeções e xarope antialérgico.

Para Otañez e Glantz (2009), o cultivo do tabaco contribui com a instabilidade econômica nos países em desenvolvimento, aumentando o desmatamento e a pobreza. As imagens captadas do trabalho infantil e da pobreza nas áreas de cultivo do tabaco, durante trabalho de campo no Malawi são obviamente ausentes nos vídeos produzidos e apresentados pela indústria em campanhas publicitária (OTANÉZ; GLANTZ, 2009).

Porém, não é apenas no trabalho no âmbito familiar que os jovens menores de 18 anos se envolvem no cultivo do tabaco. Eles são contratados para o trabalho temporário da colheita até a classificação do fumo. Algumas vezes com pagamento apenas no final

da safra. A maioria dos agricultores contrata trabalhadores temporários para auxiliar a família nas diferentes etapas do cultivo. A colheita é o período em que mais contratação temporária ocorre pelo risco em perder a qualidade das folhas ao ficarem mais tempo que o necessário na lavoura. O pagamento a estes trabalhadores é efetuado em espécie ou ainda com pés de fumo. Esta última forma de pagamento destina-se normalmente aqueles que trabalham a safra inteira com a mesma família.

A rotina de trabalho dos diaristas é árdua; saem de casa antes das seis horas da manhã e retornam às vinte e duas horas. Quando no trabalho não é oferecida alimentação, eles ainda precisam preparar comida para levarem no dia seguinte. Uma das estratégias relatada por uma trabalhadora foi o uso de estimulantes “a gente toma energético para agüentar as horas trabalhadas” (2ª família). Às vezes a opção em levar comida vem da observação da escassez de alimentos na mesa do empregador. Outro ponto por elas levantado foi que os diaristas ficam com o trabalho mais difícil, onde o terreno é irregular e há ervas daninhas espinhosas como o *joá*. Foi relatado ainda dificuldades em receber o pagamento no final do dia ou da semana de trabalho, muitas vezes devido ao endividamento do empregador junto à empresa. Alguns trabalhadores evitam determinados empregadores pela fama de mau pagadores ou das condições em que se trabalha: “já era 10 hora da noite, ele trouxe um liso [cachaça] e pediu pra trabaiá até as 11, lá eu não vo mais”.

A troca de dias de trabalho é uma prática cada vez menor na localidade. Foi mencionado que no início do cultivo do tabaco as famílias trocavam para apreender um pouco mais dessa atividade. Atualmente, em períodos de menor concentração de trabalho, como na plantação, ainda ocorre a troca.

Um aspecto que todos concordam em relação ao trabalho no fumo é a exaustão que ele provoca. As famílias afirmam que é preciso trabalhar pelo menos umas quinze horas por dia. Perde-se a “liberdade”, não se tem mais tempo para as reuniões sociais, especialmente no período da colheita que ocorre nos meses de dezembro a março. A ambiguidade e certo conformismo foram percebidos na fala de alguns agricultores ao mesmo tempo em que “o fumo ele estressa, ele faz tudo de ruim”, seja pelo trabalho ininterrupto, por sucessivas e cansativas etapas de trabalho, ele é ainda é uma alternativa de renda para quem tem pouca terra.

Quando interrogados que outro cultivo gostariam de fazer que não o fumo os agricultores mencionaram que se tivessem valor comercial plantariam milho, feijão, verduras e cebola. Prefeririam cultivos que não levassem “venenos”. O leite foi

mencionado também como uma alternativa ao cultivo de fumo, mas salientam que “o leite tá muito barato”. Com um plano municipal de incentivo ao plantio de algumas frutas como morango para abastecer uma indústria local que se instalará no município, alguns agricultores mencionaram diminuir o plantio de fumo. Outros ainda citaram o plantio de eucalipto e acácia. Mas o que fica mais evidente é o desejo de cultivar algo que lhes dê certo retorno financeiro: “eu mudaria de plantação, se os nossos governos lançassem alguma coisa que fosse compatível com a renda do fumo, caso contrário, vou ter que ir trabalhando no fumo até me aposentar” (9ª família).

Segundo Lecours et al. (2012) os pequenos agricultores do tabaco têm se mostrado receptivos as mudanças na produção, mas as políticas e programas de governos são necessários para melhorar seu acesso aos mercados de cultivos alternativos. Em países onde a indústria do tabaco exerce influência econômica e política sobre o governo, como no Malawi, as tentativas em minar políticas de controle do tabaco são muito fortes, configurando obstáculos no desenvolvimento e na implementação de políticas eficazes (OTANÁEZ; MAMUDU; GLANTZ, 2009).

Para uma das entrevistadas plantar tabaco é vantajoso dado sua resistência: “Porque o fumo agüenta, né? O fumo é muito assim, aceita, ele fica parado um pouco, mas no momento que chove, ele reage. Resiste à seca e à chuvarada, ele vai e vai, e só no último caso mesmo, senão ele não se entrega, né? (14ª família).

Essa analogia parece definir um pouco os agricultores pesquisados: são pessoas que vem de uma história de privação, pobreza e estigma. Reagiram plantando fumo, que modificou seus hábitos de vida, deu-lhes certo destaque econômico, aumentando o consumo de bens. Alterou também a maneira de se relacionar com a vizinhança, mas não apagou o espírito solidário. Se hoje não há mais tanto tempo para reuniões na igreja ou na associação, não quer dizer que não se preocupem uns com os outros. Estas relações se modificaram: demonstram solidariedade ao encaminhar à empresa o fumo de um vizinho que está com dificuldade de comercializar ou ainda auxiliando no combate aos incêndios de estufas que não são incomuns de acontecer. E, no caso de dívidas, mesmo em meio às dificuldades de manter a reprodução da família, tecem sonho, resistem, fazem planos de tentar outro cultivo.

Assim, percebe-se que toda experiência de trabalho - atividade - coloca em movimento o *corpo-si* como unidade capaz de revelar a história inscrita no corpo e na mobilização de saberes construídos a gerações (FÍGARO, 2008). Ao mesmo tempo em que há essa construção histórica coletiva, há uma trajetória particular: o *corpo-si*

constitui a história da vida, do gênero, da pessoa porém não só isso; é a história de encontros sempre renovados entre o inédito e a (re)normalização (CUNHA; SCHWARTZ, 2005; FÍGARO, 2008). Analisar o trabalho por meio da abordagem ergológica permite articular níveis e critérios de gestão da atividade envolvendo questões macro e microsociais que se descortinam no cotidiano das situações de trabalho, transitando, dialeticamente entre essas determinações, das mudanças e permanências no trabalho humano (HENNINGTON; CUNHA; FISCHER, 2011).

Considerações finais

Estudar o processo de trabalho dos agricultores que produzem tabaco em uma localidade rural no sul do Brasil permitiu conhecer o cotidiano de (re)normalizações em confronto com as normas e valores instituídos pela indústria do tabaco. A margem que os trabalhadores têm para criar e desenvolver outras experiências de trabalho é pequena, pois a indústria se utiliza de mecanismos de controle para garantir a qualidade do produto a um custo que lhe seja vantajoso. Utilizando-se da presença dos instrutores junto aos agricultores e a influência econômica e política junto ao Poder Público, a indústria “semeou” a ideia de um cultivo rentável e seguro.

As facilidades anunciadas pela indústria ao visitar os agricultores sensibilizando-os para aderirem ao sistema integrado são contestadas logo após as primeiras safras. As dificuldades no cultivo caracterizadas pelas sucessivas etapas de trabalho com utilização intensiva de força de trabalho de todos integrantes da família, o uso de agrotóxicos e de madeiras para a cura do tabaco leva muitas vezes ao adoecimento, a contaminação ambiental, ao endividamento, além da diminuição do convívio social, como foi referido pelos agricultores e representantes da sociedade.

As dívidas atreladas à indústria pelo alto custo dos insumos e necessidade de fazê-los render mais, por vezes utilizando-os de forma imprópria, resultam num retrabalho ou ainda em resultados nem sempre esperados. No entanto, nesses momentos as pessoas demonstram seus desejos de serem autores do processo e não apenas conduzidos pelos instrutores da indústria, agindo com alguma autonomia. As dívidas dos agricultores são uma maneira de mantê-los vinculados com a indústria; se o endividamento não ocorre na compra de produtos básicos como sementes, fertilizantes e agrotóxicos, ele vem como uma forma de modernizar e melhorar o cultivo por meio da compra de estufas e tecedeiras elétricas, por exemplo.

A aquisição do seguro, propagado pela indústria como um dos únicos cultivos agrícolas com seguro total, onera os agricultores pelo custo do mesmo. Além disso, como foi revelado por alguns, é mais um seguro de morte do que de vida que os agricultores fazem, pois apenas com a morte do trabalhador a indústria encerra o contrato.

Em relação à força de trabalho, a presença do trabalho infantil ocorre nas atividades intrafamiliares como também na contratação por outras famílias de agricultores. Especialmente na contratação, permanecem no trabalho do início ao fim do dia. Para os diaristas, o trabalho pode ser mais difícil do que para os proprietários, no entanto neste caso os “proprietários” são também pequenos agricultores familiares sem muitos recursos para manterem o trabalho de diaristas.

Ao concluir, chama-se a atenção para a necessidade de se pensar e propor políticas de controle ao tabaco que levem em consideração as realidades locais e o que estes trabalhadores têm a dizer, buscando ouvi-los e tornando-os partícipes do processo, evitando-se a interferência direta das instituições que representam a indústria. Será nesse encontro, do conhecimento produzido cientificamente, dos saberes oriundos do cotidiano do trabalho, de suas (re)significações e (re)normalizações que surgirá um terceiro elemento que é o conhecimento baseado em experiências vividas pelos diferentes atores, seu patrimônio. A superação dos problemas poderá surgir a partir do diálogo entre os polos do saber dos trabalhadores e o dos conceitos gerados pelo conhecimento científico e técnico, articulados com responsabilidade ética e social.

Referências

ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO. **Ações Judiciais**. Disponível em: <<http://actbr.org.br/tabagismo/acoes-judiciais.asp>>. Acesso em: 07 set. 2011.

AFUBRA. **Fumicultura no Brasil 2009**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BARRERO, G. A. B.; FREITAS, C. A.; ILHA, A. S.; STADUTO, J. A. R. A fumicultura no Rio Grande do Sul: uma abordagem sob a ótica da nova economia das instituições. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/mila/clailton/publicacoes/cientificos/fumicultura-rs.pdf>>. Acesso em: 10 março. 2012.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007. 192p.

BENSON, P. [El Campo: faciality and structural violence in farm labor camps](#). **Cultural Anthropology**, v. 23, n. 4, p. 589-629, 2008b.

BRITO, J. Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 879-890; 2005.

_____.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: O ponto de vista enigmático da atividade. **Rev. Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n. 2, p. 63-89, 2003.

CUNHA, D. M.; SCHWARTZ, Y. A formação humana entre o conceito e a experiência do trabalho: elementos para uma pedagogia da atividade. **Trabalho & Educação**, v.14, n. 1, p: 87-90, 2005.

DESER. **A cadeia produtiva do fumo**. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: 17 out. 2009.

FÍGARO, R. Atividade de comunicação e de trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, v. 6, n. 1, p. 107-145, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001. 248p.

_____. **A Interpretação das culturas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LTC; 2008. 324p.

GERHARDT, T. E. **Anthropologie et santé publique: approche interdisciplinaire, pauvreté, situations de vie et santé au quotidien à Paranaguá, Paraná, Brésil**. 2000. (Docteur en Ethnologie, option Anthropologie sociale et culturelle). Université de Bordeaux 2. Bordeaux, 2000.

HENNINGTON, E. A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da ergologia. **Rev Saúde Pública**, v.42, n. 3, p.555-61, 2008.

HENNINGTON, E. A.; CUNHA, D. M.; FISCHER, M. C. B. Trabalho, educação, saúde e outros possíveis: diálogos na perspectiva ergológica. **Trab. Educ. Saúde**, v. 9, n. supl.1, p. 5-18, 2011.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

KINGSOLVER, A. E. Farmers and Farmworkers: two Centuries of Strategic Alterity in Kentucky's Tobacco Fields. **Critique of Anthropology**, v. 27, n. 1, p. 88-102, 2007.

LECOURS, N.; ALMEIDA, GUILHERME, E. G; ABDALLAH, J. M.; NOVOTNY, T. E. Environmental health impacts of tobacco farming: a review of the literature. **Tobacco Control**, v. 21, n. 2, p.191-96, 2012.

LIMA, R. G. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 190-225, 2007.

LOKER, W.M. The rise and fall of flue-cured tobacco in the Copán Valley and its environmental and social consequences. **Human Ecology**, v. 33, n. 3, p. 299-327, 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MCKNIGHT, R. H.; SPILLER, H. A. Green tobacco sickness in children and adolescents. **Public Health Reports**, v. 120, p. 602-605, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 10ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

ORR, A. “Green gold?”: burley tobacco, smallholder agriculture, and poverty alleviation in Malawi. **World Development**, vol. 28, n.2, p. 347-363, 2000.

OTANÃEZ, M. G.; GLANTZ, S. A. Trafficking in tobacco farm culture: tobacco companies use of video imagery to undermine health policy. *Vis. Anthropol. Rev.*, v. 25, n.1, p. 1–24, 2009.

OTANÃEZ, M. G.; GLANTZ, S. A. Social responsibility in tobacco production? tobacco companies use of green supply chains to obscure the real costs of tobacco farming. *Tob Control.*, v. 20, n. 6, p. 403–411. 2011.

OTANÃEZ, M. G.; MAMUDU, H. M.; GLANTZ, S. A. Tobacco companies’ use of developing countries’ economic reliance on tobacco to lobby against global tobacco control: the case of Malawi. *American Journal of Public Health*, v. 99, n. 10, p. 1759-1771, 2009.

RIQUINHO, D.L.; HENNINGTON, E.A. Health, environment and working conditions in tobacco cultivation: a review of the literature. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p.1587-1600, 2012.

RUDNICKI, C. P. S.; BECK, F. L. A construção de representações sociais sobre a juventude rural na mídia. Anais: Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

SALA, G. Bolivian labor in tobacco and sugar cane production in Jujuy. **Estudios Migratorios latinoamericanos**, v. 45, n. 45, p. 337-370, 2000.

SANT’ANNA, S. R.; HENNINGTON, E. A. Promoção da saúde e redução das vulnerabilidades: estratégia de produção de saberes e (trans)formação do trabalho em saúde com base na Ergologia. **Interface Comunicação Saúde Educação**, v.14, n.32, p.207-15, 2010

SCHWARTZ, Y. Entrevista. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 2, p. 457-466, 2006.

SCHWARTZ, Y. Disciplina epistêmica disciplina ergonômica Paidéia e politeia. **Proposições**, v. 13, n. 1 (37), p. 126-149; 2002.

ARTIGO 3

7.3 ⁶Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde

Tobacco Cultivation in Southern Brazil: Green Tobacco Sickness and Other Health Problems

Cultivo de tabaco en el sur de Brasil: enfermedad de la hoja verde y otros agravios a la salud

Deise Lisboa RIQUELHO⁷

Élida Azevedo HENNINGTON⁸

Colaboradores

Riquinho DL trabalhou na concepção do artigo, metodologia, pesquisa e escrita final e Hennington EA participou de todas as etapas do trabalho orientando e revisando o periódico.

Respostas:

1 O presente texto acrescenta em relação à literatura científica nacional pois é o primeiro estudo a abordar a doença de folha verde do tabaco dentre outros agravos que acometem trabalhadores rurais do tabaco utilizando abordagem qualitativa. Existem dois estudos no Brasil de caráter epidemiológico (BARTHOLOMAY et al, 2009; OLIVEIRA et al 2010). No âmbito internacional ele acrescenta pelo fato de abordar problemas de saúde relacionados ao cultivo na perspectiva de diferentes atores: os agricultores, sociedade civil, representantes do Estado e da indústria do tabaco.

2 Os dados utilizados no manuscrito não foram publicados em outros artigos e/ou capítulos de livros.

3 A escolha dos avaliadores ficará a critério dos editores da revista Interface.

⁶ O texto é inédito. Os resultados fazem parte da tese de Doutorado em Saúde Pública. Não há conflito de interesse. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, protocolo nº 219/10.

⁷ Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: deiselis@ensp.fiocruz.br

⁸ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Email: elida.hennington@ipec.fiocruz.br

Resumo

O objetivo do estudo foi identificar a presença de problemas de saúde e outros agravos e seus significados para agricultores do tabaco, representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria do tabaco, bem como as estratégias de enfrentamento. Foi desenvolvido estudo do tipo etnográfico com realização de 35 entrevistas semi-estruturadas entre famílias de agricultores e informantes chave, e ainda observação participante das famílias em localidade rural do RS. Os resultados evidenciaram o reconhecimento da presença da Doença da Folha Verde do Tabaco e outros agravos por parte dos agricultores e representantes da sociedade civil. Representantes da área da saúde que atuam na localidade não identificam ou reconhecem problemas de saúde desta população como resultado da atividade produtiva vinculada ao tabaco. Os representantes da indústria admitem a existência de problemas de saúde, porém culpabilizam os agricultores. Conclui-se que é preciso maior aproximação, acompanhamento e intervenção do Poder Público em comunidades rurais que produzem tabaco, especialmente da área da saúde, visando desenvolver ações de vigilância e promover a saúde do trabalhador.

Saúde da População Rural; Tabaco; Saúde Pública; Pesquisa Qualitativa; Antropologia

Abstract

The aim of this study was to identify the presence of health problems and their meanings for tobacco harvesters, State representatives, the civil society and the tobacco industry, and also understand their coping strategies. An ethnographic study with 35 semi-structured interviews answered by harvesters' families and key informants was carried out in a rural community in the state of Rio Grande do Sul. Besides that, it was performed participant observation of the families. The harvesters and representatives of the civil society recognize the presence of the green tobacco sickness and other problems. Representatives of healthcare organizations do not identify or recognize the sickness as a result of the productive activity. Tobacco industry representatives recognize there are health problems, but blame the harvesters. It is concluded that there is a need of a closer approach, monitoring and intervention by Public Authorities, which may give more attention to workers' health.

Rural Health; Tobacco; Public Health; Qualitative Research; Anthropology

Resumen

El objetivo del estudio fue identificar la presencia de problemas de salud y otros agravios y sus significados para agricultores de tabaco, representantes del Estado, de la sociedad civil y de la industria de tabaco, y las estrategias de enfrentamiento. Fue desarrollado un estudio tipo etnográfico con realización de 35 entrevistas semi-estructuradas entre familias de agricultores e informantes clave, y observación participante de las familias en localidad rural de RS. Los resultados evidenciaron la presencia de la Enfermedad de la Hoja Verde de Tabaco e otros agravios por parte de los agricultores y representantes de la sociedad civil. Representantes del área de la salud no identifican o reconocen el padecimiento como resultado de la actividad productiva. Los representantes de la industria reconocen problemas de salud, sin embargo culpabilizan los agricultores. Se concluye que es preciso mayor aproximación, acompañamiento e intervención del Poder Público, promoviendo atención a la salud del trabajador.

Salud Rural; Tabaco; Public Health; Investigación Cualitativa; Antropología

Introdução

O Brasil é o maior exportador mundial de folha de tabaco e o Estado do Rio Grande do Sul (RS) o maior produtor brasileiro (DESER, 2005). O cultivo do tabaco se concentra em pequenas propriedades rurais, desenvolvido em regime de agricultura familiar (AFUBRA, 2009).

O adoecimento relacionado aos modos de produção entre trabalhadores rurais plantadores de tabaco no Brasil ainda é pouco documentado na literatura. As principais formas de adoecimento referidas em estudos internacionais e nacionais são a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) e outros agravos como doenças respiratórias, acidentes e intoxicações por agrotóxicos (RIQUINHO, HENNINGTON, 2012).

O primeiro registro conhecido sobre a DFVT foi feito na Itália por Bernardino Ramazzini no século XVIII e os sintomas descritos eram dores de cabeça e problemas estomacais (ECKHOLM, 1978). Cerca de dois séculos depois a doença passou a ser largamente estudada nos Estados Unidos da América e em 1970 a DFVT foi descrita na Flórida como uma doença específica dos trabalhadores rurais do tabaco (WEIZENECKER, DEAL, 1970). Sua ocorrência decorre do estímulo ou inibição de receptores no sistema nervoso central levando a um quadro clínico caracterizado por vômitos, náuseas, tonturas e cefaléia, dores abdominais, diarreia, alterações da pressão

arterial e da frequência cardíaca durante ou após a exposição à *Nicotiana tabacum* (ARCURY et al., 2002).

No Brasil, há dois estudos epidemiológicos do tipo caso controle que identificaram DFVT entre agricultores: um deles desenvolvido na cidade de Arapiraca, Alagoas, no ano de 2007 e o outro no sul, em Candelária, RS, no ano de 2008 (BARTHOLOMAY et al., 2009, OLIVEIRA et al., 2010). Já os problemas respiratórios são descritos como consequência do contato com a poeira da folha e do processo de secagem, ainda pouco estudados. As lesões musculoesqueléticas descritas na literatura em sua maioria decorrem de acidentes de trabalho, especialmente por quedas (PUGH, PIENKOWSKI, GORCZYCA, 2000, STRUTTMANN, REED, 2002).

O cultivo do tabaco destaca-se também pelo trabalho árduo e pela aplicação de grande volume e variedade de agrotóxicos utilizados em diferentes fases do plantio, tais como, fungicidas, acaricidas, herbicidas e inseticidas, especialmente do tipo organofosforados, do semeio à colheita. O uso desses produtos acarreta diversos problemas para a saúde humana e danos ambientais (LOKER, 2005, ARCURY, QUANDT, 2006).

Este estudo teve por objetivo identificar a presença de doenças e outros agravos e seus significados para agricultores do tabaco, representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria do tabaco em localidade rural no sul do Brasil, bem como as estratégias de enfrentamento.

Percurso metodológico

Foi desenvolvido estudo qualitativo do tipo etnográfico em uma localidade rural no interior do RS. A imersão do pesquisador no meio pesquisado propiciou que as diferentes visões sobre o adoecimento e os demais problemas relacionados ao cultivo do tabaco fossem reconstituídas, permitindo o cruzamento de diversos pontos de vista sobre o objeto, tornando mais clara a complexidade das práticas e revelando sua densidade (BEAUD, WEBER, 2007). O nome do município e da localidade de estudo será mantido em sigilo por expor práticas de trabalho por vezes em desacordo com as normas impostas pelas indústrias fumageiras que lá atuam, tais como o não uso de equipamento de proteção individual (EPI) e a presença de trabalho infantil, o que poderia gerar retaliações e prejuízos para a comunidade em questão. As indústrias também não serão identificadas.

Os sujeitos de pesquisa foram 23 famílias produtoras de fumo, todas ligadas direta ou indiretamente à indústria do tabaco. Além das famílias, foram entrevistados cinco representantes do setor saúde, quatro de diferentes setores da sociedade civil e três da indústria do tabaco (Quadro 1), totalizando 35 entrevistas.

Quadro 1 – Caracterização dos atores entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.

Representantes do Estado – Setor Saúde			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST Regional	Enfermeira	Presta cuidados de enfermagem no Cerest há nove anos.	36
Secretaria Municipal da Saúde – Vigilância em Saúde (SMS-VS)	Economia doméstica	Coordenadora da VS há nove anos.	50
SMS	Médico1	Trabalha há 16 anos no município atendendo nas localidades rurais, quinzenalmente.	50
SMS	Médica2	Trabalha há sete anos no pronto atendimento municipal.	46
Hospital Regional Filantrópico	Médico3	Coordenador e plantonista do Pronto Socorro do Hospital Filantrópico Regional	53
Representantes da Sociedade			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	Agricultor	Participa do programa do crédito fundiário	49
STR	Agricultor	Participa do programa do crédito fundiário	59
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)	Técnico em enfermagem	Desenvolve ações de educação e saúde junto aos agricultores	46
União das Associações Comunitárias (UAC)	Técnico agrícola	Estimula a produção agroecológica e o cooperativismo	31
Líder Comunitário (LC)	Professor aposentado	Líder religioso e membro da associação local	54
Representantes da indústria			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Indústria 1	Técnico em	Instrutor da indústria1.	31

	contabilidade	Responsável pela captação dos agricultores no início do plantio e acompanhamento da atividade, como pedidos de insumos e a comercialização.	
Indústria 2	Técnico agrícola	Instrutor da indústria2. Idem ao primeiro.	30
Indústria 3	Técnico agrícola	Instrutor da indústria3. Idem ao primeiro.	50

Fonte: Riquinho & Hennington, 2012

A amostra estudada foi intencional e os entrevistados foram indicados por informantes chave da comunidade. Em relação às famílias dos agricultores buscou-se contemplar a heterogeneidade social da comunidade pesquisada: diferentes arranjos familiares - família extensa ou nuclear; apenas o casal e monoparental (GERHARDT, 2000) e famílias que tinham entre seus membros crianças em idade escolar. Também foram contempladas diferentes etnias (descendentes de alemães ou pomeranos, italianos e brasileiros, descendentes de portugueses, espanhóis e/ou índios) e distintos credos (católicos, luteranos e evangélicos), famílias com presença de filhos menores de 18 anos, famílias com vínculo direto ou indireto com a indústria do tabaco. Havia famílias vinculadas à indústria pelo sistema integrado, famílias que compravam todos os insumos em lojas agropecuárias e comercializavam para diferentes indústrias e atravessadores e ainda famílias com e sem dívida acumulada com a indústria.

Entre as famílias entrevistadas o principal arranjo foi nuclear, formado pelo casal e filhos seguido por apenas a presença do casal. A maioria se identificava como “brasileiro” e a seguir como “alemão” ou “pomerano”. A religião mais referida foi católica ou luterana. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 28 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. A média de integrantes das famílias foi de 3,4 pessoas. A maioria dos pais possuíam o ensino fundamental incompleto e os filhos em idade escolar frequentavam a escola, exigência da indústria do tabaco. O tempo de trabalho no cultivo do fumo variou entre 2 a 17 anos, com uma média de 7,7 anos, havendo dois casos de mais de 30 anos de cultivo.

Durante as entrevistas com os agricultores as famílias estavam reunidas, sendo possível o diálogo com todos os integrantes, mesmo os filhos menores de 18 anos. Já

com os representantes do Estado, sociedade civil e indústria, as entrevistas foram agendadas e realizadas individualmente em seus locais de trabalho, exceto no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) onde a entrevista se deu com os dois entrevistados concomitantemente.

Realizou-se observação participante com cinco das 23 famílias entrevistadas, visando acompanhar o cotidiano de trabalho, suas rotinas e práticas no cultivo do tabaco. O trabalho de campo ocorreu durante 90 dias na localidade de estudo, de dezembro a agosto de 2011. A escolha deste período se justifica por oportunizar o acompanhamento de um ciclo completo de trabalho no cultivo do tabaco, do semeio à classificação.

O estar “com” os participantes da pesquisa, observar seus modos de vida, bem como a relação com eles estabelecida repercutiram no material analisado. A análise na pesquisa qualitativa é uma modalidade de experiência moral, à medida que emerge de um contato direto com os detalhes do cotidiano, afetando a sensibilidade de quem a realiza (GEERTZ, 2001). Esta interação pesquisador e pesquisado e o encontro do conhecimento científico e senso comum é entendido por este autor como a “ciência da interação” e, portanto, interpretativa. O tratamento do material produzido a partir das entrevistas e da observação ocorreu por meio de categorização temática (MINAYO, 2007). Na fase de organização e análise dos dados o software NVivo 7.0 auxiliou no tratamento dos dados.

Resultados e Discussão

Os significados atribuídos pelos sujeitos ao adoecimento como consequência do cultivo do fumo foram organizados em três categorias: “a doença da folha verde do tabaco”, “outras doenças e agravos” e “o enfrentamento dos problemas de saúde”. Os significados dos fenômenos vividos no cotidiano são explicados a partir da visão de mundo das famílias. Nesta perspectiva, as pessoas elaboram os fatos, seu conceito da natureza, de si mesmo e da sociedade a partir da realidade que vivem (GEERTZ, 2008). Antes de passarmos às categorias analíticas, apresentaremos um breve histórico do lócus da pesquisa.

Histórico e características locais

O município pesquisado apresenta 63% da população vivendo no meio rural (IBGE, 2012). As características fundiárias da localidade pesquisada são de pequenas propriedades (0,5 a 20 hectares) e o acesso à terra se deu pelo arrendamento, pagando-a com percentagem do produto cultivado, ou ainda por herança, seguida da compra para aumentar o tamanho da propriedade.

Em relação ao histórico da produção rural, as famílias praticavam o extrativismo de madeira nativa para lenha, trocando nos armazéns das proximidades por alimentos, como sal e café. Havia também a venda de excedentes da produção de frutas e outros. No final da década de 1970 dá-se início à relação com a indústria:

Pêssego e tomate, a gente plantava pra vender [...]. Um ano plantamos ervilha também. A [nome da empresa] só levou, pagar que é bem bom, nunca pagou (Família 14).

Este período, segundo os entrevistados, é marcado pelo calote da indústria, atraso e parcelamento da dívida com os agricultores. Este cenário desfavorável na comercialização, em especial do pêssego, levou-os a um novo ciclo, o cultivo do tabaco:

Tinha que fazer tudo por conta própria na plantação de pêssego. E a firma de fumo vêm os defensivos, vem a semente, vem o que precisa para trabalhar, apenas a pessoa vai entrar para trabalhar, com o trabalho dele e depois pagar a produção (Família 1).

O cultivo do fumo é mantido por um sistema denominado integrado: a indústria oferece as condições para o trabalho, financia a estrutura dos galpões e estufas para armazenamento e cura do tabaco, fornece sementes e agrotóxicos para cada etapa do processo do cultivo, viabiliza a visita periódica de um instrutor e a compra do produto final. Apesar dos prováveis ganhos financeiros na troca do cultivo do pêssego pelo fumo, esta população passou a enfrentar novas doenças e agravos decorrentes da mudança de cultivo.

A doença da folha verde do tabaco (DFVT)

Os problemas de saúde referidos pelas famílias foram relacionados ao trabalho. Havia clara percepção da nocividade e o relato de sinais e sintomas atribuídos à experiência de trabalho:

Ah é, era do fumo molhado [...] a gente já sabia que era, porque quando o fumo tava seco, elas não passavam mal (as filhas). Mas, se elas iam com o sereno da manhã, elas iam a apanhar, começava aquela nicotina a vim vindo, quando chegava ali pelas 9, 10 horas elas já arriavam, elas não podiam mais, vômito e ai aquele sudor, aquela coisa, aquela tontura, elas tinham que parar, então ai a gente foi observando que era do fumo molhado (Família 2).

A planta do tabaco pronto para a colheita atinge pelo menos a altura de 1 metro e 20 centímetros cercado o corpo do trabalhador. Os agricultores colhem o tabaco, quebrando as folhas do caule e armazenando-as sob o braço, até atingir um molho de folhas de uns 50 cm de circunferência. O significado atribuído ao fumo molhado em contato com o corpo por dois dos agricultores está associado à nicotina atingindo o fígado. Tal elaboração parece vinculada à localização deste órgão e as suas funções auxiliares do processo digestivo.

Aqui não, eu aqui não, mas quase todos existe essa parte, não é só numa família, quase todos se queixam, ou não podem apanhar fumo molhado, porque o fumo molhado quando atinge, ele tem nicotina, ele atinge o fígado, esse lado sempre [lado direito] (Família 21).

Em seguida os molhos das folhas são envolvidos em pedaços de lonas e levados à sombra, evitando o contato com o sol que murchará as folhas, para depois serem transportados, até o galpão. Na maioria das famílias o transporte é realizado em carroça com tração animal.

Segundo o líder comunitário, após colheita de fumo cedo da manhã, quando as folhas estão molhadas pelo sereno ou após chuva, os agricultores costumam relatar que sentem tontura, náuseas, vômito e desmaios. Ele afirma ainda que as crianças também ficam doentes: “foi os quatro da casa, eles os dois e as duas crianças foram pro hospital, choveu e foram apanhar o fumo, quando foi de tardezinha foram pro hospital”.

Uma forma de adoecimento pouco referida na literatura, mas relatada em entrevista é a alteração visual provocada pela intoxicação aguda da nicotina, a qual foi descrita na Polônia associada aos demais sintomas de DFVT (SATORA et al., 2009):

A [nome da filha], passou tão mal que vó te dizê, ela tava perdendo até a visão, num dia dela apanhar o fumo molhado, tava perdendo a visão. Ela dizia: mãe acho que vou perder minha visão de tudo, não enxergo quase mais nada. Ai me apavorei, me apavorei, meu Deus do céu (Família 2).

O adoecimento associado à nicotina atinge mulheres, homens e crianças, sem distinção de idade. Há relatos sobre crianças de 10 anos, jovens de 16 e 18 anos e ainda adultos de 40 a 50 anos. De acordo com a literatura, as consequências desta exposição a médio-longo prazo não são claramente definidas. Estudo na Índia identificou maior prevalência de hipertensão e de partos prematuros em agricultoras do tabaco em relação ao grupo controle (PARIKH et al., 2005). No entanto, segundo os próprios autores,

essas diferenças não foram estatisticamente significativas nem são resultados definitivos, devido ao tamanho da amostra, ausência de estudos comparativos e diferentes quantidades de nicotina absorvida durante as várias etapas do processo de cultivo de tabaco (PARIKH et al., 2005).

As roupas impermeáveis fornecidas pela indústria fumageira por hectare plantado e depois cobradas na compra do fumo, dificilmente são usadas devido ao calor do sol. Depois de lavadas elas perdem a ação impermeável sendo descartáveis ao uso, mas os agricultores as reutilizam, provavelmente devido ao preço de cada vestimenta, em torno de trinta reais. As luvas de borracha, além de provocar calor e suor nas mãos, diminuem a sensibilidade para manusear as folhas. É comum o uso de luvas de tecido, tipo lã, que, como não são impermeáveis, não servem como barreira física e expõem o trabalhador às intoxicações. Estudos demonstram que luvas e roupas de proteção contra a chuva diminuem a absorção da nicotina, pois lesões preexistentes nas mãos e axilas favorecem a absorção, porém, na maioria das vezes, não são utilizadas por dificultarem o processo de colheita (ARCURY et al., 2008).

Outras doenças e agravos

Foram referidos e observados mais três tipos de problemas de saúde entre os agricultores como consequência ou agravados pelo trabalho com o fumo: doenças respiratórias, acidentes e intoxicações por agrotóxicos.

Doenças respiratórias

A exposição dos trabalhadores a poeira das folhas secas do tabaco resultantes do processo de cura, concentra nicotina e outras substâncias químicas, resultando em possíveis danos ao sistema respiratório, especialmente pela não utilização de proteção respiratória durante essas etapas do cultivo (ARCURY, QUANDT, 2006). Dentre os agricultores foi relatada doença respiratória como consequência do contato com a poeira das folhas e o adoecimento de crianças por bronquite, a qual se agrava pelo contato com as folhas do fumo seco.

Nós somos sadios, só tenho os guris que são assim doentinhos. Eu tenho esse, o [nome do filho] esse que saiu, ele é doente de bronquite, desde que nasceu ele tem problema de saúde assim e é alérgico também, não pode ter contato muito com fumo, não pode ir no paiol (Família 7).

O processo do cultivo do tabaco comumente envolve as crianças da família, mesmo que oficialmente a indústria proíba o trabalho de menores de 18 anos. Por se

tratar de uma atividade familiar, as crianças dela participam efetivamente trabalhando a partir dos 10 anos e os menores repetem as tarefas dos pais como a classificação das folhas e dividem o mesmo ambiente em que fica armazenado o fumo primeiramente verde e depois seco. Neste segundo momento (fumo seco), seu cheiro é marcante com notas adocicadas que impregnam o ar, causando desconforto ao sistema respiratório superior nos menos habituados, surgindo prurido e ardência na boca e nariz.

Acidentes

Os acidentes relatados se referem a quedas da carroça no transporte do fumo da lavoura para a estufa e na própria estufa. Depois das folhas do fumo colhidas, elas são envolvidas por um pedaço de pano/lona, formando feixes de folhas que são depositadas em uma carroça. Para o aproveitamento do transporte as carretas ficam por vezes sobrecarregadas. Então alguém acompanha o trajeto para evitar perder fumo pelo caminho, sentado em cima dos feixes ou de pé na carroça, atividade que pode ser feita por criança ou adulto. Segundo relatos, houve caso de fratura no antebraço de uma criança e de costelas em um adulto. Neste último ocorreu perda de dias de trabalho e afastamento pelo INSS.

As estufas são galpões de uns seis metros de altura, organizados internamente com varas de eucaliptos penduradas na horizontal para a secagem das folhas. Um agricultor sobe e outros alcançam as folhas costuradas em bambu para serem dispostas nas varas de eucaliptos.

Eu só o que eu me lembro, que tive um problema numa virilha, deu distensão, uma vez que eu caí de cima do estaleiro da estufa. Resbalei, os pés suados, eu resbalei e fiquei preso por uma perna, aí onde eu tenho a distensão até hoje na virilha, que dói até hoje, às vezes tem dia mesmo que eu tenho que trabalhar com uma liga (Família 18).

Ao pesquisar os atendimentos de emergência em serviços de três regiões de Kentucky, Estados Unidos, Struttman e Reed (2002) constataram que 23% das lesões e traumatismos estavam relacionadas à produção do tabaco, a maioria por quedas, seguido de cortes ou perfurações e por esforço físico excessivo. Mais de 90% dos pacientes feridos precisaram de acompanhamento em ambulatório.

Intoxicações por agrotóxicos

No cultivo do tabaco os agrotóxicos são aplicados manualmente ou usando pulverizadores *back-pack*, um tipo de bolsa de acrílico carregada nas costas (LOKER, 2005). Essa aplicação quando combinada com a falta de equipamentos de proteção, tais

como vestimentas impermeáveis, máscaras, luvas, e botas, leva à exposição de doses concentradas que podem ser absorvidas por via oral, dérmica e inalação. Tal atividade torna os agricultores vulneráveis às intoxicações agudas e crônicas causadas pelos produtos aplicados nas diferentes fases do plantio (ARCURY; QUANDT, 2006).

Uma das formas de contato dos agricultores com os agrotóxicos é quando os produtos são aplicados nas mudas antes destas serem transplantadas para a terra, quando estão em piscinas (sistema *float*). Em alguns casos ocorre “rejeição”: as mudas não desenvolvem e então os agricultores retiram-nas individualmente e lavam em água corrente para retirar o excesso de veneno. Tal qual apontado por Peres et al. (2005) em seu estudo, também nesta pesquisa observou-se que as mulheres estão igualmente expostas à contaminação por agrotóxico. Na produção do fumo elas participam e desenvolvem a aplicação de agrotóxicos em diferentes etapas do processo do cultivo.

Outra forma de contaminação ocorre ao carregarem a *back-pack* com 25 litros de veneno para pulverizarem a plantação sem nenhuma proteção, a não ser um boné para atenuar os efeitos do sol. Alguns vestem camisas de manga cumprida para tentar proteger-se um pouco mais. As aplicações são feitas tanto ao sol como em dias chuvosos. Em uma das fases do processo de trabalho, no floramento do pé de fumo, uma haste com flores no ápice da planta é quebrada manualmente. Enquanto uns fazem este trabalho, outro os seguem aplicando o agrotóxico em cada planta.

Alguns depoimentos sobre adoecimento referem-se a casos de depressão com acompanhamento de saúde e também tratamento medicamentoso a reações cutâneas.

Foi em agosto que eu me estraguei. Um sábado eu apliquei Talstar e o Mozo. E aí no início da semana aí apliquei outro, o Boral, Queimou toda perna e eu... Até onde vai aquele, os preparos que eles mandam [EPI], uma parte é a roupa, a outra parte é plástico, até onde vem o plástico queimou tudo. Agora já tá sarado, mas tava, eu ainda tenho aí ó, isso aqui tudo é isso aqui assim, até aqui em cima era só uma ferida, chegava a correr sangue. Não sei qual é que, qual é eles que faz mal eu não sei, mas eles tinham que fazer análise, eles não... até agora não apareceram [represente da fumageira] (Família 19).

O Talstar é um inseticida do grupo piretróide. Na descrição dos sinais e sintomas resultantes das intoxicações agudas podem ocorrer dentre outras, reações dérmicas, pruridos e sensação de ardor na pele (PARANÁ, 2012). Sobre o veneno denominado Mozo, não foram encontradas informações. Sobre o terceiro produto referido, Boral, este é um herbicida pré-emergente que deve ser colocado na terra antes do início do plantio; as informações de tal produto não o associam a alterações dérmicas. Apesar de

serem considerados de pouca toxicidade à saúde humana, estes agrotóxicos são considerados altamente tóxicos ao ambiente (PARANÁ, 2012).

Como recorda o entrevistado, mesmo fazendo uso do EPI fornecido pela indústria, houve o contato com o produto e consequente lesão cutânea. Após o ocorrido o agricultor comunicou o instrutor da indústria fumageira, porém não houve análise ou identificação do produto que o atingiu. Com o tratamento a base de corticóide em consultório particular, houve uma aparente melhora.

Eu melhorei, trabalhei de novo no fumo e foi tudo de novo, antes do meio dia eu apanhei, não senti nada, aí depois do meio dia fomos pra lavoura de novo e não consegui, tirei, não cheguei a tirar duas braçadas, aí tive que voltar pro médico de novo. Só precisa ir na lavoura onde foi usado o veneno, só atravessar e deu, já começa de novo, já volta de novo. (Família 19)

Os agricultores acometidos por doenças e agravos causados pelo cultivo do tabaco, ainda que sem muitas informações técnicas ou científicas sobre seu processo de trabalho e as consequências para a saúde, estabelecem relação clara entre esta atividade e o adoecimento. No entanto, não foi relatado pela maioria das famílias preocupação em relação a piora do estado de saúde a longo prazo ou perspectivas de manterem as condições para o trabalho futuramente.

Para os representantes da sociedade, devido a sua origem ou proximidade com a agricultura, já presenciaram ou ouviram relatos de intoxicações acidentais ao uso de agrotóxico. Essas são recorrentes do não uso ou do uso inadequado dos EPIs, por várias alegações, como, “não gostar de usar” ou “por atrapalhar o trabalho”. Como consequência da exposição aos agrotóxicos os entrevistados acreditam, pelas suas observações e vivências, que o município apresenta muitos casos de depressão: “as casas de saúde mental estão lotadas de gente por causa de depressão” (CAPA). E também casos de câncer, “eu tive uma experiência muito triste um amigo, nos criamos juntos e ele ficou lá plantando fumo, faleceu aos 32 anos. O médico disse: não posso dizer para vocês que o câncer foi devido ao uso de agrotóxico” (UAC).

A relação entre exposição a agrotóxicos e diversos tipos de câncer, vêm sendo estudada em todo o mundo, com evidências desta associação especialmente em relação aos compostos organoclorados e alguns herbicidas (REDE BRASILEIRA CONTRA OS AGROTÓXICO, 2012). Estudos como de Cockburn et al., (2011) encontraram evidência de associação entre câncer de próstata e exposição ao brometo de metila e aos organoclorados. E, Barry et al. (2011) observaram variação genética pelo uso de

agrotóxicos associada ao risco de câncer de próstata. Pignati e Machado (2011) verificaram que o aumento na utilização de agrotóxicos no Estado do Mato Grosso coincidiu com o aumento da mortalidade por neoplasia. Para Weichenthal, Moase e Chan (2010), apesar de algumas pesquisas indicarem associação entre câncer e uso de agrotóxicos, como câncer retal e de pulmão, suas estimativas por vezes são imprecisas devido a erros de classificação e de exposição.

Outro potencial problema para a saúde decorrente da utilização de agrotóxicos é o reaproveitamento do solo utilizado para plantação de fumo e de diversos cultivos no mesmo terreno. Segundo representante do CAPA, os agricultores semeiam hortaliças e frutas tanto nas bandejas das mudas de tabaco quanto nas lavouras junto às plantações.

Enfrentamento dos problemas de saúde

Nos casos de DFVT, decorrente da colheita do fumo molhado, alguns agricultores procuram os serviços de saúde para a recuperação:

O [nome do filho], é só trabalhar no fumo molhado. Treme, chega de noite, vômito, tontura, escurece as vista da gente, que coisa, é horrível. Há poucos dias foi pro pronto-socorro, eles colocam soro na gente, na veia pra.... (Família 16).

Os agricultores queixam-se de dificuldade de acesso ao atendimento no serviço de saúde municipal, especialmente em decorrência da forma de organização da demanda. Como são distribuídas fichas no Pronto Atendimento, quem vem da zona rural espera mais pelo atendimento; mesmo saindo cedo de casa pela manhã, costumam ser atendidos no turno da tarde, pois ao chegarem às fichas para o atendimento da manhã já terminaram. Outro local procurado para atendimento é o Pronto Socorro, vinculado ao hospital filantrópico do município. Neste, mesmo que haja atraso no atendimento devido às trocas de plantão, as pessoas dizem que o atendimento é mais ágil.

Foi mencionado pelos agricultores que procuram atendimento que alguns médicos reconhecem os sintomas apresentados por eles como consequência do trabalho com o fumo molhado e orientam evitar o contato com folhas molhadas ou até mesmo o cultivo do fumo. No entanto, os agricultores dizem desconhecer ações de vigilância em saúde do trabalhador; os atendimentos não geram nenhuma notificação ou acompanhamento pelos profissionais de saúde. O tratamento da DFVT é baseado na

administração de agentes com atividade anticolinérgica como anti-eméticos, anti-histamínico e medidas de suporte como hidratação e repouso (IVES, 1983).

Foi observada em relação às falas dos entrevistados do setor saúde certa ambiguidade em relação ao diagnóstico da DFVT; por vezes negam sua ocorrência e, em outras, a denunciam. A responsável pela vigilância em saúde do município recorda que ouviu falar deste agravo em um treinamento do Ministério da Saúde em 2008 na Serra Gaúcha. No entanto, afirma que não está comprovada que esta doença seja mesmo causada pela colheita do fumo. Exemplifico informando sobre a pesquisa realizada em Candelária, no RS, comprovou a existência da doença (BARTHOLOMAY et al, 2009). Ela então relembra que esta pesquisa seria realizada em seu município devido às características fundiárias, por concentrar pequenas propriedades rurais, mas o prefeito não se mostrou favorável a esta parceria com o Ministério da Saúde.

O diretor do hospital e plantonista do pronto socorro ao ser questionado sobre a DFVT diz que alguns agricultores chegam ao serviço de saúde com queixa típicas desta doença e reitera que não são muitas pessoas, mas sempre que as atende, preocupa-se com o uso de EPI:

Sempre que eles vêm a gente pergunta assim: “vem cá, tu tá usando máscara, tu tá usando luva, tu tá usando isso, tá usando aquilo?” – “Não, não, não uso.” – “Tá mas porque que tu não usa se o teu instrutor tá dizendo que tu tem que usar?” – “Ah porque é muito calor, é muito abafado, é muito isso, muito aquilo”. Essas são as queixas. Mais ou menos isso assim (Médico3).

Os elementos destacados pelos representantes da indústria ao falarem sobre problemas de saúde relacionados ao cultivo, referem-se ao não uso de EPI por parte dos trabalhadores. O instrutor1 destaca a resistência ao uso do equipamento de proteção devido ao calor: “é complicado, mas é uma maneira de se proteger, então a gente tem que conscientizar eles e eles tem que ter consciência disso também”. O instrutor2 relata que a vestimenta vem juntamente com o pedido de compra a cada safra: por hectare de fumo registrado o agricultor recebe calça e túnica de um tecido sintético e um par de luvas emborrachadas. Ele ainda alerta que este *kit* é apenas para a colheita do fumo úmido, devendo ser trocada quando o sol está forte.

No pronto atendimento municipal a médica diz que é raro atender casos característicos de DFVT, mas a seguir descreve o atendimento de um jovem de 14 anos de idade na semana anterior. Conta que normalmente este problema afeta jovens que começam a trabalhar no fumo devido à inexperiência ou falta de contato prévio com a

nicotina; dificilmente pessoas mais velhas têm estas queixas. Como os sintomas são inespecíficos, ela os trata conforme orientação do Centro de Informações Toxicológicas, após contato telefônico. Conclui que para afirmar que os casos atendidos são consequência do fumo precisaria de exames que não dispõe para comprovar tal evidência. Afirma que fazer esta afirmação sem o respaldo laboratorial seria leviano e tal atitude tem acarretado processos judiciais contra médicos.

Há casos em que os agricultores referem que para remediar os sintomas da DFVT preferem fazer repouso, hidratação com ingestão de chás, refrigerantes e leite a procurar o serviço de saúde:

Sinceramente, eu não levei [ao hospital] porque fiquei com medo porque é proibido sabe, menor trabaiá no fumo. Eu dava leite pra elas, tocava leite nelas, porque a gente se criou sempre naquela, qualquer coisa era o leite (Família 2).

A crença no efeito protetor do leite foi apontada por Fonseca et al. (2007). O leite para os agricultores teria propriedades para “cortar” os efeitos do agrotóxico, expurgando do corpo as substâncias tóxicas.

Há ainda a estratégia utilizada pelos trabalhadores de fumar durante a colheita do tabaco, a qual foi mencionada como uma forma de tolerar os sintomas da DFVT. Diversos estudos demonstram que fumar cigarro é uma estratégia usada pelos agricultores para maior tolerância à manifestação de sinais e sintomas relacionados com o cultivo do tabaco (TRAPÉ-CARDOSO et al., 2003, OLIVEIRA et al., 2010).

Ah é, bah! Vem toda, se a gente ta ruim mesmo a gente cai, as perna não se agüenta, e a tontura, dá um suador, um suador. A coisa mais séria... Às vezes dá fraco que a gente fica em casa, né? E quem fuma não atinge tanto, né? (Família 16).

Da mesma forma que os agricultores identificam que os sinais e sintomas da DFVT advêm da folha do tabaco molhada, eles também mencionam que deveriam evitar ir cedo da manhã à lavoura ou continuar o trabalho enquanto chove. Como a colheita ocorre no verão, se não forem de manhã cedo, o sol mais forte murchará as folhas do fumo, acarretando perda de qualidade, sem falar no desconforto de trabalhar ao sol forte do verão. No caso da colheita sob chuva, as folhas do fumo que estão prontas precisam ser processadas num breve espaço de tempo. Além disso, é necessário colher a quantidade suficiente para encher a estufa que levará sete dias para completar o processo de cura. Então mesmo sob chuva, por vezes é necessário continuar a colheita.

Outro aspecto observado é que os resíduos da colheita das folhas do tabaco têm um aspecto de “goma” que impregnam as mãos ou luvas e também a roupa de trabalho, dando um aspecto de sujidade. E os agricultores têm noção sobre a necessidade de se lavar para evitar o adoecimento.

Em relação às doenças respiratórias poucas são as estratégias de proteção ou recuperação da saúde. Um agricultor relatou o uso de máscara ao manusear o fumo seco e no caso citado da bronquite infantil, há acompanhamento de saúde em um hospital de referência na capital do Estado e uso regular de medicação. Para as quedas não foram mencionadas estratégias de prevenção e as pessoas não falam muito de sua ocorrência, como se houvesse naturalização dos episódios e por isto fossem considerados eventos esperados ou inevitáveis.

Quanto às intoxicações por agrotóxicos, os agricultores acreditam que observar a posição do vento e trabalhar nesta direção diminui a impregnação pelo odor do agrotóxico e, como consequência, sua absorção.

Eu quando vou botar a lata eu procuro o vento, se o vento tá daqui, tá soprando daqui, eu paro nesse lado pra espalhar por causa do cheiro. Se o vento tá de lado para aqui, eu não tomo o cheiro daquilo ali, eu me cuido daquilo ali, eu evito puxar o cheiro (Família 9).

Pesquisa junto a agricultores de flores ornamentais em Minas Gerais realizada por Fonseca et al. (2007) evidenciaram nos relatos a crença de que a maneira de posicionar o corpo com relação ao vento na pulverização, minimiza os riscos de intoxicação, da mesma maneira que “evitar puxar o cheiro”.

O agricultor que teve lesões de pele após aplicação de agrotóxicos na plantação de fumo entrou com dois processos num escritório de advocacia: um contra a indústria fumageira, pela negligência na assistência à sua saúde, especialmente por não terem tomado nenhuma medida na identificação do produto que lhe causou mal, e o outro processo solicitando a aposentadoria rural.

Em relação às ações em saúde, mais especificamente as notificações da DFVT ou outras doenças e acidentes, os entrevistados dos dois serviços (pronto atendimento municipal e pronto socorro) revelam que atestam para afastamento, mas não como acidente de trabalho: “trabalhadores de uma firma, cortou o pé, aí se preenche, ao contrário não” (Médica2).

Eles não têm porque são autônomos, então não se faz. O que a gente faz é dar, no caso, eu que trabalho aqui no plantão e, eles pedem é um atestado para entrar no INSS; eles fazem uns acidentes feios com motosserra, perde dedo da mão e mais perda de substância, aí a gente

dá um atestado para eles procurarem o INSS para se encostar. Mas tinha um outro formulário antigamente, mas não, há muito tempo que não tem, desapareceu (Médica2).

A representante do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador pondera que o ideal seria que todos os profissionais de saúde que atendem agravos ou acidentes de trabalho notificassem e encaminhassem tal ocorrência, mas reconhece que isto não acontece. Muitos profissionais da rede desconhecem o papel do Cerest, sua finalidade e que estão integrados ao SUS. Uma das dificuldades apontadas é a extensão de cobertura do Cerest que tem atuação regional: são 28 municípios com uma grande diversidade produtiva, passando pelo plantio de arroz, tabaco, pesca, extração e beneficiamento de madeira. Além disso, a frequente troca de gestores também se configura como fato que causa dificuldades de atuação. Para a entrevistada, nas visitas aos municípios o Cerest é apresentado, procurando estreitar as relações e chamar atenção para os problemas de saúde dos trabalhadores rurais, mas quando retornam em uma segunda visita percebem que mudou o gestor e as informações repassadas não tiveram “eco” na equipe de saúde.

Observou-se que os trabalhadores rurais do município pesquisado são desassistidos e as questões referentes à sua saúde são invisibilizadas. Não foram conhecidas ou referidas pelos entrevistados ações de vigilância em saúde no contexto produtivo do tabaco, uma das principais atividades geradoras de renda no município. Há um vazio nas ações de promoção, vigilância e assistência à saúde do trabalhador rural. A atenção primária nas localidades rurais centra seus atendimentos ocasionais a consulta médica individual de acordo com a demanda espontânea. A Estratégia da Saúde da Família é presente na periferia urbana do município com três unidades atendendo cerca de quatro mil pessoas. Tal estratégia ainda não atende a população rural.

Segundo Dias et al. (2011), é um desafio fazer cumprir a lei criada pela Portaria GM/MS n. 1.679 de 2002 que instituiu a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) e implementar ações de saúde do trabalhador no SUS. Dentre as principais dificuldades identificadas pelos autores está o despreparo dos profissionais para cuidar da saúde, considerando a inserção dos trabalhadores nos processos produtivos, devido à ausência da temática na graduação e, posteriormente, nos processos de educação permanente em saúde. Além disso, as ações intersetoriais quanto à fiscalização dos ambientes e das condições de trabalho e a promoção de novas

alternativas ao rompimento com atividades desencadeadoras de adoecimento ainda são entraves para uma atenção integral ao trabalhador.

Considerações finais

Histórias de vida e trabalho de agricultores do tabaco de comunidade rural no sul do Brasil evidenciaram a presença de sinais e sintomas associados à DFVT e também outros agravos como doenças respiratórias, acidentes e intoxicações por agrotóxicos, corroborando a literatura acerca dos problemas de saúde relacionados a este cultivo.

Outro problema identificado é o trabalho infantil. A predominância de famílias nucleares favorece este trabalho, já característico em pequenas propriedades rurais para manter o nível de produção exigido, apesar da proibição por parte da indústria fumageira. Há participação de menores de 18 anos no cultivo do tabaco quando não estão na escola, especialmente nas férias, época da colheita do fumo. Observou-se também a baixa escolaridade dos pais, o que certamente compromete o entendimento dos contratos firmados com a indústria fumageira e mesmo a leitura e compreensão da rotulagem e advertências ao uso de agrotóxicos.

Há o reconhecimento por parte das famílias do adoecimento como consequência, especialmente, da colheita do fumo molhado; das doenças respiratórias agravadas pela poeira das folhas secas; de acidentes por queda da estufa ou da carreta com carga de fumo e de lesões dermatológicas causadas por contato com agrotóxicos e da intoxicação associada a quadros depressivos.

No caso do setor saúde, percebe-se uma invisibilidade do adoecimento e de outros problemas como resultado da atividade produtiva vinculada ao tabaco. Apesar de no dia da entrevista com representantes do setor ter conversado com um senhor que acompanhado da esposa e do filho fazia soroterapia no pronto atendimento municipal que referia ter trabalhado com fumo molhado na noite anterior, não foi identificado nenhum registro no serviço de saúde da suspeita ou ocorrência da DFVT ou de qualquer outro acidente de trabalho envolvendo os agricultores da região. Conforme observado o Cerest não desempenha suas funções de capacitação dos profissionais de saúde para reconhecer e notificar tal doença ou outros acidentes de trabalho e nem realiza ações de vigilância em saúde do trabalhador. Assim, não foram identificadas quaisquer ações recomendadas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, especialmente no que refere o artigo 18 a respeito da proteção e orientação a saúde das pessoas envolvidas com o cultivo (OMS, 2004).

É preciso uma aproximação do Estado, através de agentes da agricultura e da saúde, dos agricultores e a participação da sociedade, representada por sindicatos, associações e outros movimentos sociais para discutir, apontar e desenvolver ações intersetoriais e incentivar alternativas ao cultivo do tabaco. Por se tratar de um grupo vulnerável, negligenciado historicamente pelas políticas públicas do trabalho, agricultura e da saúde, ou quando desenvolvidas, com forte inclinação assistencialista, há que se pensar em estratégias coletivas de intervenção que inclua os trabalhadores rurais e suas famílias em ações e práticas de proteção e promoção da saúde e no planejamento e implementação de formas viáveis de reprodução física e social.

Referências

ARCURY, T.A. et al. Clinic-based, case-control comparison of green tobacco sickness among minority farmworkers: clues for prevention. *South Med J*, v. 95, n. 9, p.1008-11, 2002.

_____ ; QUANDT, S.A. Health and social impacts of tobacco production. *J Agromedicine*, v.11, n. 3-4, p. 71-81, 2006.

_____ ; et al. Green tobacco sickness and skin integrity among migrant Latino farmworkers. *Am J Ind Med*, v. 51, n. 3, p. 195-203, 2008.

AFUBRA. **Fumicultura no Brasil** 2009. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BARRY, K. H. et al. Genetic Variation in Base Excision Repair Pathway Genes, Pesticide Exposure, and Prostate Cancer Risk. *Environmental Health Perspectives*, v. 119, n. 12, p. 1726-1732, 2011.

BARTHOLOMAY, P. et al. Investigação epidemiológica da doença da folha verde do tabaco - Região Sul do Brasil, dezembro de 2008. In: 9ª Expo Epi: amostra nacional de experiências bem-sucedidas em epidemiologia, prevenção e controle de doenças. **Anais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007. 192p.

COCKBURN, M. et al. Prostate Cancer and Ambient Pesticide Exposure in Agriculturally Intensive Areas in Califórnia. *American Journal of Epidemiology*, v. 173, n. 11, p. 1280–1288, 2011.

DESER. *A cadeia produtiva do fumo*. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: 17 out. 2009.

- DIAS, E. C et al. Desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador no SUS: a estratégias da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador (Renast). In: MINAYO-GOMES, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 107-122p.
- ECKHOLM, E. **Cutting tobacco's toll**. British-American Tobacco Company 20, 1978. 46p.
- FONSECA, M.G.U. et.al. Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 12, n, 2, p. 39-50, 2007.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001. 248p.
- _____. **A Interpretação das culturas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LTC; 2008. 324p.
- GERHARDT, T. E. **Anthropologie et santé publique: approche interdisciplinaire, pauvreté, situations de vie et santé au quotidien à Paranaguá, Paraná, Brésil**. 2000. (Docteur en Ethnologie, option Anthropologie sociale et culturelle). Université de Bordeaux 2. Bordeaux, 2000.
- IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- IVES, T.J. Use of dimenhydrinate in the treatment of green tobacco sickness. **Drug Intelligence and Clinical Pharmacy**, v. 17, n. 7-8, p. 548-49, 1983.
- LOKER, W.M. The rise and fall of flue-cured tobacco in the Copán Valley and its environmental and social consequences. **Human Ecology**, v. 33, n. 3, p. 299-327, 2005.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 10ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2007.
- OLIVEIRA, P.P.V. et al. First reported outbreak of Green tobacco sickness in Brazil. **Cad Saúde Pública**, v. 26, n. 12, p. 2263-69, 2010.
- PARANÁ. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Agrotóxicos no Paraná**, 2012. Disponível em: <<http://celepar07web.pr.gov.br/agrotoxicos/bulas.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- PARIKH, J.et al. Acute and chronic health effects due to green tobacco exposure. **Am J Ind Med** 2005; 47:494-9.
- PERES, F.et al. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. **Ciênc. Saúde Coletiva** v.10, n. suppl. 0, p. 27-37, 2005.
- PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H. O Agronegócio e seus Impactos na Saúde dos Trabalhadores e da População do Estado do Mato Grosso. In: MINAYO-GOMES, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 245-272p.

PUGH, K.J.; PIENKOWSKI, D.; GORCZYCA, J.T. Musculoskeletal trauma in tobacco farming. **Orthopedics**, v. 23, n, 2, p. 141-43, 2000.

REDE BRASILEIRA CONTRA OS AGROTÓXICO. **Nota técnica**: agrotóxicos e câncer. Disponível em: <http://www.abagroecologia.org.br/RBCA/index.php?option=com_content&view=article&id=47:agrocancer&catid=31:saude&Itemid=46>. Acesso em: 20 maio 2012.

RQUINHO, D.L.; HENNINGTON, E.A. Health, environment and working conditions in tobacco cultivation: a review of the literature. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p.1587-1600, 2012.

SATORA, L. et al. Diplopia in Green Tobacco Sickness. **J Agromedicine**, v. 14, n. 1, p. 66-9, 2009.

STRUTTMANN, T.W.; REED, D.K. Injuries to tobacco farmers in Kentucky. **South Med J**, v. 95, n. 8, p. 850-56,2002.

TRAPÉ-CARDOSO, M et al. Shade tobacco and green tobacco sickness in Connecticut. **J Occup Environ Med**, v. 45, n. 6, p. 656-61, 2003.

WEICHENTHAL, S; MOASE, C; CHAN, P. A review of pesticide exposure and cancer incidence in the agricultural health study cohort. **Environ Health Perspectiv**, v. 118, n. 8, o. 1117-1125, 210.

WEIZENECKER, R.; DEAL, W.B. Tobacco cropper's sickness. **J Fla Med Assoc**, v. 57, n. 12, p. 13-4, 1970.

ARTIGO 4

7.4 Vida e produção agrícola: Histórias de agricultores que não aderiram ao sistema integrado do tabaco

Deise Lisboa RIQUELHO⁹

Élida Azevedo HENNINGTON¹⁰

Resumo

Este estudo tem o objetivo de compreender as concepções dos agricultores que resistiram ou desistiram do cultivo do tabaco e ainda de representantes do Estado, da sociedade civil e da própria indústria em uma localidade rural do sul do Brasil. Foi desenvolvido estudo do tipo etnográfico com realização de 50 entrevistas semi-estruturadas com famílias de agricultores e informantes chave, e ainda observação participante das famílias. Observou-se neste grupo famílias um pouco mais extensas, a presença de maior número de integrantes com aposentadoria rural e propriedades de menor tamanho. Para as que desistiram do cultivo, o principal motivo apontado foi o endividamento. Os representantes do Estado e da sociedade civil destacam a degradação do solo e ganhos monetários ilusórios. Os representantes da indústria se apoiam na dificuldade de comercialização e baixo preço dos produtos alimentares para estimular a adesão ao sistema integrado. Conclui-se que, ao lado de políticas públicas abrangentes de fomento à produção rural de cunho familiar, o estímulo ao associativismo e o planejamento de cultivo rotativo que garanta renda o ano inteiro são estratégias importantes a serem adotadas localmente e que poderão refletir em melhores condições de vida e trabalho da população rural.

Saúde da População Rural; Tabaco; Saúde Pública; Agricultura Sustentável; Pesquisa Qualitativa

Introdução

A migração do cultivo do fumo dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, como o Brasil e alguns países africanos como o Malawi, é um

⁹ Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante estágio de doutoramento. E-mail: deise.riquinho@gmail.com

¹⁰ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Email: elida.hennington@ipecc.fiocruz.br

fenômeno favorecido por um conjunto de ações dos governos daqueles países como a diminuição do subsídio ao plantio, o aumento das ações de controle do tabagismo e o consequente aumento nos custos de produção e declínio na lucratividade (KINGSOLVER, 2007). As mais significativas quedas na produção ocorreram nos Estados Unidos da América, cuja participação na produção mundial de tabaco caiu de 20% para 8%, entre 1970 e 2000, e na União Européia, cuja participação foi de 14% para 7%. Processo semelhante aconteceu no Japão cuja produção também caiu pela metade no mesmo período (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2003).

A migração da produção do tabaco para os países em desenvolvimento no contexto do capitalismo mundial, operacionalizado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo é uma estratégia da indústria tendo em vista a manutenção e fortalecimento de seu oligopólio que busca se favorecer de políticas econômicas, ambientais e trabalhistas frágeis (ARCURY; QUANDT, 2006; OTANÁEZ; MAMUDU; GLANTZ, 2009). Segundo tais autores, os agricultores que cultivam tabaco nesses países geralmente são pobres, têm acesso limitado à informação das consequências do cultivo para a sua saúde e de suas famílias, bem como das alternativas de produção economicamente viáveis. Assim, a produção do tabaco amplia as iniquidades sociais e econômicas existentes.

A iniquidade representa o fracasso em evitar ou superar as desigualdades sociais e em saúde, as quais infringem as normas de direitos humanos e são injustas. A iniquidade pode ser compreendida como uma categoria moral profundamente inserida na realidade política e na negociação das relações sociais de poder (CDSS, 2005). As iniquidades em saúde, entre grupos e indivíduos, representam aquelas desigualdades que, além de sistemáticas e relevantes, são também evitáveis, injustas e desnecessárias (WHITEHEAD, 2000).

O Brasil é o terceiro país produtor de tabaco, em primeiro lugar está a China. Em relação à exportação de tabaco em folhas, o Brasil ocupa o primeiro lugar e o estado do Rio Grande do Sul (RS) é o maior produtor brasileiro de tabaco (DESER, 2005). Ao observar que as regiões fumicultoras do RS apresentavam indicadores de desenvolvimento social abaixo da média estadual, Conterato (2010) construiu, baseado em estudos anteriores, um indicador sintético de desenvolvimento o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para cada uma das 35 microrregiões do Estado. Foram 36 indicadores distribuídos entre cinco dimensões: oito na dimensão social, seis na

demográfica, cinco na político-institucional, doze na econômica e cinco na ambiental. Os resultados apontaram que regiões de IDR Extremamente Baixo, Baixo e Médio corresponderam a 86% da área plantada com tabaco no Rio Grande do Sul.

Otanãez, Mamudu e Glantz, (2009) analisaram a indústria do tabaco por meio de documentos e dados etnográficos para entender os argumentos utilizados para enfraquecer ou ainda retardar os esforços globais de controle do tabaco no Malawi e influenciar as negociações da Convenção-Quadro. Os autores evidenciaram produção e divulgação de relatórios alegando perda de postos de trabalho e de rendimentos que seriam resultantes da aprovação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

No Brasil, igualmente, observam-se tentativas de mascarar os interesses públicos e privados por parte da indústria junto aos agricultores, por vezes procurando confundir os papéis e apresentando o Estado como cerceador do direito de escolhas e do desenvolvimento, e os interesses privados, da indústria, comprometidos com o bem comum e a sustentabilidade.

Levando-se em conta certa condição de vulnerabilidade da população rural, a fumicultura mais parece uma condição imposta do que uma escolha deliberada. Ao considerar a noção de desenvolvimento de Amartya Sen (2001) a qual consiste na eliminação da privação da liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas para exercerem sua condição de agente, interroga-se: qual o grau de liberdade que as famílias de agricultores têm para fazerem escolhas? E, quem são, afinal, os agricultores que não cultivam tabaco em região produtora de fumo?

Este estudo tem por objetivo compreender as concepções dos agricultores que resistiram ou desistiram do cultivo do tabaco, sobre a não-adesão e/ou a substituição do cultivo, e ainda de representantes do Estado, da sociedade civil e da própria indústria, em uma localidade rural em região produtora do sul do Brasil.

Percurso metodológico

Foi desenvolvido estudo qualitativo do tipo etnográfico em uma localidade rural produtora de tabaco no interior do RS. Segundo Geertz (2008) a descrição etnográfica é interpretativa e o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, fixando o “dito” em formas pesquisáveis numa descrição microscópica. Apesar de microscópica, esta descrição não deve perder contato com as realidades estratificadoras políticas, econômicas e de poder (GEERTZ, 2008; VELHO, 1978). Para conhecê-las é preciso

“mergulhar” na estrutura compreensiva e significativa da ação social, na qual a visão de mundo dos diferentes atores e as regras dessas interações não podem ser antecipadas.

O nome da localidade de estudo será mantido em sigilo por expor práticas de trabalho por vezes em desacordo com as normas impostas pelas indústrias fumageiras que lá atuam, tais como o não uso de equipamento de proteção individual (EPI) e a presença de trabalho infantil, o que poderia gerar retaliações e prejuízos para a comunidade em questão.

Os sujeitos de pesquisa foram 23 famílias produtoras de fumo, todas ligadas direta ou indiretamente à indústria do tabaco e 16 que não o produziam. Buscou-se contemplar a heterogeneidade social do local: diferentes arranjos familiares e famílias que tinham entre seus membros crianças em idade escolar, diferentes etnias e credos. Para melhor compreender as percepções e ações relativas às transformações nos modos de vida da localidade rural na localidade outros atores fizeram parte do estudo: representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria do tabaco (Quadro 1), totalizando 50 entrevistas. A amostra estudada foi intencional e os entrevistados foram indicados por informantes-chave da comunidade.

Entre as famílias entrevistadas que produziam tabaco o principal arranjo foi nuclear, formado pelo casal e filhos seguido por apenas a presença do casal. A maioria se identificava como “brasileiro” e a seguir como “pomerano”. A religião mais referida foi católica ou luterana. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 28 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. A média de integrantes das famílias foi de 3,4 pessoas. A estrutura fundiária era de 3 a 20 hectares e uma família com 50 hectares, a média ficou em 14 hectares de terra. A maioria dos pais possuía o ensino fundamental incompleto e os filhos em idade escolar freqüentavam a escola, exigência da indústria do tabaco. O tempo de trabalho no cultivo do fumo variou entre 2 a 17 anos, com uma média de 7,7 anos, havendo dois casos de mais de 30 anos de cultivo.

Naquelas que não produziam tabaco, o principal arranjo familiar foi também nuclear. Quase a totalidade se identificava como “brasileiro”, apenas uma como “pomerano”. Para a religião referida houve certo equilíbrio entre ser católico e protestante. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 30 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. Metade das famílias tinha entre seus membros pessoas aposentadas. A média de integrantes das famílias foi de 3,7 pessoas. A estrutura fundiária era de 0,5 a 12 hectares e duas famílias com 23 e 50 hectares respectivamente; a média ficou em 8 hectares de terra. A maioria dos pais possuía o ensino fundamental

incompleto e os filhos em idade escolar freqüentavam a escola. Em suma, as famílias apresentavam características muito semelhantes com diferença em relação ao tamanho das propriedades, menores dentre as que não produziam tabaco, que também possuíam um número de integrantes um pouco maior, assim como, presença maior de agricultores aposentados.

Durante as entrevistas com os agricultores as famílias estavam reunidas, sendo possível o diálogo com todos os integrantes, mesmo os filhos menores de 18 anos. Já com os representantes do Estado, sociedade civil e indústria, as entrevistas foram agendadas e realizadas individualmente em seus locais de trabalho, exceto no Sindicato dos Trabalhadores Rurais onde a entrevista se deu com os dois representantes concomitantemente.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.

Representantes do Estado – Setor Saúde			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Secretaria Municipal da Saúde	Médico	Trabalha há 16 anos no município atendendo nas localidades rurais, quinzenalmente.	50
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS)	Técnico agrícola	Extensionista Rural1	39
Emater/RS	Agrônomo	Extensionista Rural2	53
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Agrônomo	Pesquisas para a agricultura familiar	52
Representantes da Sociedade			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	Agricultor	Participa do programa do crédito fundiário	49
STR	Agricultor	Participa do programa do crédito fundiário	59
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)	Técnico em enfermagem	Desenvolve ações de educação e saúde junto aos agricultores	46
União das Associações Comunitárias (UAC)	Técnico agrícola	Estimula a produção agroecológica e o	31

		cooperativismo	
Representantes da indústria			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Indústria 1	Técnico em contabilidade	Instrutor da indústria1. Responsável pela captação dos agricultores no início do plantio e acompanhamento da atividade, como pedidos de insumos e a comercialização.	31
Indústria 2	Técnico agrícola	Instrutor da indústria2. Idem ao primeiro.	30
Indústria 3	Técnico agrícola	Instrutor da indústria3. Idem ao primeiro.	50

Fonte: Riquinho & Hennington, 2012

A produção dos dados ocorreu em duas etapas: entrevistas semi-estruturadas e observação participante com cinco das 23 famílias produtoras de fumo da localidade durante 90 dias de trabalho de campo, de dezembro a agosto de 2011. A escolha desse período se justificou por oportunizar o acompanhamento de um ciclo de trabalho no cultivo do tabaco, do plantio à classificação do fumo.

O tratamento do material produzido a partir das entrevistas e da observação ocorreu por meio de categorização temática (MINAYO, 2007). A fase de análise teve início a partir da produção dos dados. O estar com os participantes da pesquisa, observar seus modos de vida, bem como a relação com eles estabelecida repercutiram no material analisado. Segundo Geertz (2001) a análise na pesquisa qualitativa é uma modalidade de experiência moral, à medida que emerge de um contato direto com os detalhes do cotidiano, afetando a sensibilidade de quem a realiza. Considera-se que as concepções, assim com as visões de mundo vinculam-se à subjetividade, referindo-se a construções sociais para explicar fenômenos e processos a partir das experiências vividas (GEERTZ, 2008; MINAYO, 2007). Na fase de organização e análise dos dados o software NVivo 7.0 auxiliou na codificação e tratamento do material.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, protocolo nº 219/10.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados a partir de três categorias: “Histórias de vida e da produção agrícola: onde um começa e o outro finda?”; “O cultivo do fumo e as mudanças na paisagem e nos hábitos de vida” e “Aderir ou não? Aspectos econômicos e sociais do cultivo do tabaco e as transformações do viver rural”. Procurou-se reconstituir o histórico de vida e trabalho dos agricultores da localidade buscando-se compreender os aspectos que levaram essa comunidade ao cultivo do fumo e ainda os motivos de resistência ou desistência deste.

Histórias de vida e da produção agrícola: onde um começa e o outro finda?

O município pesquisado caracteriza-se por uma situação agrária de minifúndio e da maioria da população (63%) vivendo em área rural (IBGE, 2012). Segundo o representante da UAC aproximadamente 85% das propriedades do município atualmente mantêm plantação de tabaco. Na localidade pesquisada a concentração fundiária é de 0.5 a 50 hectares. A estrutura produtiva é típica de agricultura familiar e com predomínio do uso da força de tração animal. Historicamente, o policultivo de feijão, milho, amendoim, ervilha e soja destinava-se à subsistência e comercialização de excedentes.

O início do cultivo voltado à comercialização atrelada à indústria ocorreu com o plantio de pêsego na década de 1970. Com o passar do tempo este produto não se mostrou mais rentável; o preço pago pela indústria, segundo os agricultores, não cobria o investimento na lavoura. Este período é marcado pelo calote da indústria e parcelamento de dívidas. A partir de 1990 iniciou-se o plantio do tabaco na localidade. Para além das questões econômicas, havia ainda um clima de confiança em relação à indústria fumageira, pois esta gozava de certo prestígio junto à comunidade por diversas ações sociais realizadas na escola local como o Clube da Árvore e também pelo apoio institucional a eventos e campanhas promovidos pelo poder público municipal.

Os agricultores entrevistados lembraram que anteriormente a 1970, há cerca de 60 anos atrás, era preciso o corte de árvores do mato nativo em beira de córrego para troca por mercadorias em algum comércio local. As árvores cortadas eram transformadas em “acha”, lenha e, em aproximadamente uma semana precisavam, nos intervalos do trabalho da lavoura, ir novamente à busca de árvores para o corte, e assim

reabastecer a casa de alimentos. O trabalho na lavoura não era suficiente para suprir as necessidades da família.

Para comercializar o excedente da produção e a “acha” na cidade, as famílias de agricultores utilizavam o carro de boi, chegando a vender seus produtos em municípios mais distantes. A plantação de soja destinava-se à comercialização e também era negociada para quitar dívidas no comércio local e compra de outros alimentos que não eram por eles produzidos como arroz, café e sal. Este plantio aos poucos foi deixando de ser uma atividade produtiva na localidade pesquisada. Para um dos entrevistados o principal motivo foi que “o pequeno agricultor plantava a soja e colhia manualmente; já o grande mantém o cultivo com maquinário, plantando grandes extensões e tendo mais poder para negociar com os mercados” (1ª família).

Outra atividade por eles lembrada era o trabalho temporário em lavouras para cortar arroz manualmente. Famílias inteiras mudavam-se por um período de um a três meses. Quem ficava na localidade era responsável, mediante algum pagamento, por cuidar dos animais de quem havia ido para as lavouras de arroz. Ficavam na localidade pessoas com algum problema de saúde e algumas mulheres. As crianças, especialmente os filhos, acompanhavam os pais neste trabalho e, segundo eles, chegavam a faltar uns dois meses de aula, “naquela época faltava ao colégio pra trabalhar” (15ª família). As crianças tinham dez, doze anos e trabalhavam juntos com os pais e não recebiam pagamento pelo seu trabalho.

O dinheiro recebido pelos trabalhadores por vezes tinha destino certo, como contou um dos entrevistados: “o dinheiro do corte do arroz foi pra pagar o hospital, naquele tempo era tudo particular porque a mãe teve doente e ficamos devendo lá” (15ª família). Durante o trabalho, as famílias ficavam alojadas em galpões de “torrão e palha de santa fé, era um galpão comprido e estreito” (15ª família), pouco salubre e sujeito a alagações, como contou os entrevistados ao lembrarem tal período.

Na época de colheita abriam vagas extras para o seu beneficiamento; ônibus buscava os trabalhadores e todos recebiam por suas atividades. O trabalho infantil também era utilizado temporariamente pelas empresas que processavam pêssegos. Uma das entrevistadas ao lembrar esta época recorda o conselho recebido de seu pai: “filha, tu sabendo trabalhar e respeitar, tu estás com tudo” (5ª família). Tais palavras apontam para o valor e a centralidade do trabalho na vida social do trabalhador rural aliado a uma postura de subserviência.

Nos relatos o trabalho aparece também muitas vezes associado ao adoecimento. Para alguns dos agricultores entrevistados o início precoce no trabalho, no corte da soja, colhendo cebola ou pêssego influenciou nos adoecimentos da vida adulta: “a gente se criou sempre debaixo do serviço forçado, então por isso hoje a gente não tem mais saúde” (15ª família).

Os principais problemas de saúde referidos pelos entrevistados foram os osteomusculares caracterizados por dor ou “problema na coluna” e ainda em membros superiores e inferiores, sendo relatado tanto por jovens quanto por pessoas com mais idade. Segundo eles, a postura no trabalho contribui para estes problemas: “eu trabalhava muito agachado” (família 6ª). Mas apesar da dor, os entrevistados mantêm suas atividades. Os de mais idade diminuíram o ritmo de trabalho, especialmente quando aposentados: “os meus braços e ombros tão estragados, então a gente tem que fazer as coisinhas mais leves porque o corpo não dá mais (15ª família).

De acordo com Corbin (2003), na experiência de adoecer, especialmente em episódios graves ou incapacitantes, há uma divisão entre corpo e mente das pessoas, uma diferenciação do self e do corpo: enquanto um formula, deseja e lembra, o outro não mais executa. A doença intromete-se na vida, perturbando o tempo biográfico, com o corpo do presente e do futuro sendo comparado ao corpo do passado, muitas vezes resultando em um profundo sentimento de perda e mudança de identidade (CORBIN, 2003).

O cultivo do fumo e as mudanças na paisagem e nos hábitos de vida

Os agricultores que não plantavam fumo reconhecem que o plantio aumentou nos últimos cinco anos. A paisagem da localidade se modificou. Ao olharem as “coxilhas”, avistam as lavouras de fumo verde substituindo as plantações de feijão, milho ou batata. Segundo eles, a aquisição e consumo destes produtos básicos pelas famílias que plantam fumo ocorre pela compra em supermercados da cidade. Os alimentos que antes eram produzidos localmente como “uma horta, tá tudo terminado, só juntam o dinheiro do fumo, e aí vão ao supermercado buscar” (4ª família). Para esta família não é compreensível como algo que não tem valor como o fumo tenha mais valor monetário que o alimento? “A folha de fumo ninguém come e já um pêssego um

cacho de uva, enfim o que tem valor, eles deixam cair lá em baixo. Vai terminar o alimento porque sem fumo todo mundo vive, mas alimento não” (4ª família).

Uma das mudanças evidenciadas na localidade estudada e testemunhada por outros atores como o representante da Embrapa é em relação ao cultivo para subsistência. No meio rural agora têm caminhões vendendo verdura, leite e até pão. Para este informante, o êxito do pequeno agricultor vem da agricultura familiar, pelo seu cultivo diversificado, alternando a plantação e assim tendo alimento e renda durante o ano inteiro. Um dos diferenciais entre o cultivo do pêssego e do fumo é que o primeiro permitia que os agricultores cultivassem outros produtos, pois a rotina de trabalho não era tão intensa como com o tabaco, salientou o entrevistado da família 15.

Na visão do médico entrevistado as mudanças na localidade, caracterizada anteriormente pelo cultivo para subsistência, venda de excedente e plantação do pêssego para o plantio do fumo, refletem as transformações sociais e a busca do ser humano pela melhoria das condições de vida. “Trata-se de uma questão de geração e das mudanças dos tempos, das realidades e da percepção da realidade pelos agricultores, aliado ao apelo da indústria do fumo que os convence dos benefícios e lucratividade desse plantio” (Médico).

Poucos agricultores se mantiveram no cultivo do pêssego: dos entrevistados, foram sete famílias e destas, duas fazem parte de uma associação fundada há 25 anos em uma localidade vizinha que trabalha na comercialização e beneficiamento de pêssego. Outro agricultor negocia direto com a indústria por produzir um volume maior de frutas e os demais agricultores comercializam em feiras na cidade ou ainda com a indústria. Para a 14ª família, o preço pago pela associação valorizou o pêssego – o valor superou o da indústria. No entanto, ressaltou as dificuldades em manter processos associativos na localidade: “aqui nada dá certo, as pessoas falam muito uma das outras, são muito desconfiadas”.

Apesar das dificuldades de união dos trabalhadores algumas iniciativas são mantidas, como referiu um dos agricultores entrevistados, que além de participar da associação citada anteriormente, também destina sua produção a feiras ecológicas. Há quase 20 anos um grupo de agricultores com orientação de técnicos agrícolas mantidos pela igreja católica e luterana iniciaram este processo de agroecologia com perspectiva de um mercado direto ao consumidor, sem intermediários.

Para os agricultores que trabalham de forma isolada ou que ainda não estabeleceram um canal direto com o consumidor, a lei do mercado de oferta e

demanda precisa ser equacionada, como contou uma das agricultoras: temendo a queda de geada, colheram espigas de milho verde e foram vender na cidade em um supermercado juntamente com amendoim e batata doce. Em duas semanas ganharam o equivalente a um salário mínimo (1ª família). Estes ganhos são esporádicos, mas revelam o potencial e os desafios na produção e comercialização para os pequenos produtores.

O representante da Embrapa argumenta que o sistema integrado ainda é um grande trunfo da indústria, “o agricultor recebe em casa a semente, recebe o adubo, um técnico na propriedade e nem precisa sair de casa pra vender o fumo. Comercializar é mais difícil, e o agricultor não tem essa aptidão, ele gosta de produzir” (Embrapa). Para o entrevistado da UAC, é um desafio trabalhar com cultivos alternativos ao fumo, pois o mesmo movimentava grande montante de recursos financeiros na pequena propriedade e, além disso, estimula processo de trabalho individualizado, familiar, restringindo os encontros e discussões coletivas.

Pode-se observar que a produção diversificada é pouco realizada e quando realizada é com produtos de pouco valor monetário como milho, batata ou feijão. No entanto, são alimentos imprescindíveis para as famílias que vivem no rural, pois alimentam porcos, galinhas e outros animais; além de servir a mesa como grão ou farinhas. Para comercializar, os ganhos são pequenos, algumas vezes, nem pagam o investimento e horas trabalhadas na lavoura. O Instrutor 1 exemplificou que um dos agricultores do tabaco que orienta colheu sete sacos de feijão e não conseguiu comercializar nem na vizinhança. O milho colhido foi suficiente para o consumo próprio, mas o feijão ele colheu demais e não iriam consumir sete sacos nem vender.

Cândido (2001) em seu estudo sobre os caipiras do Rio Bonito, SP, observou que o cultivo alimentar fornecia apoio à sociabilidade, servindo para manter e fortalecer relações sociais com a família e vizinhança. O trabalho na agricultura poderia fomentar a sociabilidade nesta comunidade; Haveria espaço para discutir a respeito dos problemas comuns e ocorrências e a seguir planejar uma distribuição de plantio e colheita e buscar apoio para a comercialização dos produtos. Com a dedicação ao cultivo do tabaco, hoje há poucos espaços de conagração e encontros sociais na comunidade.

Tendo em vista as dificuldades do trabalho coletivo em suas propriedades, algumas famílias de agricultores se envolvem no cultivo do tabaco, trabalhando como diaristas nas diversas etapas do cultivo, mas principalmente na colheita, que demanda

maior concentração e exigência de força de trabalho. Uma agricultora conta como é sua rotina de trabalho e compara a colheita do tabaco com a do pêssego: “a gente pega às oito da manhã e solta às nove da noite, a diferença é, o fumo é assim, um serviço leviano, ele não é pesado, é cansativo, mas não é pesado, já numa chácara de pêssego às vezes a distância é longe para carregar os balaios e o pessegueiro alto” (10ª família). Esta fala de certo modo contradiz outras que referem a necessidade de um esforço e tempo muito maiores ao cultivo do tabaco nas suas várias etapas e do desgaste decorrente disto.

Outra forma de trabalho é no corte de lenha “metro”, como os agricultores denominam lenha de eucalipto. Em época de cura do tabaco, o uso de lenha é muito requisitado e os cortadores ganham uma percentagem do que é comercializado. Em frente às estufas ficam muitos cortes de eucalipto. Uma das agricultoras que não planta mais tabaco reconhece que essa prática é uma maneira de demonstrar à fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a procedência da lenha, mas ainda se utiliza mato nativo. Os custos do metro para cura do tabaco são responsáveis por boa parte dos custos do cultivo e processamento (LECOURS et al. 2012).

As famílias que não estão envolvidas com a produção de tabaco salientam que o plantio do fumo causa desgaste à saúde e que o dinheiro adquirido não compensa a perda da saúde. Explicam que os agricultores que trabalham com o tabaco conhecem as determinações das empresas fumageiras quanto ao uso de roupas para cada etapa do trabalho, mas tal exigência não é cumprida, assim como a não utilização do trabalho infantil e participação de pessoas acima de 60 anos de idade. Usar todo o equipamento de segurança na aplicação de agrotóxico ou na colheita é dificultado pelas altas temperaturas do verão aliado ao entendimento de que tais vestimentas atrapalham mais que ajudam no trabalho.

O trabalho infantil como se pode observar pelo histórico do local é algo naturalizado. Atualmente, com as políticas redistributivas do governo federal às famílias de baixa renda destinadas às famílias com crianças que frequentam a escola e a divulgação nas mídias dos prejuízos do trabalho infantil, as famílias têm mantido seus filhos na escola, porém no turno inverso e em férias escolares elas ainda trabalham. Em relação aos idosos, suas relações sociais foram forjadas a partir do trabalho, sendo este um elo como “o mundo vivido”. Apesar das limitações físicas, o trabalho faz parte de

sua rotina; apenas com a aposentadoria e sérias limitações físicas eles podem diminuir ou ainda não mais trabalhar na lavoura.

A Família 1 argumenta: “só quem entra numa estufa quando estão carregando e descarregando [fumo seco] é que sente o que está aí. Eu trabalhei algum tempo, faz uns cinco anos. Aquela poeira, quando tá carregando, aquele cheiro, só agüenta quem tá lá trabalhando mesmo.” Observam ainda que até a qualidade do ar está diferente, especialmente nos meses de cura do tabaco de dezembro a março; a fumaça impregna o ar e nas casas próximas as pessoas queixam-se de “ardência no nariz” (01^a, 04^a e 05^a família).

Duas famílias entrevistadas afirmaram que o principal motivo de não plantar fumo vem da sua orientação religiosa. Para a igreja o fumo é uma “droga” e não deve ser cultivado nem estimulado seu uso. As famílias reconhecem a necessidade do envolvimento de todos os membros familiares para o cultivo do tabaco o que em algumas fica prejudicado por problemas de saúde existentes. Outras três famílias entrevistadas alegaram que o investimento para o plantio de fumo é alto e se faz “muita dívida”.

Aderir ou não aderir? Aspectos econômicos e sociais do cultivo do tabaco e as transformações do viver rural

Uma das famílias que ao cultivar tabaco não obteve lucros, mas endividamento, assinalou que apesar dos conselhos de amigos que alertavam para as dificuldades do plantio, eles resolveram arriscar. As dívidas com a indústria se estenderam ao armazém onde compravam alimentos e também acabaram sem crédito. Atualmente reconhecem que pelo trabalho que o cultivo de fumo exige, ele não dá retorno financeiro. Para eles, desde que o agricultor inicia o cultivo, quando semeia, é preciso ficar sempre monitorando seu crescimento ou surgimento de pragas. Descansar e passear com a família deve ser preterido; o plantio do fumo passa a ser o centro da vida social. E pode ocorrer que mesmo tendo feito tudo correto, colhendo um bom fumo, no processo de cura algum equívoco acontece, “prende umidade na estufa”, muito calor rapidamente ou pouco calor e perde-se a qualidade do fumo e, conseqüentemente, cai o preço pago pela indústria.

Um dos extensionistas da Emater complementa que em certas propriedades não se tem a produção esperada porque o solo está muito degradado: “os agricultores

sofrem, passam muito trabalho plantando uma área grande e não tem a produção esperada, eles têm que pagar muitas vezes, para terceiro, para pode cumprir aquela etapa toda e no fim não tem o resultado esperado na produção” (Extensionista Rural 1). O tabaco caracteriza-se como uma planta que empobrece rapidamente o solo, utiliza mais nitrogênio, fósforo e potássio do que outros tipos de cultivo. Esta depleção em países tropicais é maior, pois o teor de nutrientes no solo é menor, por isto o cultivo do tabaco requer uso intenso de fertilizantes (CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS, 2001).

Outra família contou que plantaram fumo por quatro anos, como não obtinham lucro pararam. Relataram que há uma ilusão em relação aos valores obtidos no plantio do fumo: os valores que são declarados se referem ao bruto. Por exemplo, numa safra foram declarados no talão do modelo 15 quarenta mil reais, mas de lucro não obtiveram dez mil. O talão do modelo 15 tem o propósito de documentar a produção comercializada para geração de receita, impostos e comprovante da atividade de agricultor. Em consequência da renda bruta, no período em que plantaram, o pagamento da bolsa-escola e do bolsa-família foi suspenso. Encerraram o plantio de fumo com dívida; com o trabalho de diarista e venda de animais quitaram a mesma.

Para os informantes-chave do setor da agricultura, Emater e Embrapa, o envolvimento da força de trabalho familiar muitas vezes é desconsiderado: “os agricultores não consideram é que toda aquela renda do fumo eles têm que dividir por três, quatro pessoas, eles não fazem a conta do tempo que eles trabalham no fumo” (Extensionista Rural1). Enfatizam ainda a questão de que o fumo demanda trabalho o ano inteiro. Quando termina uma safra, já começam a fazer as mudas, as aplicações de agrotóxicos nas diferentes etapas do plantio. Após a colheita vem a secagem e a seguir a classificação para finalmente comercializar. Esse processo mantém as famílias ininterruptamente ocupadas durante os 12 meses, e às vezes as etapas do cultivo se sobrepõem como ao fazer o semeio da safra seguinte e a classificação das folhas da anterior, fazendo-se muitas vezes necessária a contratação de força de trabalho externa ao meio familiar.

Uma terceira família que desistiu de plantar fumo contou que durante os três anos que cultivaram tabaco obtiveram um pequeno lucro. O primeiro ano foi quando menos plantaram e quando melhores lucros atingiram. Na medida em que aumentou o número de pés de fumo, diminuiu o lucro. Diferentemente, seu filho desde o primeiro ano não conseguiu ter lucro na plantação. Ele relatou ainda sua insatisfação em relação

às orientações recebidas para os cuidados na plantação, a capina manual, por exemplo, não é recomendada, apenas a química.

O uso de agrotóxicos, assim como todo pacote tecnológico recomendado pela indústria do tabaco, interfere no saber do agricultor; algumas famílias, a exemplo da 15ª família, confirmaram utilizar outros produtos ou ainda adotarem condutas divergentes das que foram orientados.

Ao recordar as condições de vida na localidade, um dos entrevistados, antigo morador, que viveu diferentes ciclos de plantação, como o da ervilha, da soja, do pêssigo e, mais recentemente, do fumo, observou que o poder de compra com crédito facilitado alterou os modos de vida dos agricultores. Praticamente todas as famílias têm moto. Além disso, os benefícios que o “governo tem dispensado ao povo ajudou muito” (11ª família). Para ele, a aposentadoria tem garantido um aporte financeiro ao meio rural e evitado a fome. Os produtos cultivados como feijão, cebola e milho não têm valor comercial suficiente para garantir a compra de outros produtos alimentícios ou mesmo certas comodidades da vida moderna, como telefone e luz.

Neste mesmo sentido, outra entrevistada apontou as mudanças advindas com a aposentadoria: mencionou que sempre trabalhou de “peão” e plantavam uma “lavourinha” para subsistência como meeiro (10ª família). Outras famílias mencionaram a expectativa em chegar à aposentadoria; o trabalho na agricultura de maneira geral garante a sobrevivência e a aposentadoria permite certa qualidade de vida, acesso a compras e crédito. A bolsa-escola também foi mencionada como um facilitador, auxiliando na compra de material escolar e roupas para os escolares. Da mesma forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o crédito para melhoramento do gado leiteiro contribuíram para melhorar a qualidade da vida no campo.

O Pronaf é um programa de crédito criado em 1995 para a agricultura familiar brasileira, incentivando à produção e melhoria da infra-estrutura no meio rural por meio de diferentes linhas de crédito como as relacionadas ao gado de leite e ainda a aquisição de alimentos, com juros baixos e subsidiados (BRASIL, 2010).

Segundo Silva e Schneider, (2004) o Pronaf privilegia a gestão local de suas ações, formada por Conselhos de Desenvolvimento Rural, presentes nos três níveis de governo. No âmbito municipal é função do Conselho formular políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir da necessidade local. No entanto, os autores relataram a partir de um estudo em 30 Municípios do RS, as fragilidades e

limitações em relação à participação dos agricultores no espaço de discussão, fato que resulta em investimentos maiores em beneficiamento de máquinas e caminhões para a Prefeitura do que em melhorias para o agricultor (SILVA; SCHNEIDER, 2004).

A aposentadoria rural e o benefício em situação de doença passam a constituir-se um direito pleno, universalizado para toda a população; homens e mulheres tiveram igualdade de acesso a partir da Constituição de 1988 (IPEA, 2000). Para Silva e Silva (2010) a aposentadoria rural representa atualmente a principal política de enfrentamento à pobreza no campo, atendendo a 7,8 milhões de trabalhadores rurais.

Ao estudarem as condições de vida de aposentados rurais em uma cidade da Paraíba Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999) evidenciaram que os idosos que possuem aposentadoria desfrutavam de maior estabilidade e credibilidade econômica e, modificaram as relações estabelecidas, tanto no âmbito familiar, como do ponto de vista das relações comerciais. No meio familiar observaram que seus netos passaram a ingressar mais tardiamente no mercado de trabalho e que a renda dos aposentados sustentava a maioria das atividades do comércio local.

Juntamente com a aposentadoria rural os programas de transferência de renda passaram a constituir o eixo central da proteção social no Brasil, para o enfrentamento da pobreza (SILVA E SILVA 2010). Para a autora, o Bolsa Família criado no ano de 2003, é considerado o maior programa de transferência de renda no país, com implementação descentralizada em todos os municípios. De acordo com Senna et al (2007) é preciso considerar que a perspectiva de inclusão social ao Bolsa Família está também ancorada na oferta de programas complementares, como programas de geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes, microcrédito, compra de produção agrícola e apoio a iniciativas de economia solidária, entre outros. Sua implementação deve ocorrer de forma cooperativa entre as diferentes esferas de governo e com valorização das ações intersetoriais. Sartori e Garcia (2012) salientam ainda que os êxitos de programas como os de garantia de renda mínima e erradicação do trabalho infantil requerem a participação da família por meio da qualificação profissional e de educação para adultos, tornando as famílias menos dependente de programas de transferência de renda e mais protagonistas de seus processos de vida e trabalho.

Para Navarro (2001), as dificuldades de participação em discussões e em redes associativistas é um forte limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais, pois o Estado possui uma longa história de planejamento centralizador. Assim, as ações participativas precisam ser estimuladas,

como por exemplo, oportunizando discussões em cada localidade, para que os agricultores possam se apropriar dos objetivos desses recursos, e assim o utilizarem de forma a fomentar o desenvolvimento rural sustentável, cujas premissas incluem noções de equidade social, além da incorporação de novas tecnologias que permitam o aumento da produção e da produtividade e, assim, da renda familiar (NAVARRO, 2001).

Considerações finais

Ao buscar entender as concepções dos agricultores que resistiram ou desistiram do cultivo de tabaco na localidade estudada, em que a grande maioria das famílias agricultoras optou pelo sistema integrado, compreende-se que são múltiplos os sentidos que compõem essas decisões. Primeiramente na caracterização destas famílias: observa-se que entre seus membros existiam pessoas com aposentadoria rural e apesar das famílias serem um pouco mais numerosas em relação as que cultivam tabaco, elas possuem menos hectares de terra. A aposentadoria que garante alguma renda e a pouca extensão de terra parecem influenciar a decisão pelo não cultivo, aliado ao receio de endividamento na compra de terra e a necessidade de força de trabalho hígida. Os integrantes mais jovens das famílias e que possuem condições para o trabalho o fazem como diarista nas lavouras de tabaco ou ainda no corte de madeira. Questões de coerência religiosa aparecem como um fator de menor influência decisória porém presente no discurso de duas famílias.

Para as famílias que desistiram do cultivo, o principal motivo apontado foi o endividamento. O êxito financeiro esperado e prometido pela indústria foi frustrado mediante sucessivas tentativas. Apesar da grande dedicação de tempo e cuidados nas diferentes etapas de trabalho, não se obtiveram os ganhos esperados.

Os representantes do Estado destacam, como alguns agricultores, as mudanças no cultivo de subsistência que diminuíram para o plantio do tabaco. Ao comprar estes produtos os agricultores estão perdendo a aptidão para o policultivo e possivelmente também a qualidade dos alimentos que vão à mesa. Os representantes do Estado e da sociedade civil ainda chamam a atenção para a degradação do solo e ganhos monetários ilusórios, pois se movimenta um montante de dinheiro, mas as famílias ficam com menos da terça parte. Os representantes da indústria se apóiam na dificuldade de comercialização e baixo preço dos produtos alimentares alternativos como o feijão e o milho.

O trabalho foi destacado pelos agricultores como algo que constitui sua identidade social como trabalhador rural. E o trabalho infantil é tido como natural neste meio, mas também como algo que gera adoecimento de crianças e adolescentes e os incapacita para desenvolver plenamente suas aptidões ao longo da vida. Sabidamente o trabalho infantil limita as potencialidades de estudar, de apreender outras experiências e o limita o desenvolvimento físico e cognitivo dos sujeitos, perpetuando as iniquidades sociais e de saúde.

O passado vivido de pobreza, com pouca terra, trabalhando como meeiro, ou seja lavrando, cultivando e destinando um terço da produção ao dono da terra e ainda a persistência da força de trabalho infantil para dar conta das tarefas e compromissos impostos pelo sistema integrado continua. Na atualidade, “o dono da terra” passou a ser a indústria do tabaco e para esta se destina um terço do que é produzido. Como romper com esse ciclo de exploração, subserviência, adoecimento e pobreza? As políticas sociais como a aposentadoria rural e o Pronaf e, ainda, as políticas redistributivas como o Bolsa Família significaram melhorias nas condições de vida e consumo de bens que estavam fora do alcance da população rural. Especialmente em relação ao Programa Bolsa Família se faz necessário maior investimento do município que cadastra as famílias e a elas destina os recursos e uma atuação integrada de diferentes órgãos e setores do governo como o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a própria Embrapa e Emater no sentido de empoderar a população rural para que consiga superar as dificuldades impostas pelo modelo hegemônico capitalista. O estímulo ao associativismo nos moldes dos projetos da economia solidária, a diversificação agrícola por meio do planejamento de um cultivo rotativo que garanta renda o ano inteiro e a produção de valor agregado, com garantia de comercialização através de parcerias e do consumo local, seriam estratégias importantes a serem fomentadas.

Referências

ALBUQUERQUE, F. J. B.; LÔBO, A. L.; RAYMUNDO, J. S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.12, n.2, p. 1-15,1999.

ARCURY, T. A.; QUANDT, S. A. Health and social impacts of tobacco production. **Journal Agromedicine**, v. 11, n. 3/4, p. 71-81, 2006.

BRASIL. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS. **Golden leaf barren harvest: the costs of tobacco farming.** Washington DC, National Center for Tobacco Free kids, 2001. Disponível em: <<http://www.tobaccofreekids.org/index.php>> acesso em: 18/10/2009.

COMISSÃO DE DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE. **Rumo a um modelo conceitual para análise e ação sobre os determinantes sociais de saúde.** 2005. Disponível em: <www.determinantes.fiocruz.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CONTERATO, M. A. Tabaco, desenvolvimento rural e agricultura familiar: uma análise comparativa entre regiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul. “Ponência apresentada al VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010”.

CORBIN, J. M. The Body in Health and Illness. **Qualitative Health Research**, v. 13, n. 2, p. 256-267, 2003.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO RURAL. **A cadeia produtiva do fumo.** *Revista Contexto Rural*, Curitiba, ano v, n°. 05, 2005. Disponível em: <[WWW.http: deser.org.br](http://www.deser.org.br)> acesso em: 17/10/2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Issues in the global tobacco economy: selected case studies.** Commodities and Trade Division, Raw Materials, Tropical and Horticultural Products Service. Commodity Studies n°. 2, Rome, Food and Agriculture Organization, 2003.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas.** 1. ed., reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA , 2008.

KINGSOLVER, A. E. Farmers and Farmworkers: two Centuries of Strategic Alterity in Kentucky's Tobacco Fields. **Critique of Anthropology**, v. 27, n. 1, p. 88-102, 2007.

LECOURS, N.; ALMEIDA, GUILHERME, E. G; ABDALLAH, J. M.; NOVOTNY, T. E. Environmental health impacts of tobacco farming: a review of the literature. **Tobacco Control**, v. 21, n. 2, p.191-96, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NAVARRO, Z. O desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OTANÁEZ, M. G.; MAMUDU, H. M.; GLANTZ, S. A. Tobacco companies' use of developing countries' economic reliance on tobacco to lobby against global tobacco control: the case of Malawi. **American Journal of Public Health**, v. 99, n. 10, p. 1759-1771, 2009.

SARTORI, E.; GARCIA, C.. H. M. Políticas compensatórias *versus* emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. **RAP**, v. 46, n. 2, p. 425-52, 2012.

SILVA E SILVA, M. O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál.**, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNA, M. C. M et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál.** v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF – Infra-estrutura e Serviços. *In*: Schneider, S.; Silva, M.K.; Marques, P.E.M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 147- 174.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: Edson Oliveira Nunes (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 36-46.

WHITEHEAD, M. **The concepts and principles of equity and health**. Geneva: WHO, 2000.

ARTIGO 5

7.5 Substituição e diversificação agrícola em áreas de cultivo do tabaco: potencialidades e fragilidades na percepção de diferentes atores

Deise Lisboa RIQUINHO¹¹

Élida Azevedo HENNINGTON¹²

Resumo

Este estudo teve o objetivo de evidenciar e discutir as dificuldades e potencialidades à diversificação agrícola e substituição ao cultivo do tabaco entre trabalhadores, representantes do Estado, da sociedade civil e da própria indústria em região produtora do sul do Brasil. Foi desenvolvido estudo do tipo etnográfico com realização de 42 entrevistas semi-estruturadas com famílias de agricultores e informantes chave, e ainda observação participante das famílias em localidade rural do estado do RS. Há políticas públicas potencializadoras da diversificação, como crédito agrícola e assistência técnica. No entanto, elas ainda não atingiram os fumicultores pesquisados. Conclui-se que uma maior aproximação do Poder Público à população rural através de políticas construídas em parceria e de acordo com a realidade local, bem como o resgate e fortalecimento da agricultura familiar são essenciais para a diversificação agrícola e substituição do cultivo do tabaco proposta pela Convenção Quadro.

Saúde da População Rural; Tabaco; Saúde Pública; Agricultura Sustentável; Pesquisa Qualitativa

Introdução

As características do cultivo do tabaco, pelo uso intensivo de diversos tipos de agrotóxicos aplicados em diferentes etapas e um ciclo de trabalho árduo do semeio à classificação das folhas produzem efeitos danosos sobre a saúde dos agricultores e ao ambiente. Os trabalhadores estão susceptíveis especialmente às lesões musculoesqueléticas, doenças respiratórias, intoxicações por agrotóxicos e à doença da folha verde do tabaco (RIQUINHO; HENNINGTON, 2012). O ambiente é atingido

¹¹ Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante estágio de doutoramento. E-mail: deise.riquinho@gmail.com

¹² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Email: elida.hennington@ipecc.fiocruz.br

pela contaminação do solo, da água e do ar. O solo é empobrecido pelo uso de agrotóxicos aliado à monocultura do tabaco; os resíduos dos agrotóxicos atingem rios e nascentes e o ar é impregnado destes mesmos resíduos, assim como de fumaça em época de cura (LOKER, 2005). Alimentos consumidos pelos agricultores também são contaminados, pois apesar de não aplicarem diretamente nos produtos que vão à mesa, estes são plantados ao lado das lavouras de tabaco.

Em 2005 o Estado brasileiro ratificou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) – primeiro tratado mundial de Saúde Pública que versa sobre medidas de redução no plantio e consumo de tabaco. O texto final da CQCT é constituído por 38 artigos e dois deles fazem referência direta aos trabalhadores do tabaco. No artigo 17 é recomendando que organizações intergovernamentais, internacionais e regionais em cooperação promovam alternativas economicamente viáveis para a substituição do cultivo. No artigo 18 as orientações dizem respeito à proteção do meio ambiente e a saúde das pessoas envolvidas com ao cultivo e a fabricação de produtos do tabaco em seus respectivos territórios (OMS, 2004).

Em relação a alternativas ao cultivo do fumo, estudos realizados nos Estados Unidos evidenciaram que dentre os agricultores que obtinham êxito na prática de diversificação agrícola ao tabaco encontravam-se aqueles com níveis educacionais mais elevados (Beach; Jones; Tooze, 2008; Pushkarskaya; Marshall, 2010). Observou-se também que a intenção em aderir ao programa de diversificação aumentou à medida que os incentivos ao cultivo ao tabaco diminuíram (Beach; Jones; Tooze, 2008). Para Pushkarskaya e Marshall (2010) a estrutura familiar também colaborou nas escolhas das formas de diversificação, investimento e despesas das famílias produtoras de tabaco.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou, no ano de 2005, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. No programa foram implementados 60 projetos, distribuídos em sete estados produtores de fumo (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Sergipe, Bahia e Alagoas), atingindo aproximadamente 80 mil agricultores. Na implementação do programa foram asseguradas parcerias entre organizações governamentais, da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e representações dos agricultores familiares. Foram privilegiadas no programa as áreas de financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização em áreas de fumicultura. Trabalhar na perspectiva da diversificação em áreas cultivadas com tabaco requer ações para além das que estão diretamente vinculadas às questões agrícolas, demandando ações

intersectoriais que contemplem temas associados como saúde, educação, meio ambiente, organização social, cultura, lazer, segurança alimentar e tecnologias apropriadas (BRASIL, 2010).

No cenário da diversificação em áreas cultivadas com tabaco além da saúde, a educação também se configura como uma preocupação governamental (BRASIL, 2010). Tanto a educação formal por meio dos bancos escolares, quanto à informal na convivência com o coletivo são estratégias de apoio aos agricultores na adaptação a proposta de diversificação. Apesar do cultivo do tabaco em algumas regiões fazer parte da cultura e das relações familiares, há um panorama nacional e mundial de contração no mercado consumidor, especialmente após as medidas da Convenção-Quadro, a qual tem influenciado o setor produtivo.

Nessa perspectiva, observa-se a necessidade de compreender como políticas públicas e estratégias de diversificação tais como a proposta pelo programa do MDA em parceria com a Embrapa Clima Temperado atingem os agricultores do tabaco. Conhecer a realidade local é uma maneira profícua de entender quais os desafios e as potencialidades das propostas de diversificação no micro-espaço de uma localidade rural com suas características, assimetrias e desigualdades.

Iniciativas de diversificação agrícola a plantadores de fumo foram documentadas por Vargas e Bonato (2007) em regiões de concentração da produção no RS e Santa Catarina, algumas delas resgatando preceitos da agroecologia e de conhecimentos tradicionais em respeito à saúde do trabalhador rural e ao ambiente. No entanto, ainda são medidas contra-hegemônicas, com dificuldades em promover de fato a transformação da monocultura do fumo em um cultivo diversificado e ecologicamente responsável.

Este estudo tem por objetivo evidenciar e discutir as dificuldades e potencialidades à diversificação agrícola e substituição ao cultivo do tabaco entre trabalhadores, representantes do Estado, da sociedade civil e da própria indústria em região produtora do sul do Brasil.

Percurso metodológico

Foi desenvolvido estudo qualitativo do tipo etnográfico em uma localidade rural produtora de tabaco no interior do RS. Segundo Geertz (2008) a descrição etnográfica é interpretativa e o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, fixando o “dito” em

formas pesquisáveis numa descrição microscópica. Apesar de microscópica esta descrição não deve perder contato com as realidades estratificadoras políticas, econômicas e de poder, dentro das quais as pessoas são reprimidas em todos os lugares (GEERTZ, 2008; VELHO, 1978). Para isto é preciso “mergulhar” na estrutura compreensiva e significativa da ação social, na qual a visão de mundo dos diferentes atores e as regras dessas interações não podem ser antecipadas. Mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento com a hierarquia (GEERTZ, 2008; VELHO, 1978).

O nome da localidade de estudo será mantido em sigilo por expor práticas de trabalho por vezes em desacordo com as normas impostas pelas indústrias fumageiras que lá atuam, tais como o não uso de equipamento de proteção individual (EPI) e a presença de trabalho infantil, o que poderia gerar retaliações e prejuízos para a comunidade em questão.

Os sujeitos de pesquisa foram 23 famílias produtoras de fumo, todas ligadas direta ou indiretamente à indústria do tabaco. Buscou-se contemplar a heterogeneidade social do local: diferentes arranjos familiares e famílias que tinham entre seus membros crianças em idade escolar, diferentes etnias e distintos credos.

Entre as famílias entrevistadas o principal arranjo foi nuclear, formado pelo casal e filhos seguido por apenas a presença do casal. A maioria se identificava como “brasileiro” e a seguir como “alemão” ou “pomerano”. A religião mais referida foi católica ou luterana. A idade dos agricultores entrevistados variou entre 28 a 70 anos com maior concentração etária dos 30 aos 50 anos. A média de integrantes das famílias foi de 3,4 pessoas. A maioria dos pais possuía o ensino fundamental incompleto e os filhos em idade escolar frequentavam a escola, exigência da indústria do tabaco. O tempo de trabalho no cultivo do fumo variou entre 2 a 17 anos, com uma média de 7,7 anos, havendo dois casos de mais de 30 anos de cultivo.

Para melhor compreender as percepções e ações relativas à diversificação agrícola outros atores fizeram parte do estudo: representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria do tabaco (Quadro 1), totalizando 42 entrevistas. A amostra estudada foi intencional e os entrevistados foram indicados por informantes-chave da comunidade.

Durante as entrevistas com os agricultores as famílias estavam reunidas, sendo possível o diálogo com todos os integrantes, mesmo os filhos menores de 18 anos. Já com os representantes do Estado, sociedade civil e indústria, as entrevistas foram

agendadas e realizadas individualmente em seus locais de trabalho, exceto no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) onde a entrevista se deu com os dois entrevistados concomitantemente.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados: representantes do Estado, sociedade civil e indústria.

Representantes do Estado			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Secretaria Municipal da Educação (SME)	Professora	Diretora da escola local	30
SME	Professora	Orientadora educacional da escola local	28
Secretaria Municipal da Agricultura (SMA)	Assistente social	Técnica agrícola, extensão rural	54
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS)	Técnico agrícola	Extensionista Rural1	39
Emater/RS	Agrônomo	Extensionista Rural2	53
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Agrônomo	Pesquisador da agricultura familiar	52
Representantes da Sociedade			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Agricultor	Fundador e ativista do movimento	36
Associação Comunitária Local (ACL)	Agricultor	Presidente da associação	36
Líder Comunitário (LC)1	Professor aposentado	Líder religioso e membro da ACL	54
(LC)2	Agricultor Aposentado	Membro da ACL	90
Associação de Agricultores e Apicultores (AAA)	Padre	Fundador e ativista da AAA	73
Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL)	Agricultor	Membro da associação ARPA-SUL	46
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)1	Agricultor	Participante do programa de crédito fundiário	49
STR2	Agricultor	Participante do programa de crédito fundiário	59

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)	Técnico em enfermagem	Educadora em saúde junto aos agricultores	46
União das Associações Comunitárias (UAC)	Técnico agrícola	Apoiador da produção agroecológica e do cooperativismo	31
Representantes da Indústria			
Órgão	Profissão	Atividade Principal	Idade (anos)
Indústria do tabaco	Técnico em contabilidade	Instrutor da indústria1. Responsável pela captação dos agricultores no início do plantio e acompanhamento da atividade, como os pedidos de insumos e a comercialização.	31
Indústria do tabaco	Técnico agrícola	Instrutor da indústria2. Idem ao primeiro.	30
Indústria do tabaco	Técnico agrícola	Instrutor da indústria3. Idem ao primeiro.	50

Fonte: Riquinho & Hennington, 2012

A produção dos dados ocorreu em duas etapas: 42 entrevistas semi-estruturadas e observação participante com cinco das 23 famílias produtoras de fumo da localidade. A pesquisa ocorreu durante 90 dias de trabalho de campo na localidade, de dezembro a agosto de 2011. A escolha desse período se justificou por oportunizar o acompanhamento de um ciclo de trabalho no cultivo do tabaco, do plantio à classificação do fumo.

A fase de análise teve início a partir da produção dos dados. O estar com os participantes da pesquisa, observar seus modos de vida, bem como a relação com eles estabelecida repercutiram no material analisado. Segundo Geertz (2001) a análise na pesquisa qualitativa é uma modalidade de experiência moral, à medida que emerge de um contato direto com os detalhes do cotidiano, afetando a sensibilidade de quem a realiza. O tratamento do material produzido a partir das entrevistas e da observação ocorreu por meio de categorização temática (MINAYO, 2007). Na fase de organização e análise dos dados o software NVivo 7.0 auxiliou na codificação e tratamento do material.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, protocolo nº 219/10.

Resultado e discussão

Os resultados serão apresentados a partir de três categorias: “Perspectiva histórica e cenário agrícola atual: do pêssigo ao fumo”; “Políticas públicas para a diversificação agrícola: o prescrito e o real” e a “Produção diversificada e ecologicamente responsável”. Procurou-se reconstituir o histórico e panorama atual da produção agrícola da localidade visando compreender os aspectos que levaram essa comunidade ao cultivo do fumo e a repercussão do trabalho no cotidiano das famílias envolvidas neste cultivo. Considera-se que as concepções, assim com as visões de mundo vinculam-se à subjetividade, referindo-se a construções sociais para explicar fenômenos e processos a partir das experiências vividas (GEERTZ, 2008; MINAYO, 2007).

Perspectiva histórica e cenário atual: do pêssigo ao fumo

Os depoimentos dos entrevistados revelaram uma história de cultivo de produtos agrícolas diversificados para o consumo familiar e venda do excedente. No passado, as atividades de maior volume comercial nessa comunidade centravam-se em um único produto, o pêssigo. No entanto, o frágil poder de negociação por parte dos agricultores juntos às indústrias e a dependência da lei de oferta e demanda levaram ao abandono deste cultivo. Segundo relatos, quando havia pouca oferta de pêssigo no mercado, o produto era bem pago e quando havia uma super safra, favorecida especialmente pelas condições climáticas, as empresas eram mais rígidas em relação à classificação de qualidade do produto e não compravam toda a safra. Pêssigos classificados pela indústria como de segunda ou terceira classe não eram pagos nem devolvidos ao produtor, chegando a 20% do produto enviado. Além destas razões a indústria não efetuava o pagamento no mesmo ano, ou seja, parcelava o pagamento para o ano seguinte, sem atualização monetária. Desta forma, os agricultores viam-se, obrigados a entregar seu produto para a mesma indústria para receber a safra anterior. Além disso, a compra dos insumos para a lavoura no comércio local precisava de pagamento à vista ou caso contrário acarretaria juros.

A formação de cooperativa que defendesse os interesses dos pequenos proprietários foi uma necessidade, dada a relação estabelecida com a indústria de pêssego. No entanto, trabalhar em cooperação nunca foi uma tarefa fácil. De acordo com o fundador e ativista da AAA, o fator histórico da emigração e as condições desfavoráveis em relação à posse da terra nos países de origem, como Alemanha ou Itália, contribuíram para uma relação mais individualista de trabalho para obtenção de melhores condições materiais. Apesar disto, existiam momentos em que as pessoas se reuniam para promover o trabalho coletivo e uma das ocasiões citadas pelo entrevistado era a organização de festas na comunidade:

As pessoas trabalham até uma semana de graça para a comunidade. Festas eles fazem muito bem e doam-se, mas quando é para trabalhar unidos num trabalho econômico, visando à libertação é mais difícil porque também o mecanismo no mercado hoje não é fácil (Fundador e ativista da AAA).

Para este informante outros fatores também dificultam o trabalho em cooperação: os dirigentes de sindicatos e associações que permanecem muito tempo no poder, 15, 20 anos e, não formaram novas lideranças; ausência de cooperativas para pequenos agricultores com a sua efetiva participação e distorção na remuneração dos trabalhadores da cooperativa, de forma que quem trabalha na gestão ganha mais do que o próprio agricultor.

Os aspectos negativos em relação ao cultivo e comercialização do pêssego levaram quase a substituição total deste cultivo pelo fumo no final de 1990, o qual veio como uma possibilidade de mudança e de garantia de renda na região: “como deu essa queda no pêssego o povo se desesperou e as fumageiras entraram na hora certa, o povo tava meio carente e a propaganda deles é boa, e é enganosa” (Presidente da ACL).

De acordo com os entrevistados da Emater e Embrapa, ao mudar de cultivo os agricultores estão perdendo saberes referentes à cultura do pessegueiro, por exemplo, relacionado à poda e ao enxerto das mudas. Era comum os agricultores trabalharem em outras cidades e localidades próximas desenvolvendo estas atividades. Outro prejuízo identificado pelos entrevistados era em relação ao processamento de frutas e verduras. Havia uma riqueza em transformar os produtos por eles produzidos em passas e conservas de forma artesanal. Hoje os alimentos consumidos pelos agricultores são industrializados. Também foram relatadas mudanças no trabalho coletivo que ocorria em algumas comunidades, como assinalam dois dos entrevistados, “são mais raros os momentos de encontro na associação ou na igreja”. O cultivo do fumo mantém as

famílias ocupadas o ano inteiro, num ciclo ininterrupto de trabalho, dificultando o convívio social.

As políticas públicas destinadas à população local, conforme os entrevistados, especialmente os representantes da sociedade, tinham um forte componente assistencialista em sua execução. O núcleo de bem-estar social pertencente à Secretaria de Administração do município distribuía nas localidades alimentos, animais de pequeno porte como galinhas e porcos, na maioria doados por candidatos que visavam a reeleição. Havia ainda a distribuição de sementes e patrulhas agrícolas.

As patrulhas agrícolas eram tratores que ficavam disponíveis com um motorista para o trabalho, sendo geridos pelas associações locais. A gestão do trabalho coletivo era uma tarefa difícil de conciliar, principalmente quando ocorriam avarias no trator, pois as associações não estavam capitalizadas para arcar com o conserto, nem as famílias que utilizavam o equipamento, ou aquelas que iriam receber seus serviços. Gerador de discórdias a maioria dos tratores foram vendidos e o dinheiro empregado para melhorias das associações.

Hoje em dia, os entrevistados são unânimes em dizer que houve mudanças na localidade: “difícilmente se vê um homem a cavalo, tem muitas motos na localidade” (Extensionista rural). Relembaram ainda que as mudanças se estendem ao comportamento das pessoas, antes vistos como “um povo sofrido”, “que falava muito alto”. Hoje “parecem mais civilizados”, dirigem-se às repartições para resolverem seus problemas como qualquer outro produtor rural.

Atualmente, é do cultivo do tabaco que provém a maior fonte de arrecadação do município estudado, conforme os entrevistados. A dependência econômica dos municípios produtores pode levá-los em breve a um declínio econômico (BEACH; JONES; TOOZE, 2008). De um lado, o crédito facilitado e o apelo do mercado às inovações tecnológicas e de consumo aumentou o poder de compra dos fumicultores e consequentemente seu endividamento. Por outro, a queda nas exportações e no consumo de tabaco devido ao plantio em países africanos, a oscilação cambial e as medidas da Convenção-Quadro devem interferir na cadeia produtiva do fumo. Gestores municipais atentos a este cenário estão liderando iniciativas de diversificação agrícola junto às comunidades rurais, inaugurando outras formas de cultivo e comércio dos produtos (BRASIL, 2010).

Política pública para a diversificação agrícola: o prescrito e o real

Os programas do governo do Estado e Federal para os agricultores que cultivam tabaco e desejam investir em outras atividades em suas propriedades foram enumerados pelo Extensionista Rural 1: no âmbito estadual foi mencionado o Fundo de Financiamento para Pequenos Produtores Rurais (FEAPER) e projetos desenvolvidos pela Emater para aquisição de mudas, de micro açudes e de equipamentos para fruticulturas. Do governo federal foi apontado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Estes programas possuem diferentes linhas de crédito com juros baixos e subsidiados (Brasil, 2010).

A política de aquisição da merenda escolar foi lembrada por três dos representantes da sociedade (STRs e UAC) como iniciativa de diversificação, alavancando a agricultura familiar, resgatando ou modificando hábitos alimentares dos educandos e das famílias produtoras, bem como demandando uma (re)organização da produção para garantir a regularidade dos produtos. A implantação desta política, para estes informantes, rompe com uma rede consolidada de empresários municipais, estimula o plantio sem agrotóxicos, pois para a merenda escolar é recomendado que os produtos não tenham resíduos. E o pagamento tem superado o que a indústria pagava a estas famílias.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado no Brasil por meio da Lei nº 11.947/2009 e determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) para alimentação escolar mediante compra de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2010). Nesse sentido, esta política garante o mercado para os alimentos *in natura* ou processados pela agricultura familiar.

No entanto, há resistência no município estudado em executar a política da merenda escolar com os recursos do governo federal: “o ano passado teve três vezes a licitação, sempre tinha um erro, chegava na hora, abria o envelope, bah tem erro, então foi difícil” (Representante UAC). De acordo com este informante, por pressão dos movimentos sociais presentes nos Conselhos Municipais, as questões da merenda escolar e outras políticas agrícolas têm sido discutidas, embora nem sempre com resultados satisfatórios: “são espaços de conflito, de disputa entre o poder público e as organizações dos agricultores tentando se apropriar do processo” (Representante UAC).

Do ponto de vista tecnológico, houve desenvolvimento na agricultura, porém os trabalhadores rurais da localidade estudada têm baixa escolaridade. Segundo as professoras da escola local, 30% dos pais e mães dos alunos são analfabetos e apenas dois tem ensino médio. Alguns agricultores mantêm a lavoura da mesma forma que há 30 anos, utilizando uma grande extensão de terra para pouca semente, gerando uma baixa produção. Ao mesmo tempo, o mercado se apresenta cada vez mais sofisticado e aberto à importação, por exemplo, da cebola do Chile e do pêssego da Grécia. Em relação a novas tecnologias, para o presidente da associação local falta informação: “às vezes tem muita coisa passando bem pertinho da gente e a gente só vai saber depois que já passou, coisas às vezes muito boa, muito criativa” (Presidente da ACL).

No depoimento de um Extensionista Rural da Emater sobre inovações tecnológicas na agricultura parece haver falhas na comunicação entre os agricultores e o responsável pela assistência técnica:

O agricultor não acha importante tá, porque ela existe [a assistência técnica]. Só que ainda tem aquela resistência que o produtor se sente ainda pela limitação intelectual dele, ele não quer trocar experiência com um técnico, ele não quer expor os problemas que tem, ele não quer enxergar a sua problemática pra chegar às melhorias. (Extensionista Rural 1).

Como sabiamente Paulo Freire discute em seu livro “Extensão ou Comunicação?” escrito em 1968 no Chile, o trabalho com os agricultores(as) precisa extrapolar o treinamento de técnicas do semeio, colheita ou reflorestamento, para um *estar com*. Mecanismos históricos e de cultura mediam as relações homem-natureza, e a aproximação deste saber-fazer ocorre por meio do diálogo. Quais seriam as razões do silenciamento, da apatia dos agricultores ou do não aproveitamento da assistência técnica oferecida? As respostas podem estar em nossa herança histórica anti-dialógica, do latifúndio implicando em camadas sociais hierárquicas de menor ou maior valor, com relações rígidas e verticais, sem experiência participativa (FREIRE, 2011).

Um segundo informante da Emater exemplifica a dificuldade em propor mudanças ou melhorias. O projeto de diversificação agrícola foi posto em prática com um agricultor que plantava fumo e desejava substituir seu plantio. Foram adquiridos materiais para o plantio e irrigação de legumes: com nove mil reais comprou-se motor-bomba, canos, mangueiras e pulverizador e até mercado para os produtos foi acertado, no entanto havia outras dificuldades:

Quando eu fiz o projeto pra ele eu não pensei que ele não tinha, ele não tem carteira, ele não tem carro, e aí produzimos um monte de

cenoura e não tinha como trazer. Ele produziu mas, esbarrou, tem alguma coisa, que às vezes a gente não pensa, e as pessoas como eu tava te dizendo a cultura deles não vai além, não adianta, tu quer, mas não... Parece que são pessoas que precisam ser dirigidas (Extensionista Rural 2).

Diferentemente do sistema integrado no cultivo do tabaco em que a indústria fornece os insumos, equipamentos, assistência técnica e compra do produto final a diversificação em pequenas propriedades rurais requer um trabalho processual, contínuo e qualificado de debate, planejamento e acesso a políticas públicas de caráter estruturante, como o crédito, assistência técnica, capacitação, logística e espaços para a comercialização dos produtos, visando o fortalecimento da organização rural e da intersetorialidade (BRASIL, 2010).

Conforme assinalaram dois representantes da sociedade (CAPA e associação local) o investimento em outro cultivo não passa apenas pela conscientização “a cultura do fumo está enraizada aqui no município”. Em pequenas propriedades o tabaco destaca-se pela produtividade e valor comercial quando comparado à batata, feijão ou leite, por exemplo. E, os agricultores alegam que, apesar do trabalho exaustivo, ainda é o que lhes permite uma maior margem de lucro. A representante do CAPA explica que a diminuição do cultivo do tabaco é lenta. Alguns agricultores interromperam as atividades devido à falta de força de trabalho familiar, aos custos na contratação de diaristas ou à aposentadoria.

Em relação à situação atual do plantio de tabaco, se de aumento ou estagnação, um dos instrutores da indústria fumageira relata que depende da região, e de forma geral há certo equilíbrio. Por exemplo, na localidade estudada houve aumento deste cultivo, enquanto em outras diminuiu: “têm agricultores desistindo da cultura ou até diminuindo, isso é peculiar de cada região, então isso muda muito” (Instrutor da indústria 1). O segundo instrutor diz que se um produtor desiste do plantio de tabaco, a decisão é aceita sem problemas pela indústria, “as pessoas sabem o tempo de parar”. Para os entrevistados a maior razão de cessar o cultivo é quando os agricultores se aposentam.

Os representantes do sindicato dos trabalhadores rurais reconhecem que há um movimento no Brasil para diminuir a produção do tabaco. No entanto, eles, da mesma forma que o presidente da associação local e a do CAPA, acreditam que se houver incentivo do governo à agricultura familiar, subsídio para os produtos por ela produzidos, as pessoas substituirão a cultura do fumo: “ninguém proibiu plantar feijão,

milho para pode plantar o fumo, então ele tem que ter opção; como é que eu vou manter o agricultor lá produzindo sem renda?” (RSTR).

O representante da Embrapa alerta que, no cenário atual para diversificar é necessário modificar certas estruturas, como o mercado, o crédito, a assistência técnica, porque às vezes as pessoas não sabem como começar uma nova alternativa. Então tem que ser um conjunto orquestrado de ações desde motivação para a diversificação, até o planejamento e execução junto aos agricultores. Mas são medidas que têm que ser tomadas com certa urgência. O fluxo de agricultores na Embrapa buscando informações é muito grande. Grupos de fumicultores têm sido organizados nos municípios pela Emater, prefeituras e outras entidades que trabalham com agricultura familiar para visitar e conhecer o trabalho de diversificação proposto pela Embrapa. Outra grande dificuldade segundo o entrevistado deve-se à perda da tradição de cultivar alimentos. No meio rural agora têm caminhões vendendo verdura, vendendo leite e até pão. Então, como mudar esta realidade? Não é de um dia para o outro, tem que ser construído; eles têm que ter semente, tem que ter muda e tem que se programar. Para este informante, o êxito do pequeno agricultor vem da agricultura familiar:

O grande sucesso da agricultura familiar é quando ela é diversificada, aumenta a rentabilidade e a estabilidade; sempre foi o princípio da agricultura familiar diversificada por natureza. Nos últimos tempos começou a adotar esse mesmo cultivo, o monocultivo do fumo é que meio comprometeu a coisa (EMBRAPA).

Para este representante do Estado, para superar esse problema a questão não é apenas técnica, é preciso uma política pública emergencial. Há agricultores passando fome por esse impasse do cultivo do fumo, famílias com dificuldades para se alimentar:

Em alguns municípios da região sul do Estado e também de Santa Catarina, os agricultores começaram a bater na porta da prefeitura, não tem o que comer, ai os prefeitos começam a se preocupar, 90% das caravanas têm vindo com o prefeito e vereadores preocupados com a questão do meio rural. (EMBRAPA).

Neste cenário há ainda o movimento da indústria fumageira em divulgar seu papel de empresa socialmente responsável e de estimular a diversificação agrícola. Como chama a atenção o representante do MPA, a indústria do tabaco tem se engajado em campanhas de responsabilidade social. Estas empresas já investem no “eco-negócio” e após 40 anos de produção agroquímica, veem agora uma nova possibilidade de investimento, mantendo convênio até mesmo com empresas públicas como Emater/RS e apoio institucional em campanhas do Estado do RS (SOUZA CRUZ, 2010). Interessa-

lhes o *status* de uma empresa que trabalha em harmonia com o ambiente, apesar de manterem o modelo tecnológico que faz com que o agricultor trabalhe utilizando intensivamente agrotóxicos. Mas falar em defesa ambiental lhes renderá maior credibilidade e reconhecimento social e, rapidamente procuram ocupar esse espaço. Estudo desenvolvido na Inglaterra referente a estratégias de responsabilidade social da British American Tobacco (BAT) revelou que seu objetivo era o de ter acesso à elite política daquele país e desta maneira influenciar nas decisões políticas (FOOKS; GILMORE; SMITH; COLLIN; HOLDEN, 2011).

Localmente são comuns essas parceiras por parte da indústria do tabaco, seja apoiando eventos ou ainda estabelecendo parcerias com órgãos públicos. Tal aproximação não é uma estratégia recente como contou o Líder Local¹. Há mais de 20 anos uma empresa fumageira foi parceira na horta escolar, fornecendo sementes para a mesma e distribuindo entre as famílias dos escolares. Havia também o “clube da árvore” em que as mudas de árvores eram destinadas ao horto-florestal municipal e aos escolares. As crianças eram estimuladas a fazerem redação sobre o tema e havia *banners* na escola com propaganda da indústria e da campanha que apoiavam.

Os efeitos da propaganda das grandes indústrias no imaginário dessas crianças e de suas famílias, como uma empresa amiga da árvore, do verde e preocupada com a qualidade da alimentação das pessoas certamente contribuíram para adesão ao plantio do fumo, sem maiores críticas a tal prática por parte da comunidade.

Desde 1988 a Philip Morris buscou cativar o público infantil com a introdução de *Joe Camel* nas propagandas de cigarro, nas quais um camelo semelhante a um desenho animado aparecia fumando e vestindo diferentes trajes simpáticos ao público infantil (BREO, 1993). Para Boeira e Guivant (2003, p.72) a tecnociência aplicada à nicotina, inclui a publicidade direta e indireta. Programas como as Hortas Escolares e o Clube da Árvore constituem peças de uma dinâmica rede estratégica que vincula instrumentalmente ao tabaco, de forma crescente e complexa, o espaço-tempo do corpo-cérebro, do local, do regional, do nacional e do global.

Atualmente, conforme sinaliza Boeira e Johns (2007), a histórica relação de confiança entre governo e a indústria de tabaco parece rompida, tendo em vista a atuação da sociedade civil internacional, da OMS e da rede antifumo. Com o primeiro Tratado Mundial de Saúde Pública vislumbra-se a oportunidade do exercício de outras relações entre sociedade civil, governo brasileiro e a indústria do tabaco.

No município estudado iniciativas estão sendo concretizadas, estimuladas ou ainda planejadas para a diversificação agrícola. Algumas com o envolvimento da sociedade e parceria do Estado, como no caso de uma cooperativa que atualmente conta com 500 agricultores e trabalha com frutas, principalmente o pêssego. Uma seleção prévia das frutas é realizada para posterior envio à indústria, e aquelas que são reprovadas nesta seleção são aproveitadas para sucos e pessegadas pela própria cooperativa. Tanto a comercialização para a indústria como o beneficiamento pela cooperativa vem se diversificando com produtos como morango, abóbora e pepino. A cooperativa está propondo nas assembleias que a produção seja livre do uso de agrotóxicos.

A UAC está estimulando a produção do leite e sucos de fruta. O sindicato dos trabalhadores rurais está propondo ao executivo municipal a “pecuária familiar”: as famílias criariam os animais, abateriam em um abatedouro municipal ou regional e a comercialização poderia ser efetuada por meio de uma cooperativa.

A produção diversificada e ecologicamente responsável

Incentivar e promover a retomada da agricultura diversificada e ecologicamente responsável entre fumicultores e demais agricultores que utilizam agrotóxicos em seus cultivos configuram-se um desafio ao Poder Público e à sociedade. A herança brasileira de uma agricultura colonial monoculturista e exportadora, aliada aos apelos da “Revolução Verde” de modernização agrícola e potencialidade de produzir mais com melhor qualidade e competitividade internacional por meio de um pacote tecnológico, incluindo agrotóxicos, sementes e fertilizantes, compõem um cenário adverso a iniciativas ecologicamente responsáveis (GEHLEN, 2004; AUGUSTO, 2012). Como exemplo dessa prática por parte do próprio governo, em 1976 foi implementada a política da Defesa Nacional Agrícola na qual os agricultores compravam uma cota de agrotóxicos na obtenção do crédito rural (AUGUSTO, 2012). Com essa política a utilização de agrotóxicos aumentou e a produção agrícola tornou-se dependente de agrotóxicos a tal ponto da quase extinção de práticas ecologicamente saudáveis no manejo do solo, de pragas e do cultivo de sementes crioulas.

WEZEL et al. (2009) discutem a evolução histórica nos diferentes usos do conceito de agroecologia em países como Alemanha, Brasil, Estados Unidos e França. Em 1930 era discutido como uma disciplina científica preocupada com a produção agrícola. Atualmente, sua abordagem incorporou elementos de movimento e prática

social enfatizando questões ambientais, sociais, econômicas e éticas para resolver os desafios da produção agrícola.

Um dos entrevistados, membro da Associação de Agroecologistas da Região Sul enfatizou que a decisão em abandonar o cultivo dependente de agrotóxicos foi tomada após intoxicação:

Nós tinha colocado o veneno uns dois dias antes e nós tava colhendo pêssego e comecei a ficar com dor de cabeça, ânsia de vômito e já apagou tudo, acordei num quarto de hospital dois dia depois. Na mesma época nasceu meus filhos [gêmeos] em 88. Então, quando surgiu essa proposta de trabalhar sem o químico eu entrei até fui um dos primeiros na região nesse trabalho (Membro da Associação Arpa-Sul).

Ele contou que a associação foi criada em 1995 com o objetivo de suprimir o intermediário, auxiliando o agricultor(a) a comercializar a produção ecológica. Inicialmente faziam parte da associação 29 famílias. O local da feira é o mesmo até hoje, mas no início ficava fora da cidade, neste primeiro ano muitas foram às dificuldades: o acesso era difícil para os que queriam comprar; os agricultores não tinham produção suficiente para abastecer a feira; a qualidade não era boa. Posteriormente, quando havia produção, não se tinha consumidor, principalmente porque as pessoas não conheciam o produto agroecológico. Diversas vezes carregou o caminhão para a feira, ao meio dia carregava-o de volta, então com as sobras alimentava os animais. Assim, muitas famílias abandonaram a produção agroecológica. Dois anos depois da inauguração da associação é que estabilizou a produção, melhorando as condições da terra, a qualidade dos produtos e sua variedade.

Pesquisa que avaliou uso de técnicas agroecológicas pela produção familiar na região centro-sul do Estado do Paraná (Assis e Romeiro, 2005), concluiu a respeito da importância da atuação do poder público para o desenvolvimento da agroecologia, com políticas específicas voltadas para difusão de práticas agroecológicas, como crédito agrícola adaptado à realidade da produção agrícola familiar, assistência técnica capacitada em agroecologia e implementação de mecanismos que propiciem a viabilidade de comercialização, aproximando produtores e consumidores, reduzindo o espaço de atuação de intermediários. Para Blanc e Kledal (2012) é necessária a atuação do Estado no apoio às operações de mercado que garantam legitimidade a longo prazo na produção de alimentos orgânicos, no crescimento econômico e na estabilidade social.

Segundo o membro da associação Arpa-Sul, atualmente 38 famílias fazem parte da associação em cinco municípios da “metade sul” do Rio Grande do Sul. Ele define seu trabalho da seguinte maneira:

É uma mudança de mentalidade, é uma filosofia de vida, a gente vê cifras por que é necessário, necessito pagar minhas contas, só que com o meu trabalho hoje eu to com quinze anos de atividade eu digo que eu to muito melhor em qualidade de vida que muita família que planta fumo a quinze a dezesseis anos também. A gente tem um respeito muito grande pela nossa rede de consumidores, tem um vínculo de amizade, a maioria dos consumidores nossos, eles conhecem a lavoura onde é produzido o produto, eles vêm fazer visita.

Mais do que mudar práticas agrícolas baseadas em um modelo agroquímico e de monocultura, o enfoque agroecológico trata de mudanças políticas, econômicas e socioculturais. Na medida em que a transição agroecológica implica não somente maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, também propõe mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Para estes autores a agroecologia integra saberes populares e conhecimentos técnico-científicos, numa perspectiva epistemológica desafiadora ao paradigma convencional e reducionista que separa o homem da natureza e que estuda as partes com a ilusão de que assim entenderá o todo. O enfoque agroecológico é uma ação dialética transformadora, parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e busca integrá-lo com o conhecimento científico (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Observou-se nas entrevistas com os agricultores do tabaco certo constrangimento quando abordávamos as consequências do uso do tabaco à saúde humana. Embora grande parte não fume, eles diziam que procuravam não pensar nestas questões e justificavam sua opção pelo plantio do fumo devido a pouca valorização comercial de produtos como milho e feijão. Quando as discussões eram dos riscos à saúde do agricultor e a exposição aos agrotóxicos, eles alegavam que os demais cultivos como batata, tomate e pêsego utilizam tanto ou mais agrotóxico que o tabaco.

Para Benson (2010) quando cada agricultor está apenas preocupado com sua estratégia de sobrevivência, ele não desenvolve um olhar mais amplo sobre o contexto. No entanto, instalar um sentimento de culpa pode minar a capacidade para o comportamento solidário. O que o autor sugere é explorar outras abordagens mais

abrangentes, favorecendo a compressão do quadro social e político em que diferentes atores estão inseridos.

Ao avaliarem as estratégias na agricultura familiar de diversificação por meio da viabilidade econômica e cultivos alternativos ao fumo na Região do Vale do Rio Pardo, RS, Vargas e Oliveira (2012) constataram que em relação ao tamanho médio das propriedades, as famílias que produzem fumo possuem menos hectares de terra do que as famílias que não produzem. Conseqüentemente, arrendam mais terras e 28,4% dos fumicultores trabalham exclusivamente em terras arrendadas.

Em nosso cenário de estudo também foi observado este fato. Um dos agricultores entrevistados afirma que a escolha do cultivo do tabaco deu-se pela falta de alternativas:

Por enquanto não tem outra alternativa pra pessoa sobreviver quem tem pouca terra, agora que tem bastante terra, ainda pode criar animal, pode plantar bastante milho e feijão. Quem tem 10 hectare de terra pode viver bem na colônia, isso eu posso lhe garantir, seu eu tivesse 10 hectare de terra não plantava fumo, mas eu tenho 5 hectare e duas famílias pra sobreviver (Família 1).

Para o fundador e ativista da associação de Agricultores e Apicultores, a pequena propriedade é uma “incógnita”: como viver e plantar bem, assim como diversificadamente com menos de 20 hectares? O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi uma possibilidade apresentada pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais como uma oportunidade dos agricultores com pouca terra adquirirem mais. No entanto foi ressaltada a dificuldade em pagar tal financiamento sem o plantio do tabaco:

Quem não planta fumo tá lascado, tanto é que tem agricultores que adquiriram terra pelo banco da terra, pelo crédito fundiário e estão com dificuldade de pagar a prestação das terras, a maioria que não planta fumo, a coisa não é fácil, e o fumo dá retorno. Até a gente orienta bem a pessoa quando vai adquirir “olha no momento atual é difícil pagar a prestação da terra com milho e feijão, então analisa bem com a família em casa, conversam, se organizem”, se vão plantar fumo é uma alternativa que eles podem pagar a prestação, mas sempre nós orientamos não deixe de plantar as outras coisas.

No estudo de Vargas e Oliveira (2012) também foi observada o interesse limitado ou inexistente entre representantes locais do Estado ou da sociedade organizada em liderar e incentivar programas de substituição ao cultivo do tabaco e a diversificação agrícola em regiões com grande produção de fumo. O discurso destes atores da necessidade de cultivar outros produtos além do tabaco foi mencionado na fala

dos representantes do sindicato e é assinalada pelos representantes da indústria “se ele não plantar um feijão, batata, criar galinha, porco, não vale nem a pena plantar fumo. As empresas têm programas para diversificar a plantação, é uma exigência do mercado” (Instrutor da indústria 3).

Apesar destes “incentivos à diversificação” a renda dos agricultores que produzem fumo é praticamente exclusiva desta atividade (VARGAS; OLIVEIRA, 2012). E quando os autores compararam aos agricultores que não plantam fumo, observaram que a receita bruta anual dos fumicultores é cerca de três vezes maior do que a dos não fumicultores, porém a receita líquida dos fumicultores é menor.

A proposta do sistema integrado para o tabaco e outras atividades como nos casos da produção de frango e suínos, para o Representante do MPA, é acompanhado de muitas incertezas. As famílias que aderem a esta relação de trabalho estão vinculadas a empresas multi ou transnacional e não possuem nenhum vínculo empregatício, não sabem ao certo quanto ganharão ao final da produção, sabem apenas que precisam produzir e entregar para as mesmas. Além disso, o sistema integrado interfere na cultura local, desestruturando a produção diversificada e de subsistência, estimulando a monocultura.

Muitos são os elementos que dificultam a diversificação agrícola: as pequenas propriedades, o apego a cultivos tradicionais como milho e feijão e a inexistência da experimentação de outros cultivos mais rentáveis comercialmente como aqueles desenvolvidos pela Embrapa Clima Temperado, como a mini-melancia ou os cítricos sem sementes que foram apresentados pelo representante da Embrapa. Vê-se ainda que no cultivo do fumo, pelas características de intensificação do trabalho aliado a um ciclo ininterrupto de atividade, há comprometimento da possibilidade de diversificação agrícola e não agrícola das famílias.

Acredita-se que a lógica produtivista que sustenta a monocultura minou a possibilidade da ecologia de saberes, que se originam da diversidade e da globalização contra hegemônica, entre os agricultores do tabaco, a qual precisará ser resgatada. A busca desta ecologia é a procura pela emancipação das pessoas, quebrando com a dependência produtiva e econômica, que se estende à natureza. Na monocultura, agricultores e natureza ficam dependentes de produtos agroquímicos. E, os agricultores refém economicamente da indústria, como no sistema integrado. Na *ecologia das produtividades* a lógica produtivista dá lugar a valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas, das empresas auto-

geridas, da economia solidária, maneiras de viver e plantar que a “ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou” (SANTOS, 2006, p. 105).

Considerações finais

As estratégias de diversificação agrícola apontadas pelos informantes do Estado foram os Programas estaduais e federais de crédito, assistência técnica e o trabalho de pesquisa proposto pela Embrapa Clima Temperado. Os representantes da sociedade civil organizada reconheceram o Programa Nacional de Alimentação Escolar como potencialidade à diversificação, assim como a cooperativa que trabalha com a comercialização e beneficiamento de frutas e também a Associação de Agroecologistas que auxilia na comercialização da produção. Eles defendem que deve haver mais incentivo à agricultura familiar. Como desafios à diversificação estão as parceiras por parte da indústria do tabaco com órgãos públicos, as características fundiárias da região com minifúndios rurais de 0,5 a 20 hectares de terra e as dificuldades em quitar dívidas junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário com cultivos diversificados. Para os representantes da indústria do tabaco, as empresas têm programas e estimulam a diversificação da plantação.

Embora, tenham sido identificadas iniciativas por parte do Poder Público e da sociedade organizada, elas não atingem os fumicultores pesquisados. As políticas públicas são potencializadoras da diversificação por meio de crédito e assistência técnica, mas sua execução em nível local é desafiadora. Os múltiplos interesses locais dificultam ou impedem que os agricultores tenham acesso às políticas propostas pelos governos estadual e federal, como exemplificado no PNAE em que frequentemente ocorrem problemas na abertura de licitações, impedindo o avanço do processo ou ainda em iniciativas de diversificação que “esbarram” na comercialização, como dificuldades de transporte ou de mercado consumidor.

Por fim, como argumentou o representante da Embrapa “para diversificar é necessário modificar certas estruturas, como o mercado, o crédito, a assistência técnica, porque, às vezes, as pessoas não sabem como começar uma nova alternativa”. Portanto, é essencial estabelecer o diálogo e resgatar o saber e a autonomia dos agricultores no seu fazer, ao mesmo tempo em que se estimulam práticas de trabalho em cooperação. Do ponto de vista macrossocial, é preciso revitalizar políticas públicas estruturantes como a reforma agrária. O êxito da CQCT na redução do cultivo do fumo por meio da

diversificação agrícola e proteção ao ambiente e à saúde de trabalhadores passa por um conjunto de ações e práticas locais, regionais, nacionais e até globais num esforço de vários agentes públicos e da sociedade em parceria com os trabalhadores.

Referência

- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. RER, v. 43, n. 1, p. 155-177, 2005.
- AUGUSTO, L. G. S. Agrotóxicos: nuevos y viejos desafios para la salud colectiva. Salud Colectiva, v. 8, n. 1, p. 5-8, 2012.
- BEACH, R. H.; JONES, A. S.; TOOZE, J. A. Tobacco Farmer Interest and Success in Income Diversification. Journal of Agricultural and Applied Economics, v. 40, n.4, p. 53-71, 2008.
- BENSON, P. Giants in the Fields: Agribusiness and Farm Labor Politics in the United States. Anthropology of Work Review, v. 31, n.2, p. 54-70, 2010.
- BLANC, J.; KLEDAL, P. R.. The Brazilian organic food sector: Prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. Journal of Rural Studies v. 28, p. 142-154, 2012.
- BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 20, n. 1, p. 45-78, 2003.
- BOEIRA, S. L.; JOHNS, P. Indústria de Tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2007.
- BRASIL. Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- BREO, D. L. Kicking Butts - AMA, Joe Camel, and the 'black-flag' war on tobacco. JAMA, v. 270, n. 16, p. 1978-1984, 1993.
- CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.
- FOOKS, G. J.; GILMORE, A. B.; SMITH, K. E.; COLLIN, J; HOLDEN, C; LEE, K. Corporate Social Responsibility and Access to Policy Élites: An Analysis of Tobacco Industry Documents. PLoS Medicine, v.8, n.8, p. 1-12, 2011.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 15ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001. 248p.

_____. *A Interpretação das culturas*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LTC; 2008. 324p.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

LOKER, W.M. The rise and fall of flue-cured tobacco in the Copán Valley and its environmental and social consequences. Human Ecology, v. 33, n. 3, p. 299-327, 2005.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento*. 10ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Convenio marco de la OMS para el control del tabaco. Ginebra: OMS, 2004.

<http://www.who.int/publications/2003/9243591010.pdf>.

PUSHKARSKAYA, H.; MARSHALL, M. I. Family Structure, Policy Shocks, and Family Business Adjustment Choices. J Fam Econ, v. 31, p. 414–426, 2010.

RIQUINHO, D.L.; HENNINGTON, E.A. Health, environment and working conditions in tobacco cultivation: a review of the literature. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, p.1587-1600, 2012.

SANTOS, B. S. A Gramática do tempo: para uma nova cultura política. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume IV. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SOUZA CRUZ. O Produtor de tabaco: meio ambiente legal. Souza Cruz, 2010.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. RESR, v. 50, n. 1, p., 175-192, 2012.

VARGAS, M. A.; BONATO, A. Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

VELHO, G. Observando o familiar. In: Edson Oliveira Nunes (org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 36-46

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. Agron. Sustain. Dev., v. 1, p. 1-13, 2009.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de articular as diferentes visões de mundo sobre o cultivo do tabaco na perspectiva de agricultores, representantes do Estado, da sociedade civil e da indústria iniciam-se estas considerações, confrontando as concepções e características das condições de vida, trabalho e saúde das famílias que produzem tabaco na localidade rural de Rincão dos Maia no município de Canguçu, RS.

Para os agricultores do tabaco tal cultivo é permeado de ambiguidades, pelo fato de que as expectativas alimentadas pela indústria de cultivo lucrativo nem sempre se concretizaram. Acredito que a “cultura do tabaco” foi desenvolvida pela indústria na localidade por meio de iniciativas como na Escola de Ensino Fundamental onde foram implantados projetos tais como o da “Horta escolar e horto florestal”, que consistia na distribuição de sementes de hortaliças e mudas de árvores. Os alunos com auxílio dos professores mantinham a horta escolar, produzindo alimentos para a merenda como também levando para casa pés de alface dentre outras hortaliças. O mesmo acontecia com as mudas de árvores as quais eram plantadas nas casas dos alunos e ainda abasteciam o horto florestal do município. Nesse sentido, criou-se uma atmosfera positiva em relação à presença da indústria do tabaco na localidade, vinculada a uma alimentação saudável promovida por uma indústria “amiga do verde”. E quando surgiram as dificuldades no cultivo e comercialização do pêssego, principal produto na década de 1980-1990, o plantio do fumo emergiu como uma potente alternativa pela expectativa de alta rentabilidade por hectare e excelentes ganhos financeiros.

Segundo relatos, a implantação do cultivo do fumo realizou-se para alguns agricultores a custo da diminuição de outros cultivos, devido às características de minifúndio das propriedades. Foi necessário arrancar os pessegueiros e o trabalho intenso nos períodos de dezembro a março dificultava a cultura de outras plantações, especialmente porque o número de pés de fumo cultivado precisava aumentar a cada ano para se obter o mesmo lucro do ano anterior. Além disso, os hábitos de confraternização e reuniões sociais na comunidade precisaram ser adiados nas datas em que o trabalho se concentrava. Outro fato importante destacado foi o adoecimento relacionado ao trabalho como os problemas decorrentes da exposição aos agrotóxicos, as alterações respiratórias e lesões musculoesqueléticas, impedindo muitas vezes a realização de atividades de trabalho e outras, repercutindo na sociabilidade e identidade do trabalhador rural. Para alguns trabalhadores, além das características mencionadas, o

plantio do tabaco resultou em dívidas maiores a cada ano. Na esperança ou na obrigação de quitá-las, são estimulados a continuar o plantio. E, para manter as necessidades básicas de suas famílias precisam destinar parte da produção ao comércio dos “picaretas”, atravessadores que compram o tabaco sem nota fiscal ou registro no talão dos agricultores. Esse tabaco será utilizado para fabricação do “fumo picado” onde o consumidor faz manualmente seu próprio cigarro, destinado aos consumidores mais pobres ou ainda para negociações futuras com a indústria. Por vezes estes atravessadores possuem talão de agricultor, o modelo 15, e inscrevem nele a produção. Deste modo, lesam duplamente, os agricultores e o Estado: os primeiros tiveram todo ônus do cultivo e não o comprovaram para fins de aposentadoria e o segundo, pela perda de recolhimento de impostos.

Fato presente em todas as famílias de agricultores do tabaco, para aqueles com ou sem dívida, é a utilização do trabalho infantil. Desde muito cedo, oito, nove anos de idade, as crianças desempenham funções na agricultura, aplicando agrotóxicos, colhendo ou ainda classificando fumo nas estufas. Quando atingem 16 anos suas responsabilidades aumentam, trabalhando tanto quanto um adulto, comprometendo assim seu potencial de saúde físico e mental.

Os agricultores que não cultivam tabaco em sua maioria possuem menos hectares de terra. A presença de uma pessoa com aposentadoria rural, bolsa família ou ainda em auxílio doença significa um importante aporte financeiro para a reprodução familiar. Aqueles que se mantiveram plantando pêssego apresentam pelo menos duas características comuns: possuem um mínimo de 20 hectares de terra; nos casos de menor quantidade de terra, complementam a renda trabalhando como diaristas no fumo e em outras localidades, “exportando conhecimento”, trabalhando no cultivo do pêssego em época de poda ou enxerto das mudas.

Uma estratégia de comercialização do pêssego tem reanimado os agricultores e mesmo os que arrancaram os pessegueiros pensam em replantá-los. Uma associação com sede em localidade vizinha comercializava tal produto para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mantendo pagamento atualizado e com preço justo. Este programa foi apontado por representantes da sociedade civil organizada e agricultores como uma ação de resgate da cultura da localidade, tanto em relação ao plantio e uso de agrotóxicos, pois há preferência para produtos sem resíduos, como na adoção de alimentação mais saudável pelos escolares.

Embora o adoecimento faça parte do cotidiano de trabalho, acentuando-se na época de colheita do tabaco, há uma invisibilidade de ações por parte do Estado-setor saúde. Não foi encontrado nenhum profissional responsável pela saúde do trabalhador no município pesquisado. Os diversos atendimentos no pronto atendimento da prefeitura ou na emergência do hospital não são relacionados à principal atividade produtiva do município, o cultivo de tabaco. Para a Doença da Folha Verde do Tabaco há orientação da Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de se fazer sua monitorização por meio da notificação e prevenção. O CEREST regional não realizava ações de vigilância, não fiscalizava ou acompanhava tais agravos, resultando em total descaso à saúde do trabalhador rural. Considerando esta falta de intervenção por parte do setor saúde, as estratégias por parte dos agricultores de recuperação e manutenção da saúde podem mesmo expor a outros adoecimentos como fumar para colher o tabaco ou observar a posição do vento para a aplicação dos agrotóxicos. Outras medidas como repouso e hidratação também foram referidas.

No setor da agricultura, percebeu-se um distanciamento entre o conhecimento gerado pelo setor, as oportunidades de crédito e as iniciativas de diversificação agrícola. Em âmbito municipal há uma divisão nas ações da secretária da agricultura entre Emater e Embrapa e o conhecimento gerado nestes órgãos não se propagam para os agricultores do tabaco, observando-se distanciamento e até mesmo alguma hostilidade entre saber técnico e do agricultor. Os agricultores do tabaco parecem difíceis de serem atingidos por tais órgãos, devido o regime de trabalho firmado com a indústria, o sistema integrado. Nenhum deles se sente autorizado a contatar os agricultores e mesmo as ações do CEREST parecem ser intimidadas quando se fala nestes trabalhadores.

Para o setor da educação o cultivo do tabaco não chega a ser um problema. As educadoras da localidade sentem o desinteresse dos alunos e justificam pelo baixo nível de escolaridade dos pais. Mas quanto à frequência não há queixas, possivelmente porque para que seus pais continuem plantando fumo, os filhos precisam frequentar a escola, o mesmo acontecendo para os beneficiários do Bolsa Família. No entanto, percebo o quanto atividades vinculadas à realidade desses alunos poderia ser promotoras de saúde e cidadania, se houvesse aulas práticas na disciplina de Administração Rural existente na escola, por exemplo. Acredito que a antiga adoção da estratégia da indústria fumageira da Horta Escolar e Horto Florestal deveriam ser imitadas, no sentido de que ações educativas de forma intersetorial com a participação de representantes da agricultura, saúde e economia poderiam propor o caminho inverso:

a descoberta e (re)aproximação com manejos ecologicamente responsáveis do solo e de diversos cultivos junto aos escolares, estimulando novas práticas nas propriedades rurais da localidade.

Entre representantes da sociedade civil organizada observaram-se diferentes posicionamentos: de um lado, o entendimento da vantagem do cultivo do tabaco em seus aspectos econômicos em detrimento dos males à saúde do agricultor. E, de outro a convicção de que os aspectos econômicos seriam tanto maiores se houvesse investimento em policultivos ecologicamente responsáveis pela agricultura familiar. Embora se reconheça que ainda se precisa avançar em relação às estratégias de mercado e aos recursos da propriedade rural, como da aptidão do solo e do clima, crê-se que a comercialização e recursos da natureza podem ser utilizados de maneira favorável à saúde do trabalhador e do ambiente.

Por sua vez os representantes da indústria do tabaco estão muito atentos aos movimentos do Estado e da sociedade. Percebem que há “ventos que sopram” a favor da redução do cultivo, que o uso dos agrotóxicos precisa ser controlado, capacitando os agricultores em sua aplicação. Reafirmam, no entanto, o discurso de ganhos financeiros para aqueles agricultores que trabalham corretamente conforme as orientações da indústria e desmerecem os que estão endividados, culpabilizando-os pelos insucessos e adoecimentos.

Os “ventos que sopram” a favor da redução do cultivo denomina-se Convenção-Quadro, primeiro tratado mundial de combate ao fumo que contempla em dois de seus 38 artigos orientações de cultivo alternativos ao tabaco e de proteção a saúde do trabalhador do tabaco e do ambiente. Pode-se dizer que o foco do tratado são as medidas de redução do consumo, a saber, pelas restrições em ambientes fechados, a proibição de propagandas e a busca de maior taxaço, aumentando os preços sobre o cigarro, dentre outras. Em todas estas medidas voltadas para redução do consumo do tabaco, reconhece-se certo êxito e muita fiscalização. O mesmo não se pode dizer em relação à saúde dos agricultores. O compasso é outro, um pouco mais lento, em termos de vigilância, notificação e prevenção de agravos causados pelo cultivo do tabaco.

Em tal cenário, se não for mais bem acompanhado em relação à introdução de cultivos alternativos, policultivos que revertam em renda aos agricultores, corre-se o risco de ter o ciclo de exploração por parte da indústria aumentado, pois se observou que o preço do quilo do fumo em folhas pago pela indústria tem diminuído, aliado aos boatos de que não se tem conseguido exportar, que a concorrência fora do Brasil tem

aumentado e que lá o fumo tem menor preço. Embora alguns dos boatos sejam verdadeiros, o Brasil continua sendo o maior exportador de tabaco em folhas do mundo e os agricultores não são os mais reconhecidos economicamente por isto.

Quando analisadas as condições de trabalho, vê-se sua relação com a exploração do trabalhador rural, iniciando pelo contrato que presume o compromisso de compra e venda entre as partes (agricultor e indústria), assim como a aquisição dos insumos necessários às diversas etapas do cultivo. Não é de se estranhar que os agricultores buscam a sua maneira formas de se tornarem um pouco autores do processo: recriam a utilização de insumos orientados pela indústria, testando e observando os resultados na vizinhança e burlam o seguro. No entanto, em caso de perdas, a indústria identifica e cobre apenas o que foi acordado em contrato, então, por vezes o trabalho de um ano inteiro é levado pelo vendaval, chuva, granizo ou fogo, nos inúmeros incêndios das estufas. As dívidas são a certeza quando iniciam no cultivo do tabaco e comercializar com os atravessadores e ter a dívida aumentada, podem ser as únicas alternativas a não passar fome. Se o agricultor não tem dívida, o investimento no cultivo e melhoria do maquinário acaba tornando-o um devedor.

A perspectiva ergológica de Schwartz e a antropologia interpretativa de Geertz foram referenciais importantes para a aproximação e entendimento do cotidiano vivido e da visão do Estado, da sociedade civil organizada e da indústria sobre o cultivo do fumo. O permanecer na localidade rural e acompanhar de perto suas rotinas de trabalho, a convivência familiar, as refeições e festividades como aniversários, foram fundamentais para compreender como o trabalho é (re)significado a cada dia, seja para reprodução física ou social. E como influencia a vida simples das pessoas que vivem no rural; o vestir, o falar e o cumprimento de horário, que segue o do sol. Com a chegada da indústria do fumo, observaram-se também mudanças no consumo e o crescimento da aquisição de bens duráveis em algumas situações e alterações de hábitos alimentares, como o consumo de alimentos industrializados. As transformações desta sociedade na busca de manter-se “atualizada com o mundo” levam a valorizar o *ter*: é preciso ter dinheiro em conta bancária, é preciso trabalhar mais para adquirir, é preciso ter motos, automóveis, e o desejo de ter tem-se colocado em primeiro lugar; e o *ser*, fica em segundo plano, como ser saudável, ser livre em suas decisões e escolhas.

Assim, o processo de trabalho relaciona-se intimamente com a perda da saúde e o adoecimento. Além disso, o trabalho, desenvolvido para produção e reprodução social representa um cenário desfavorável ao exercício da autonomia e cidadania. No entanto,

a essência do humano é re(criar) e por mais rígidos que sejam os processos de cultivo do tabaco, pautados em normas e contratos, os agricultores (re)normalizam, (re)criam cotidianamente o seu trabalho. Tais atos trazem consequências que nem sempre são adequadas ou favoráveis à saúde. Por exemplo, a diluição excessiva dos herbicidas não dá o resultado esperado pela indústria, mas a introdução de um fertilizante a base de ureia, segundo os agricultores, deu bom resultado.

A atuação do Estado em nível local precisa ser ainda fomentada. Implementar as políticas públicas no município configura um desafio que necessita da articulação da sociedade civil organizada que parece atuar separada, conforme seus eixos de ação. Talvez fosse importante um tema maior que reúna diferentes movimentos sociais na busca da efetivação de políticas para a agricultura familiar, na produção de alimentos saudáveis ao consumo e em diversas estratégias que agreguem valor às pequenas propriedades rurais, na qual a interface Estado, sociedade civil e indústria/mercado possam ser discutidos e clareados. Se em âmbito nacional e internacional, o Estado brasileiro no contexto da produção e consumo do tabaco se revelou defensor da Saúde Pública em detrimento do capital, no estado do RS e no município esta questão ainda precisa de discussão e apoio para que se interrompam as velhas práticas em que o Estado internaliza do externo, renovando as forças de mercado (SANTOS, 2008).

Ao retomar os pressupostos de que o entendimento dos modos de produção e das relações sociais de agricultores dessa localidade, complementado pela visão de representantes do Estado, da sociedade civil organizada e da indústria, tornaria possível uma aproximação da cadeia produtiva e melhor compreensão da lógica do mercado e as diferentes formas de poder que circulam na agricultura do tabaco concluiu-se que as lógicas do mercado mostram-se as mesmas das já descritas por Offe: a busca incessante por maiores lucros torna-o (o agricultor), senão cego, míope para os efeitos negativos à saúde humana e ambiental; os poderes que circulam na agricultura do tabaco são muito desiguais. A indústria assumidamente detém o poder simbólico, econômico e até mesmo jurídico, a saber, pelo testemunho de representantes da sociedade civil que apontam para sentenças judiciais conservadoras a favor da indústria, nas quais os agricultores precisam perder seus parques recursos e bens para quitar as dívidas que a própria indústria contribuiu para fazer, por meio de um contrato de trabalho que só visa conferir lucros à indústria.

As formas de resistência e de subordinação ao capital estão presentes no cotidiano dos agricultores. As resistências são expressas em movimentos de

solidariedade, no auxílio a quem passa por dificuldades, sejam materiais ou imateriais, e na troca de dias de trabalho. A subordinação se faz na manutenção do cultivo do tabaco, embora com críticas ao regime de contrato e trabalho, especialmente pelo ciclo ininterrupto de trabalho, pelo uso intenso de agrotóxicos e pelo adoecimento, porém não se percebem movimentos de rompimentos com o *status quo*.

Por fim, é possível observar que o que oprime e subordina os trabalhadores também os fragiliza. Numa relação de poder tão desigual, é mister que o Estado, de maneira intersetorial, e a sociedade civil organizada atuem ao lado dos trabalhadores rurais *empoderando-os* para resistir à indústria, implementando ações pautadas na participação, no respeito ao saber construído nessas diferentes trajetórias de vida e na possibilidade de redirecionamento da produção agrícola, permitindo a vida e desenvolvimento local, voltada para preservação da saúde do trabalhador e do ambiente. Assim, não são fáceis, mas são possíveis os caminhos que levarão os agricultores do tabaco ao encontro de seus desejos e vocações, de modo a produzir para o sustento e a saúde da população, respeitando a si e a natureza.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Rev. Educação, Saúde e Trabalho**. Rio de Janeiro v. 1, n. 2, p. 53-61, 2003.

ARCURY et al. Green tobacco sickness and skin integrity among migrant Latino farmworkers. **Am Journal Ind Med**, v. 51, p. 195-203, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE FUMICULTORES BRASILEIROS. **Fumicultura no Brasil 2009**. Disponível em: < [WWW.http://afubra.com.br](http://www.afubra.com.br) > acesso em: 17/10/2009.

AFUBRA. Fumicultura mundial. Disponível em: < <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/92> > Acesso em: 07 out. 2012.

AFUBRA. Perfil do fumicultor. Disponível em: < <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/80> > Acesso em: 07 out. 2012a.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOTECHIA, F.; ATHAYDE, M. **Um regime de produção de saberes sobre o trabalhar e suas relações: a comunidade ampliada de pesquisa**. Disponível em: < http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_33.pdf > acesso em: 24/08/2010

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. Documento do governo brasileiro anexado à ratificação - 2005. Disponível em: < http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/0f8a03004c18b10b966e9ff8e92b01a3/texto_da_CQCT_assinados_pelos_seis_ministros.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=0f8a03004c18b10b966e9ff8e92b01a3 > Acesso em: 12 out. 2012.

_____. Instituto Nacional do Câncer. Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco. Disponível em: < http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/o_que_e >. Acesso em: 06 out. 2012a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Rio de Janeiro: INCA, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Tabaco e pobreza: um círculo vicioso**. Rio de Janeiro: INCA, 2004b.

_____. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, Conselho Nacional de Saúde.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2005. p 225

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CAILLÉ, A. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CLIFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século xx. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COSTA, M. C. S. Intersubjetividade e historicidade: contribuições da moderna hermenêutica à pesquisa etnográfica. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 372-82, 2002.

CURWIN, B. D. et al. Nicotine exposure and decontamination on tobacco harvesters' hands. **Ann Occup Hyg**, v. 49, n. 5, p. 407-413, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

D'ALESSANDRO, A. et al. Systemic nicotine exposure in tobacco harvesters. **Arch Environ Health**, v. 56, n. 3, p. 257-263, 2001.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO RURAL. **A cadeia produtiva do fumo**. *Revista Contexto Rural*, Curitiba, ano v, nº. 05, 2005. Disponível em: < WWW.http://deser.org.br > acesso em: 17/10/2009.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Curso de Pós graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Issues in the global tobacco economy**: selected case studies. Commodities and Trade Division, Raw Materials, Tropical and Horticultural Products Service. Commodity Studies nº. 2, Rome, Food and Agriculture Organization, 2003.

FONTES, B. Sobre trajetória de sociabilidade: a idéia de rede se saúde comunitária. In: MARTINS, P. H.; FONTES, B. (Orgs.). **Redes sociais e saúde**: novas possibilidades teóricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004. p. 121-142.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. 1. ed., reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GERHARDT, T. E. **Anthropologie et santé publique**: approche interdisciplinaire, pauvreté, situations de vie et santé au quotidien à Paranaguá, Paraná, Brésil. 2000. (Docteur en Ethnologie, option Anthropologie sociale et culturelle). Université de Bordeaux 2. Bordeaux, 2000.

_____ et al. Reconhecimento e estigma em uma comunidade rural: discutindo acesso, participação e visibilidade de usuários em situação de adoecimento crônico. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. H. Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagens multicêntricas. Rio de Janeiro-Recife: IMS/UERJ/ABRASCO-UFPE, 2009a.

_____ et al. Metodologias centradas no usuário como subsídio na redefinição dos determinantes sociais e das práticas avaliativas de integralidade em saúde. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. H. Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagens multicêntricas. Rio de Janeiro-Recife: IMS/UERJ/ABRASCO-UFPE, 2009b.

_____ et al. Determinantes sociais e das práticas avaliativas de integralidade em saúde: pensando a situação do adoecimento crônico em um contexto rural. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. H. Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagens multicêntricas. Rio de Janeiro-Recife: IMS/UERJ/ABRASCO-UFPE, 2009c.

_____ et al. Atores, redes sociais e mediações na saúde, laços e nós em um cotidiano rural. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. H. Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde. Rio de Janeiro-Recife: IMS/UERJ/ABRASCO-UFPE, 2011a.

_____ et al. A mediação no meio rural: concepções e caminhos da pesquisa em saúde. In: PINHEIRO, R; MARTINS, P. H. Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde. Rio de Janeiro-Recife: IMS/UERJ/ABRASCO-UFPE, 2011b.

_____ et al. Anotações de um cotidiano: Rincão dos Maia, Canguçu, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUIZZO, B. S *et al.* O software QSR NVivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n.1, p.53-60, 2003.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HENNINGTON, E. A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da ergologia. **Rev Saúde Pública**, v.42, n. 3, p.555-61, 2008.

IBGE. **Cidades**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

KINGSOLVER, A. E. Farmers and Farmworkers: two Centuries of Strategic Alterity in Kentucky's Tobacco Fields. **Critique of Anthropology**, v. 27, n. 1, p. 88-102, 2007.

MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Perspectiva e Pressupostos da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Brasil. In: MINAYO-GOMES, Carlos, MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PENA, Paulo Gilvane Lopes (Orgs.). Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 67-85p.

MALINOWSKI, B. Introdução. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Rio de Janeiro: São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Col. Os Pensadores v.43).

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MATTA, R. da. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: Edson Oliveira Nunes (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 23-35.

MCKNIGHT, R. H.; SPILLER, H. A. Green tobacco sickness in children and adolescents. **Public Health Reports**, v. 120, p. 602-605, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde. In: Campos, G.W.S. et al. (orgs.) **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006, pp.189-218.

_____. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Saúde, Trabalhador, Ambiente e Território: contribuições teóricas e proposta de operacionalização. In: MINAYO-GOMES, Carlos, MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PENA, Paulo Gilvane Lopes (Orgs.). Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 161-180p.

OFFE, C. A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Enap, 1999. p. 119-145.

ORR, A. “Green gold?”: burley tobacco, smallholder agriculture, and poverty alleviation in Malawi. **World Development**, vol. 28, n.2, p. 347-363, 2000.

PARIKH, J. R. et al. Acute and chronic health effects due to green tobacco exposure in agricultural workers. **Am Journal Ind Med**, v. 47, pp. 494-499, 2005.

PINTO, M.; UGÁ, M. A. D. Os custos de doenças tabaco-relacionadas para o Sistema Único de Saúde. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v., 26, n.6, p. 1234-1245, 2010.

POLANYI, K. A. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTUGUAL, S. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. *In*: FONTES, B.; MARTINS, P. H. (Orgs.). **Redes, práticas associativas e gestão pública**. Recife: Editora da Universitária da UFPE, 2006. p. 51-75.

RAYNAUT, C. Interfaces entre a antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 149-165, 2006.

RIQUINHO, D. L. **A outra face dos determinantes sociais de saúde**: Subjetividades na construção do cotidiano individual e coletivo em uma comunidade rural 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIQUINHO, D. L.; GERHARDT, T. E. Doença e Incapacidade: dimensões subjetivas e identidade social do trabalhador rural. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.2, p.320-332, 2010.

SANTOS, B. S. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda, 1998.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. de (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 584-603.

SANTOS, M. Espaço e método. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOGOCIO, M.P.S.C. O Brasil adverte: fumar é prejudicial à saúde: Análise do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2008.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, n.7, p.38-46, 2000.

_____. Circulações, dramáticas, eficácias Da atividade industriosa. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2(1): 33-55, 2004

_____. Disciplina epistêmica disciplina ergonômica Paidéia e politeia. **Pro-posições**, v. 13, n. 1 (37), p. 126-149; 2002.

_____. Entrevista. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 2, p. 457-466, 2006.

_____. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, v. 12, n.1, p: 1-14; 2003.

SEGABINAZZI, C. Identidade e trabalho na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, v. 6, n. 1 p. 2-18, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa nem educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VALLA, V. V.; GUIMARÃES, M. B.; LACERDA, A. As práticas terapêuticas de cuidado integral à saúde como proposta para aliviar o sofrimento. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. de (Orgs.). **Cuidado: as fronteiras da integralidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, ABRASCO, 2006b. p. 103-117.

VALLA, V.V. Globalização e saúde no Brasil: a busca da sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa. *In*: VASCONCELHOS, E. M. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 39-62.

VARGAS, M. A.; BONATO, AMADEO. **Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

WEBER, F. **Trabalho fora do trabalho**: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society 1780-1950*. New York: Anchor Books Doubleday & Company, 1960. 412 p.

WILLIAMS, Raymond. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Revised edition. New York: Oxford University Press, 1983. 170 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004b. **Convenio marco de la OMS para el control del tabaco**. Ginebra: OMS, 2004. Disponível em: <<http://www.whqlibdoc.who.int/publications/2003/9243591010.pdf>>. > acesso em: 18/10/2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004a. **Tobacco increases the poverty of individuals and families**. Disponível em: <http://www.paho.org/English/AD/SDE/RA/TOB_FactSheet1.pdf> > acesso em: 17/10/2009.

ANEXO 1 – APROVAÇÃO PELO CEP/ ENSP, PROTOCOLO Nº 219/10



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Comitê de Ética em Pesquisa



Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2010.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – CEP/ENSP, constituído nos Termos da Resolução CNS nº 196/96 e, devidamente registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, recebeu, analisou e emitiu parecer sobre a documentação referente ao Protocolo de Pesquisa, conforme abaixo, discriminado:

PROTOCOLO DE PESQUISA CEP/ENSP - Nº 219/10 CAAE: 0232.0.031.000-10

Título do Projeto: “Condições de trabalho e saúde de famílias integradas à indústria de tabaco em localidade rural no sul do Brasil”

Classificação no Fluxograma: Grupo III

Pesquisadora Responsável: Deise Lisboa Riquinho

Orientadora: Élide Azevedo Hennington

Instituição onde se realizará: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/Fiocruz

Data de recebimento no CEP-ENSP: 09 / 11 / 2010

Data de apreciação: 01 / 12 / 2010

Parecer do CEP/ENSP: Aprovado.

Ressaltamos que a pesquisadora responsável por este Protocolo de Pesquisa deverá apresentar a este Comitê de Ética um relatório das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (*item VII.13.d, da resolução CNS/MS Nº 196/96*) de acordo com o modelo disponível na página do CEP/ENSP na internet.

Esclarecemos, que o CEP/ENSP deverá ser informado de quaisquer fatos relevantes (incluindo mudanças de método) que alterem o curso normal do estudo, devendo a pesquisadora justificar caso o mesmo venha a ser interrompido.


Prof. Angela Fisher
Coordenadora Adjunta
Comitê de Ética em Pesquisa
CEP/ENSP
Mat.: 1355884

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AGRICULTORES

Nome do entrevistado:

Local:

Data:

Início:

Término:

1. Dados sociodemográficos

Estrutura familiar - nº de pessoas residentes no domicílio, posição de cada membro da estrutura familiar				
Idade				
Sexo				
Escolaridade				
Religião				
Origem étnica				
Ocupação (vínculo empregatício, situação de trabalho)				
Renda familiar				
Estado civil (nº de uniões do chefe de família e de sua esposa)				

Diagrama da estrutura familiar residencial:

2. Trajetória familiar e de posse da terra: tempo de moradia na localidade, motivos de escolha do local, posse da terra (há quanto tempo reside no Rincão dos Maia, escolha por esse local, situação fundiária - sucessão, compra, herança);

3. Histórico da produção agrícola da localidade: histórico familiar e de trabalho, principais mudanças observadas no trabalho ao longo do tempo (o que seus avós e/ou pais cultivavam, qual o destino desses produtos, algo mudou daqueles tempos para cá);

4. Atividades produtivas atuais: produtos cultivados, destino da produção, tipo de contrato, relações de trabalho, percepção a respeito da inserção na cadeia produtiva (tipos de produtos cultivados, qual o destino desses produtos, desde quando realiza esse tipo de cultivo, o que o motiva a continuar nesta atividade, o que faria desistir dela, quais as pessoas que se envolvem nestas atividades, diagrama das relações de trabalho, relação com a indústria, fluxo do produto/cadeia produtiva

5. Trabalhar o futuro (você gostaria que seu filho continuasse este trabalho, o que você plantaria se não fosse o fumo); o que é trabalhar com um produto sabidamente prejudicial à saúde

6. Processo saúde-doença-trabalho – doenças e agravos em geral, atenção à saúde, percepção a respeito da nocividade do trabalho (ocorrência de sinais e/ou sintomas atribuídos a experiências de trabalho, ocorrência de acidentes e outros agravos, medidas para saná-los, procura de algum lugar ou recurso específico, rede de assistência à saúde do trabalhador). Existência de políticas públicas voltadas a assistências à saúde desses trabalhadores.

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INFORMANTES-CHAVE

Nome do entrevistado:

Local:

Data:

Início:

Término:

1. Dados sociodemográficos

Idade				
Sexo				
Escolaridade				
Religião				
Origem étnica				
Ocupação (vínculo empregatício, situação de trabalho)				

1. Qual sua atuação/inserção na localidade do Rincão dos Maia (há quanto tempo presta serviço neste lugar, quais as mudanças percebidas neste período);

2. Histórico da produção agrícola da localidade (qual a trajetória do cultivo do fumo, desde quando existe, a produção se acentuou em um determinado momento, foi reduzida);

3. Políticas de diversificação agrícola (há iniciativas de diversificação do cultivo do tabaco, quais as alternativas, de onde vêm os incentivos financeiros, quem são os agricultores que estão aderindo a estas mudanças, quais os motivos);

4. Comunidade escolar e trabalho (trabalho infantil, a frequência dos escolares é reduzida nos períodos de mais trabalho com o fumo, como na colheita, por exemplo, quais as ações da escola neste sentido)

5. Ações de saúde (quais as ações de saúde destinadas à população rural, em especial aos plantadores de tabaco, qual seu conhecimento a respeito da ocorrência da DTV entre estes trabalhadores, e encaminhamento destes casos)

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Local: _____ Data: _____

Início: _____ Término: _____

1. O processo de trabalho das famílias integradas à indústria do tabaco: no período da semeadura, da muda para a terra, os cuidados com a planta até chegar na fase de colheita, a colheita propriamente dita, o armazenamento, a cura e comercialização, as pessoas envolvidas (crianças, adultos, idosos, homens, mulheres), rotina de trabalho (instrumentos e ferramentas utilizadas, condições de trabalho – ambientais, técnicas, uso de equipamentos de proteção individual, horário de trabalho, descanso, lazer);

2. Quais as dificuldades relatadas e observadas em cada fase do cultivo. Quais são as estratégias utilizadas pelos trabalhadores do tabaco para adaptação e/ou superação dessas (decorrentes do processo de plantio, colheita, secagem e comercialização do produto).

3. Situar estas diferentes práticas/estratégias na história de vida dos agricultores e sua família – existe alguma mobilização/enfrentamento coletivo ou são estratégias individuais - como estas se inscrevem em um projeto de vida, como as famílias e indivíduos chegaram à situação presente e como eles constroem o seu futuro – articulam;

4. Como são as relações de trabalho entre os diferentes atores sociais envolvidos no cultivo, a partir disso desenhar um diagrama dessas relações (o trabalho corre pela troca, entreajuda dos agricultores, contratação de força de trabalho temporária, diária, esses trabalhadores são da própria localidade)

5. Identificação dos problemas de saúde (sinais/sintomas), danos ambientais e as estratégias de enfrentamento a esses problemas de saúde.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Condições de trabalho e saúde de famílias integradas à indústria de tabaco em localidade rural no sul do Brasil”.

Essa pesquisa integra o curso de doutorado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)/Fiocruz. O objetivo geral da pesquisa é caracterizar e compreender a relação entre condições de trabalho e saúde das famílias integradas à indústria do tabaco em Rincão dos Maia no município de Canguçu, RS.

Sua participação consistirá no fornecimento de informações por meio entrevistas sobre o seu cotidiano de trabalho, o cultivo de fumo na região e localidade e os motivos que o (a) levaram a plantar ou não tabaco, problemas de saúde e do meio ambiente, dentre outros aspectos relacionados à produção de tabaco.

Não há riscos previstos em participar desta pesquisa, pois sua identidade e de seus familiares serão mantidas em sigilo em todos os materiais resultantes desta pesquisa. O mesmo poderá ser feito em relação ao nome da localidade caso seja de interesse do coletivo. A pesquisa será feita através da análise de matérias de jornais da região sobre o cultivo do tabaco, da observação de atividades do cotidiano de trabalho e a realização de entrevistas individuais. O registro dos dados da observação e entrevistas será feito por meio de anotações e gravações de áudio. Os dados produzidos serão mantidos sob minha responsabilidade durante um período de 5 anos, sendo destruídos após esse período.

Ao aceitar participar dessa pesquisa, o (a) senhor (a) estará contribuindo para o maior conhecimento das relações entre saúde e trabalho dos agricultores plantadores de tabaco. Dessa forma, será possível formular políticas públicas destinadas aos trabalhadores rurais do tabaco. A pesquisa também possibilitará compreender as demandas de saúde destes trabalhadores, fornecendo informações que poderão nortear ações do Sistema Único de Saúde.

Comprometo-me a apresentar os resultados da pesquisa pessoalmente em uma reunião a todos que desejarem participar. Os resultados da pesquisa serão divulgados no meio acadêmico, em congressos, reuniões técnico-científicas e revistas da área de saúde pública.

Afirmo que sua participação na pesquisa não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento sem nenhum prejuízo a você ou sua família. Decidindo por participar você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do Comitê de Ética da Ensp/Fiocruz. Assim, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Deise Lisboa Riquinho

Contato do pesquisador: Rua Leopoldo Bulhões, 1480. Manginhos, RJ. CEP: 21041-210. tel: (51) 33313482 / 99867895

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – andar térreo. Manginhos, RJ. CEP: 21041-210. Tel e Fax: (21) 2598-2863. E-mail: cep@ensp.fiocruz.br. Página na internet: <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da pesquisa

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMANTE CHAVE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Condições de trabalho e saúde de famílias integradas à indústria de tabaco em localidade rural no sul do Brasil”.

Essa pesquisa integra o curso de doutorado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Ensp/Fiocruz. O objetivo geral da pesquisa é caracterizar e compreender a relação entre condições de trabalho e saúde das famílias integradas à indústria do tabaco em Rincão dos Maia no município de Canguçu, RS.

Sua participação consistirá no fornecimento de informações por meio entrevistas sobre sua atuação/inserção nesta localidade e suas observações em relação ao cultivo do fumo.

Os possíveis riscos em participar desta pesquisa consistem em sua identificação devido sua função/papel da comunidade, não entanto seu nome não será divulgado, sendo mantidos em sigilo em todos os materiais resultantes desta pesquisa. O registro das entrevistas será feito por meio de anotações e gravações de áudio. Os dados produzido serão mantidos sob minha responsabilidade durante um período de 5 anos, sendo destruídos após esse período.

Ao aceitar participar dessa pesquisa, o (a) senhor (a) estará contribuindo para o maior conhecimento das relações de produção, saúde e trabalho dos agricultores plantadores de tabaco e de suas famílias. Dessa forma, será possível oferecer subsídio a políticas públicas destinadas aos trabalhadores rurais do tabaco. A pesquisa também possibilitará compreender as demandas de saúde destes trabalhadores, fornecendo informações que poderão nortear ações do Sistema Único de Saúde.

Comprometo-me a apresentar os resultados da pesquisa pessoalmente em uma reunião a todos que desejarem participar. Os resultados da pesquisa serão divulgados no meio acadêmico, em congressos, reuniões técnico-científicas e revistas da área de saúde pública.

Afirmo que sua participação na pesquisa não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento sem nenhum prejuízo a você ou sua família. Decidindo por participar você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do Comitê de Ética da Ensp/Fiocruz. Assim, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Deise Lisboa Riquinho

Contato do pesquisador: Rua Leopoldo Bulhões, 1480. Manginhos, RJ. CEP: 21041-210. tel: (51) 33313482 / 99867895

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – andar térreo. Manginhos, RJ. CEP: 21041-210. Tel e Fax: (21) 2598-2863. E-mail: cep@ensp.fiocruz.br. Página na internet: <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da pesquisa